

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E RECURSOS NATURAIS

***O MAPEAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE MATO GROSSO:
DENUNCIANDO INJUSTIÇAS AMBIENTAIS E ANUNCIANDO TÁTICAS DE RESISTÊNCIA***

MICHELLE TATIANE JABER DA SILVA

SÃO CARLOS – SP
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E RECURSOS NATURAIS

***O MAPEAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE MATO GROSSO:
DENUNCIANDO INJUSTIÇAS AMBIENTAIS E ANUNCIANDO TÁTICAS DE RESISTÊNCIA***

MICHELLE TATIANE JABER DA SILVA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciências. Área de Concentração em Ecologia e Recursos Naturais.

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MICHÈLE SATO

SÃO CARLOS – SP
2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

S586mc

Silva, Michelle Tatiane Jaber da.

O mapeamento dos conflitos socioambientais de Mato Grosso: denunciando injustiças ambientais e anunciando táticas de resistência / Michelle Tatiane Jaber da Silva.-- São Carlos, UFSCar, 2012.
253 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Ecologia. 2. Conflitos socioambientais. 3. Educação ambiental. 4. Táticas de resistência. I. Título.

CDD: 574.5 (20^a)

Michelle Tatiane Jaber da Silva

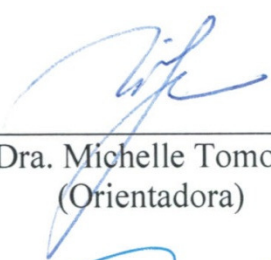
O MAPEAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE MATO GROSSO: DENUNCIANDO INJUSTIÇAS AMBIENTAIS E ANUNCIANDO TÁTICAS DE RESISTÊNCIAS

Tese apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovada em 23 de março de 2012

BANCA EXAMINADORA

Presidente



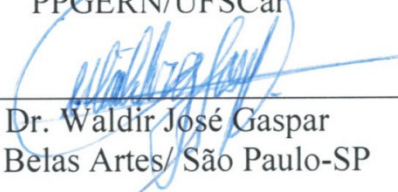
Prof. Dra. Michelle Tomoko Sato
(Orientadora)

1º Examinador



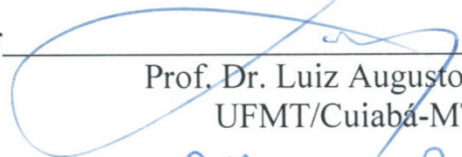
Prof. Dr. José Eduardo dos Santos
PPGERN/UFSCar

2º Examinador



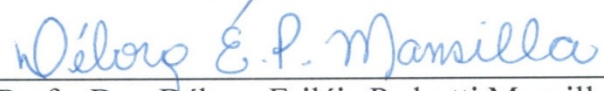
Prof. Dr. Waldir José Gaspar
Escola Belas Artes/ São Paulo-SP

3º Examinador



Prof. Dr. Luiz Augusto Passos
UFMT/Cuiabá-MT

4º Examinador



Prof. Dra. Débora Eriléia Pedrotti Mansilla
UFMT/Cuiabá-MT

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos grupos sociais em condições de vulnerabilidade de Mato Grosso, pela inspiração de suas lutas e resistências que ao denunciarem uma sociedade espoliadora anunciam a esperança.

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”.

(Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido, 1968)



AGRADECIMENTOS

Nas trilhas percorridas para a escrita desta tese pude sempre contar com a colaboração e a solidariedade de muitas pessoas, sem as quais este trabalho não teria o sentido e significância que ocupa em minha vida. Assim, registro neste espaço meus agradecimentos a todos que contribuíram para que este trabalho se materializasse. Os apoios vieram e foram tecidos de várias formas: no apertar das mãos, no entrelaçamento das lutas e dos sonhos, no “carregar o piano” para as coisas acontecerem e a pesquisa fluísse, nas escritas de projetos e relatórios, nas leituras coletivas, na elaboração de mapas, no secar de uma lágrima que teimava em cair ante a tantas injustiças, nas torcidas, nas provocações, e, sobremaneira, na confiança depositada em mim. Tenho convicção que o conhecimento construído nesta pesquisa é somatória destas contribuições. Por isso, e por tudo mais, sou grata a vida e aos cosmos pela oportunidade de fazer parte desta ciranda.

Registro que o percurso deste trabalho seria impossível sem a presença forte e generosa da minha mestre-orientadora-amiga Michèle Sato. Que para muito além de ciência, me ensina cotidianamente a pensar a vida a partir de “suas margens”, mostrando a beleza e a intensidade das lutas por justiça e na imprescindível capacidade de se indignar frente às barbáries contemporâneas. Michèle me provoca a ousar e me entregar cada vez mais, demonstra em seu trabalho incansável de cientista-militante que sem partilha a vida perde o sabor. Presto a você minha mais sincera gratidão e admiração.

Merece espaço especial nesta seção de agradecimentos, Fátima Jaber, minha mãe, mulher aguerrida e incrível, a qual me ensina coisas tão importantes da vida, que são difíceis de serem ditas. Diante de tanto amor que recebo de você, qualquer palavra que busco para expressar minha gratidão se perde diante a sua grandeza. Obrigada mãe por existir, por me incentivar, por me acolher e, principalmente, por ser parte de mim!

Ao professor José Eduardo dos Santos pelo acolhimento, direcionamento e cuidado acadêmico durante toda a trajetória deste doutorado. Meus francos agradecimentos pela generosidade;

Ao professor Dr. Luiz Augusto Passos, guru apaixonante, que pacientemente me ensina a compreender a dinâmica da vida e a exigir mais dignidade a ela.

A Dra. Débora Pedrotti, que muito mais que avaliadora deste trabalho, é amiga-irmã de sonhos e lutas que amo profundamente!

Ao professor Waldir José Gaspar, pelo aceite de avaliar este trabalho e pelas valiosas contribuições;

Ao professores Dr. José Salatiel e Dr. Nivaldo Nordi, membros da Banca Examinadora, pelo aceite;

Ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais (PPGERN) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) pela oportunidade;

Aos meus professores do PPGERN/UFSCar, em especial, Dr. José Eduardo, Dr. José Salatiel Rodrigues Pires, Dra. Maria Inês Salgueiro Lima e Dr. Nivaldo Nordi, pelas imprescindíveis contribuições em minha formação;

Agradeço aos professores, Dr. José Eduardo, Dra. Débora Pedrotti e Dra. Elizabete Zanin, pelas valiosas sugestões e críticas na qualificação deste trabalho;

A FAPEMAT pela imprescindível concessão de bolsa de estudo e pela importante contribuição financeira à realização desta pesquisa;

Ao CNPq pelo apoio aos projetos;

No decorrer deste doutorado muitos laços foram feitos, ganhei novos companheiros de caminhada, velhas amizades se fortaleceram, e outras se perderam, e, nesta estrada de aulas, colóquios, reuniões, escritas, pesquisas, entrevistas, seminários, viagens a campo, militâncias, avanços e recuos algumas pessoas tornaram-se essenciais. Início com agradecimentos a Regina Silva, pela suavidade e doçura do seu companheirismo, na leitura atenta e exigente do trabalho, na colaboração dos mapas, enfim, pela presença amorosa que foi (e ainda é) imprescindível na minha vida acadêmica e pessoal.

Aos meus amigos do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que atreveram-se comigo neste percurso. Cito com destaque: Imara, Lika, Andréa e Rutinha por compartilharem comigo ensinanças, dificuldades e sonhos. Agradecimento carinhoso a Adriana, Aitana, Aluizio, Amanda, Artema, Débora, Denize, Fernanda, Glauce, Heitor, Herman, Ivan, Jorginho, Kelly, Lushi, Mari Taiua, Robertinha, Rona, Rosana, Samuka, Solange Ikeda, Soninha e Vavá; pessoas incríveis que trilham comigo na academia, na militância e na vida. Um agradecimento especial a Soninha pela leitura atenta e revisões da língua portuguesa. A Lushi e Denize pelas auxílios diversos e indispensáveis;

Um eloquente agradecimento a todas as belas pessoas que contribuíram diretamente com os processos de mapeamento social, formando uma rede de solidariedade e amizade. Dentre tantas, quero registrar a preciosa ajuda recebida de pessoas e instituições engajadas no processo: Giba (CIMI); Fernando Francisco Xavier (ICMBio); Beth e Almir (CPT); Rose, Paulo Teixeira e Lilian (CPP); Mari Taiuá e Vitor Peruare (Instituto Maiwu); Cláudia Pinho (Rede de Povos e Comunidades Tradicionais Pantaneiras); Vanda, Salomão e Alonso (FLEC); Miguel e Adriana (FORMAD); Amanda e Tuka (Coletivo Jovem de Meio Ambiente); Lushi, Rosana e Vânia (SEMA); Débora e Gisele (SEDUC); Denize, Tereza e Renato (SEPLAN) e Toinho e Axé (MST). Gratidão a Inácio Werner pela valiosa ajuda na partilha de dados estatísticos. Admiração e agradecimentos aos amigos Xavante: Alcione e Boaventura Xalon pelos desenhos que se tornaram verdadeiros presentes para mim.

Aos incansáveis companheiros de militância da Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA), do Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS); do Instituto Caracol e do Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso (FDHT) com os quais tanto aprendo;

A turma de doutorado em Ecologia, em especial a Ana Sílvia (risadinha), Nicelly e Sílvia, que deixaram a vida em Sanca mais divertida. Ao Dudu e Rose pela acolhida carinhosa no LAPA;

A Ana Flávia Marques, pelo presente da sua amizade, pela inspiração que desperta em mim de ser cada dia melhor;

A minha amada família pelo cuidado e amor, em especial, a minha mãe Fátima, minha vizinha Helena, Jamal (meu irmão!), Kelly, Gabriel, Fabi e Ozana, que na convivência diária souberam ter paciência comigo e compreenderam minhas ausências. Aos meus queridos tios: Jamil, Mohamed e Ismael. E claro, a Cidoca por cuidar de todos nós!

A D. Tininha, Dorinha, Nego e toda família Silva pela força!

As minhas amigas-irmãs que tanto amo: Delma, Juliana, Leila e Ozana. Aos grandes amigos que tenho aos quais destaco: Paty, Joely, Dnne, Gauchinho, Celso, Duzão, Ozéias, Laurinha, Rose, Sirley, Kimura, Cris, Josy, Eliane, Tuti, Daiana e Raquel. As amadas crianças que alegram e despertam o que existe de melhor em mim: Julia, Sofia, Cecília, Felipe, Alexandre, Sabrina e Sarah. A turma de amigos queridos do Raphael Verlangieri: Ana, Carla, Vivi, Jones e Neuza. Estendo minha gratidão a tantas pessoas especiais que tenho privilégio de con-viver.

Um agradecimento carinhoso aos meus bichinhos peludos: Zeus, Vick, Dionísio e Frida pela companhia e alegria cotidiana.

Um expressivo agradecimento aos grupos sociais envolvidos nesta pesquisa, por fazerem fervilhar em mim o desejo de mudança, a luta pela justiça, o grito que extravasa nestes textos e os sentimentos que movem a minha caminhada.

Por último, porém primeiro nas prioridades, agradeço a Deus e a espiritualidade de luz, pela oportunidade de estar viva.

Os meus sinceros agradecimentos, a todas as pessoas que porventura tenha esquecido e que contribuíram para essa caminhada, que apenas se inicia rumo a novos horizontes.

RESUMO

O Estado de Mato Grosso-Brasil, lócus desta pesquisa, é singular do ponto de vista ecológico, abrangendo três importantes biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal, além de um peculiar ecossistema chamado Araguaia. Entretanto, contrastam nessa paisagem os resultados da busca pelo crescimento econômico, centrada fortemente na atividade do agronegócio, das usinas hidrelétricas e de outras atividades que são propulsoras de significativos conflitos socioambientais. Conflitos estes, aflorados quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade do seu modo de vida ameaçada por impactos ambientais indesejáveis, decorrentes da ação de outros grupos. A compreensão dessa dinâmica tão diversa que se faz presente neste território ganha relevo nesta pesquisa, pois, o objetivo central desta tese é mapear os principais conflitos socioambientais presentes nas 12 regiões de planejamento de Mato Grosso e suas causas propulsoras, a partir das narrativas dos grupos sociais vulneráveis. Avaliamos essencial dar visibilidade a estes dilemas, denunciando os conflitos socioambientais de MT, desvelando os riscos que os ecossistemas mato-grossenses estão expostos, as mazelas a que os grupos sociais vulneráveis estão submetidos, e, anunciando novas formas de supressão das violências desenvolvimentistas, agora sob a égide da sustentabilidade. Neste contexto, consideramos que os grupos sociais vulneráveis são os principais atingidos por esse modelo e presumimos que em locais onde os conflitos são mais intensos, as táticas de resistência e formas organizativas são também mais expressivas. Assim, a fim de investigar tais questões, iniciamos em 2008 o projeto de pesquisa “Mapeamento das identidades e territórios do Estado de Mato Grosso”, desenvolvido pelo Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte, da Universidade Federal de Mato Grosso, sob financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso. Neste projeto promovemos dois Seminários de Mapeamento Social, ocorridos na cidade de Cuiabá-MT, nos anos de 2008 e 2010. Em cada um deles reunimos aproximadamente 250 pessoas, representantes dos diversos grupos sociais do Estado. Para uma compreensão deste ‘caldo vigoroso’ recorremos a uma complexidade metodológica que compõe o aporte epistemológico propiciado pela fenomenologia, aliada à práxis do mapa social e pelos valores axiológicos inspirados na cartografia do imaginário. Deste modo, apresentamos nesta tese um panorama geral dos conflitos socioambientais mapeados, possibilitando um retrato da paisagem global de MT. Além disso, oferecemos alguns cenários da paisagem local, evidenciando as lutas de alguns grupos sociais específicos, sendo eles: Comunidade Quilombola de Mata Cavalu, Comunidade Pantaneira de São Pedro de Joselândia, Povo Xavante da Terra Indígena de Marãwaitsédé e Seringueiros da Reserva Extrativista Guariba & Roosevelt. Subsidiados pelo uso de tecnologias de processamento de dados georreferenciados, apresentamos uma espacialização do Mapa dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso com os 194 pontos de ocorrência de conflitos identificados, locais em que existem ameaças de morte e trabalho escravo. As narrativas dos entrevistados apontam a compreensão de que os conflitos mapeados são expressões do modelo de desenvolvimento que levam a destruição dos ecossistemas e o aniquilamento de formas singulares de vidas. O mapeamento revela que as principais forças motrizes diretas (*driving forces*) dos conflitos são: disputas por terra, disputa por água, desmatamento, queimada e uso abusivo de agrotóxicos. No contraponto às práticas impactantes, surgem diversas táticas de resistência que vão desde as vias legais até as mais subversivas. Assim, inscritos em uma educação ambiental que almeja a transformação social com responsabilidade ecológica, consideramos que os resultados apontados neste estudo podem se tornar um referencial aos pesquisadores, governos e sociedade civil; que ao elaborarem as políticas públicas, consigam considerar os conflitos socioambientais nas tomadas de decisão, buscando a participação como uma das molas propulsoras da guinada conceitual, política e científica.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Educação ambiental. Táticas de resistência. Driving Forces.

ABSTRACT

The State of Mato Grosso-Brazil, locus of this research, is singular from the ecological point of view, encompassing three important biomes: Amazon, Cerrado (Savannah) and Pantanal, and also a peculiar ecosystem called Araguaia. However, in this landscape there is a contrast between the results of the search for economic growth strongly centred on the activities of the agribusiness, of the power plants and other activities that are the driving force of significant socio-environmental conflicts. These conflicts that emerge when at least one of the groups has the continuity of their ways of life threatened by undesirable environmental impacts, due to the action of other groups. The understanding of such a diverse dynamic that is present in this territory is emphasized in this research, since the main aim of this thesis is to map the main social environmental conflicts that are in the 12 planning regions of Mato Grosso, from the narratives of the vulnerable social groups. In this context, we consider that the vulnerable social groups are the most affected by this model and we presuppose that in places where the conflicts are more intense, the tactics of resistance and organized forms are also more expressive. So, in order to investigate such issues, we started in 2008 a research Project “Mapping of identities and territories of the State of Mato Grosso”, developed by the Environmental Education, Communication and Arts Research Group of the Federal University of Mato Grosso, sponsored by the Mato Grosso State Research Support Foundation. In this project we have promoted two Seminars on Social Mapping, which occurred in the city of Cuiabá-MT, in 2008 and 2010. In each one about 250 people took part in the seminar, representatives of several social groups of the State. To understand this ‘vigorous broth’ we used a methodological complexity which composes the epistemological contribution provided by the phenomenology, linked to the praxis of the social map and by the axiological values inspired in the cartography of the imaginary. In this way, we presented in this thesis a general view of the socio-environmental conflicts that were mapped, allowing for a picture of the global landscape of MT. Besides, we offered some settings of the local landscape, showing the struggles of some specific social groups, which are: Mata Cavalo Slave’s Descendant Black Community (*Quilombo*), Pantanal’s Community of São Pedro de Joselândia Community, Xavante People of the Indigenous Land of Marãwaitsédé and Rubber-tappers of Guariba & Roosevelt Extractivist Reserve. Subsidized by the use of technologies of the geo-referenced database processing, we presented a spatialization of the Map on the socio-environmental conflicts of the State of Mato Grosso with 194 points of conflicts identified, places where death threatens and slave work exists. The participant’s narratives point to the understanding that the mapped conflicts are expressions of the development model that leads to the destructions of the ecosystems and the annihilation of singular forms of life. The mapping reveals that the main direct driving forces of the conflicts are: dispute for the land, dispute for water, deforestation, burning and abusive use of agricultural pesticides. Opposite to the striking practices, several tactics of resistance appear, that go from the legal procedures to the most subversive ones. Thus, from an environmental education point of view that aims for the social changes with ecological responsibility, we consider that the results shown in this study may become a referential to the researchers, governments and civil society; that when elaborating public policies, they can take into account the socio-environmental conflicts in their decision-makings, seeking for the participation as one of the driving forces of the conceptual, political and scientific for the world transformation.

Keywords: Socio-environmental conflicts. Environmental education. Tactics of resistance. Driving Forces.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 3.1 - TRIPÉ METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	51
FIGURA 3.2 - FOTOS I SEMINÁRIO DE MAPEAMENTO SOCIAL.....	56
FIGURA 3.3 - FOTOS II SEMINÁRIO DE MAPEAMENTO SOCIAL	58
FIGURA 3.4 - ETAPAS QUE ORIENTARAM AS OFICINAS EM MATA CAVALO	61
FIGURA 3.5 - MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA.....	63
FIGURA 3.6 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ESTADO DE MATO GROSSO NO CONTINENTE SUL-AMERICANO.....	64
FIGURA 3.7 - MAPA DAS ÁREAS DE DOMÍNIOS DOS BIOMAS MATO-GROSSENSES.....	65
FIGURA 3.8 - REGIÕES DE PLANEJAMENTO DE MATO GROSSO.....	66
FIGURA 4.1 – TEMPORALIDADE DO PROCESSO DE USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE.....	70
FIGURA 4.2 - INCIDÊNCIA DE POBREZA EM MT.	98
FIGURA 4.3 - CICLO VICIOSO DE DESTRUIÇÃO COM AS ETAPAS DE OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS MATO-GROSSENSES.	110
FIGURA 4.4 - MAPA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS PROVADOS PELA DISPUTA POR TERRA	117
FIGURA 4.5 - LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MATA CAVALO, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, MT.	121
FIGURA 4.6 - MAPA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS APRESENTADOS PELOS QUILOMBOLAS DE MATA CAVALO	123
FIGURA 5.1 - DRIVING FORCES NO CONTEXTO MATO-GROSSENSE.	130
FIGURA 5.2 - INTENSIDADE DAS CAUSAS PROPULSORAS DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.	132
FIGURA 5.3 - LEGENDA CRIADA PARA OS MAPAS TEMÁTICOS.	132
FIGURA 5.4 - MAPA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS GERADOS PELA DISPUTA POR ÁGUA.	138
FIGURA 5.5 - LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE SÃO PEDRO DE JOSELÂNDIA, BARÃO DE MELGAÇO, MT.	149
FIGURA 5.6 - ALGUNS IMPACTOS AMBIENTAIS IDENTIFICADOS EM SÃO PEDRO DE JOSELÂNDIA.....	151
FIGURA 5.7 - IMPACTOS E PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS DE SÃO PEDRO DE JOSELÂNDIA.....	151
FIGURA 5.8 - UTILIZAÇÃO DA ÁREA DESMATADA NA AMAZÔNIA ATÉ O ANO DE 2008.....	155
FIGURA 5.9 - TAXAS ANUAIS DO DESMATAMENTO EM MT – 1988 A 2010.	157
FIGURA 5.10 - ÁREAS DE DESMATAMENTO ACUMULADO EM MATO GROSSO NO ANO DE 1999 E 2007.....	158
FIGURA 5.11 - MAPA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS PROVOCADOS PELO DESMATAMENTO.....	160
FIGURA 5.12 - LOCALIZAÇÃO DA TERRA INDÍGENA MARÁIWATSÉDÉ - MT.....	166
FIGURA 5.13 - DISTRIBUIÇÃO DOS FOCOS DE INCÊNDIOS NA FLORESTA AMAZÔNICA (2003-2006).	171
FIGURA 5.14 - MAPA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS IMPULSIONADOS PELAS QUEIMADAS	172
FIGURA 5.15 - LOCALIZAÇÃO DA RESEX GUARIBA & ROOSEVELT, COLNIZA, MT.	175
FIGURA 5.16 - MAPA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS INCITADOS PELOS AGROTÓXICOS.....	185
FIGURA 5.17 - MAPA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO.	188
FIGURA 5.18 - MAPA TEMÁTICO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO.	189

LISTA DE TABELAS

TABELA 4.1 - RP 03: ESCALAS DE TAMANHO DAS PROPRIEDADES - ÁREAS E PENCENTUAIS.....	106
TABELA 4.2 - ÁREA DESMATADA NOS MUNICÍPIOS DAS RP 03.....	108

LISTA DE QUADROS

QUADRO 3.1 - PANORAMA GERAL DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO DE MT.	67
QUADRO 4.1 - CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DAS 12 REGIÕES DE PLANEJAMENTO DE MT.....	74
QUADRO 4.2 - MATRIZ DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO E CAUSAS PROPULSORAS.....	94
QUADRO 5.1 - PRINCIPAIS FONTES POLUIDORAS DOS CORPOS D'ÁGUA MATO-GROSSENSE.....	147
QUADRO 5.2 - LISTA DAS TI COM MAIOR EXTENSÃO DE ÁREAS DESMATADAS EM MT.....	165

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHE - Aproveitamento Hidrelétrico
AL - Assembleia Legislativa
APA - Área de proteção ambiental
APP - Área de Preservação Permanente
BAP - Bacia do Alto Paraguai
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CJ-MT - Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Mato Grosso
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPT - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPP - Centro de Pesquisa do Pantanal
CPT - Comissão Pastoral da Terra
DETER - Detecção de desmatamento em tempo real
EIA - Estudos de Impactos Ambientais
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FCP - Fundação Cultural Palmares
FDHT - Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FLEC - Fórum de Luta das Entidades de Cáceres
FORMAD - Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
GPEA - Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte
GPMSE - Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação
GPS - Sistema de Posicionamento Global
GT - Grupo de Trabalho
GTMS - Grupo de Trabalho de Mobilização Social
HA - Hectare
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
iC - Instituto Caracol
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICV - Instituto Centro de Vida
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INAU - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso
IPAM - Instituto de Pesquisa Amazônicas
ISA - Instituto Socioambiental
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MCT - Ministério de Ciências e Tecnologia
MEA - *Millennium Ecosystem Assessment*
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MPE - Ministério Público Estadual
MPE - Ministério Público Federal
MPT - Ministério Público do Trabalho
MST-MT - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mato Grosso
MT - Mato Grosso
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG - Organizações Não Governamentais
ONU - Organizações das Nações Unidas
OPAN - Operação Amazônia Nativa
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas
PERH - Plano Estadual de Recursos Hídricos de MT
PIB - Produto Interno Bruto
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA - Programa do Plano Plurianual
PPCDQ/MT - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Mato Grosso
RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REMTEA - Rede Mato-grossense de Educação Ambiental
RESEX - Reserva Extrativista
RP - Região de Planejamento
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEDUC - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso
SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
SESC - Serviço Social do Comércio
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TI - Terra Indígena
TIX - Terra Indígena do Xingu
UC - Unidade de Conservação
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UHE - Usina Hidrelétrica
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UTM - Universal Transversal de Mercator
WWF - World Wide Fund for Nature
ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico
ZSEE-MT - Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 2 - Os CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNDO-MODERNO-COLONIAL.....	26
2.1 - A HERANÇA PREDATÓRIA BRASILEIRA	27
2.2 - OS PROCESSOS DE USO E OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS MATO-GROSSENSES	30
2.2.1 - O PROCESSO DE (DES) ORDENAMENTO TERRITORIAL DE MT – O CASO DO ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO E ECOLÓGICO.....	35
2.3 - OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS - ESPÓLIOS DO MODELO DESENVOLVIMENTISTA.....	40
2.4 - O MAPEAMENTO DAS IDENTIDADES E TERRITÓRIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - BR.....	45
CAPÍTULO 3 - PERCURSO METODOLÓGICO	49
3.1 - ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA CONSTRUÇÃO DO MAPEAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE MT – BRASIL.....	50
3.1.1 - OS CAMINHOS QUE LEVARAM AO MAPEAMENTO DA PAISAGEM GLOBAL DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE MT (MACROCOSMO)	55
3.1.2 - AS TRILHAS DO MAPEAMENTO DA PAISAGEM LOCAL DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS (MICROCOSMO).....	60
3.2 - MATO GROSSO – SEUS HABITATS E HABITANTES.....	63
CAPÍTULO 4 - POLISSEMIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE MATO GROSSO	69
4.1 - OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS TRANSFORMAÇÕES EM CURSO NO TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE	70
4.2 - CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS GERADOS NA DISPUTA PELA TERRA	112
4.2.1 - OS QUILOMBOLAS E AS DISPUTAS TERRITORIAIS.....	119
4.2.2 - COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MATA CAVALO – PRESSÕES E AMEAÇAS	121
CAPÍTULO 5 - AS DENÚNCIAS DE UMA SOCIEDADE INJUSTA: EVIDÊNCIAS NAS CAUSAS DIRETAS DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	126
5.1 - AS FORÇAS MOTRIZES QUE IMPULSIONAM OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	127
5.2 - CONFLITOS GERADOS POR DISPUTA PELA ÁGUA.....	134
5.2.1 - A GERAÇÃO DE ENERGIA HÍDRICA E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS	140
5.2.2 - SÃO PEDRO DE JOSELÂNDIA – NA DINÂMICA DAS ÁGUAS PANTANEIRAS	148
5.3 - CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS PROVOCADOS PELOS DESMATAMENTOS	153

5.3.1 - O DESMATAMENTO NAS TERRAS INDÍGENAS MATO-GROSSENSSES	161
5.3.2 - TERRA INDÍGENA MARÃIWATSÉDÉ.....	166
5.4 - CONFLITOS PROVOCADOS PELAS QUEIMADAS	169
5.4.1 - SERINGUEIROS DA RESEX GUARIBA & ROOSEVELT	175
5.5 - CONFLITOS GERADOS PELO USO ABUSIVO DE AGROTÓXICOS	180
5.6 - O MAPA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO	186
CAPÍTULO 6 - UM SOPRO DE ESPERANÇAS.....	190
6.1 - AS TÁTICAS DE RESISTÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM MT	191
6.2 - PALAVRAS FINAIS	199
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	204
APÊNDICES	204
ANEXOS	239

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Para os que virão

Thiago de Mello

*Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.*

*Sabendo que não vou ver
o homem [mulher] que quero ser.*

*Já sofri o suficiente
para não enganar a ninguém:
principalmente aos que sofrem
na própria vida, a garra
da opressão, e nem sabem.*

*Não tenho o sol escondido
no meu bolso de palavras.
Sou simplesmente um homem [mulher]
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular - foi deixando,
devagar, sofredamente
de ser, para transformar-se
- muito mais sofredamente -
na primeira e profunda pessoa
do plural.*

*Não importa que doa: é tempo
de avançar de mão dada
com quem vai no mesmo rumo,
mesmo que longe ainda esteja
de aprender a conjugar
o verbo amar.*

*É tempo, sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.*

*Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros)
Se trata de abrir o rumo.*

*Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando.*

*Grafismo Indígena do povo Xavante;
Foto: Ipê amarelo no Pantanal Mato-grossense, 2010;
Arquivo da pesquisadora.*



Equilíbrio, harmonia, beleza e controle são adjetivos comuns à natureza e, não raro, encontramos imagens como a de uma pomba branca pela paz ou de mãos humanas envolvendo a Terra, apontando um viés antropocêntrico e obstinação pela ordem. Reflexo do desejo humano em eliminar o caos, desde que não tem controle sobre ele, o imaginário da maioria reveste-se da ilusão da vida em total detrimento da morte.

No campo da educação ambiental reinam atividades de coleta seletiva de lixo, do cultivo de hortas orgânicas ou da reprodução dos discursos sustentáveis, geralmente isentas de um sentido crítico sobre os modelos de desenvolvimento ou das ações humanas que destroem a natureza, que por sua vez não se limita a ser um “recurso natural”, mas possui sentidos e significados para muito além do uso humano.

Sob essa pseudo-ordem, clamada pela a educação ambiental é confinada a uma ingênua visão utilitarista quando, por exemplo, transfere às crianças o poder de salvar o planeta ao consumirem produtos recicláveis. Avolumam-se os problemas, nesse caso, e sob essa ótica torna-se fácil acusar a educação ambiental como sendo uma ferramenta que não é capaz de resolvê-los. Partimos da premissa de que a educação ambiental é política e se situa na arena de disputas, de ameaças e dilemas, para muito além da harmonia anunciada em sua ingênua visão.

O Estado de Mato Grosso (MT), *lócus* desta pesquisa, é singular do ponto de vista ecológico, ao abranger três importantes biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal, além de um peculiar ecossistema chamado de Araguaia. Neste território, as diversas paisagens oferecem-nos inúmeras belezas naturais, rica biodiversidade e uma gama de serviços ecossistêmicos¹. Além disso, conta com um mosaico de identidades tão rico quanto a sua biodiversidade, formando uma grande rede tecida por grupos, como os povos Indígenas, as comunidades quilombolas, os agricultores familiares, os assentados, os seringueiros, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os retireiros do Araguaia (SILVA, 2011), dentre outros grupos que se espalham pelo Estado e lutam, paulatinamente, por uma vida digna em um ambiente preservado.

¹ As populações humanas obtêm diferentes benefícios dos ecossistemas, esses benefícios são chamados de serviços ecossistêmicos, cuja capacidade provedora depende de complexas interações biológicas, químicas e físicas, que muitas vezes são afetadas pelas atividades humanas. Esses serviços são divididos em: provisão (alimentos, água, madeira e fibras), regulação (do clima, das inundações, dos resíduos e da qualidade da água), culturais (religioso, recreacional, valores e estética), e suporte (formação do solo, fotossíntese e ciclo de nutrientes etc) (ONU, 2005).

Entretanto, contrastam nesta paisagem os resultados da busca incessante pelo crescimento econômico, centrada fortemente na atividade econômica do agronegócio exportador, caracterizado por contínuas áreas de modernas fazendas com grandes extensões de terras, dedicadas à monocultura de alta tecnologia, mecanização, irrigação, pouca mão-de-obra e destinando grande parte da produção à exportação. Esse modelo é também caracterizado pela violência de suas práticas de concentração de terras, convertendo gigantescas áreas de matas em monoculturas, em pecuária, em usinas hidrelétricas e em outras atividades que visam o lucro imediato, negligenciando outras formas de vida e provocando significativos conflitos socioambientais.

A compreensão dessa dinâmica tão diversa que se faz presente neste território ganha relevo nesta pesquisa, pois, nestes entremeios de divergências e de contradições, entre crescimento econômico e sustentabilidade, são fomentados os conflitos socioambientais, considerados subprodutos do cenário de dominação capitalista, e eleito como núcleo investigativo desta pesquisa.

Esses conflitos se constituem em embates entre grupos sociais que atribuem significados distintos aos territórios e apresentam modos diferenciados de se relacionar com o ambiente, com grupos que, muitas vezes, são impulsionados a ocupar o território visando benefícios econômicos. Os conflitos perfazem num campo polissêmico marcado por disputas, que pressupõem as relações de poder que permeiam as práticas sociais. Nos espaços que se estabelecem os conflitos socioambientais não estão em disputa somente os bens e os serviços ecossistêmicos, mas também as formas distintas de apropriação dos territórios, assim como, a manutenção da cultura.

O sociólogo Henri Acselrad (2004, p. 26), um dos pensadores mais atuantes neste campo de investigação no Brasil, elabora a noção de conflitos ambientais como sendo:

[...] os conflitos que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Para este autor, temos o grande desafio de compreender a rede intrincada dos processos socioecológicos que imbricam os conflitos socioambientais, destacando que, inevitavelmente, a natureza está no interior do campo dos conflitos sociais (ACSERALD, 2004, p. 9).

Os choques provocados por essas divergências ficam bastante evidentes em MT, revelando a pseudorriqueza do Estado pela agricultura empresarial e os inúmeros dilemas vivenciados nestes espaços. Nesta perspectiva, se constitui como objetivo desta tese **mapear os principais conflitos socioambientais e suas causas propulsoras presentes nas 12 regiões de planejamento do Estado de MT a partir das narrativas dos grupos sociais vulneráveis**². Conflitos estes vivenciados por grupos que são atingidos diretamente pelos projetos econômicos de desenvolvimento.

Apresentamos os conflitos e causas mapeados por região de planejamento (RP), com intuito de colaborar com o planejamento. A finalidade é facilitar a leitura do mapa e evidenciar a necessidade de, ao se fazer o planejamento de MT, que os conflitos mapeados sejam considerados nas tomadas de decisão e na elaboração de políticas públicas. Em especial no tocante ao ordenamento territorial do Estado, que até então vem negligenciando os grupos sociais e os conflitos vividos por eles. Esta forma de regionalização do Estado em 12 RP tem sua origem a partir dos dados do diagnóstico do meio físico-biótico e socioeconômico do projeto do Zoneamento Sócio-econômico Ecológico de Mato Grosso (ZSEE) a partir das análises temáticas e dos mapeamentos que compuseram esse estudo (MATO GROSSO, 2008a).

Diante do histórico de consolidação da agricultura empresarial empregada em MT e a prevalência da dimensão econômica em detrimento das demais, no transcorrer deste trabalho **postulamos a insustentabilidade ecológica e social do modelo de desenvolvimento adotado no Estado** e buscamos evidenciar que **os grupos sociais vulneráveis são os principais atingidos por esse modelo desigual**. Confirmando assim, a célebre frase de Foucault (2004, p.241) de que “onde há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência”.

No arcabouço conceitual e ideológico em que situamos essa tese, que considera os conflitos como inerentes ao mundo social, **presumimos que em locais onde os conflitos são mais intensos, as táticas de resistência e formas organizativas são também**

² Adotamos como definição de grupos sociais vulneráveis, grupos que por condições econômicas, sociais, culturais, étnicas, políticas, educacionais e de saúde têm as diferenças, estabelecidas entre eles e a sociedade envolvente, transformadas em desigualdade e violação da cidadania. A desigualdade, entre outras coisas, os torna incapazes ou pelo menos, dificulta enormemente, a garantia de seus direitos, a capacidade de livremente expressar suas vontades e seus modos de vida (GUIMARÃES; NOVAES, 2010).

mais expressivas. Por isso, consideramos essencial dar visibilidade a estes dilemas, **denunciando** os conflitos socioambientais de MT, desvelando os riscos que os ecossistemas mato-grossenses estão expostos, as mazelas a que os grupos sociais vulneráveis estão subjugados, e, **anunciando** novas formas de supressão das violências desenvolvimentistas, agora sob a égide da sustentabilidade.

Buscando um sopro de esperança, a tese apresenta algumas táticas de contestação, de mobilização e de resistência exercidas pelos grupos sociais. No entanto, sublinhamos que o objetivo da tese está centrado no mapeamento dos conflitos socioambientais. Acreditamos que se os grupos envolvidos nos conflitos compreenderem suas causas propulsoras [*driving force*], bem como, entendê-las no contraponto dos elementos favoráveis e desfavoráveis, a luta possibilita a urdidura de táticas coletivas para o gerenciamento dos territórios mato-grossenses. Pois, ao denunciarmos as agressões e identificarmos as causas, os grupos sociais poderão ter mais visibilidade em seus enfrentamentos para agirem de forma mais firme e articulada, contribuindo assim, com anúncio de uma vida mais digna.

Seguindo as formulações teóricas de Homi Bhabha (2003) aspiramos conhecer a realidade mato-grossense a partir de suas discontinuidades, de suas margens, das vivências das minorias e dos conflitos socioambientais encarados; para Bhabha (2003), as diferentes culturas atribuem novos significados e sentidos díspares para o processo de mudança histórica, recusando uma narrativa unitária da nação.

Assim, para promover o mapeamento dos conflitos socioambientais nessas RP, iniciamos em 2008, uma ousada proposta de construir o “Mapeamento das identidades e territórios do Estado de Mato Grosso – Brasil”, na forma de projeto de pesquisa, desenvolvido pelo Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O projeto foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), com os objetivos de revelar as múltiplas identidades presentes nos territórios e mapear seus processos de conflitos e injustiças ambientais. Nesta perspectiva, os inscritos neste projeto se

dedicaram a construir o “Mapa Social³” do Estado de MT, para isso promovemos dois Seminários de Mapeamento Social, ocorridos na cidade de Cuiabá-MT, nos anos de 2008 e 2010. Nestes seminários contamos com a participação de diversos grupos sociais, reunindo aproximadamente 250 pessoas em cada um deles, sendo estas lideranças que representaram os movimentos, os sindicatos, as cooperativas, as redes, os agricultores familiares, os assentados, os acampados, os indígenas, os quilombolas, os seringueiros, os retireiros do Araguaia, os pantaneiros, as comunidades tradicionais e os grupos sociais diversos que habitam as 12 RP do Estado. As pessoas presentes foram indicadas pelos seus pares, representando-os com o propósito de debater as identidades e os territórios de MT, assim como realizar um amplo diálogo sobre os conflitos socioambientais.

No âmbito deste projeto, a esta tese coube o desafio de promover o mapeamento dos conflitos socioambientais. Pretensiosamente consideramos este mapeamento como um passo para alcançar o “inédito-viável⁴”. Os dilemas ou as chamadas “situações-limites” a que esses grupos sociais vulneráveis estão sujeitos são conceituadas por Freire (1992) como barreiras e enfrentamentos que os homens e mulheres encontram em sua caminhada, diante das quais podem assumir várias atitudes, como a de se submeterem a elas ou, então, vê-las como obstáculos a serem vencidos.

Para enfrentá-las é necessária uma práxis que busque o “inédito-viável” e lute contra as injustiças ambientais, compreendidas aqui como forças que afetam as classes economicamente desfavorecidas e, portanto, mais vulneráveis do ponto de vista socioambiental. Para combater essas situações faz-se imperativamente importante a luta por justiça ambiental, definida como um conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004).

³ Esse termo foi cunhado pelos sujeitos envolvidos neste projeto e adotado pelas pesquisadoras. Assim, vale destacar que quando nos referimos ao Mapa Social, estamos tratando do mapeamento dos grupos sociais, realizado por Silva (2011), o mapeamento dos conflitos socioambientais apresentado nesta tese e demais mapeamentos em curso.

⁴ O sentido do inédito-viável relaciona-se ao devir, ao entendimento de que a realidade não é, mas está sendo. O inédito-viável é compreendido como uma palavra-ação, práxis, imbuída de uma enorme carga afetiva, cognitiva, política, epistemológica, ética e ontológica. O inédito-viável carrega em si: esperanças, crenças, valores, sonhos, desejos, aspirações, medos, ansiedades, vontade e possibilidade de saber, fragilidade e grandezas humanas, portanto, convergindo com as práticas instituintes. (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2008, p. 231 - Dicionário Paulo Freire).

Importa ressaltar que este estudo percorre as trilhas da justiça ambiental e da educação ambiental, dedicando-se ao combate da degradação ambiental, considerando a inclusão e a participação dos sujeitos na elaboração e no acompanhamento das políticas públicas que possam proporcionar melhor qualidade de vida e sustentabilidade ecológica. De acordo com Sato e Passos (2002, p. 2) “na tessitura desta diversidade, cremos que o maior desafio da educação ambiental se ajusta na busca da alteridade - no respeito aos diferentes”.

Neste prisma, adotando a premissa freiriana (FREIRE, 1980, p. 28) de que “não posso denunciar a estrutura desumanizante se não penetro para conhecê-la”, buscamos no **Capítulo 02 – Os conflitos socioambientais no mundo-moderno-colonial**, discutir e conhecer o processo de dominação dos territórios e das culturas locais historicamente presente no Brasil e em MT podendo considerá-lo, diante dos fatos históricos que possuímos, como sendo uma herança predatória advinda do colonialismo mercantilista imposto às Américas. Essa herança predatória está fortemente evidente no contexto atual de ordenamento dos territórios mato-grossenses por meio do ZSEE, também abordado neste capítulo. Em contraponto à invisibilização das identidades e conflitos promovida pelo ZSEE, anunciamos no tópico final deste capítulo experiências de mapeamentos que buscam contrapor a invisibilidade dos grupos sociais vulneráveis.

O itinerário metodológico que guiou essa tese recorreu ao aporte *epistemológico* propiciado pela fenomenologia (MERLEAU-PONTY, 1971; 1999; PASSOS, 2009; SATO, 2001; LÉVINAS, 1988), aliada à *práxis* do Mapa Social (SILVA, 2011) que foi conduzida pelos valores *axiológicos* inspirados pela Cartografia do Imaginário (SATO, 2011), completando assim, o tripé da epistemologia, praxiologia e axiologia. O detalhamento deste complexo metodológico é discutido no **capítulo 3 - Percorso metodológico** desta tese.

A construção e a sistematização das informações foram elaboradas a partir das autonarrativas dos representantes de vários grupos sociais do Estado durante suas participações nos seminários, assim como registradas nas pesquisas de campo. Também foram realizadas pesquisas bibliográficas, consulta a dados secundários, tais como sites e relatórios técnicos. Após a coleta de dados, fizemos a digitalização das informações coletadas formando um banco de dados em um Sistema de Informações Geográficas (SIG), utilizando o software ESRI ArcGis/ArcMap (versão 10.0).

Consideramos relevante apresentar um panorama geral dos conflitos socioambientais, possibilitando um retrato da paisagem global de MT, mas, recorreremos também a uma investigação mais localizada, evidenciando as lutas de alguns grupos sociais. Desta forma, exemplificamos alguns conflitos vividos por determinados grupos mato-grossenses: Comunidade Quilombola de Mata Cavallo (localizada no município de Nossa Senhora do Livramento, bioma – Cerrado); Povo Xavante da Terra Indígena de Marãwaitisé (habitantes da região do Vale do Araguaia, bioma – Amazônia); Comunidade de São Pedro de Joselândia (localizada no município de Barão de Melgaço, bioma – Pantanal) e Seringueiros da Reserva Extrativista Guariba & Roosevelt (Colniza, bioma – Amazônia). Dando visibilidade do macrocosmo (paisagem global), assim como, de alguns microcosmos (paisagem local).

Importa afirmar que nesta pesquisa não almejamos um censo, no qual se busca somente apontar o número de conflitos socioambientais e/ou suas taxas de incidência. Aspiramos demonstrar o grau de riscos em que os ambientes e os grupos sociais de MT estão expostos e suas maneiras de fazer os enfrentamentos por um mundo mais justo. Grupos estes herdeiros de uma ocupação predatória e que são em muitos casos “atingidos pelo desenvolvimento” (MAZZETTO, 2006, p. 40), silenciados, invisibilizados diante do poder do capital e das políticas públicas.

Compreendemos os conflitos como algo intrínseco ao universo social, fator que julgamos essencial ao exercício da democracia, especialmente, em sociedades marcadas pela disputa de poder. Entretanto, não podemos deixar que esse enfrentamento seja algo negligenciado, invisibilizado ou mesmo banalizado. Neste âmbito, levamos em consideração a percepção foucaultiana (FOUCAULT, 2004) que ressalta que, as disputas de poder são próprias das práticas sociais. Assim, deslocamos a questão do poder do âmbito somente do Estado, para formas de poder que se estendem por toda sociedade, adentrando a vida cotidiana.

Os resultados dos conflitos mapeados são apresentados e discutidos com tenacidade no **Capítulo 4 - Polissemia dos conflitos socioambientais de Mato Grosso**. Neste capítulo apresentaremos quais RP caracterizam como mais conflituosas e quais são as principais causas propulsoras destes conflitos. As informações ofertadas apontam a compreensão de que os conflitos socioambientais mapeados são expressões do modelo

de desenvolvimento⁵ adotado em MT, responsável pela destruição dos ecossistemas e pelo aniquilamento de formas singulares de modos de vidas. O referido modelo acelera a economia em detrimento da ecologia e da sociedade, tornando, assim, uma falácia o discurso recorrente de um Estado com sustentabilidade (assentado no tripé economia-ecologia-equidade social). Pois, diante da conjuntura vivenciada em MT, é evidente que a economia sobrepõe aos interesses e importâncias de proteção ecológica e inclusão social.

Destarte, o mapeamento revela que as disputas por terra, disputas por água, desmatamentos, queimadas e usos abusivos de agrotóxicos compõem as principais *driving force* dos conflitos socioambientais em MT. De acordo com as informações oferecidas pelos sujeitos desta pesquisa, grande parte das causas propulsoras [*driving force*] dos conflitos socioambientais tangencia a disputa pela terra. Configurando assim, a dominação e a invasão dos territórios questões centrais na compreensão dos conflitos socioambientais existentes em MT. Afinal, a dominação e a concentração de terras implicam em outras disputas como o acesso a água e a outros bens naturais (madeira, minérios, etc.). Deste modo, daremos destaque a esta questão tão relevante no cotidiano de lutas dos sujeitos desta pesquisa.

As *driving forces* (forças motrizes) que impulsionam os conflitos são apresentadas no **capítulo 5 - As denúncias de uma sociedade injusta – evidências nas causas dos conflitos socioambientais**. As chamadas *driving forces* ou forças motrizes, conforme o relatório *Drivers of Change in Ecosystem Condition and Services* da *Millennium Ecosystem Assessment (MEA)*, importante documento publicado pela ONU (Organizações das Nações Unidas), são fomentadas por fatores naturais (radiação solar, eventos climáticos, erupções vulcânicas e terremotos) ou induzidos pelo ser humano que direta ou indiretamente provocam mudança em um ecossistema (NELSON et al., 2005). Neste trabalho o enfoque dado centra-se nas atividades humanas, pois, é por meio delas que os conflitos socioambientais são originados.

Essas forças motrizes são categorizadas em causas diretas e indiretas. Sendo considerados, como **causas indiretas** de mudanças os fatores: demográficos,

⁵ A noção de modelo de desenvolvimento procura descrever o modo pelo qual as sociedades produzem e se reproduzem. A apropriação do mundo material para a realização dos fins aceitos como socialmente desejáveis é movida por formas econômicas (relativas à competição, à acumulação, ao intercâmbio), formas sociais (como as que caracterizam as relações de trabalho e os mecanismos redistributivos) e técnicas (relativas aos modos de artificialização utilitária do mundo) (ACSELRAD; LEROY, 1999).

econômicos, políticos, tecnológico e cultural. Como **causas diretas**, que incluem os diferentes tipos de usos da terra relacionados às atividades humanas, são citadas: conversão de terras (desmatamento e queimadas), uso de fertilizantes e agrotóxicos nas plantações, introdução de espécies invasoras e mudanças no clima (NELSON et al., 2005).

Para cada uma das principais driving force diretas discutidas neste trabalho, buscamos contribuir com uma descrição do quadro geral no contexto do Estado, assim como, uma vivência empírica em algumas das comunidades pesquisadas para corroborar o quanto as interferências no macrocosmo acarretam e comprometem a vida do microcosmo.

Além disso, relatamos também neste capítulo as narrativas de vários grupos sociais que foram e ainda são agredidos, violentados e expulsos de suas terras; várias etnias indígenas que perderam seus espaços sagrados e mantêm-se, paulatinamente, num processo de grandes disputas pela defesa de seus territórios⁶. Este capítulo evidencia a vulnerabilidade que os grupos sociais enfrentam, acenando para a necessidade de ações coletivas na busca por alternativas que possam minimizar os impactos e os embates. Mesmo compreendendo que os conflitos são inerentes às práticas sociais, consideramos que eles podem ser atenuados se conduzidos de forma justa, dialógica e democrática, na tentativa de construir ações que, participativamente, possam minimizá-los.

Ao final deste capítulo, subsidiados pelo uso de tecnologias de processamento de dados georreferenciados, apresentamos uma espacialização dos conflitos socioambientais identificados, composto pelos pontos de ocorrência dos conflitos, os locais em que existem ameaças de morte e trabalho escravo; estes pontos foram organizados no **Mapa dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso**. Estamos cientes que o universo mapeado não esgota as inúmeras situações-limites existentes e

⁶ Registramos que iniciamos cada capítulo com um desenho/grafismo indígena, que são comumente utilizados em: pedra, cerâmica, papel e no próprio corpo. Cada um expressa um significado, levando junto de si a força dos animais, dos mitos, dos espíritos e toda a história de um povo. Utilizando-se, na maioria das vezes, de pigmentos naturais. Em especial, a cultura Xavante utiliza urucum, carvão, barro (“ti’a”) e argila de cores branca, vermelha e preta, para caracterização por meio de pintura corporal em dia de festa tradicional (GASPAR, 2009), assim como, em dia de enfrentamentos. As imagens escolhidas nesta tese representam para a etnia a luta, a força e a guerra. Táticas que utilizam no enfrentamento dos conflitos. Os desenhos foram feitos pelos indígenas Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé, em dedicatória especial a esta tese. Aos Xavante minha admiração e gratidão.

ainda não visíveis em MT, mas denunciam uma parte dos problemas desta imposição dos grandes projetos, refletindo uma parcela importante dos casos de conflitos.

O **capítulo 6 – Um sopro de esperança** anuncia algumas táticas de enfrentamentos. Afinal, os territórios não estão sendo dominados e expropriados de forma pacífica, persistindo o grito de resistência dos grupos sociais atingidos. Algumas reinvenções do cotidiano (CERTEAU, 1994) são apresentadas. Este capítulo vem apresentar as respostas das seguintes questões: *Como seu grupo/ comunidade/ povo tem combatido esses conflitos socioambientais? Qual a maior força do seu grupo/comunidade/povo para enfrentar esses conflitos? E qual a maior dificuldade?*

Entre mapas políticos, demográficos, históricos ou geográficos, buscamos, sobremaneira, expressar a subversão silenciosa dos grupos sociais vulneráveis em suas lutas e táticas. Para Certeau (1994, p. 342) a ‘cultura comum’ lança caminhos plurais para fugir da dominação, enfrentar a violência, provar as formas sociais do saber, dar nova forma ao presente e realizar transformação sem as quais não há exercício da liberdade.

Para que a paisagem de degradação se transforme em um novo horizonte, anunciando mais proteção ecológica e inclusão social, é preciso que estejamos engajados e subsidiando políticas públicas para que o planejamento socioambiental do Estado possa considerar a riqueza das paisagens naturais, assim como, as diferentes identidades que aqui habitam.

Nesta tese, *denunciamos* um vasto mundo de conflitos socioambientais no estado de MT, sem nos esquecer de *anunciar* algumas táticas possíveis para que, afinal, a luta dos educadores ambientais não seja somente a harmonia, mas que conjugue sabores e dissabores, derrotas e vitórias e outros significados binários que não são opostos, mas complementares em sua dinâmica existencial. Pela inspiração freiriana, mapeamos os conflitos ambientais para que a luta a favor da liberdade deixe de ser uma pedagogia da opressão para se transformar na pedagogia da esperança.

OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNDO-MODERNO-COLONIAL

Des-velar os 500

D. Pedro Casaldáliga

É des-velar a história, viu, menino?!
Tirar o véu que cobre, de mentiras,
a história que você, menina, aprende ainda hoje
na TV, na escola, nos discursos que jogam lá do alto
do poder e do lucro.

Esses 500 todos que te em-globam,
Brasil (Brazil efemeitizado),
foram e são (virão a ser um dia!) outros 500...
É des-velar a história e revelar a vida.

É descobrir que não nos descobriram
e que cegaram despiadadamente
(que tentaram cegar)

5 milhões de mananciais indígenas
e outros milhões de liberdades negras.

É quebrantar a cara de tanto bandeirante
monumento-vergonha
amassado de sangue e de cobiça.
É dar o nome certo -de genocida do país irmão -
ao Duque de Caxias.

É desfolclorizar o Aruanã
e devolver, por fim, a cada povo
seu nome, sua terra, seu futuro.

É respeitar a lua e a escada florestal
por onde desce o Deus-Tupã,
por onde querem seguir subindo
as ancestrais cantigas

É revelar as lutas, a beleza,
o arco-íris de nações e rostos do Brasil verdadeiro
(tão mal-contado, tão roubado ainda,
tão necessariamente liberando!)

O grito de Sepé Tiaraju, o rosto de Zumbi,
o cajado de Antônio Conselheiro,
a teimosia em flor de Margarida,
a herança do Xicão...

É recordar, com sangue na memória,
cobrando da Justiça, que massacrando povo camponês
em Eldorado houve um governador e uns comandantes.

É perguntar à alma da bandeira
- que ordem é a "ordem",
que progresso, o "progresso"?

É des-velar e revelar a História,
em cada coração em todas as veredas
deste outro Brasil
desses outros 500.

Desenho Xavante Conquistador – Boaventura Xalon

Foto da Amazônia em Juína, MT;

Arquivo da pesquisadora.

2.1 - A HERANÇA PREDATÓRIA BRASILEIRA

O processo de dominação dos territórios e das culturas locais faz-se historicamente presente no Brasil. Podemos afirmar que possuímos uma herança predatória advinda do colonialismo mercantilista imposto nas Américas. Colonização esta marcada pela destruição dos nossos biomas e pela expropriação e genocídio de vários povos. Segundo Souza-Filho (2003), as guerras que Portugal e Espanha travaram contra a resistência dos povos da América foram marcadas pela desigualdade de condições e pela crueldade. Certamente, “se pudéssemos visualizar num grande mapa da América o caminho traçado por cada povo até o lugar onde se encontra hoje, seguramente veríamos trilhas de sangue por toda imensidão das florestas, cerrados, campos e montanhas” (p. 75).

Os povos indígenas foram os primeiros a conhecerem a fúria por terra e ‘riquezas’ dos colonizadores que aqui chegaram. Podemos considerar que no conflito estabelecido entre os colonizadores e os povos indígenas, reside o início da primeira luta entre diferentes no Brasil. “A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos ‘filhos do sol’ em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido” (OLIVEIRA, 1996, p. 15).

Além do genocídio promovido contra os povos indígenas, os europeus seguiram com o processo de subjugação cultural no truculento processo da escravidão de homens e mulheres que foram trazidos para o Brasil para servir de mão-de-obra ao longo de mais de três séculos, prática que se estendeu pelos anos de 1530 a 1850 (FREYRE, 1998). Neste período, os portugueses trouxeram inúmeros escravos de suas colônias africanas para o Brasil. Vendidos pelos mercadores, como se fosse um povo sem identidade, os negros eram obrigados a “esquecer” as culturas e as origens e se “converterem” à fé de seus senhores (FREYRE, 1998). “A violência colonial não se atribui apenas ao objetivo de controlar esses homens dominados, ela procura desumanizá-los” (SARTRE, 1979). Ou como assevera Freire (2000a), um processo que “desgentifica” os homens e as mulheres.

Aos povos, restava sucumbir-se à opressão ou fugir do domínio e maus tratos a eles direcionados. A fuga conduzia para lugares distantes do centro urbano, geralmente de difícil acesso como os quilombos ou mocambos, que negava o regime de cativo da

sociedade escravocrata. Os quilombos são exemplos de que a escravidão não existiu sem resistência dos grupos oprimidos e explorados.

A mesma forma combativa exercida sobre os povos foi também praticada à biodiversidade brasileira. De acordo com o historiador José Augusto Pádua (2002) aos olhos dos europeus, acostumados a gerir um espaço de dimensões muito mais modestas, os biomas brasileiros pareciam como horizontes praticamente sem limites e os elementos da natureza como inesgotáveis. Citando uma carta escrita por Pero Vaz Caminha em 1500 o historiador explicita essa questão, “as águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!” (p.55).

A saga destrutiva dos ecossistemas continuou a ser cumprida obstinadamente em vários ciclos econômicos no Brasil, e dentre os ciclos destacam-se o do pau-brasil, do ouro, do café, da cana-de-açúcar, do látex da borracha, da pecuária e o mais recente o da soja. Esses ciclos econômicos foram promovidos nos diversos ecossistemas, pois na medida em que os ambientes eram exauridos, a fronteira exploratória avançava (e ainda avança) em direção a outros ecossistemas ainda intactos deixando as marcas da violência nos *habitats* e nos habitantes.

Dirigidos pela concepção hegemônica de desenvolvimento sob a égide do modo de produção capitalista o sistema produção-consumo ainda segue o *modus operandi* do praticado no Brasil colônia, em que apenas uma minoria controla a economia e dita as regras do mercado, em detrimento de uma grande maioria. Com isso, foram assentando-se as oligarquias garantindo a permanência e praticamente uma perpetuação de latifundiários. Concordamos com Porto-Gonçalves (2004) quando afirma que vivemos num mundo-moderno-colonial (conforme o título deste capítulo). Este termo foi lançado por Walter Mignolo (2003; 2008) para caracterizar a retórica de poder do universalismo europeu. Mignolo (2003) chama a globalização atual de “colonialismo global” uma expressão contemporânea da “colonialidade do poder”, exercida pelos europeus e agora gerenciada pelas corporações transnacionais. Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) afirmam que o mundo moderno não é compreensível sem a colonialidade, vivemos ainda hoje um sistema mundo moderno-colonial e não simplesmente um mundo moderno.

Essas acepções se aproximam das teorias pós-coloniais, embasadas principalmente, em Frantz Fanon (1979), Homi Bhabha (2003) e Benedict Anderson

(2008). Aproximam-se na consideração da colonização como prática ainda vigente e estampada no contingente de populações marginalizadas. Manifestando-se “nos grupos étnicos e imigrantes em países do primeiro mundo, passando pelas populações internamente colonizadas, como as populações indígenas da América Latina, até outros grupos de oprimidos em termos representacionais, como as mulheres” (MACHADO, 2004, p. 20). Afinamos com as teorias pós-coloniais na busca em descrever o mundo moderno a partir da perspectiva do colonizado, ou como afirma Guha (1996), no repensar a história de um ponto de vista dos subalternos.

Temos ainda a marca deste processo impositivo e violento de colonização, mais que isso, possuímos a herança predatória (PÁDUA, 2002) na maneira de nos relacionarmos com ambiente, compreendido por muitos como mercadoria e recurso. Sobremaneira, herdamos uma herança de extinguir (seja da forma como for) formas distintas de racionalidades não capitalistas. Como salienta Aníbal Quijano (2005) o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade, que é praticada ainda hoje.

Desta maneira, podemos assegurar que o período atual da globalização não surge no vazio, mas traz em seu bojo todo o legado da colonialidade. Quijano (2005, p. 227) nos alerta para o fato de que a globalização em curso na modernidade é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Certamente, algumas questões diferenciam um período do outro e não existe uma temporalidade rígida que determina o fim de um e o início de outro. Seguramente, tivemos alguns avanços e uma questão que começa a despertar são os limites dos elementos da natureza, antes vistos como inesgotáveis. Contudo, na era moderna globalizada as evidências dos limites da capacidade de suporte do planeta estão pautadas cotidianamente, porém, sem prosperar em ações que garantam a sustentabilidade.

A constatação de que a destruição dos ecossistemas está cada vez mais acelerada e comprometendo a existência humana, não tem servido para conter o aniquilamento do planeta. Para muitos, com uma visão míope da realidade, é o preço que se paga pelo progresso.

Ademais, ainda persiste o uso e ocupação dos biomas de forma exploratória e perdulária, a situação em que se encontram os biomas brasileiros, especialmente o Cerrado e a Amazônia, refletem bem a perpetuação da mentalidade da colonialidade, na

produção que visa o lucro imediato, na transformação da natureza em mercadoria e na expropriação dos grupos sociais presentes nestes espaços.

Diante disso, constatamos que o avanço da frente de expansão iniciada ainda no período colonial pode ser considerado ainda mais intenso na contemporaneidade. A Amazônia brasileira, por exemplo, é considerada a última grande fronteira a ser ocupada (MARTINS, 1997). Vem se transformando, paulatinamente, num cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida. O conflito que se estabelece nesses espaços faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de “descoberta e de desencontro”. Não só o desencontro das diferentes concepções de vida, o desencontro na fronteira é o “desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História” (MARTINS, 1997, p. 46).

Destarte, compreender esse processo de uso e de ocupação dos territórios promovido desde o colonialismo até a globalização/modernidade (ou melhor, no mundo-moderno-colonial), ainda que de forma breve e sucinta, faz-se imperativamente importante, para conhecer a gênese desta forma exploratória dos ecossistemas e dos grupos sociais que perdura ainda na atualidade, pois neste movimento histórico ancora-se o cerne de muitos conflitos socioambientais, foco principal deste trabalho.

2.2 - Os PROCESSOS DE USO E OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS MATO-GROSSENSES

*A história não é apenas um objeto diante de nós, distante de nós, fora de nosso alcance,
é também suscitação de nós como sujeitos.
Merleau-Ponty.*

O Estado de MT com sua localização privilegiada – território fronteiro internacional que faz parte da Amazônia brasileira – tem sua importância geopolítica e econômica reconhecida desde o Brasil Colônia. Contudo, foi somente na segunda metade do século XX que MT despontou como uma das opções promissoras do país para expansão do sistema produtivo vigente (MORENO; HIGA, 2005).

O processo de ocupação do território que hoje constitui MT remonta ao século XVI, quando por força do Tratado de Tordesilhas, toda área do oeste do Brasil, onde se insere o atual território de MT, pertencia à Coroa Espanhola. Entretanto, motivados pelas necessidades e pelos desejos de posse e poder, habitantes do povoado de São Paulo puseram em prática os objetivos da coroa portuguesa de ampliar seus domínios além do

tratado de Tordesilhas e, gradativamente, efetivaram a sua ocupação em MT, definindo ao longo do tempo seus limites políticos e administrativos (MORENO; HIGA; 2005).

No período colonial a região que situa o estado de MT era vista como espaço territorial fecundo para exploração e suprimento das ‘necessidades’ dos colonizadores, como por exemplo: indígenas para serem comercializados como escravos, minas de ouro e de diamantes e solo propício para agricultura. Com isso, foram dizimadas várias etnias nos grandes confrontos contra os povos indígenas que habitavam extensas áreas no Cerrado, no Pantanal e na Floresta Amazônica de MT.

Desde 1719, até os dias atuais, a estrutura fundiária encontra-se, predominantemente, em poder da oligarquia nas propriedades latifundiárias (SIQUEIRA, 2002). Oligarquias que ainda percebem o ambiente como algo a ser consumido e os povos originários que o habitam como entraves ao padrão de desenvolvimento. No Brasil, a consolidação da estrutura fundiária em latifúndios ficou ainda mais fortalecida com o término oficial do sistema sesmarial, a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850, quando foi estabelecida a compra como única forma de aquisição de terras. Com essa medida, somente as camadas mais elevadas da sociedade tiveram acesso a terra, em razão do seu poder aquisitivo. Os homens livres pobres, mais uma vez, não conseguiram um pedaço de terra (SIQUEIRA, 2002).

Ainda na consideração de Siqueira (2002) a primeira Lei de Terras de MT foi sancionada em 1892, tratando dos mecanismos da regularização fundiária e, no mesmo ano, outra lei repartia as terras públicas. Estas leis, mais uma vez, garantiram posses de grandes áreas aos latifundiários do Estado, principalmente aqueles que não se ajustaram a lei de terras de 1850 por possuírem áreas maiores que a permitida (3.600 hectares). E que, após a aprovação da Lei de Terras de MT, conseguiram regularizá-las.

Historicamente, o primeiro movimento oficial promovido pelo governo federal, incentivando a ocupação e a colonização das terras mato-grossenses, ficou conhecido como Marcha para o Oeste, movimento com forte ideal progressista de industrialização do Brasil, que objetivava a ocupação dos ditos “espaços vazios⁷” e impulsionou o projeto de reordenamento social e territorial com fins políticos e econômicos (SILVA, 2011). Foi implementado pelo governo de Getúlio Vargas em meados da década de 1930, visando à

⁷ Vale salientar que esses espaços jamais foram vazios eram assim denominados porque as populações locais não eram consideradas, e, tampouco a biodiversidade e os ecossistemas presentes.

expansão da fronteira agrícola brasileira a partir da criação de “colônias agrícolas nacionais” (MORENO; HIGA, 2005, p. 54). Esta política acirrou de modo gradativo os conflitos por terra, quando esta deixava de ter valor de uso para ter valor de mercadoria, fato que resultou na expulsão de vários trabalhadores rurais de seus territórios.

Diante da grande quantidade de terras devolutas no norte de MT, os governos estaduais passaram a redefinir uma política fundiária e de colonização, revisando a legislação e estruturando os órgãos dedicados à questão da terra. Assim, em 1950 foi criado o Código de Terras do Estado, que previu a implantação de colônias agrícolas que podiam ser implementadas por meio de iniciativas públicas ou privadas, visando à absorção de excedentes demográficos de outras regiões do país. Para citar como exemplo, “no período de 1940 a 1966 foram implantados cerca de 30 núcleos oficiais de colonização, sendo 23 em áreas do atual território de MT, abrangendo aproximadamente 400 mil hectares (ha), que foram ocupados por cerca de 69 mil colonos” (MORENO; HIGA, 2005, p.55) . Neste processo de migração muitas visões de mundo diferentes entraram em confronto e muitos choques territoriais ocorreram.

Na década de 50, a construção de Brasília, como nova capital federal no Planalto Central, incentivou diretamente o povoamento massivo dessa região. Nos anos 60 e 70, a construção das primeiras grandes estradas amazônicas – Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Porto Velho-Rio Branco – teve a função de dar acesso à vasta região norte para novas frentes de ocupação: colonos, garimpeiros, produtores rurais, comerciantes e empresas procedentes de outras locais migraram para estas regiões (LITTLE, 2002).

A partir de 1970, a colonização reforçou o sentido de que as terras que se situavam em MT eram ainda “espaços vazios” sendo necessário abrir a fronteira, principalmente, no bioma amazônico. O discurso nacionalista “integrar para não entregar” e a promessa de “terra sem homens para homens sem terra” predominou nesse período (BARROS, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2001). Esses incentivos tinham como objetivo central criar novos polos de desenvolvimento de grandes projetos madeireiros, mineradores, hidrelétricos e agropecuários. Fator que ocorreu de forma totalmente desordenada e sem o devido planejamento ambiental. Com toda essa dinâmica de ocupação arbitrária, MT atraiu milhares de migrantes de diferentes regiões do país, que vieram em busca de trabalho e oportunidade de adquirir terras.

Vasta área do território mato-grossense foi anexada ao processo produtivo, onde pequenas, médias e grandes propriedades engendraram diferentes relações de produção e de trabalho, bem como a estruturação de novos espaços, antes ocupados pela Floresta Amazônia e pelo Cerrado, que foram cedendo lugar a campos de grãos e às cidades. Impactos ambientais, a fragmentação étnica e cultural e a construção de uma identidade regional revelam contradições na dinâmica do processo de construção capitalista do território mato-grossense (MORENO; HIGA, 2005, p.71).

Em 1971, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), transferiu o processo de colonização para o setor privado, que iniciou a colonização pela região norte do Estado. De acordo com Barroso (1992), com isso, mudou-se a estratégia inicial:

Na primeira fase, iniciada em 1970, foram levados alguns milhares de agricultores pobres para os projetos de colonização; na segunda fase em meados da década de 70, o governo federal muda a orientação, dando à iniciativa privada a possibilidade de colonizar, mantendo os atrativos para a grande empresa dos diferentes setores do capital (p. 26).

Na década de 90, outros programas governamentais também influenciaram a ocupação do Estado, como o programa “Avança Brasil”, que incentivou a instalação de mais hidrelétricas e a abertura de novas estradas para o escoamento da produção. Os reflexos dessas frentes de expansão promovida sem nenhum planejamento foram fortemente sentidos pelos biomas mato-grossenses. Imensas áreas foram degradadas, ocorreu perda maciça de biodiversidade, vários *habitats* foram fragmentados, dentre outras questões que asseveraram a destruição.

A Floresta Amazônica passa a ser o espaço para integração nacional, e mesmo com todo esse processo conflitivo de ocupação, a Amazônia era (ainda é) apresentada ao mundo ocidental como uma região homogênea e vazia “espaços sem gente e sem história, passível de qualquer manipulação por meio dos planejamentos feitos à distância, ou sujeito a obras faraônicas, vinculadas a um muito falso conceito de desenvolvimento” (AB’SABER, 1996, p. 131).

A área cumulativa desmatada na Amazônia legal brasileira chegou a cerca de 650 mil km² em 2003, correspondendo a 16,3% (FERREIRA; VENTICINQUE; ALMEIDA, 2005). Extensas áreas de floresta foram transformadas e convertidas em mosaicos de pastagens e agora sofrem as pressões e ameaças da chegada da monocultura da soja.

Contudo, o bioma Cerrado talvez seja o principal alvo da frente de expansão, é considerado como fronteira permitida, “o espaço onde, desde a década de 1970, uma série de esforços de pesquisa e iniciativas governamentais viabilizam sua ‘domesticação’

agrícola e modernização concentradora” (MAZZETTO, 2009, p. 94). Neste bioma, berço das águas, duas vertentes principais do agronegócio se expandiram: a grande pecuária de corte ancorada, principalmente, na introdução das pastagens de bachiaria (*Bachiaria sp.*) ao ambiente do Cerrado, e a produção de grãos para exportação em sistema de grandes monoculturas. Para elucidar tamanha degradação deste bioma notemos que o cultivo de soja passou de 570 mil ha em 1975 para 10 milhões ha em 2003 (MAZZETTO, 2009; CUNHA, 2009).

Em decorrência a este modelo de desenvolvimento implantado em MT, várias famílias de pequenos produtores rurais, comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, retireiros e caboclos foram expulsas de suas terras; várias etnias perderam seus espaços “sagrados” e mantêm-se num processo de grandes disputas por terra, o que parece incompreensível em MT (terceiro estado em extensão no Brasil), ou ainda no Brasil, o quinto país de maior extensão do mundo. Mantemos fixa a ideia dos países de primeiro mundo, nos esquecendo de que estes dizimaram os diferentes e vivem numa lógica de destruir-destruir, produzir-produzir, ganhar-ganhar, mas isso voltado para poucos.

A saga continua! Atualmente, vivenciamos as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que, pela forma como vêm sendo conduzidas, demonstra uma repetição desses processos de imposição e arbitrariedade ao ambiente e aos povos que o habitam. Toda dinâmica de dominação traz em seu bojo a violência, entendida aqui não somente como violência física - assassinatos e destruição material - mas também, a violência simbólica com a destruição de bens imateriais, discriminações, perda da autonomia, comprometimento da qualidade de vida, desrespeito aos bens comuns e modos de vida e a violação dos direitos, portanto, violação dos princípios de direitos humanos.

Estes movimentos antagônicos de consolidação dos territórios não ocorreram (e ainda não ocorrem) pacificamente, existiram e ainda existem muitos conflitos nestes espaços, que são protagonizados por grupos sociais, que se organizam e se articulam para resistir ao poder da homogeneização. Na visão foucaultiana “para compreender o que são relações de poder talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar essas relações” (FOUCAULT, 1995, p. 234). Isto é, o poder é compreendido como uma relação de forças em constante movimento, em todos os

espaços sociais, suscitando tensões. A resistência configura-se como parte constitutiva dessa relação, caracterizando como um grito de contrariedade, anunciando o exercício da cidadania e da liberdade.

Diante do exposto, podemos confirmar que os conflitos socioambientais no Brasil e em MT, não são uma exclusividade dos tempos atuais. É uma das marcas do desenvolvimento e do processo histórico de ocupação do país e do estado. Seguramente, a história de ocupação dos territórios mato-grossenses é marcada por estes conflitos, mas, também é uma história de resistência, de revolta, de protesto, de insubordinação, de sonho e de esperança.

Nesse sentido, a compreensão deste processo histórico é o esforço de buscar entender o mundo no qual estamos inseridos. Conforme afirma Merleau-Ponty (1999, p. 55) “cada lugar, cada sujeito, percebe diferentemente o outro e a vida a sua volta”, e neste perceber imprime suas concepções. Neste sentido, reconhecemos que o registro aqui apresentado é uma leitura inacabada das várias faces da história, sobremaneira, é uma leitura de um ponto de vista que recorre ao pretérito para uma compreensão do cenário atual.

2.2.1 - O PROCESSO DE (DES) ORDENAMENTO TERRITORIAL DE MT - O CASO DO ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO E ECOLÓGICO

O domínio do espaço é uma fonte fundamental e pervasiva de poder social na e sobre a vida cotidiana. David Harvey

Diante do esboço histórico territorial apresentado sobre o Brasil e sobre o MT, emerge um tema que necessita ser discutido: ZSEE-MT. A proposta de promover o zoneamento de MT está inserida no contexto nacional, que busca o ordenamento territorial de todos os Estados Brasileiros. Desde 1981, por meio da Política Nacional de Meio Ambiente - Lei 6.938/81 (BRASIL, 1981) o zoneamento foi estabelecido como instrumento de planejamento socioambiental.

O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE – é um instrumento de gestão territorial e ambiental (BRASIL, 2007). Inicialmente planejado para a Amazônia Legal, devido à visibilidade da floresta nos organismos internacionais, às pressões de entidades ligadas ao meio ambiente e às formas inadequadas de uso dos bens naturais, o ZEE tornou-se, posteriormente, um Programa do Plano Plurianual (PPA) para todo o país. Regulamentado pelo Decreto Federal nº 4.297/02 (BRASIL, 2002), o zoneamento tornou-

se um dos principais instrumentos para o ordenamento territorial que vem sendo muito debatido nos últimos 20 anos, mas ainda pouco implementado. Até o momento, apenas três Estados brasileiros concluíram e aprovaram os seus projetos: Acre, Pará e Rondônia.

Haesbaert (2006) nos alerta sobre os desafios para entender o ordenamento territorial, que implica, antes de tudo, ter clareza sobre os dois conceitos a partir dos quais esta concepção é construída, quais sejam: ordem e território. Precisamente estes são dois conceitos muito interrogados nos últimos tempos, “seja pelo discurso da difusão da imprevisibilidade e da desordem, seja pelo discurso do domínio da fluidez e da desterritorialização” (p.118).

O ZSEE-MT, elaborado pelo corpo técnico do Estado (Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA), tem uma longa trajetória, tendo início em 1989 com a elaboração da proposta do zoneamento agroecológico. Em 1992, é denominado Bases Geográficas para o Zoneamento Socioeconômico Ecológico.

Com a nova denominação, o esboço do ZSEE de MT foi concluído em 2002 e encaminhado a Assembleia Legislativa (AL) em 2004. Em 2005, este foi submetido à Embrapa, cujo resultado e validação do projeto foram apresentados somente em 2007. Após a elaboração “final” feita por técnicos do executivo (SEPLAN/SEMA), nos primeiros meses de 2008, o projeto foi direcionado a uma comissão composta por 47 entidades públicas, constituída conforme decreto estadual n. 1.139/2008 (MATO GROSSO, 2008c), logo após, foi encaminhado novamente à AL-MT.

Vale destacar que o projeto encaminhado para votação dos deputados, representava um instrumento territorial de consistente proposição econômica e ecológica, entretanto, não contemplava a diversidade de grupos sociais com suas formas de vida e meios de produção, tampouco, os conflitos que estes grupos enfrentam cotidianamente por buscarem um modo diferenciado de uso e ocupação dos territórios. Com isso, uma parcela significativa da sociedade estava sendo negligenciada e à mercê desta relevante política pública. Nasceu desta fragilidade, a necessidade de se promover o Mapeamento Social de Mato Grosso que abordaremos com mais tenacidade ainda neste capítulo da tese.

O ZSEE-MT foi palco de enormes embates durante a realização de suas 15 audiências públicas e seus 15 seminários temáticos. Nessa arena, as redes, os movimentos

sociais e as entidades promoveram abaixo-assinados, atos públicos, reuniões, fóruns de discussão, processos formativos, contando com a presença marcante e significativa dos envolvidos nas audiências públicas em defesa de um ordenamento do território que contemplasse a diversidade socioambiental do Estado. Com isso, consolidou-se o Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS), um importante espaço de convergência de diversos grupos e entidades socioambientais de MT que, organizadamente, combateu as manobras contra o ZSEE. Uma dissertação de mestrado escrita por Amorim (2011) registra esse importante momento da luta e organização do movimento ecologista de MT.

Por outro lado, também organizado e com bastante recurso financeiro, estava o setor do agronegócio que participou ativamente, mas de maneira pouco dialógica no processo e, muitas vezes, impondo o poder privado do capital sob os direitos coletivos da sociedade mato-grossense.

Após a etapa de consulta pública do ZSEE foi então construída uma segunda proposta pelo relator da Comissão Especial de Meio Ambiente da AL, Alexandre César, conhecida como **substitutivo 1**, este levou em conta algumas das sugestões oriundas dos seminários temáticos e audiências públicas, inclusive, com muitas reivindicações dos movimentos sociais.

Num contrassenso parlamentar, o esquema foi montado como se a sociedade civil fosse ingênua e não percebesse que um **substitutivo 3** já se encontrava pronto quando lançaram previamente o **substitutivo 2**. Com erros grotescos, alterações de leis federais, como o uso das terras indígenas (TI), transformando MT em um Estado exclusivamente à mercê do agronegócio, o substitutivo em questão foi apresentado ao público. Obviamente a crítica foi implacável por parte da sociedade civil. Fingindo serem democratas, em poucos dias surge o **substitutivo 3** sob a alegação de que a sociedade civil teria sido ouvida.

Entretanto, o **substitutivo 3** manteve-se como uma proposta ilegítima que eliminou do mapa 14 TI em processos de identificação, delimitação ou demarcação; reduziu 41% das áreas de Elevado Potencial Florestal; reduziu em 73% as áreas propostas para a criação de unidades de conservação e privilegiou as atividades de agricultura mecanizada e pecuária, aumentando em 69% as áreas para estas atividades em relação ao substitutivo 1. O substitutivo 3 apresenta uma flexibilização de reserva legal em todo o Estado, inclusive nos ambientes florestais, de áreas frágeis e nos pantanais do Araguaia e

do Guaporé. Configurou-se em um projeto que busca a legalização do avanço do agronegócio e caracteriza uma omissão do Estado em não ouvir os diversos setores da sociedade. Possivelmente, contará com a previsível desaprovação na Comissão Nacional de Zoneamento e no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a já declarada postura contrária dos Ministérios Públicos (Estadual e Federal) e a avaliação negativa da comissão técnica do executivo (APARÍCIO, 2010).

O documento supracitado foi aprovado em primeira votação, na sessão do dia 30 de março de 2010, o que deturpa definitivamente o processo conduzido pelos diversos setores da sociedade mato-grossense ao longo de 20 anos e vem na contramão dos melhores esforços da política de gestão ambiental do Estado.

De acordo com Acselrad (2000), a literatura que trata da relação entre a cartografia e os sistemas de poder mostra que os mapas carregam não só um conjunto de retas, cores, signos e imagens retóricas, mas também, os imperativos territoriais dos sistemas políticos. No caso dos ZEEs,

trata-se de ‘mapas falantes’ por si mesmos, que se apresentam não como reflexos passivos do mundo dos objetos, mas como intérpretes do que alguns pretendem que seja ‘a verdade ecológica deste mundo’. Explicitamente, os mapas do ZEE ‘ordenam e dão ordens’. Com o mapeamento, um novo lócus de negociação, confrontos e conflitos acerca do acesso aos bens naturais torna-se o centro da cena. O zoneamento ‘desencadeia uma reinterpretação dos direitos aos recursos que termina por se chocar com a ideia de um consenso que se quer fundado na verdade ecológica do território’ (p. 7-9).

Posteriormente, mesmo com a mobilização contrária dos movimentos sociais, o Governador do Estado, Silval Barbosa, sancionou a lei 9.523/11 em 20 de abril de 2011, favorecendo somente o setor do agronegócio. Esta lei contém diversos equívocos técnicos e jurídicos, elimina TI, reduz áreas destinadas a conservação e proteção dos bens hídricos e dobra as áreas dedicadas à agricultura e à pecuária. Ademais, apresenta incompatibilidades com a legislação federal em vigor, especialmente, em três aspectos: a) autorizando o plantio de cana-de-açúcar em áreas proibidas; b) flexibilizando o percentual de reserva legal (RL) para fins de recomposição em 50% em áreas florestais para desmatamentos ocorridos até a data da publicação da lei, anistiando desmatamentos recentes; c) isenta de recomposição de RL as propriedades com até 400 ha, o que contradiz o código florestal brasileiro em vigor.

É interessante sublinhar que este tipo de pesquisa que acompanha a dinâmica espacial, temporal e territorial do estado sofre mutação constante, já que a exigência da

atualização das informações é sempre paulatina na paisagem em movimento. Acentua-se a incerteza e a inexatidão, talvez revelando que a fixação numérica da pesquisa quantitativa necessita ser revista.

Muitas vezes, o ZSEE é pensado como um “instrumento de resolução preventiva de conflitos” que arbitra os modos de ocupação e de dominação do território tidos como legítimos (ACSERALD, 2000, p. 9). Por outras vezes, ele poderá vir a acirrar ainda mais os conflitos socioambientais, especialmente quando vem refletir a posição política e defender os interesses de apenas um dos setores da sociedade (como ocorre em MT), revelando uma expressão espacializada de algum modelo de desenvolvimento (ACSERALD, 2000). O ZSEE-MT, da forma como foi sancionado, certamente será mais um instrumento propulsor dos conflitos socioambientais, pois não leva em consideração a diversidade e vocação dos ecossistemas, e, os modos de vida presente nestes solos.

Para sua aprovação final, o ZSEE-MT precisa do parecer favorável da Comissão Nacional de Zoneamento Ecológico e Econômico e do CONAMA. São nessas duas esferas que se encontram um sopro de esperança para que a lei não entre em vigor. E foi pautada nessa possibilidade de que as esferas federais refutassem a lei aprovada, que os militantes que fizeram franca oposição à forma como foi conduzido o processo e as drásticas alterações no conteúdo da lei, e se asseguram fazendo novas mobilizações e articulações, reunindo com conselheiros do CONAMA, com representantes do MMA e também com poder judiciário. A batalha ainda não foi perdida, ainda que o atual governo acene às tendências desenvolvimentistas sem cuidados socioambientais.

Há, entretanto, equívocos no estado, que conta com ampla mobilização social e participação nas instâncias políticas, mas que lamentavelmente não consegue interferir nas tomadas de decisões. Nunca se presenciou tamanha mobilização pelo zoneamento, e tamanha derrota (até o momento), com aprovação dos nobres deputados e da excelência do governador. São conflitos perenes que não se dissolvem nas mudanças de candidatos, mas requer algo mais profundo e denso: requer o abandono da noção desenvolvimentista para um envolvimento mais social e ecológico. Uma guinada de postura, quiçá uma revolução!

2.3 - OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS - ESPÓLIOS DO MODELO DESENVOLVIMENTISTA

Só tenho uma certeza: as minhas incertezas.

Ilya Prigogine

Deste caldo vigoroso de embates e disputas pelo “ordenamento territorial” do Estado de MT, emergem duas questões importantes para esta pesquisa, a primeira tange sobre os conflitos socioambientais advindos deste histórico de uso e ocupação dos territórios e, a segunda, sobre a produção de mapas enquanto representação da realidade e instrumentos de lutas.

Os conflitos socioambientais podem ser considerados implicações do histórico de hegemonia e dominação do espaço, previamente narrado. O estudo destes conflitos faz-se num campo polissêmico marcado por disputas, atritos e tensões que pressupõem relações de poder (assimétricas) que permeiam as práticas sociais. Comumente, os conflitos socioambientais surgem quando os territórios apropriados por grupos que apresentam modos diferenciados de viver e de se relacionar com o ambiente, chocam-se com a dominação exercida pelo poder do capital.

O termo “conflito”, originário do latim “conflictus” que significa: choque, embate, combate e luta, é definido como profunda falta de entendimento entre duas partes ou mais partes [...] aquele que ocorre quando dois ou mais indivíduos tem interesse sobre um mesmo objeto (HOUAISS; VILLAR, 2009).

Consideramos um conflito como socioambiental quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas. De acordo com Paul Little (2001) os conflitos socioambientais se constituem em embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de relacionamento com os patrimônios naturais, isto é, com seus respectivos meios: social e natural. Essa interpretação remete à presença de múltiplos grupos sociais em interação entre si e em interação com seu meio biofísico.

Nas considerações deste autor, os conflitos têm várias dimensões e características, podendo ser provocados pelo controle sobre determinados bens naturais (hídricos, ictiológicos, florestais, etc.). Em outros casos, podem emergir em função dos impactos socioambientais gerados pela ação humana, tais como desmatamento, queimadas, contaminação dos rios e do ar ou construção de grandes empreendimentos. Podem ocorrer também em torno de valores e alterações de modos de vida, indo além

dos embates políticos e econômicos incorporando elementos cosmológicos, rituais, éticos e identitários (LITTLE, 2006, p. 91).

Acselrad (2004, p. 26) considera a terminologia “conflitos ambientais”, definindo-os como sendo conflitos que envolvem grupos com modos diferenciados de apropriação, uso e significação dos bens naturais. Originando-se quando pelo menos, um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio, ameaçadas por impactos indesejáveis – seja no solo, na água, no ar ou nos sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos que passam a interagir no território.

Em consonância ao entendimento de Viégas (2009, p. 146) ressaltamos que o “meio ambiente” pode ser lido como um campo de disputa estabelecido fundamentalmente no plano simbólico e o “conflito ambiental” como luta também de significações, como uma espécie particular de conflito social que envolve diferentes percepções de meio ambiente na disputa entre outros modos de uso e apropriação, material e simbólica, de territórios.

Um campo investigativo que tem dedicado à temática dos conflitos [sócio] ambientais é a ecologia política, que segundo Martinez-Alier (2007, p. 113), estuda os conflitos ecológicos distributivos. Por distribuição ecológica são “entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos bens naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida”.

Na perspectiva deste pensamento, podemos entender a distribuição ecológica como um dos princípios da justiça ambiental. Segundo Bullard (2005, p.03) justiça ambiental é um conjunto de princípios que busca garantir que “nenhum grupo de pessoas, incluindo grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes do desenvolvimento”. Assim, o termo injustiça ambiental tem sido aplicado para designar o fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e expostas às condições de vulnerabilidade.

No Brasil, o movimento se fortalece pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), agregando militantes e simpatizantes pela causa em todo o território nacional. O conceito de justiça ambiental vem da experiência inicial dos movimentos sociais dos Estados Unidos e do clamor dos seus cidadãos pobres e etnias socialmente discriminadas e vulnerabilizadas, quanto à sua maior exposição a riscos ambientais, por habitarem as

vizinhanças de depósitos de lixos químicos e radioativos ou de indústrias com efluentes poluentes. Essa dimensão foi ampliada no Brasil, em defesa não apenas dos atingidos pelos lixos radioativos, mas também de outras camadas prejudicadas pelos impactos ambientais.

É importante destacar que antes deste movimento já existia um conjunto de ações e movimentos sociais em sintonia com o movimento por justiça ambiental, embora sem o uso dessa expressão. É o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dos movimentos de trabalhadores extrativistas e de inúmeras ações locais contra a degradação dos espaços de vida.

Mesmo diante a tantas situações conflitantes e de lutas assimétricas a ótica do consenso é ressaltada, ficando, muitas vezes, a dinâmica do conflito diluída ou escamoteada. Nesse bojo, as questões ambientais são discutidas a partir de um recorte apenas técnico, negligenciando assim, as dimensões políticas, socioeconômicas e culturais imbricadas nesta questão.

A proposta de consenso pode ter sua origem no legado da modernidade, em que o estudo sobre os conflitos socioambientais ainda é um campo renegado, desde que remete aos desarranjos internos e externos, essencialmente, na arena que se discute o tecido da existência humana. Com pensamento fragmentado e unidimensional, a ciência moderna buscou dicotomizar cultura/natureza, rico/pobre, ordem/desordem e harmonia/conflito.

A modernidade buscou, sobremaneira, homogeneizar a sociedade e impor um só desejo a toda humanidade - a modernização que traz em seu bojo o desenvolvimento a qualquer custo. Nesta busca incessante produziram-se os chamados refugos humanos, que não lhe serve, conforme assevera o sociólogo Bauman (2005, p. 12)

A produção do refugo humano, ou mais propriamente, de seres humanos refugados (“os excessivos”, ou seja, os que não **PUDERAM** ou não **QUISERAM** ser reconhecidos), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da construção da ordem e do progresso econômico (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de “viver” e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência).

Para Schumacher (1973), a modernidade constituiu um sistema de produção que violenta a natureza e um tipo de sociedade que mutila a humanidade. Salienta, ainda, a emergência de outras economias, de um novo estilo de vida, nos métodos de produção e

de novos padrões de consumo: enfim, atividades menos intensivas na interferência dos bens naturais e mais cuidadosas no reconhecimento das diferentes racionalidades, se configuram em um estilo de vida planejado para ser permanente.

Reconhecemos que a modernidade significou avanços científicos e filosóficos quando comparados com a Idade Média (SATO et al., 2001). Contudo, também significou adoção de valores e tendências que não conseguimos romper com facilidade, como a visão antropocêntrica, a crença cega nas tecnologias, as certezas absolutas, o individualismo, a homogeneização das culturas, o escamoteamento dos conflitos e tensões, dentre outros fatores.

Ainda na consideração de Bauman (1999, p. 48) “a ciência moderna nasceu da esmagadora ambição de conquistar a natureza e subordiná-la às necessidades humanas”. Para ele, a curiosidade científica que teria levado os cientistas aonde nenhum ser humano ousou ir ainda, nunca foi isenta da estimulante visão de controle e administração, de fazer as coisas melhores do que são (isto é, mais flexíveis, obedientes, desejosas de servir).

Muitas contribuições críticas acerca do pensamento enrijecido da modernidade vêm do princípio da incerteza, em que o Nobel da química de 1977, Ilya Prigogine, é um dos precursores. Prigogine (1996, p. 14) afirma que “assistimos o surgimento de uma ciência que não mais se limita a situações simplificadas, mas nos põe diante da complexidade do mundo”. Suas grandes descobertas sobre a irreversibilidade dos sistemas físicos evidenciam a dinâmica fecunda existente na ordem-desordem, equilíbrio e não-equilíbrio, paradoxos que se contrapõem à “ditadura da harmonia”. O químico afirma que “a vida só é possível em um universo fora do equilíbrio” (PRIGOGINE, 1996, p. 30), essa constatação escapou das mãos das chamadas “ciências normais”, abrangendo as demais áreas do conhecimento na tensividade entre os diferentes.

Em *Um discurso sobre a ciência*, Boaventura de Souza Santos afirma que está ocorrendo uma transformação do pensamento enrijecido e determinante da modernidade, trata-se de lidar, hoje, com uma nova concepção da matéria e da natureza que propõe que “em vez de eternidade, a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração; em vez da ordem, a desordem, em vez da necessidade, a criatividade e o acidente” (SANTOS, 1997, p. 28).

No movimento dialético, entre a ordem e a desordem, geralmente ocorre o que nomeamos como crise, do grego *krisis* que significa separação. Mas, também

compreendida como uma de-cisão. “De-cidir é cindir com algo, provocando rupturas para ultrapassagem e busca de novas formas. Uma crise, portanto, possibilita também avanços, a restauração do novo, o caminhar adiante e a trajetória mais visível” (SATO et al., 2001, p. 136). Esse pensamento coaduna com Gramsci (2002, p.29), quando destaca que a ‘crise’ pode ser vista como um momento em que o velho está morrendo e o novo ainda não conseguiu nascer. O educador Paulo Freire (2000a, p. 61) anuncia que “o sonho de um mundo melhor nasce das entranhas de seu contrário”.

Os espaços de conflitos ocorrem também na dinâmica ecológica dos ecossistemas, especialmente nos espaços denominados de ecótonos, que são caracterizados por Odum (1988, p. 78) como "transição entre duas ou mais comunidades diferentes é uma zona de união ou um cinturão de tensão que poderá ter extensão linear considerável". Em outras palavras é uma zona de transição entre dois ecossistemas diferentes com mistura relativa de espécies circundantes.

De acordo com Sato et al. (2004, p.342) a própria palavra, ecótono, já evidencia o conflito, podendo ser chamado também de “casa da tensão”, pois possui o prefixo grego oikos (casa) e o sufixo tónos (tensão). Do ponto de vista ecológico esta tensão é muito interessante, embora contenha muitos atritos, esses espaços são locais onde a biodiversidade é mais abundante com alto potencial ecológico, pois nele emaranham elementos de mais de um ecossistema. Entretanto, esse efeito apresenta desarmonia, em função dos processos de reciclagem de nutrientes, dos gastos de energia para a manutenção das relações tróficas, das adaptações dos seres vivos e das competições das espécies, entre outros fatores (ODUM, 1988).

Com isso, aspiramos evidenciar que a natureza não é passiva nem simplificada, ela é intrincada e conflitante, assim como as manifestações culturais. Vale ressaltar que não desejamos fazer uma apologia ao caos e/ou aos conflitos, muito menos consideramos importante provocá-los. Enfatizamos que com o reconhecimento de que eles existem é preciso evidenciá-los, encará-los e, mais que isso, buscar táticas para superá-los. O escamoteio dessas situações somente mascara a difícil situação dos grupos sociais e contribui ainda mais para a degradação dos ecossistemas.

A era das incertezas desmascara os pseudoequilíbrios e expõe a subjetividade da compreensão dos fenômenos. A meta é revelar o caos para que novas táticas de superação possam ser construídas na tensividade. A orientação desenvolvimentista

continua gerando conflitos, mas ao serem expostos e assumidos em suas visibilidades, as comunidades poderão elaborar as táticas para gerenciamento territorial e sustentabilidade das identidades. Afinal, como argumenta Diosmar Filho (2009) “uma sociedade sem conflitos não é democrática” (informação verbal⁸).

Desta forma, consideramos importante evidenciar esse caráter conflituoso que se estabelece na dinâmica da vida. Por meio do mapeamento apresentado nesta tese, buscamos desvelar os conflitos socioambientais que sorrateiramente vêm degradando o ambiente natural e social do território mato-grossense. Com este retrato da realidade mato-grossense buscamos evidenciar os impactos do desenvolvimento e sua influência na dinâmica cultural. Questionamos o desenvolvimento que apregoa um modelo único desenfreado das ações humanas sobre a natureza, trazendo inúmeros efeitos desastrosos para as dimensões sociais e ecológicas.

Gadotti e McLaren (1995) afirmam que o conflito é uma categoria essencial a vida, se nosso papel é educar, isso supõe transformar e não há transformação pacífica, ela é sempre conflituosa. Transformar é sempre uma ruptura. Mas, nem sempre estamos dispostos a enfrentar o conflito. Nem sempre estamos dispostos a assumir o ônus de nos envolver, de assumir os riscos dos questionamentos, engajamentos e dos enfrentamentos com o opressor. Porém, como afirma o educador Paulo Freire (1987, p. 52) “somente quando os oprimidos descobrem nitidamente o opressor e se engajam na luta organizada por sua libertação, é que começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua convivência com o opressor”.

2.4 - O MAPEAMENTO DAS IDENTIDADES E TERRITÓRIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - BR

*Todos os mapas são uma abstração do mundo,
elaborada sempre a partir de algum ponto de vista.
Henri Acselrad*

A busca por representar imagetivamente a realidade e suas diversas interfaces por meio de mapas sempre esteve presente na civilização. Várias culturas produziram representações cartográficas do espaço onde viviam, seja por pinturas rupestres, moldados com argila ou por meio de qualquer material que pudesse registrar o espaço, o

⁸ Frase proferida por Diosmar Filho em palestra - Água e a luta por justiça ambiental. I oficina para elaboração de políticas públicas em educação ambiental. Cuiabá, 2009.

uso e o território. Os primeiros mapas foram criados milênios antes da escrita. Tradicionalmente, o mapa mais antigo que se tem notícia é o de Ga-Sur, feito na Babilônia. Trata-se de um tablete de argila cozida datado de aproximadamente 2400 a 2200 a.C., e representa um vale, presumidamente o rio Eufrates (FREIRE; FERNANDES, 2010, p. 88).

Os mapas ganharam reconhecimento e foram inseridos em um contexto político pelas elites, favorecendo já inicialmente um discurso desigual. Neste sentido, para muito além de somente representar o espaço vivido, os mapas sempre foram utilizados como objetos de poder para fins de dominação dos territórios e das identidades. De acordo com Harvey (2009, p. 209) “os mapas eram dinheiro, e os agentes secretos de potências desejosas de obtê-los pagavam em ouro por boas cópias”.

Segundo o geógrafo Brian Harley (2009, p.05), da mesma forma que os canhões e os navios de guerra, os mapas foram também armas do imperialismo. Uma vez que os mapas serviram para promover a política colonial, em que os territórios foram reivindicados no papel antes de serem efetivamente ocupados, os mapas de certa maneira antecipavam o império. Este mesmo autor aborda outro aspecto importante na cartografia, que ele chama de “silêncios dos mapas”, um conceito que se preocupa não somente com o que os mapas estão expressando e valorizando, mas sobretudo, o que estão omitindo. Por exemplo, “nos mapas coloniais, os silêncios das cartas podem também ser considerados como discriminatórios contra os povos indígenas” (HARLEY, 2009, p. 22), pois, invisibilizaram as identidades existentes nestes espaços. Os mapeamentos realizados por esse tipo de dominação dos espaços abriu caminho para que se considerasse o espaço algo disponível à dominação para usos privados.

Diante disso, podemos perceber que o processo de mapear nunca foi ideologicamente neutro, sendo necessário representar racionalmente o espaço e o tempo de tal forma que pudessem sustentar o poder das classes dominantes. Os mapas foram e ainda são considerados como uma linguagem de poder e de legitimação sobre o território. Para o sociólogo Zygmunt Bauman (1999, p. 37) “um aspecto decisivo do processo modernizador foi, portanto, a prolongada guerra travada em nome da reorganização do espaço. O que estava em jogo na principal batalha dessa guerra era o direito de controlar o ofício de cartógrafo”.

Entretanto, existem processos tácitos de apropriação e elaboração dos mapas, em uma perspectiva mais democrática e inclusiva, e ideologicamente comprometida com os grupos sociais vulneráveis. Os usos dos mapas, nesta perspectiva, são empregados como mecanismos de contestação, de subversão da ordem, de denúncias de expropriação e de violência. Nos últimos anos várias iniciativas neste sentido começam a surgir, observamos a insurgência das pesquisas com os grupos sociais, como uma nova forma de mobilização expressa nas identidades coletivas e cartografias sociais (SILVA, 2011), surgem como esforços de resistência às dinâmicas da homogeneização.

Esse movimento de apropriação da ferramenta cartográfica tem ganhado força, e uma grande variedade de metodologias tem sido utilizada, desde abordagens mais simples como uso do lápis e papel em uma pequena comunidade, até abordagens mais amplas e sofisticadas com a utilização do SIG. Várias terminologias estão sendo adotadas, cada qual com suas especificidades de metodologias e objetivos, dentre elas citamos: mapeamento etnoecológico e etnoambiental (OPAN, 2011), mapeamento comunitário participativo (FARIA, 2006), mapeamento cultural (ACT BRASIL, 2008), etnomapeamento e etnozoneamento (CORREIA, 2007), cartografia social (MESQUITA et al., 2009) e mapeamento social (SATO et al., 2008; SILVA, 2011).

No mapeamento de conflitos, citamos duas experiências interessantes. Uma delas é o **“Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil”**⁹, um estudo desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), com objetivo de mapear os grupos atingidos “por projetos e políticas baseadas numa visão de desenvolvimento considerada insustentável e prejudicial à saúde” (FIRPO; PACHECO, 2009, p. 28).

A outra experiência tange sobre o **“Mapeamento dos conflitos ambientais de Minas Gerais”**, um projeto de pesquisa e extensão realizado pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA)¹⁰ com objetivo de elaborar um mapeamento qualitativo dos conflitos ambientais em Minas Gerais a partir da identificação, caracterização e classificação dos casos de violação do direito humano ao meio ambiente, considerando a existência de denúncias institucionalizadas e/ou manifestação de sujeitos sociais (ZHOURI; ZUCARELLI, 2008). Neste projeto, os conflitos

⁹ Os resultados deste projeto podem ser consultados no site: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>

¹⁰ No link: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/> está disponível os resultados do projeto.

foram mapeados a partir das denúncias registradas no Ministério Público de Minas Gerais e nas regionais do Ministério Público Federal, além de pesquisa de campo com os envolvidos em casos de conflitos ambientais.

Alguns grupos optam por realizar mapeamentos centrados em algumas comunidades específicas. Neste contexto, um projeto que vem sendo desenvolvido na perspectiva de inclusão e de valorização da diversidade de grupos sociais é o projeto **“Nova Cartografia Social da Amazônia”**, que tem como objetivo mapear os movimentos sociais da Amazônia, descrevendo-os e georreferenciando-os, com base no que é considerado relevante pelas próprias comunidades estudadas (MESQUITA et al., 2009).

Além destas experiências podemos citar o trabalho produzido por Girardi (2008) intitulado como **“Atlas da questão agrária brasileira”**¹¹, em que vários mapas foram sistematizados com intuito de evidenciar questões como a estrutura fundiária da terra no Brasil, a violência no campo, a concentração de terras, dentre outras questões. Assim como, os mapas produzidos pelo geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1996) que denunciam os mortos em conflitos por terra desde a década de 1980.

Neste bojo, surge uma proposta inovadora metodologicamente que aspira a uma compreensão macro da realidade do Estado de MT, promovida por meio do projeto **“Mapeamento das identidades e territórios do Estado de Mato Grosso – Brasil”**. Iniciada pelo GPEA em 2008, o projeto nasce com o intuito de demonstrar que existem inúmeros grupos sociais enfrentando uma miríade de conflitos socioambientais que merecem atenção e não foram contemplados no ZSEE-MT.

Nesta perspectiva, uma vez já feito o mapeamento dos grupos sociais (SILVA, 2011), no tocante a esta tese, reforçamos que **objetivo principal desta tese é mapear os principais conflitos socioambientais presentes nas 12 RP do Estado de MT a partir das narrativas dos grupos sociais vulneráveis**. Conflitos estes vivenciados por grupos que são atingidos diretamente pelos projetos econômicos de desenvolvimento, assim, o esforço do mapeamento concentra-se em grupos em condições de vulnerabilidade e que mantêm uma relação estreita com o ambiente em que vivem. Ao final desta tese apresentamos algumas táticas de contestação, de mobilização e de resistência exercidas pelos grupos sociais envolvidos neste trabalho.

¹¹ Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/>

CAPÍTULO 3 ***PERCURSO METODOLÓGICO***

É preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se queremos transformá-lo.
Antônio Gramsci

Pintura indígena Xavante - Luta;
Foto do I Seminário de Mapeamento Social, 2008.
Arquivo da pesquisadora.



3.1 - ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA CONSTRUÇÃO DO MAPEAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE MT - BRASIL

[...] Há caminhos que precisamos seguir e erguer nossas lamparinas para alumia-los, sabendo que uma só não faz recuar a escuridão, mas muitas nos fazem reconhecer o mundo ao nosso redor.
Jean Pierre Leroy

Neste trabalho partimos do pressuposto que pesquisar é um esforço para compreender o mundo e quiçá apontar caminhos que possam transformá-lo. Eduardo Galeano (1981, p. 287) afirma que “a primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la”. Dessa forma, versa os objetivos desta tese, mapear os conflitos socioambientais encarados pelos grupos sociais vulneráveis de MT com intuito de evidenciar os riscos a que estão expostos e as degradações em que os ecossistemas estão suscetíveis. E, a partir desse mapeamento que rompe com a “cultura do silêncio¹²”, fortalecer a formulação de políticas públicas participativas que estejam em consonância com as realidades vividas pelas identidades presentes nas múltiplas regiões mato-grossenses.

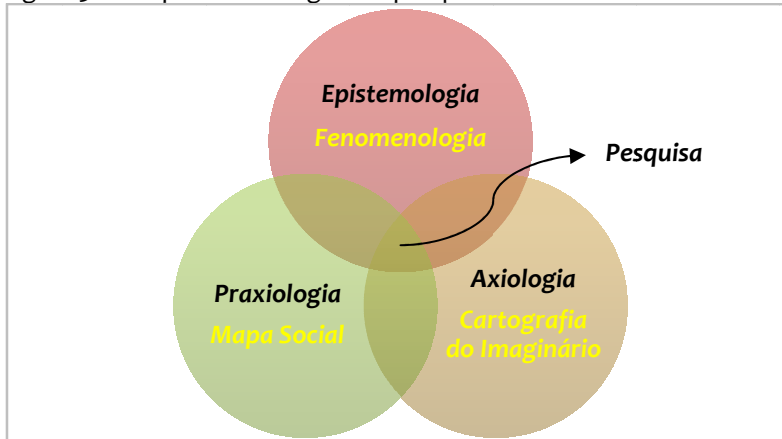
O método central é qualitativo, segundo Ludke e André (1986) este método apresenta algumas características que o definem, como: vários dados coletados são descritivos; tem um foco importante no processo; o significado e a perspectiva dos sujeitos recebem especial atenção e segue um processo mais indutivo. Assim, percebe-se que várias dessas características encontram lugar neste trabalho.

Para isso, recorreremos a um leque de metodologias buscando uma compreensão do universo pesquisado de forma ampla e entrelaçada. O aporte **epistemológico** foi propiciado pela fenomenologia ancorada em Merleau-Ponty (1971; 1999), Passos (2009) e Sato (2001). A **práxis** necessária para o mapeamento foi possibilitada pela inovação metodológica Mapa Social (SILVA, 2011). Guiando os valores **axiológicos** fomos inspirados

¹² Para Freire (2000), a cultura do silêncio é fruto da sociedade opressora em que os homens e as mulheres não podem refletir e tomar decisões acerca de tudo aquilo que os afeta, não podem pronunciar sua palavra.

pela cartografia do imaginário (SATO, 2011). Completando assim, o tripé¹³ da epistemologia, praxiologia e axiologia, ressaltamos que estas esferas se tocam e se complementam (figura 3.1).

Figura 3.1 – Tripé metodológico da pesquisa



Fonte: Adaptado de Santos et al. (2009, p. 07)

No arcabouço **epistemológico**, a fenomenologia nos oferta uma realidade diversa com ênfase no “mundo cotidiano” e no reconhecimento do Outro enquanto parte imprescindível da realidade histórica, individual e coletiva. Esse caminhar fenomenológico parte da compreensão do viver e não somente de definições ou conceitos, importa nessa travessia a ‘experiência vivida’ do sujeito, compreendendo o agir e o saber-fazer, de modo criativo e crítico, de cada um deste, lembrando que a percepção ‘não ocorre no vazio, mas em um estar-com-o-percebido’ (BICUDO; ESPÓSITO, 1997).

Para Merleau-Ponty (1999, p. 16), “a verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo”, a percebê-lo por meio dos fatos que podem ser visíveis e invisíveis. Esta compreensão não se realiza por meio de um distanciamento neutro da realidade, ela se realiza no contato direto com os sujeitos desta pesquisa. Sato e Passos (2002, p.130) acrescentam que “um olhar fenomenológico, significa avaliar a si próprio na busca da identidade individual (*eu*), buscando uma área de aprendizagem coletiva da alteridade (*outro*) e, desta justaposição, construir uma relação com o mundo (*eu-outro-mundo*)”.

¹³ Para Santos et. al (2009, p. 08), no tripé filosófico do axioma, da episteme e da práxis, a metáfora de um dente-de-leão simbolizaria as conexões necessárias, desde que o solo em que cresce a planta seja o chão ético de valores, posturas políticas, identidades e sentidos polissêmicos da existência humana (axiologia); o enraizamento, crescimento e desenvolvimento do dente-de-leão, o conhecimento científico que sustenta as propostas (epistemologia); e as sementes de propagação, a continuidade e a disseminação, ainda que nas incertezas de ventos, chuvas ou de condições adequadas à sustentabilidade (praxiologia).

Buscar nossa própria identidade e considerar a dos outros pode representar um risco, e muitas vezes, experiências conflitivas. E, justamente, na não consideração de estar no mundo diverso, na negação do “con-tato” do “eu-outro-mundo” que estabelecem os movimentos de tensividades. Pois, ao negar a existência do outro, nego suas possibilidades de viver e se manifestar no mundo, e, com isso, emergem os choques de identidades e os atritos impostos pelo reconhecimento apenas do “eu – indivíduo”.

Lévinas (1988), com acuidade, destaca a necessidade de considerar o outro, enquanto parte de si, ou seja, o “eu-individual” que só existe mediante o contato com o outro, esse movimento de concreção do EU-OUTRO se estabelece na tensividade. De acordo com Passos (2009, p. 57), a filosofia Levinasiana, é “o grande grito contra o narcisismo, contra as filosofias que fazem de qualquer pessoa seu próprio princípio, causa, meio e fim”. Essa filosofia prima pela diversidade e pela alteridade (ou outridade), enfatizando que a diferença faz parte da vida social, instituída nos espaços das tensões e dos conflitos.

Pautamos na premissa de que a educação ambiental não é neutra, de que as referências se entrecruzam em dinâmica de convergência e de divergência. Sem necessidade de encontrar uma síntese hegemônica, mas aprendendo a lidar com os possíveis conflitos que possam advir da dialética existente nas relações humanas.

No início, o percurso **praxiológico** adequado para este mapeamento ainda era um grande desafio a ser superado, pois a revisão da literatura não nos auxiliava a consolidar qual a metodologia que conseguiria atender a essa demanda. Fortemente encorajados pelas palavras de Paulo Freire (1987, p.78), que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”, elaboramos a proposta metodológica do Mapa Social¹⁴. A princípio gerou-nos muitas incertezas, mas, superando a insegurança, posteriormente, tornou-se como uma plataforma de luta na inclusão de identidades em seus territórios, e na consideração dos seus enfrentamentos, das vulnerabilidades, e dos processos de injustiças ambientais existentes nos territórios.

Esse caminhar metodológico torna-se extremamente valioso mediante ao leque de informações que podem ser por ele extraído. Contudo, ressaltamos as imensas

¹⁴ Essa metodologia foi concebida pelo GPEA¹⁴ na perspectiva de desenvolver um caminho que levasse ao mapeamento das identidades e territórios, das culturas, dos processos de conflitos e injustiças ambientais do Estado de MT. Foi apresentada e defendida pela primeira vez por Silva (2011), referencial que nos ancoramos para subsidiar teoricamente a metodologia.

responsabilidades que são assumidas, tornando assim, uma ousada e complexa proposta que exige comprometimento e muita dedicação, não somente de um pesquisador, mas, sobremaneira, de um coletivo que esteja disposto a encarar o desafio.

O Mapa Social considera as **autonarrativas** dos grupos sociais¹⁵ envolvidos nos conflitos uma forma de conhecer a realidade, por vezes, negada neste Estado. Segundo Silva (2011, p. 47), essa metodologia se faz em uma trajetória contrária à colonialidade, pois buscamos reconhecer o Outro sempre negado no processo histórico de ocupação de MT, reconhecer as identidades de resistência e registrar por meio das narrativas a existência de diversos grupos sociais historicamente invisibilizados e os conflitos socioambientais encarados nos espaços de vida e de luta.

A necessidade desses mapeamentos nasceu da fragilidade do instrumento territorial proposto no ZSEE-MT apresentado no ano de 2008 à sociedade mato-grossense. Na proposta do zoneamento, embora a nomenclatura social estivesse presente, foi possível perceber uma enorme lacuna, limitando a dimensão social aos aspectos desenvolvimentistas. Percebemos que esta lacuna era formada pela invisibilidade (mais uma vez!) dos grupos que estão às margens da sociedade. Assim, aspirando não repetir a história que nunca garantiu “um lugar ao sol” aos grupos sociais vulneráveis, foi nosso objetivo construir coletivamente os mapeamentos supracitados. Mesmo sem a garantia que o mapeamento aqui ofertado fosse incorporado a essa política pública, entretanto, os tomadores de decisão não podem mais alegar a inexistência dessa diversidade.

Nessa tessitura, ressaltamos que, o caminho percorrido para a construção do mapeamento dos conflitos socioambientais, se constitui na ação coletiva dos sujeitos: com isso, destacamos que a metodologia adotada só é possível de ser realizada, devido ao envolvimento e atuação de vários pesquisadores. Assim, enfatizamos a importância do GPEA, participando ativamente das etapas desta pesquisa.

O GPEA é um grupo-pesquisador interdisciplinar e interinstitucional que envolve docentes da UFMT, pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade

¹⁵ Estudos sociológicos contemporâneos convidam a repensar os grupos sociais validados pelas suas autodenominações, ou seja, são as pessoas que se definem e se aproximam às identidades dos grupos sociais específicos. Assim, consideramos os conceitos de grupos sociais, desde que sejam conceitos inclusivos e abrangentes no espectro étnico das identidades construídas (SATO et al., 2008).

Federal de São Carlos (UFSCar); além de pesquisadores associados, alunos de iniciação científica e outros voluntários. Com certificação do CNPq este grupo segue sob liderança da professora Dra. Michèle Sato. Inscrito em vários projetos, o grupo-pesquisador tem a premissa de estimular a pesquisa para o fortalecimento da educação ambiental no Brasil e em MT, como também, com importantes parcerias e iniciativas de pesquisas internacionais. No compromisso ético, muitos pesquisadores deste grupo militam em diversos espaços coletivos buscando somar na luta por proteção ecológica e reconhecimento de saberes.

Seguindo as orientações teórico-metodológicas que direcionam e fundamentam o caminhar neste trabalho, o mapeamento aqui proposto buscou dar visibilidade e levantar os conflitos socioambientais de dois modos – do macro ao microcosmo. A primeira buscou mapear os conflitos das 12 RP do Estado, apresentando assim uma paisagem global, uma visão do macrocosmo; nessa etapa foram realizados dois seminários na cidade de Cuiabá, capital do Estado de MT, nos anos de 2008 e 2010. A segunda ofertou uma visão ao microcosmo, a paisagem local. Nessa etapa realizamos pesquisas de campo com observações participativas, oficinas e reuniões em algumas comunidades.

O *axioma* desta proposta metodológica, que favorece a escolha de diferentes trajetórias na realização da pesquisa científica, tem inspiração em um recente trabalho publicado por Sato (2011) que apresenta a Cartografia do Imaginário como uma orientação metodológica que propicia diversas interpretações e descobertas. A Cartografia do imaginário oferece campos metodológicos que considerem contextos gerais e específicos. Como citamos acima, neste trabalho, a discussão das informações coletadas irá permear uma visão mais abrangente do macrocosmo, como também estudos que ofereceram as paisagens locais - microcosmo; e, nos capítulos subsequentes, as informações sobre os conflitos mapeados serão organizadas pelos “quatro elementos bachelardianos como substratos fenomenológicos da investigação” (SATO, 2011, p. 546): água, terra, fogo e ar. Esta organização vem facilitar a compreensão das informações, contudo, ressaltamos que as driving force dos conflitos poderão tocar e/ou abranger mais de um dos elementos.

3.1.1 - OS CAMINHOS QUE LEVARAM AO MAPEAMENTO DA PAISAGEM GLOBAL DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE MT (MACROCOSMO)

Iniciamos o processo de mapeamento no ano de 2008, quando promovemos o I *Seminário de Mobilização e Mapeamento Social de Mato Grosso*, ocorrido na cidade de Cuiabá-MT, nos dias 24, 25 e 26 de outubro. Nesses três dias reunimos 250 lideranças que representavam: populações quilombolas; povos indígenas; comunidades tradicionais; seringueiros; extrativistas; pescadores artesanais; retireiros; pantaneiros; morroquianos; militantes ecologistas; sindicalistas e tantos outros, somando 65 grupos sociais (a lista com os grupos e as instituições participantes do I seminário pode ser encontrada no Anexo A). Podemos afirmar que, o primeiro passo para promover o mapeamento social foi formar uma ampla rede de parceiros, pois, a partir daí, conseguimos mapear as lideranças de cada grupo.

Neste I Seminário ousamos iniciar a caminhada em direção ao mapeamento social de MT, e, concomitante a isso, buscamos discutir com essas lideranças o projeto de ordenamento territorial ZSEE-MT que estava em processo de consulta pública nesse momento. Contamos com apresentações dos técnicos que sistematizaram o ZSEE-MT, após essas explicações os grupos presentes puderam elaborar diretrizes para ser incluídas no projeto de lei, já que as diretrizes constantes no projeto, até então, não contemplavam a diversidade do Estado. Nesse sentido, toda a programação (anexo B) foi preparada para atender esses macro-objetivos. Contudo, essas diretrizes foram totalmente desconsideradas pelo substitutivo 3 (aprovado pelo governador).

Nos momentos fecundos de debates do ZSEE-MT, os grupos presentes ressaltavam a necessidade de promover o mapeamento social do Estado, uma vez que, nem os próprios grupos se (re)conheciam, mas, sobremaneira não eram contemplados nas propostas de vocação de cada região de planejamento. Imbuídos de traçar o melhor caminho para promoção desse mapeamento, convidamos especialistas na temática para que pudessem colaborar com suas experiências sobre mapeamentos, mas os relatos evidenciam trabalhos desenvolvidos localmente (em comunidades específicas) e nenhuma das ações apresentadas e/ou discutidas direcionavam para um mapeamento que pudesse evidenciar a paisagem global.

Antecedendo a este cenário o GPEA já havia elaborado um roteiro de entrevista (apêndice A) que pudesse compreender e evidenciar a sociodiversidade. Dessa forma, as informações para o mapeamento social foram levantadas por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas por dinâmicas em Grupo de Trabalho (GT) durante o seminário (figura 3.2). Entrevistamos 115 representantes dos grupos sociais presentes, divididos em 12 GT de acordo com as 12 RP de MT. Os entrevistados responderam às questões propostas pelo roteiro de entrevistas, que buscou compreender suas percepções sobre identidades e territórios, iniciando pelo sujeito e seus sonhos, na arguição do cotidiano acerca dos hábitos alimentares, cuidados pessoais nas casas, até os conflitos enfrentados.

Figura 3.2 – Fotos I Seminário de Mapeamento Social



Fotos: R. Silva e M. Jaber

A opção pela entrevista semiestruturada ancora-se na flexibilidade permitida por essa modalidade de entrevistar, consistindo na combinação de um roteiro sistematizado, com perguntas abertas que permitem ao pesquisador se orientar ao elaborar as questões que pretende abordar. Não havendo necessidade de uma sequência rígida quanto aos assuntos a serem abordados, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações (MINAYO, 1994). Mas, também utilizamos a entrevista não estruturada, permitindo que o diálogo fluísse livremente.

Os entrevistados assinalavam a identificação e a localização geográfica de seus grupos e de suas comunidades, em um mapa impresso de acordo com sua região de

planejamento. Os mapas eram disponibilizados em escala 1:900.000. Com os resultados das entrevistas foi possível identificar os grupos sociais do Estado e os conflitos socioambientais narrados em cada região.

Na continuidade desses estudos, o GPEA elaborou e deu publicidade ao relatório final do *I Seminário*¹⁶, nesse relatório foi apresentado um quadro com os conflitos socioambientais de MT elencados pelos grupos sociais presentes (esse quadro pode ser consultado no apêndice B). Além disso, foram produzidos o “Mapa dos grupos sociais de Mato Grosso” e o “Mapa dos conflitos ambientais de Mato Grosso”, versões 2008 (esses mapas podem ser encontrados no apêndice C).

A rede formada para realização desse evento seguiu realizando reuniões e articulações diversas que culminaram na realização do *II Seminário de Mapeamento Social* nos dias 6, 7, 8 e 9 de outubro de 2010, sendo um dos eventos satélites do VI Encontro de Educadores Ambientais de Mato Grosso¹⁷. Nesse grande evento contou-se com a presença de mais de 250 pessoas que representam redes, movimentos, sindicatos, cooperativas, agricultores familiares, assentados, acampados, povos indígenas, povos quilombolas, comunidades tradicionais e grupos sociais diversos (a lista com grupos e instituições participantes está descrita no Anexo C).

Grande parte das pessoas convidadas para estarem presentes neste *II Seminário* veio das regiões que não puderam ser contempladas no *I Seminário*, assim, o critério de escolha foi definido pelas regiões de planejamento que careciam de mais informações. Os presentes (figura 3.3) participaram de três dias de estudos e de debates, com objetivo de construir coletivamente os mapeamentos propostos, assim como, de validar e complementar os dados sistematizados do *I Seminário de Mapeamento Social (2008)*, isso foi possível mediante a fixação, nas paredes do local do seminário, dos mapas dos grupos sociais de MT e dos conflitos socioambientais (versão 2008).

No decorrer deste encontro (o programa deste seminário pode ser acessado no Anexo D), os participantes centraram suas ações na identificação nos mapas, nas respostas dos roteiros de entrevistas (apêndice D) e nas rodadas de conversas sobre os

¹⁶ Os relatórios do *I* e *II* Seminários de Mapeamento Social estão disponíveis no site <http://www.icaracol.org/>.

¹⁷ A Rede mato-grossense de educação ambiental (REMTEA) promove periodicamente o Encontro de Educadores Ambientais de Mato Grosso, esses encontros contam com um público local, nacional e internacional. Junto aos encontros da REMTEA são promovidos eventos satélites (reuniões com temáticas específicas) sendo que, no ano de 2010, o *II Seminário de Mapeamento Social* foi um deles.

habitats e habitantes de MT. Os participantes escolheram dividir-se em grupos de trabalho (GT) que juntos totalizaram 119 respostas de acordo com as suas identidades: GT 01 – Pantaneiros, GT 02 – Quilombolas, GT 03 - Retireiros do Araguaia, GT 04 – Agricultores Familiares, GT 05 - Povos do Cerrado, e GT 06 – Indígenas.

Figura 3.3 – Fotos II Seminário de Mapeamento Social



Fotos: R. Silva e M. Jaber

As questões abordadas no roteiro de entrevista foram:

1. *As mudanças no local onde você mora causam problemas (conflitos socioambientais)? Quais conflitos?*
2. *Quais os grupos sociais que estão envolvidos nos conflitos?*
3. *Há violência declarada? Quais tipos de violência? Tem ameaças de morte?*
4. *Como seu grupo/comunidade/povo tem combatido esses conflitos socioambientais? Há quanto tempo?*

Nos dois seminários, o processo de condução de cada um dos GT, contou com um facilitador e um relator. O facilitador conduzia as discussões nesses grupos aportados pelo roteiro semiestruturado de entrevista, dirigia as atividades e suscitava o debate das questões geradoras. O relator acompanhava as discussões, anotando os principais pontos narrados e elaborando um relatório final. Após essa etapa os participantes pontuaram os conflitos narrados no mapa político-administrativo e territorial do Estado de Mato Grosso - ano 2010 - em escala 1:1. 500.000. Este mapa estava com as 12 RP em destaque.

O registro dos dados, durante os seminários, foi realizado pelas respostas anotadas nos roteiros de entrevistas, pelas relatorias realizadas em cada um dos GT, como também, por registro em vídeos e fotografias das diversas atividades realizadas. Além disso, alguns sujeitos da pesquisa que representavam os diferentes grupos sociais foram entrevistados individualmente; essas entrevistas foram registradas por filmagens.

De acordo com os dados sistematizados por Silva (2011), na realização desses dois seminários foram reunidos, aproximadamente, 500 participantes. Estes vieram dos 54 municípios, ou seja, somando os dois seminários, aproximadamente, 40% dos 141 municípios do Estado estiveram presentes. Ao total, 19 etnias indígenas estiveram representadas, sendo elas: Apiaká, Bakairi, Bororo, Chiquitano, Kamaiurá, Kanela, Karajá, Kayabi, Kaiapó, Yudjá (Juruna), Munduruku, Panará, Paresi, Rikbaktsa, Terena, Trumai, Txucarramãe, Umutina e Xavante. Ao todo foram mais de 70 representantes indígenas que vieram de diferentes TI e de diferentes pontos do Estado. Os participantes das comunidades quilombolas vieram dos municípios de Barra do Bugres, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Contamos com a participação de comunidades pantaneiras dos municípios de Barão de Melgaço, Cáceres, Santo Antônio do Leverger e Poconé. Foi importante a mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mato Grosso (MST-MT) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) que propiciou a participação de acampados e agricultores familiares assentados em várias regiões do Estado, particularmente, nos municípios da região amazônica. Nos dois seminários, contamos com representantes dos seringueiros da Reserva Extrativista Guariba & Roosevelt (Resex Guariba & Roosevelt), dos atingidos pela barragem de Manso e dos retireiros do Araguaia. Destacamos ainda, a importante participação dos artesãos, dos ciganos Kalon, dos ecologistas, dos pescadores artesanais, dos morroquianos, dos articuladores da economia solidária e de cooperativas de agricultores familiares.

Em todo esse processo foi possível realizar entrevistas com 234 representantes dos 110 grupos sociais, o que possibilitou o mapeamento de uma miríade de impactos ambientais e causas propulsoras dos conflitos socioambientais em MT. Os dados foram, posteriormente, complementados por meio de pesquisas bibliográficas e de consulta a dados secundários, tais como: artigos científicos, relatórios técnicos do CIMI, do Instituto Socioambiental (ISA) e da CPT.

As respostas das questões foram sistematizadas e pontuadas nas RP de incidência e organizadas, posteriormente, em forma de quadro (apêndice E), que registra em qual município da região temos atividades propulsoras de conflitos, além disso, demonstra os grupos sociais envolvidos nesses embates. Após isso, os conflitos foram inseridos no mapa de MT por meio de um banco de dados de SIG, para isso, utilizamos o software ESRI ArcGis/ArcMap (versão 10.0).

Nessa ousadia de tentar um caminho dialógico no mosaico de saberes, os resultados apresentados denunciam casos de violação ao ambiente e aos grupos sociais, a face concreta dessa violação está expressa na miríade dos conflitos mapeados. Estudando a arena de conflitos nossa proposta é sublinhar que inscrevemo-nos em uma educação ambiental transformadora, inscrita na densidade e na fecundidade do sobrevoo da liberdade, que deseja denunciar as injustiças e anunciar a autonomia e o engajamento político (SATO et al., 2008).

3.1.2 - AS TRILHAS DO MAPEAMENTO DA PAISAGEM LOCAL DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS (MICROCOSMO)

Com o mapeamento dos conflitos socioambientais de todo o Estado de MT concretizado, possibilitando um retrato da paisagem global de MT, consideramos relevante promover também uma compreensão mais localizada, evidenciando as lutas de alguns grupos sociais e dando visibilidade aos microcosmos.

Neste chão empírico, nosso objetivo foi mapear as mudanças nos ecossistemas, suas consequências à vida dessas pessoas e os conflitos provocados por essas alterações. Para isso, realizamos pesquisas de campo com observações participativas, entrevistas abertas, oficinas e reuniões *in loco* com os grupos sociais.

Como exemplo, citamos as oficinas participativas que foram realizadas **Comunidade Quilombola de Mata Cavalo** (localizada no município de Nossa Senhora do Livramento)¹⁸, realizadas em 2009 e 2010, foi um dos aportes mais enriquecedores e importantes para a construção do mapeamento socioambiental local. Os espaços dialógicos das oficinas possibilitaram uma visita ao pretérito, refletindo o presente e projetando o futuro com os sonhos e aspirações dos quilombolas. Seguindo essas etapas

¹⁸ Essas oficinas foram realizadas de forma participativa e organizadas pelas pesquisadoras Imara Quadros (doutoranda em Educação – UFMT), Maria Liette Alves Silva (doutoranda em Educação – UFMT) e Regina Aparecida da Silva (Doutora em Ciências – UFSCar).

(passado, presente e futuro), sem, contudo, nos prender a contornos rígidos, foi possível construir um mapeamento da comunidade quilombola de Mata Cavalo.

A partir do entendimento de que um mapa é composto de eixos e orientações sobre os quais se desenvolvem e não um sistema fechado (HAESBAERT, 2006a), procuramos construir o mapa da comunidade conjuntamente com os alunos com maior faixa etária no quilombo (faixa etária de 45-70 anos) matriculados no EJA (Educação de Jovens e Adultos), pois esses, conheciam bem a realidade atual e o contexto histórico. Realizamos intervenções com recursos audiovisuais como fascículos, vídeos, fotografias, recortes de jornais e arte.

O percurso para elaboração do mapeamento local se fez pela arte-educação-ambiental (figura 3.4) formando-se em um conjunto de atividades vivenciais que posteriormente foram publicadas por meio de um caderno pedagógico (apêndice F).

Figura 3.4 – Etapas que orientaram as oficinas em Mata Cavalo

<p>(01) Água - Sensibilizar para a trajetória de conceitos</p> 	<p>Este foi o momento de sensibilização para os conceitos que foram utilizados durante o trajeto de construção dos mapas. Foram realizadas atividades vivenciais de sensibilização para a construção de idéias práticas dos conceitos abordados: territórios, identidades, conflitos socioambientais.</p>
<p>(02) Terra - Desvelar o viver pela imagética</p> 	<p>No chão do cotidiano, esta etapa desvelou a comunidade por meio de imagens fotográficas; esses registros do território e das identidades feitos pelos estudantes, foram roteirizados e organizados pelas temáticas: “Ontem”, “Hoje”, “Problemas e Conflitos”, e “Sonhos e Desejos”.</p>
<p>(03) Fogo - Transformar a revelação da vida</p> 	<p>Este foi o momento de se lançar um novo olhar sobre o material coletado, tanto das imagens visuais, quanto das palavras que surgiram nas etapas anteriores, potencializando e redimensionando a forma de ver e significar.</p>
<p>(04) Ar - Movimentar a brisa cartográfica</p> 	<p>Nesse momento, o grupo deu forma ao trabalho realizado até aqui, traduzindo-representando artística-textualmente (significativamente) todo o percurso realizado, bem como, aos dados obtidos no caminho: fotografias, descrições e narrativas. A construção de um caderno pedagógico e de mapas temáticos foi uma das possibilidades escolhidas.</p>

Fonte: Sato et al. (2010).

O ponto inicial do nosso itinerário foram alguns conceitos básicos, a exemplo de identidade e território. Em um dos momentos dessa oficina D. Tereza¹⁹ (uma das participantes) nos indagou belamente, “*vejam se entendi o que vocês estão falando? vou trazer para nossa realidade: a rede de dormir, aquele pano grande é a terra nossa, nosso território. E os bordados somos nós nela, nossa identidade. A identidade é o bordado da rede*”.

Além do projeto de Mapeamento Social de Mato Grosso, já apresentado anteriormente, as realizações dessas pesquisas foram sendo oportunizadas por meio de projetos realizados pelo GPEA e seus parceiros. Nosso contato com a Comunidade Quilombola de Mata Cavalo aconteceu por meio do projeto de pesquisa *Territorialidade e Temporalidade da Comunidade Quilombola de Mata Cavalo* desenvolvido pelo GPEA, sob financiamento da FAPEMAT.

No ano de 2010, iniciamos as atividades do subprojeto de pesquisa *Ciência e cultura na reinvenção educacional*, como parte do laboratório associado 5: Práticas Culturais, Socioeconômica e Educação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU)²⁰. O INAU é uma proposta do Centro de Pesquisas do Pantanal e de instituições parceiras, sob a coordenação da UFMT que foi aprovada pelo Edital nº 15/2008 do CNPq e do Ministério de Ciências e Tecnologia (MCT). Esse edital estabeleceu um amplo programa para a criação de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia em todo o País.

Esse subprojeto do INAU que vem sendo realizado pelo GPEA (*Ciência e cultura na reinvenção educacional*), objetiva promover a audiência científica na comunidade pantaneira de **São Pedro de Joselândia**, por meio da arte e da educação, associando a noção de *habitat* ao território, do *hábito* à identidade e do *habitante* ao grupo social identificado como “pantaneiro”. Devido à dimensão desse subprojeto, o mesmo foi subdividido em outros três, sendo eles: 5. 1 - Comunicação e Arte; 5.2 – Territórios, identidades e conflitos; e 5. 3 - Avaliação Ecológica do Milênio. A pesquisa que estamos desenvolvendo no âmbito deste projeto insere-se no subprojeto 5.2, sendo nosso objetivo realizar um prognóstico dos principais conflitos socioambientais

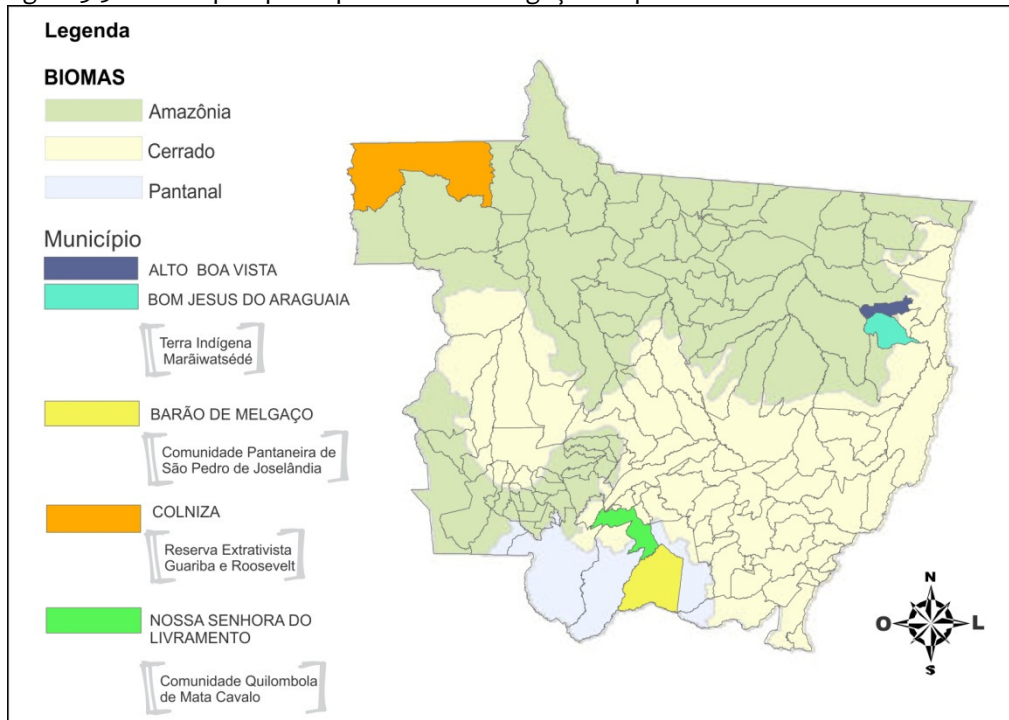
¹⁹ Lamentavelmente, D. Tereza faleceu no dia 03 de março de 2011. Contudo, seu legado de luta persiste.

²⁰ Mais informações sobre o INAU podem ser acessadas em: <www.inau.org.br>; <http://cienciaeculturareinvencaoeducoblogspot.com/>.

existentes na comunidade de São Pedro de Joselândia, evidenciando as injustiças ambientais e os processos de resistência.

A inserção nesses projetos supracitados nos possibilitou ampliar o leque desta pesquisa, investigando também o povo Xavante e os Seringueiros, promovendo além do mapeamento dos conflitos socioambientais de MT, um mergulho em alguns territórios que merecem atenção, devido, aos enfrentamentos vividos. Portanto, além do mapeamento do macrocosmo de MT, apresentamos a realidade do “chão empírico” de quatro microcosmos conflitantes, em resumo (figura 3.5): Comunidade Quilombola de Mata Caval, Comunidade Pantaneira de São Pedro de Joselândia, Terra Indígena de Marãiwatsédé e Reserva Extrativista Guariba & Roosevelt.

Figura 3.5 – Municípios participantes da investigação empírica



Organização: JABER, M., 2012.

3.2 - MATO GROSSO - SEUS HABITATS E HABITANTES

Com dimensões continentais, o Estado de MT, *lócus* desta pesquisa, ocupa uma área de 903.357 km² do território brasileiro, dividida nos 141 municípios, integra a região centro-oeste do Brasil, localizado na região central do continente sul-americano (Figura 3.6). De acordo com o censo demográfico 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Estado é de 3.035.122 habitantes, destes

formado por três significantes bacias hidrográficas: a bacia Amazônica, formada pelas sub-bacias dos rios Madeira, Tapajós e Xingu; a bacia Tocantins-Araguaia formada pelo rio Araguaia e a bacia Platina, formada pelos rios Paraná e Paraguai, constituindo a sub-bacia do Alto Paraguai (MORENO; HIGA, 2005).

Possui três importantes biomas: o Cerrado que ocupa 39,6 % do território, a Floresta Amazônica com 53,6% da área e o Pantanal com 6,8% (figura 3.7). Nesses espaços, possui 78 TI, 105 unidades de conservação (UC), sendo 23 federais, 44 estaduais e 38 municipais distribuídas entre reservas, parques, bosques, estações ecológicas e Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN) (MATO GROSSO, 2008b).

Figura 3.7 -- Mapa das áreas de domínios dos biomas mato-grossenses.



Fonte: Adaptado de SEMA, 2010.

Diante de toda essa diversidade ecológica e social apresentada, o desafio do Estado de MT frente à garantia da sustentabilidade é abissal. Um dos caminhos apontados para gerir este vasto território é promover um ordenamento territorial justo, que contemple toda essa biodiversidade e sociodiversidade.

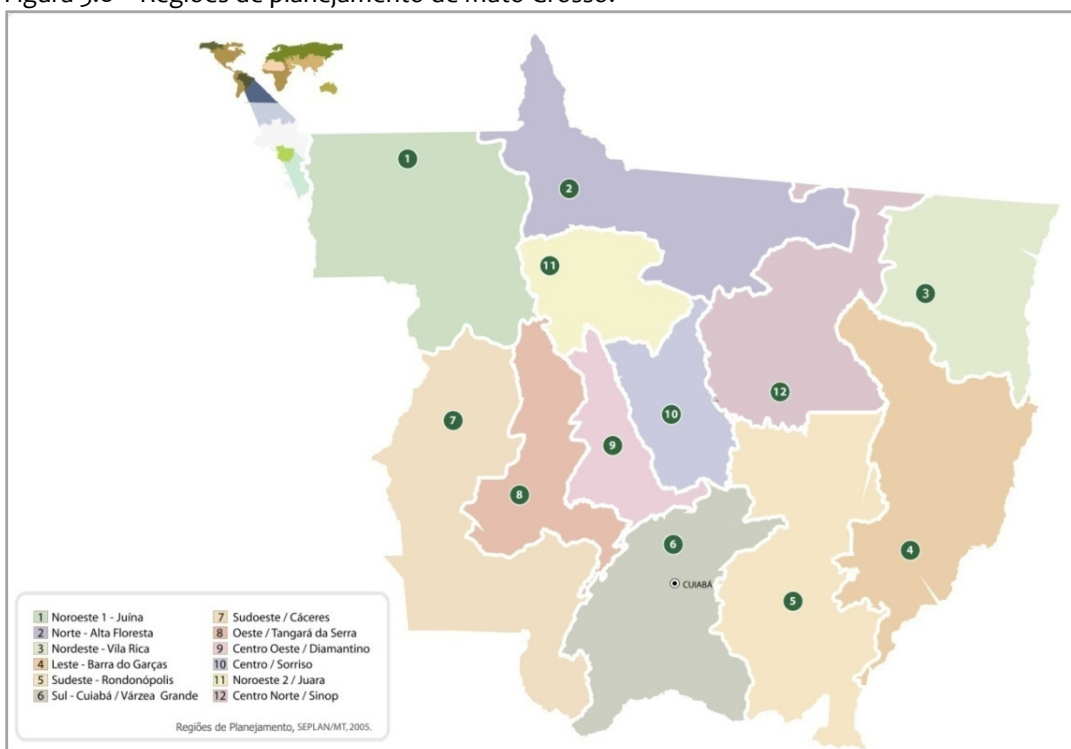
A fim de contribuir com este quadro é que pensamos esta pesquisa, na tentativa que os conflitos socioambientais aqui identificados possam ser pensados e considerados nas tomadas de decisão e na elaboração de políticas públicas que engendrem uma relação sustentável entre humano-natureza. A compreensão de políticas públicas que

tecemos ancora-se em um conjunto de ações, planejamento e definições construídas, sobremaneira, com a presença de vários segmentos sociais e não meramente governos (PEDROTTI; SATO, 2008, p. 108).

Em um estado com dimensões como o de MT, optamos por dar visibilidade aos conflitos socioambientais separados pelas RP do Estado, essas regiões “compreendem um conjunto de unidades socioeconômicas ecológicas agregadas segundo a integração dos aspectos socioeconômicos e ecológicos com os elementos estruturadores das regiões de influência dos Polos urbanos” (MATO GROSSO, 2008b, p. 28). A proposta de divisão do Estado ganhou força a partir do diagnóstico do meio físico-biótico e socioeconômico do projeto ZSEE, por meio das análises temáticas e dos mapeamentos que compuseram esse estudo (MATO GROSSO, 2008a).

Dessa forma, por meio de estudos produzidos pela SEPLAN-MT, definiu-se regionalização do Estado nessas 12 RP (figura 3,8), sendo elas: Região 1 - Polo Juína; Região 2 - Polo Alta Floresta; Região 3 - Polo Vila Rica; Região 4- Polo Barra do Garças; Região 5 - Polo Rondonópolis; Região 6 - Polo Cuiabá/Várzea Grande; Região 7 - Polo Cáceres; Região 8 - Polo Tangará da Serra; Região 9 - Polo Diamantino; Região 10 - Polo Sorriso; Região 11 - Polo Juara; Região 12 - Polo Sinop (MATO GROSSO, 2008a).

Figura 3.8 – Regiões de planejamento de Mato Grosso.



Fonte: Adaptado de Mato Grosso (2008a).

Cada região guarda suas características socioeconômicas e ecológicas, no quadro 3.1 apresentamos de forma resumida um panorama geral de cada RP (CAMARGO, 2011).

Quadro 3.1 – Panorama geral das Regiões de Planejamento de MT.

Região de Planejamento	Caracterização
I (Polo Juína)	Municípios de grandes extensões territoriais, baixa densidade demográfica, crescimento populacional desordenado ocasionando graves problemas de atendimento às necessidades básicas da população, e apresentam baixas a muito baixas condições gerais de vida. Área de fisionomia amazônica, com grandes extensões conservadas, e ainda com potencial ao desenvolvimento de atividades voltadas à exploração dos recursos florestais, no entanto, sob forte pressão da ocupação em ambiente frágil.
II (Polo Alta Floresta)	Municípios de origem de colonização incentivada, inicialmente ocupados por pequenos e médios produtores rurais, em processo de pecuarização, também ocupados de forma desordenada por garimpeiros que deixaram na paisagem marcas de degradação; os municípios desta região possuem baixa densidade demográfica. Área de fisionomia florestal, em ambiente alterado.
III (Polo Vila Rica)	Municípios de localização a grande distância dos centros melhor estruturados, precariedade dos acessos viários e baixas taxas dos indicadores sociais com graves problemas de atendimento às necessidades básicas da população. Principal atividade econômica, a agropecuária, com baixa agregação de valor. Área de fisionomia diversificada com tipologias florestais e savânicas, com, ainda, extensões conservadas, no entanto, sob forte pressão da ocupação em ambiente frágil.
IV (Polo Barra do Garças)	Precariedade dos acessos viários ao norte desta região, e baixos indicadores das condições de vida em boa parte da população, as condições de vida de seu contingente populacional varia de média a muito baixas. A principal atividade econômica é a agropecuária. Área de fisionomia diversificada, savânica e florestal, com extensões conservadas, principalmente as relacionadas aos ambientes pantaneiros, e, com forte pressão da ocupação em ambiente frágil.
V (Polo Rondonópolis)	Municípios com grande disparidade socioeconômica entre os centros melhor estruturados como Rondonópolis, Primavera do Leste e Campo Verde, contrapondo-se a outros com precariedade de oferta de aparelhos sociais. A atividade econômica centra-se na agricultura moderna e na pecuária. Região de fitofisionomias diversificadas, com, ainda, remanescentes conservados, que guardam alto potencial biótico, inclusive porções de ecótono, no entanto, sob forte pressão da ocupação em ambiente frágil.
VI (Polo Cuiabá/Várzea Grande)	Grande disparidade socioeconômica entre o aglomerado urbano de Cuiabá/Várzea Grande e os demais centros urbanos. A eficiência econômica é garantida pelo centro industrial e de serviços do Estado, nos demais municípios a eficiência econômica é baixa a muito baixa. Região de fitofisionomias diversificadas, com feições degradadas da mineração e pecuária, mas com remanescentes conservados nos ambientes pantaneiros, que guardam alto potencial biótico, porém, sob forte pressão nas áreas mais elevadas, pela falta de saneamento das cidades próximas ao rio Cuiabá, e pelo desmatamento, acelerando o assoreamento dos rios.
VII (Polo Cáceres)	Grande disparidade socioeconômica entre os centros melhor estruturados como Cáceres, e aqueles com a base econômica na agricultura moderna, como Sapezal e Campos de Júlio, contrapondo-se a outros com precariedade de oferta de aparelhos sociais, provocado em parte pela depressão da agricultura familiar, devido à ausência de uma política de apoio aos pequenos e médios produtores rurais. Região de fitofisionomias diversificadas, que guardam alto potencial biótico, em ambiente pantaneiro com grande diversidade de espécies dependentes deste bioma.
VIII - Polo Tangará da Serra;	Necessidade de adequação do processo econômico à dimensão da sustentabilidade ambiental, nas unidades com a consolidação da agricultura moderna, observado principalmente em Campo Novo dos Parecis, contrapõe-se às outras unidades desta região que apresenta precariedade de oferta de aparelhos sociais. A atividade econômica é movimentada pela agricultura moderna, e nas demais varia de média a baixa. Região com, ainda, remanescentes de vegetação primária, significativos e conservados, que guardam potencial biótico, no entanto, sob forte pressão.

IX (Polo Diamantino)	Transição da exploração minerária para a agropecuária, o que tem ocasionado uma movimentação demográfica, com municípios perdendo população e outros, como São José do Rio Claro e Nova Maringá, recebendo contingentes populacionais, em áreas de planalto com o processo de consolidação da agricultura moderna, contrapondo-se às áreas precárias. Região com fitofisionomias do Cerrado e Floresta Estacional/Cerrado, com, ainda, remanescentes de vegetação primária, significativos e conservados, de grande interesse científico, no entanto, sob forte pressão.
X (Polo Sorriso)	Necessidade de adequação do processo econômico à dimensão da sustentabilidade ambiental, nas unidades com a consolidação da agricultura moderna, como é observado principalmente em Sorriso e Nova Mutum. Região com fitofisionomias variadas do Cerrado e Floresta, com, ainda, remanescentes de vegetação primária, com potencial biótico para exploração sustentada da floresta, no entanto, sob forte pressão da ocupação e com muito desmatamento e queimadas.
XI (Polo Juara)	Necessidade de adequação do processo econômico à dimensão da sustentabilidade ambiental, precários acessos viários. A atividade econômica é mantida pela agropecuária e também pela exploração industrial madeireira. Apresenta grande variedade de fitofisionomias da Cerrado e floresta, com remanescentes de vegetação primária, significativos, com potencial biótico, no entanto, sofrendo forte pressão.
XII - Polo Sinop	Crescimento rápido, principalmente no município de Sinop, importante polo estruturado da região centro-norte do Estado. Na porção rural desta unidade, marcada por suas feições florestais, observa-se uma atividade intensa de exploração madeireira e agricultura mecanizada. Apresenta grande variedade de fitofisionomias da Floresta, com importantes remanescentes de vegetação primária, significativos e conservados, com potencial biótico, no entanto, sob forte pressão da ocupação.

Fonte: Adaptado de CAMARGO, 2011.

Ante a todo esse contexto dos *habitats* e habitantes de MT, percebemos MT como um espaço de descontinuidades e contradições, fecundo para compreensão dos conflitos socioambientais. De um lado, uma natureza de complexa biodiversidade, composta por um mosaico de ricos biomas, somado a uma diversidade imensa de comunidades e de povos que vivem em múltiplos espaços. Por outro lado, gigantescas áreas de pecuária, de monoculturas de soja e de algodão, de usinas hidrelétricas e de outras atividades impactantes, algumas vezes, desenvolvidas sem amparo legal e, em sua maioria, sem o compromisso ético socioambiental necessário. Os embates e as consequências provocados por essas contradições serão discutidos nos capítulos a seguir.

CAPÍTULO 4

POLISSEMIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE MATO GROSSO

EM TEMPO, O GRITO.

Gilberto Vieira - Giba

Gritamos pela natureza,
E ela somos todos nós.
Gritamos pela vida na Terra,
Gaia Mãe, Pachamama querida
Com a qual unimos nossa voz.

Pela vida grita a Terra

Por direito todos nós.

Gritamos por boa comida,
Sem veneno, sem transgenia.
Gritamos por pão produzido,
Pelas mãos camponesas livres
Que são a base desta economia.

Pela vida grita a Terra

Por direito todos nós.

[...]

Mas o grito deve ser global,
De Abya Yala vem o primeiro.
Construindo o mundo novo
A partir deste que nunca foi terceiro.
Recriando um ambiente de vida para todos nós,
E para o mundo inteiro.

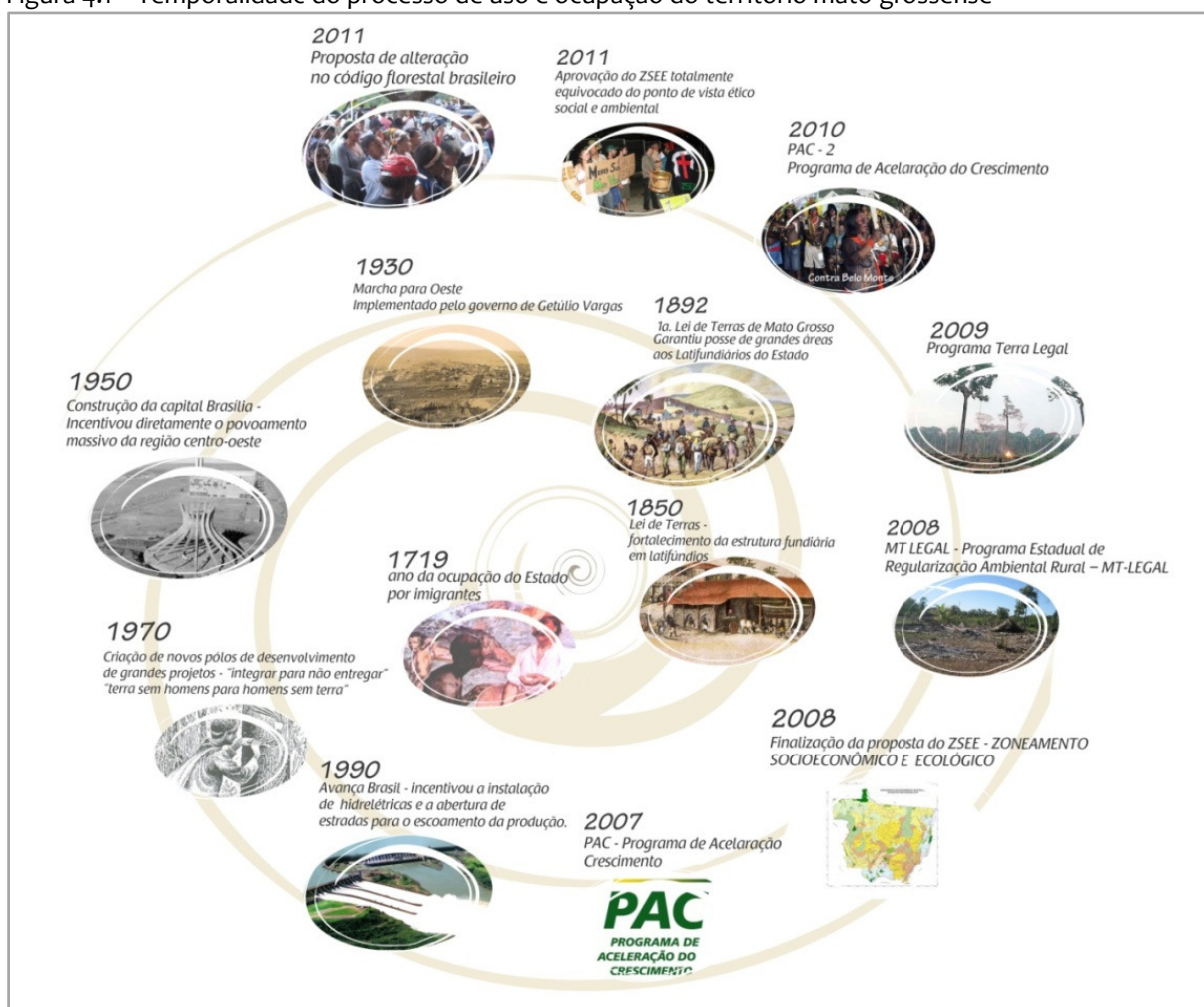


*Pintura corporal Xavante usada em momento de guerra;
Desenho de Boaventura Walua Xanon da TI Marãiwatsede, elaborado para esta pesquisa.
Foto da Amazônia Mato-Grossense no município de Colniza.
Arquivo da pesquisadora.*

4.1 - OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS TRANSFORMAÇÕES EM CURSO NO TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE

De acordo com o prévio histórico de uso e ocupação dos territórios mato-grossenses, percebemos uma ocupação desordenada e uma perpetuação da política desigual e assimétrica destinada à grande maioria dos cidadãos deste Estado. De maneira resumida, na figura 4.1, podemos observar que historicamente um conjunto de forças motrizes foi tomado para que a dominação dos territórios centrasse cada vez mais nas mãos de uma minoria detentora de poder, essas forças desencadearam uma série de conflitos socioambientais.

Figura 4.1 – Temporalidade do processo de uso e ocupação do território mato-grossense



Fonte: Jaber & Sato (2012).

A busca incessante pelo controle dos bens naturais é imprescindível para que as práticas capitalistas de dominação e usurpação vigorem, pois, para que o latifundiário lucre com a produção monocultural, é preciso de extensas áreas cultiváveis; para que o empresário do setor elétrico garanta sua rentabilidade, é necessário privatizar quedas

d'água; para o progresso da indústria madeireira, é preciso garantir grandes áreas florestais para a seleção das madeiras nobres; assim, para a prevalência dessas e de outras práticas econômicas faz-se necessária a dominação privada no controle dos territórios.

O engodo da política de desenvolvimento do Estado de MT, centrada no modelo agroexportador, tem atraído cada vez mais pessoas e empresas em busca de crescimento econômico. Este modelo, dominante e usurpador dos ecossistemas e das culturas locais, apresenta-se como “novo”, entretanto, configura-se muito semelhante (para não dizer igual) com os princípios e práticas do antigo sistema colonial de extração de matérias-primas, centrado na produção de monocultura, privilegiando ações de curto prazo para obter lucro (com a mesma velocidade) e expropriando os povos originários.

Oliveira e Stédile (2005, p. 08) descrevem que o capitalista-colonizador organizou uma forma particular de produzir dentro das fazendas. E impuseram a chamada fazenda *plantation*, que tem as seguintes características: “grandes extensões de terra, monocultura, venda para mercado externo e o principal: a utilização do trabalho escravo!”. Diante das narrativas que serão aqui discutidas veremos que o cenário não mudou muito deste citado. Em MT é propalado como a modernização do campo. Entretanto, a dita modernização não passa de uma re-produção do modelo de mundo-moderno-colonial. Pois, foi e ainda é promovida sem alterar a estrutura fundiária.

Pelo contrário, todo esse movimento pró-agronegócio reforçou a estrutura agrária dominante em latifúndios, que, além das medidas jurídicas que os favoreceram, contaram ainda com um vasto conjunto de incentivos financeiros e fiscais que garantiu a prosperidade da agropecuária em MT. Vários programas abonaram (e ainda abonam) os grandes produtores rurais deste Estado, desde assistências técnicas, financiamentos para agrotóxicos potentes e tecnologias de última geração (maquinários e transgênicos), que somados às boas condições do solo, relevo e clima cravaram em MT a monocultura, garantiram a concentração de terras e acirraram ainda mais os conflitos socioambientais.

Para que esse *modus operandi* continue predominante, a tecnologia é uma aliada da produção capitalista para o controle e a dominação da paisagem natural e cultural. O modelo agroexportador emprega as mais avançadas tecnologias em maquinários para garantir o aumento significativo da produção de grãos; utiliza uma complexa logística de transporte e uma gama de produtos químicos para o controle de “pragas”.

Em contraponto, essa mesma tecnologia provoca a compactação do solo, a logística de transporte ceifa vidas nas estradas, os agrotóxicos, abundantemente utilizados, geram a contaminação das águas, ar, solo e gente. Todo esse “avanço tecnológico” alterou, sobremaneira, as relações sociais e de poder entre os seres humanos e destes sobre a natureza, “com enormes consequências para o devir do planeta e da humanidade” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 109).

Além disso, com o uso de maquinários a necessidade de funcionários é muito menor. Para termos uma noção, a produção mecanizada de grandes extensões “gera um emprego para cerca de 200 ha, em contraposição, a agricultura familiar que gera um emprego para cada oito ha” (MAZZETTO, 2006, p. 58). Para ratificar essa afirmação recorreremos ao último censo agropecuário brasileiro publicado no ano de 2006 pelo IBGE: segundo este censo, os pequenos estabelecimentos (área menor de 200 ha) utilizam 12,6 vezes mais trabalhadores por hectare que os médios (200 a 2.000 ha) e 45,6 vezes mais que os grandes estabelecimentos (superior a 2.000 ha). Assim, se por um lado os pequenos estabelecimentos detinham apenas 30,31% das terras, responderam por 84,36% das pessoas ocupadas até 31/12/2006 (IBGE, 2006, p. 129). Esses números contribuem para desqualificar o discurso falacioso de que o agronegócio é o grande gerador de emprego em MT, pelo contrário, modelo tem diminuído a oferta no Estado.

Sobremaneira, essa dita modernização no campo provocou intensas degradações ecológicas, acarretando alterações extremas na paisagem natural do Estado. Iniciou-se a fragmentação de grandes áreas de vegetação nativa convertidas principalmente para uso da pecuária e produção agrícola (milho, algodão e, nos últimos anos, de forma dominante e progressiva, a soja), degradação das áreas de preservação permanente (APP), assoreamentos, desmatamentos, queimadas, dentre outras ações impactantes. Comprovando que “a ideia de progresso [da modernização] – e sua versão mais atual, desenvolvimento – é, rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 24), acrescentaríamos de dominação e de expropriação também de grupos sociais vulneráveis, pois o mesmo subalterniza, atropela, e, por vezes, destrói outras formas singulares de apropriação da natureza.

A conjuntura dessa dinâmica pretérita e presente da política de desenvolvimento de MT é desvelada nas narrativas dos grupos sociais vulneráveis que assinalaram os conflitos mapeados neste trabalho. Assim, neste capítulo e no capítulo 05 desta tese, nos


dedicamos a discutir os conflitos socioambientais mapeados. Buscamos responder as questões: *As mudanças no local onde você mora causam problemas (conflitos socioambientais)? Quais conflitos? Quais os grupos sociais que estão envolvidos nos conflitos? Há violência declarada? Quais tipos de violência? Tem ameaças de morte?*

Importante diferenciar que os impactos ambientais e as atividades que os promovem não são sinônimos de conflitos socioambientais, e sim, muitas vezes, a **driving force**. Somente quando se estabelece um campo de tensão, de disputa e de embate (material e/ou simbólico) é que se caracteriza como conflito socioambiental. Por exemplo, o desmatamento é uma atividade que provoca impactos ambientais²² (esgotamento de serviços ecossistêmicos, perda da biodiversidade, empobrecimento do solo, dentre outros), estes impactos quando gerados propiciam um conjunto de disputa pela biodiversidade (riquezas de espécie, *habitat* e genes) e embates em defesa da manutenção dos modos de vida dos habitantes. Assim posto, muitas das narrativas evidenciaram as atividades e os impactos vivenciados nos locais onde habitam, e posteriormente, apontaram os conflitos socioambientais que os envolviam.

Para uma melhor orientação, como já apresentado, adotamos a divisão do Estado de MT em RP, desta forma, as respostas dos entrevistados oferecidas durante os seminários e registradas nos mapas impressos foram dispostas nas RP de ocorrência, com o registro do município da atividade propulsora do conflito e quais são os grupos sociais envolvidos: as respostas estão descritas no quadro 4.1. Nas discussões dos resultados mapeados daremos ênfase nas 12 RP, apontando em quais regiões caracterizam ser mais conflitantes e quais as causas são mais pulsantes na localidade. Um aprofundamento nas molas propulsoras dos conflitos de maneira geral, contextualizando o Estado de MT de maneira mais global, será oferecido no capítulo 5.

²² De acordo como a Resolução nº 001 do CONAMA os impactos ambientais são definidos como: “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, diretamente ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais”.

Quadro 4.1 -- Conflitos socioambientais das 12 regiões de planejamento de MT

Região de Planejamento 01 – Polo Juína		
	<p>Municípios que compõem: Aripuanã / Castanheira / Colniza / Cotriguaçu / Juína / Juruena / Rondolândia</p> <p>Predominância de bioma: Amazônia</p>	
Conflitos socioambientais e suas causas propulsoras	Grupos Sociais envolvidos*	Município de ocorrência
Instalação do complexo de PCH no rio Juruena, disputa por terra, desmatamento ilegal, ameaças de morte;	Enawene Nawe x empresários das hidrelétricas	Juína
Disputa por terra, desmatamento, queimada, falta de demarcação de território, invasão de área protegida e ameaças de morte;	Indígena, seringueiros, agricultores familiares x grandes produtores rurais, grileiros	Colniza
Disputa por terra, desmatamento ilegal, queimadas, invasão na área que será ampliada à resex;	Seringueiros x grileiros, madeireiros	Colniza – Resex Guariba&Roosevelt
Disputa por terras, extração ilegal de minérios, chacinas de indígenas, desmatamento ilegal e ameaças de morte;	Indígenas cinta-larga x grandes produtores rurais x garimpeiros	TI Aripuanã P.I Aripuanã Juína
Invasão de terra indígena para extração ilegal de minérios e madeira, pesca predatória;	Indígenas Arara do Rio Branco x produtores rurais e garimpeiros	Aripuanã
Instalação de aproveitamento hidrelétrico de Dardanelos sob o cemitério da etnia cinta-larga;	Indígenas Cinta-larga e Arara, ecologista x Estado e Empresário	Aripuanã
Falta de liberdade de expressão, problemas com a Polícia, os políticos, fazendeiros devido aos protestos e às ameaças de morte;	Sociedade Civil x Estado, Governantes e fazendeiros	Juína
Trabalho escravo;	Trabalhadores x pecuarista	Rondolândia
Disputa por terra, desmatamento ilegal, queimadas e ameaças de morte;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais	Cotriguaçu
Extração ilegal de minérios;		Juruena
Invasão de terra Indígena, extração ilegal de minérios;	Indígenas Cinta-larga x garimpeiros	Juína

Região de Planejamento 02– Polo Alta Floresta

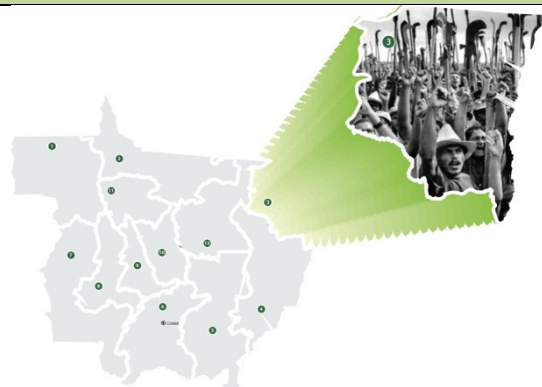


Municípios que compõem: Alta Floresta/ Apiacás / Carlinda / Colíder/ Guarantã do Norte / Matupá / Nova Bandeirantes / Nova Canaã do Norte / Nova Guarita / Nova Monte Verde / Nova Santa Helena / Novo Mundo / Paranaíta / Peixoto de Azevedo / Terra Nova do Norte.

Predominância de bioma: Amazônia

Conflitos socioambientais e suas causas propulsoras	Grupos Sociais envolvidos *	Município de ocorrência
Disputa por terra, desmatamento, pesca predatória, exploração de minérios e ameaças de morte;	Indígenas Apiaká, Kaiabi Munduruku x madeireiros x grileiros x pecuaristas	Apiacás. TIKayabi
Desmatamento ilegal, pesca predatória, assoreamento e áreas degradadas;	Agricultores familiares x pescadores x grandes produtores	Guarantã do Norte
Disputa por terra, desmatamento ilegal;	Assentados x madeireiro x garimpeiro x grandes produtores	Apiacás
Desmatamento ilegal, queimadas, Trabalho escravo, falta de água para agricultura familiar e ameaças de morte;	Agricultores familiares x latifundiários	Alta Floresta
Queimadas criminosas nos assentamentos;	Assentados x fazendeiros	Peixoto de Azevedo
Disputa por terra, desmatamento ilegal e assoreamento dos rios;	Assentados	Novo Mundo
Desmatamento ilegal, pesca predatória e ameaças de morte;	Indígenas Terena x grileiros	Matupá
Disputa por terra (invasão de TI), desmatamento ilegal;	Indígenas Panará x invasores de TI	Guarantã do Norte
Desmatamento, extração ilegal de minérios, instalação de UHE Teles Pires, pesca predatória, disputa por terra (invasão de TI);	Indígenas Kayabi x grileiros, garimpeiros e empresários	Paranaíta
Desmatamento, erosão, disputa por água, assoreamento dos rios e destruição das nascentes;	Assentados x Fazendeiros	Colíder
Trabalho Escravo;	Trabalhadores x pecuaristas	Nova Bandeirantes
Trabalho Escravo;	Trabalhadores x pecuaristas	Apiacás
Desmatamento ilegal, queimadas, erosões, áreas degradadas	Agricultores familiares x grandes produtores	Paranaíta
Trabalho Escravo;	Trabalhadores x pecuaristas	Nova Canaã do Norte
Trabalho Escravo;	Trabalhadores x mineradores	Novo Mundo
Disputa por terra, assassinatos, escassez de água. Extração ilegal minérios, desmatamento e queimadas;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais x garimpeiros	Nova Guarita

Região de Planejamento 03– Polo Vila Rica



Municípios que compõem: Alto Boa Vista / Bom Jesus do Araguaia / Canabrava do Norte / Confresa / Luciara / Novo Santo Antônio / Porto Alegre do Norte / Santa Cruz do Xingu / Santa Terezinha / São Félix do Araguaia / São José do Xingu / Serra Nova Dourada / Vila Rica.

Predominância de biomas: Amazônia e Cerrado.

Conflitos socioambientais e suas causas propulsoras	Grupos Sociais envolvidos *	Município de ocorrência
Pressão na instalação hidrelétrica Belo Monte – essa região sofrerá grandes alterações;	Comunidade local x empresários das hidrelétricas e governantes	Santa Cruz do Xingu
Desmatamento, disputa por terra, ameaças de morte e Trabalho Escravo;	Posseiros x grandes produtores rurais	Vila Rica
Disputa por terra, invasão de TI, ameaças de morte, desmatamento e queimada;	Indígenas Tapirapé x grileiros	Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha, TI Urubu Branco
Instalação da hidrovía Araguaia – Tocantins, desmatamento e pesca predatória;	Indígenas Karajá x grandes produtores rurais e grileiros	Santa Terezinha, Luciara TI Tapirapé-Karajá
Disputa por terra, desmatamento, queimadas;	Retireiros do Araguaia x invasores x grandes produtores rurais	Luciara
Disputa por terras;	Indígenas Kanela x Invasores	Canabrava do Norte
Disputa por terra, desmatamento ilegal, uso de agrotóxicos, destruição do patrimônio material e imaterial, pastagens dentro da TI e ameaças de morte; TI mais desmatada na Amazônia Legal;	Indígenas Xavante x Grandes Produtores Rurais	São Félix do Araguaia, Bom Jesus, Alto Boa Vista. TI Marãiwatsédé
Pesca predatória, turismo predatório, disputa pelo rio e cercamento do varjão;	Retireiros e agricultores x turistas	Luciara
Trabalho escravo;	Trabalhadores x pecuaristas	Vila Rica
Disputa por terra, desmatamento ilegal e uso abusivo de agrotóxico;	Agricultores familiares x grileiros	Porto Alegre do Norte
Construção da hidrovía Araguaia-Tocantins, pesca predatória e queimadas;	Indígenas Karajá x Estado x pescadores	Luciara
Desmatamento e degradação no entorno da TI;	Indígenas Tapirapé x grileiros	Porto Alegre do Norte
Uso abusivo de agrotóxico	Agricultores familiares x empresa Cotril	Confresa

Região de Planejamento 04– Polo Alto Garças



Municípios que compõem: Água Boa/ Araguaiana/ Araguainha / Barra do Garças / Campinápolis/ Canarana/ Cocalinho/ General Carneiro/ Nova Nazaré/ Nova Xavantina/ Novo São Joaquim / Ponte Branca/ Pontal do Araguaia/ Querência / Ribeirão Cascalheira/ Ribeirãozinho/ Torixoréu.

Predominância de biomas: Cerrado e Amazônia.

Conflitos socioambientais e suas causas propulsoras	Grupos Sociais envolvidos *	Município de ocorrência
Degradação de nascentes que abastecem o rio Xingu, agricultura mecanizada em solos frágeis, disputa por terra, desmatamento, queimadas e contaminação com agrotóxicos;	Indígenas Kamaiurá, ecologistas, agricultores x produtores rurais, empresários	Canarana (Terra Indígena do Xingu e seu entorno)
Desmatamento ilegal;	Ecologistas, agricultores familiares x grandes produtores rurais	Querência
Instalação de UHE Toricoejo no Rio das Mortes e invasão de TI;	Indígenas Bororo e Xavante x empresários das hidrelétricas	General Carneiro, Barra do Garças. TI Merure e TI São Marcos
Desmatamento, invasão de TI, queimadas;	Indígenas Xavante x grileiros	Barra do Garças - TI São Marcos
Abertura de estradas provocando desmatamento, destruição de nascentes;	Indígenas, agricultores familiares, comunidade local x Governo do Estado	Água Boa /Barra do Garças / Campinápolis / Canarana
Disputa por terra - Invasão de TI por grandes produtores rurais;	Indígenas Xavante x produtores rurais	Barra do Garças. TI Areões
Queimadas em TI, uso abusivo de agrotóxico no entorno da TI, Desmatamento e poluição das águas com esgoto, assoreamento	Indígenas Xavante x produtores rurais	Canarana, Ribeirão Cascalheira. TI Pimentel Barbosa
Pesca predatória, exploração ilegal de minérios, Disputa por terras;	Indígenas Xavante x garimpeiros e grileiros	Campinápolis, Nova Xavantina TI Parabubure

Região de Planejamento 05 – Polo Rondonópolis

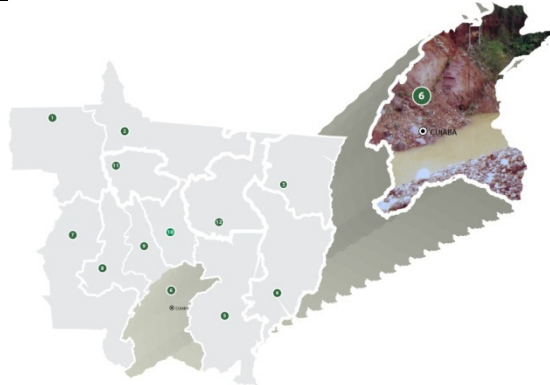


Municípios que compõem: Alto Araguaia/ Alto Garças/ Alto Taquari/ Campo Verde/ Dom Aquino/ Gaúcha do Norte/ Guiratinga/ Itiquira/ Jaciara/ Juscimeira / Paranatinga/ Pedra Preta/ Poxoréu/ Primavera do Leste/ Rondonópolis/ Santo Antônio do Leste/ São José do Povo/ São Pedro da Cipa/ Tesouro.

Predominância de biomas: Cerrado com pequena porção da Floresta Amazônia.

Conflitos socioambientais e suas causas propulsoras	Grupos Sociais envolvidos*	Município de ocorrência
Resíduos sólidos dispostos inadequadamente;	Ecologistas, comunidades x Estado	Rondonópolis
Desmatamento das áreas de nascentes do rio Xingu. Uso de agrotóxicos contaminando o Terra Indígena do Xingu	Indígenas x grandes produtores rurais	Gaúcha do Norte
Instalação de hidrelétricas PCH Paranatinga II em local sagrado da primeira cerimônia Quarup;	Indígenas Xavante e outras etnias x Paranatinga Energia S.A	Paranatinga
Poluição dos rios, arrendamento, desmatamento e queimadas;	Indígenas Bakairi x grandes produtores	Paranatinga. TI Bakari
Disputa por terras, queimadas, desmatamento, ameaças de morte e assassinato de liderança;	Indígenas Xavante/Bororo x grandes produtores rurais	Poxoréu. TI Sangradouro/V. Grande
Disputa por terra, ameaças de morte e assassinato de lideranças;	Indígenas Bororo x grileiros	Poxoréu. TI Jarudore
Agricultura mecanizada provocando compactação do solo, desmatamento, ameaças de morte e uso abusivo de agrotóxicos;	Assentados/trabalhadores rurais x grandes produtores rurais	Poxoréu. PA Mártires dos Carajás
Assoreamento dos rios;	Ecologistas x Estado	Rondonópolis
Pesca Predatória e queimadas criminosas;	Indígenas Bororo x pescadores	Rondonópolis. TI Tadarimana

Região de Planejamento 06– Polo Cuiabá

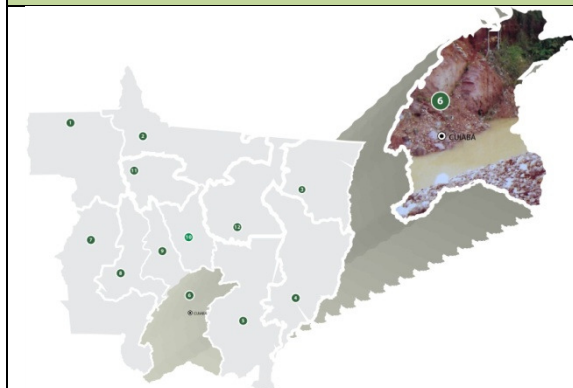


Municípios que compõem: Acorizal / Barão do Melgaço / Chapada dos Guimarães / Cuiabá / Jangada / Nobres / Nossa Senhora do Livramento / Nova Brasilândia / Planalto da Serra / Poconé / Rosário Oeste / Santo Antônio do Leverger / Várzea Grande.

Predominância de biomas: Cerrado e Pantanal.

Conflitos socioambientais e suas causas propulsoras	Grupos Sociais envolvidos *	Município de ocorrência
Desmatamento para pecuária extensiva, poluição hídrica e disputa por terra, queimadas;	Pantaneiros x grandes produtores rurais	Barão de Melgaço – Comunidades de Joselândia
Resíduos sólidos vindos pelo rio Cuiabá, aterram os corixos e córregos;	Pantaneiros x moradores da região do planalto	Barão de Melgaço – Comunidade Estirão
Pesca Predatória e matança de animais silvestres;	Pantaneiros x turistas e caçadores	Poconé – Parque Nac. do Pantanal – PA Limoeiro
Assoreamento dos rios, desmatamento e poluição hídrica;	Pantaneiros x prod. rurais x garimpeiros	Poconé – PARNA
Extração ilegal de minérios, assoreamento;	Pantaneiros x garimpeiros	Poconé
Assoreamento de rios e desmatamento de matas ciliares por grandes produtores;	Agricultores familiares x produtores rurais	Rosário Oeste
Conflito entre comunidades biorregionais e UC (RPPN/SESC);	Pantaneiros x empresários	Barão de Melgaço
Turismo predatório, ocupação em áreas de preservação permanente, desmatamento;	Pescadores artesanais x turistas	Barão de Melgaço
Impactos da UHE de Manso: expulsão de comunidades ribeirinhas, assentamentos inadequados sem água, desestruturação social e comprometimento da reprodução de peixes;	Movimentos dos atingidos por barragens x Furnas	Chapada dos Guimarães
Disputa por terra, falta de demarcação de território quilombola, desmatamento ilegal, queimadas, falta de saneamento básico;	Quilombolas x grandes produtores rurais	Nossa Senhora do Livramento. Mata Cavalô
Disputa por terra, assoreamento dos córregos e contaminação do solo por garimpos, Disputa por água (controle da Mina d'água);	Quilombolas x grandes produtores rurais x garimpeiros e fazendeiros	Poconé
Pesca Predatória, assoreamento dos rios e exploração de mão de obra;	Pantaneiros x pescadores	Poconé

Região de Planejamento 06 – Polo Cuiabá



Municípios que compõem: Acorizal / Barão do Melgaço / Chapada dos Guimarães / Cuiabá / Jangada / Nobres / Nossa Senhora do Livramento / Nova Brasilândia / Planalto da Serra / Poconé / Rosário Oeste / Santo Antônio do Leverger / Várzea Grande.

Predominância de biomas: Cerrado e Pantanal.

Conflitos socioambientais e suas causas propulsoras	Grupos Sociais envolvidos *	Município de ocorrência
Pesca predatória	Pantaneiro x fazendeiro x pescador	Barão de Melgaço
Assentamento precário dos atingidos por Manso;	Atingidos por barragens x Furnas	Alto Paraguai
Invasão das áreas das nascentes do Rio Paraguai (dentro da APA);		Alto Paraguai - APA Nascentes do Rio Paraguai
Pesca predatória, poluição dos rios (resíduos sólidos vindos de Cuiabá);		Barão de Melgaço
Turismo predatório;	Pescadores profissionais x turistas	Praia do Poço Santo Antônio do Leverger
Extração ilegal de areia;	Comunidade x Dragas	Várzea Grande
Violência, lixo, canalização de rios, verticalização;	Moradores da área urbana x Estado	Cuiabá
Falta de saneamento básico;	Sociedade x Estado	Baixada Cuiabana
Propriedades privadas dentro do parque nacional de Chapada dos Guimarães;	Sociedade, Estado x empreendedores, fazendeiros	Chapada dos Guimarães
Conflito entre comunidades biorregionais e UC - Parque Nacional de Chapada dos Guimarães;	Pequenos produtores rurais x PARNA Chapada dos Guimarães	Chapada dos Guimarães
Disputa por terra (quilombolas x fazendeiros), desvio do leito do rio acabando com rio;	Quilombolas x fazendeiros	Poconé – comunidade do Jejum
Desmatamento, erosão, assoreamento, uso de áreas protegidas;		Nobres
Pressão de grandes produtores rurais para plantação de soja no assentamento, queimadas e desmatamento;	Assentados x grandes produtores rurais	Rosário Oeste
Assoreamento de rios e ocupação de matas ciliares por fazendeiros;	Assentados x grandes produtores rurais	Alto Paraguai
Disputa por terra ;	Comunidade São Benedito x Invasores	Poconé
Extração ilegal de minérios;	Quilombolas x mineradoras	Poconé - Quilombo Campina de Pedra

Região de Planejamento 07 – Polo Cáceres



Municípios que compõem: Araputanga / Cáceres/ Campos de Júlio / Comodoro / Conquista D'Oeste / Curvelândia/ Figueirópolis D'Oeste / Glória D'Oeste / Indiavaí / Jauru / Lambari D'Oeste / Mirassol D'Oeste / Nova Lacerda / Pontes e Lacerda / Porto Esperidião / Reserva do Cabaçal / Rio Branco / Salto do Céu / São José dos Quatro Marcos / Sapezal / Vale de São Domingos /Vila Bela da Santíssima Trindade.

Predominância de biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal.

Conflitos socioambientais e suas causas propulsoras	Grupos Sociais envolvidos *	Município de ocorrência
Construção da Hidrovia Paraguai-Paraná;	Pantaneiros, ecologistas x empresários, governantes	Cáceres
Desmatamento, assoreamento das nascentes e dos rios;	Pantaneiros, ecologistas x grandes prod. rurais e governantes	Cáceres
Disputa por terra, falta de regularização fundiária;	MST x Incra	Cáceres
Uso abusivo de agrotóxicos e disputa por água;	Pantaneiros, ecologistas, comunidade local x grandes prod. rurais e governantes	Cáceres
Conflito entre comunidades e UC;	Morroquianos x Icmbio	Cáceres
Moradias inadequadas, violação do direito de ir e vir, queimadas e perseguição da igreja católica aos movimentos sociais/ecologistas;	Cacerenses x Estado	Cáceres
Controle da mina d'água por fazendeiros;	Agricultores familiares x fazendeiros	Cáceres – Com. São Bento
Desmatamento, extração ilegal de minérios e ameaças de morte;	Agricultores familiares x garimpeiros	Conquista D'Oeste
Disputa por terra;	Chiquitanos e pantaneiros x produtores rurais	Glória D'Oeste, Porto Esperidião
Disputa por terra e Invasão de TI;	Indígenas Paresi x produtores rurais	Sapezal. TIUtiriti
Disputa por terra, instalação de hidrelétricas, desmatamento, extração ilegal de minérios;	Indígenas Nambikwara x grileiros, garimpeiros	Vila Bela da Santíssima, Comodoro, Nova Lacerda. TISararé
Disputa por terras; quilombolas expulsos da terra e ameaças de morte;	Quilombolas x grandes produtores rurais	Vila Bela da Santíssima
Disputa por terra, falta de demarcação de TI, falta de regularização fundiária e ameaças de morte;	Indígenas Chiquitano x grandes produtores rurais	Pontes e Lacerda
Monocultura da cana e Teca (<i>Tectona grandis</i>) no entorno de assentamentos e uso excessivo de agrotóxicos;	Assentados, agricultores familiares x grandes produtores rurais	Mirassol D'Oeste

Região de Planejamento 07 – Polo Cáceres



Municípios que compõem: Araputanga / Cáceres/ Campos de Júlio / Comodoro / Conquista D'Oeste / Curvelândia/ Figueirópolis D'Oeste / Glória D'Oeste / Indiavaí / Jauru / Lambari D'Oeste / Mirassol D'Oeste / Nova Lacerda / Pontes e Lacerda / Porto Esperidião / Reserva do Cabaçal / Rio Branco / Salto do Céu / São José dos Quatro Marcos / Sapezal / Vale de São Domingos /Vila Bela da Santíssima Trindade.

Predominância de biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal.

Conflitos socioambientais e suas causas propulsoras	Grupos Sociais envolvidos *	Município de ocorrência
Disputa por terra - ocupação ilegal por acampados;	Morroquianos x acampados	Cáceres
Degradação de terras que serão demarcadas para os quilombolas, com desmatamento, assoreamento dos rios e pecuária;	Quilombolas x grandes produtores rurais	Vila Bela da Santíssima
Desmatamento, disputa por terras, monocultura da teça - <i>Tectona grandis</i>	Morroquianos x grandes produtores rurais	Cáceres
Uso abusivo de agrotóxicos, desmatamento, queimadas;	Assentados x fazendeiros	Mirassol D'Oeste
Poluição hídrica, assoreamento do rio, privatização das águas	Ecologistas, agricultores familiares x Estado	Cáceres
Desmatamento ilegal, disputa por terra e ameaças de morte;	Indígenas Nambikwara x Invasores	Comodoro
Assoreamento do rio, falta de água, desmatamento ilegal;	Ribeirinhos, assentados x grileiros, grandes produtores rurais	Cáceres
Desmatamento ilegal, assoreamento de rios e pesca predatória;		Cáceres
Disputa por terra, desmatamento ilegal, extração ilegal de minérios;		Porto Esperidião
Extração ilegal de minérios;	Indígenas Paresi x garimpeiros	Conquista do Oeste TI Juininha
Desmatamento ilegal e extração de minérios;	Indígenas Nambikwara x Invasores de TI	Vila Bela da Santíssima Trindade, Comodoro, TISararé
Disputa por terras, falta de regularização fundiária, crescente degradação ambiental, ameaças de morte;		Pontes e Lacerda
Destruição do campo nativo devido ao dreno feito nas fazendas;	Quilombolas x fazendeiros	Vila Bela da Santíssima
Racismo ambiental, poluição dos corpos d'água com dejetos dos frigoríficos, instalação de UHE, agressão aos pescadores artesanais, poluição do rio Sarará pela multinacional de mineração;	Quilombolas, pescadores x mineradora, empresários de hidrelétricas	Vila Bela da Santíssima
Disputa por terra. Retirada de 79 famílias;	Quilombolas x fazendeiros	Vila Bela da Santíssima
Disputa por terra e ameaças de morte;	chiquitanos x fazendeiros	Vila Bela da Santíssima

Região de Planejamento 08 – Polo Tangará da Serra

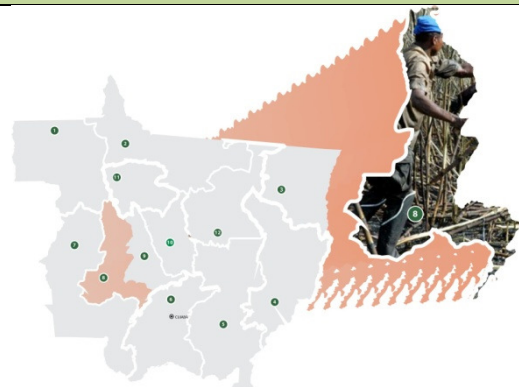


Municípios que compõem: Barra do Bugres / Brasnorte / Campo Novo do Parecis / Denise / Nova Olímpia / Porto Estrela / Santo Afonso / Tangará da Serra.

Predominância de biomas: Amazônia e Cerrado.

Conflitos socioambientais e suas causas propulsoras	Grupos Sociais envolvidos *	Município de ocorrência
Desmatamento ilegal para monocultura e para pecuária, compactação de solo;	Agricultores familiares, acampados x grandes produtores rurais	Porto Estrela
Construção da PCH Juba IV, linha de transmissão e disputas por territórios;	Quilombolas x grandes produtores rurais e empresários	Barra do Bugres
Desmatamento, queimadas, monocultura de soja e uso abusivo de agrotóxicos;	População local x grandes produtores rurais	Campo Novo do Parecis
Desmatamento ilegal das margens dos Rios Juba, Sepotuba e de seus afluentes, pecuária e agricultura mecanizada;	Movimento dos trabalhadores sem terra (MST) e agricultores familiares x grandes produtores rurais	Tangará da Serra.
Trabalho escravo, poluição do ar e da água provocados pela usinas de álcool e monocultura de açúcar;	População Local x Empresários da Usina	Barra dos Bugres, Nova Olímpia
Agricultura mecanizada (compactação de solo), desmatamento ilegal, disputa por terra, extração ilegal de minérios e ameaças de morte;	População local x grandes produtores rurais	Tangará da Serra. TI Estivadinho
Disputa por terra e ameaças de morte, Invasão de TI, desmatamento e queimadas;	Indígenas Paresi x produtores rurais	TI Figueiras, Rio Formoso
Trabalho escravo e monocultura de cana;	Trabalhadores x empresários	Santo Afonso
Pesca predatória, desmatamento ilegal;	Indígenas Umutina x pescadores, grileiros	Barra do Bugres TI Umutina
Uso abusivo de agrotóxicos;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais	Tangará da Serra
Assoreamento dos rios;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais	Tangará da Serra
Instalação de PCH no Rio Sepotuba;	Agricultores familiares x empresários	Tangará da Serra

Região de Planejamento 08 – Polo Tangará da Serra



Municípios que compõem: Barra do Bugres / Brasnorte / Campo Novo do Parecis / Denise / Nova Olímpia / Porto Estrela / Santo Afonso / Tangará da Serra.

Predominância de biomas: Amazônia e Cerrado.

Conflitos socioambientais gerados por:	Grupos Sociais envolvidos *	Município de ocorrência
Monocultura de soja, uso excessivo de agrotóxicos;	Agropecuária Itamarati – Samelo	Tangará da Serra
Desmatamento, invasão de TI, instalação do complexo de PCH no Rio Juruena afetará TI Myky;	Indígenas Miky x invasores	Brasnorte. TI Myky
Disputa por terras, desmatamento ilegal nas proximidades do rio Jauru;	Garimpeiros x fazendeiros	Tangará da Serra
Extração ilegal de minérios;		Tangará da Serra. Próximo ao córrego Estiva –
Desmatamento ilegal, plantio de monocultura de soja dentro da TI;	Indígenas Paresi	Tangará da Serra. TI Rio Formoso
Agricultura mecanizada, desmatamento, disputa por terra;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais	Tangará da Serra. Fazenda Branca
Disputa por terra e conflito com UC;	Comunidade x Fazendeiro	Porto Estrela
Pesca predatória, desmatamento e extração ilegal de minérios;	Indígenas Rikbaktsa x Invasores	Brasnorte

Região de Planejamento 09 – Polo Diamantino

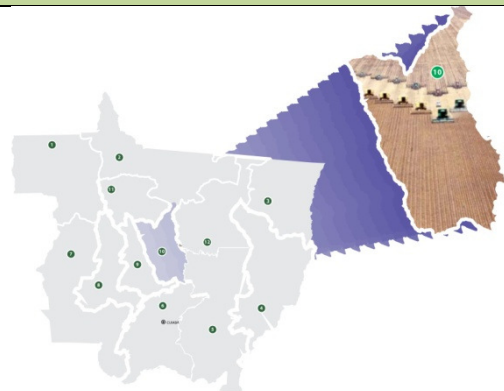


Municípios que compõem: Alto Paraguai / Arenópolis / Diamantino / Nortelândia / Nova Marilândia / Nova Maringá / São José do Rio Claro.

Predominância de biomas: Amazônia e Cerrado.

Conflitos socioambientais e suas causas propulsoras	Grupos Sociais envolvidos *	Município de ocorrência
Pressão de grandes produtores rurais para plantação de soja no assentamento, queimadas e desmatamento;	Assentados x grandes produtores rurais	Alto Paraguai. Assentamento Nova Esperança
Pesca predatória, pecuária, desmatamento;	Assentados	Nova Marilândia
Degradação ambiental de área sagrada para povo Paresi, degradação do Córrego de Pau e instalação de usina hidrelétrica;	Indígenas x empresários das hidrelétricas	Nova Maringá
Desmatamento e carvoaria, disputa por terra e pressão para invadir chapadão;	População local x grandes produtores rurais	Diamantino
Disputa por terra, assassinato (indígena Paresi Valmireide Zoromará), desmatamento e pesca predatória;	Indígenas Paresi x grandes produtores rurais	Diamantino. TI Estação Paresis
Poluição da água pela monocultura de cana de açúcar, queimadas e trabalho escravo;	Trabalhadores, assentados x produtores de cana	Nortelândia
Desmatamento ilegal e invasão de APP	Assentados x produtores rurais	Nova Maringá
Desmatamento ilegal (propriedades e madeireiras com passivo ambiental);	Agricultores x madeireiros	São José do Rio Claro
Monocultura de cana de açúcar, extração de minérios e trabalho escravo;	Trabalhadores x mineradoras	Nortelândia

Região de Planejamento 10 – Polo Sorriso

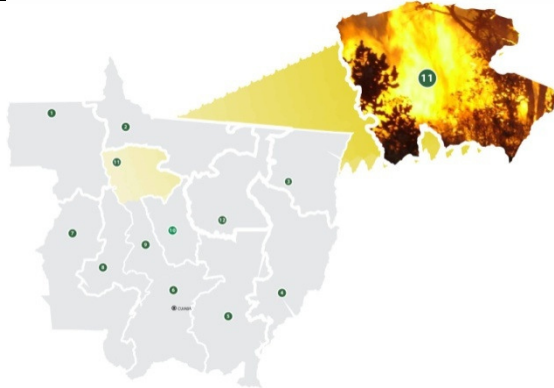


Municípios que compõem: Ipiranga do Norte / Itanhangá / Sorriso / Nova Mutum / Santa Rita do Trivelato / Lucas do Rio Verde / Tapurah.

Predominância de biomas: Amazônia e Cerrado.

Conflitos socioambientais e suas causas propulsoras	Grupos Sociais envolvidos *	Município de ocorrência
Agricultura mecanizada (compactação do solo) e desmatamento ilegal, uso abusivo de agrotóxicos, poluição;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais	Lucas do Rio Verde
Disputa por terra;	Assentados x produtores rurais	Ipiranga do Norte
Disputa por terra, assassinatos e ameaças de morte;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais	Itanhangá
Disputa por terra. Expulsão para ser implantada monocultura de soja;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais	Sorriso
Trabalho Escravo;	Trabalhadores rurais x empresários das carvoarias	Tapurah

Região de Planejamento 11 – Polo Juara

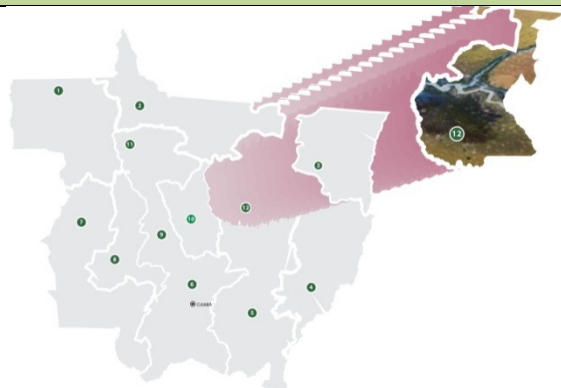


Municípios que compõem: Juara / Novo Horizonte do Norte / Porto dos Gaúchos/ Tabaporã.

Predominância de bioma: Amazônia.

Conflitos socioambientais e suas causas propulsoras	Grupos Sociais envolvidos *	Município de ocorrência
Desmatamento no entorno da TI, ameaças de morte, trabalho escravo (rural e frigorífico);	madeireiros x Ibama x agricultores familiares	Juara, Porto dos Gaúchos, Novo Horizonte do Norte
Disputa por terra, desmatamento ilegal e queimadas; ameaças de morte em TI;	Indígenas x grandes produtores rurais	Juara. TI Apiaká Kayabi
Disputa por terra, desmatamento ilegal, queimadas;	Agricultores familiares x grandes produtores rurais	Juara
Trabalho escravo;	Trabalhadores x carvoarias	Tabaporã
Disputa por terra, Invasão de TI, desmatamento;	Indígenas Kayabi x madeireiros	Tabaporã / Juara. TI Batelão
Trabalho escravo - fazenda Paineiras;	Trabalhadores x pecuarista	Juara
Desmatamento ilegal;	pequeno agricultor x madeireiro	Juara

Região de Planejamento 12 – Polo Sinop



Municípios que compõem: Cláudia / Feliz Natal / Itaúba / Marcelândia / Nova Ubitatã / Santa Carmem / Sinop/ União do Sul / Vera.

Predominância de bioma: Amazônia.

Conflitos socioambientais e suas causas propulsoras	Grupos Sociais envolvidos *	Município de ocorrência
Instalações do complexo Teles Pires (UHE São Manoel, UHE Sinop e UHE Teles Pires) que afetará toda a região;	Ecologistas, indígenas, agricultores x empresários das hidrelétricas	Sinop
Desmatamento ilegal, queimadas, poluição do ar, disputa pelo território e uso abusivo de agrotóxicos;	Ecologistas, indígenas, agricultores familiares x grandes produtores rurais	Sinop
Disputa por terras, impactos do asfaltamento da BR 163, uso de agrotóxicos afetando Rio Teles Pires, assoreamento e desmatamento;	Ecologistas, indígenas, agricultores x produtores rurais x empresários	Itaúba
Disputa por terra (TI Ikpeng), Invasão de TIs, desmatamento ilegal, pesca predatória, uso abusivo de agrotóxicos e ameaças de morte;	Indígenas Ikpeng x madeireiros x grandes produtores rurais x grileiros	Feliz Natal, União do Sul. Terra Indígena do Xingu
Trabalho escravo;	Trabalhadores rurais x grandes produtores	Nova Ubitatã
Monocultura de eucalipto e Teca (<i>Tectona grandis</i>);	Assentados x grandes produtores rurais	Sinop. Assent. 12 de out.
Queimadas criminosas;	Moradores x madeireiros	Marcelândia
Pressão e expulsão das famílias para instalação da UHE Sinop;	Acampados x UHE Sinop	Cláudia
Disputa por água nos assentamentos;	Assentados x Estado	Marcelândia
Disputa por terra e ameaças de morte;	Assentados x grandes produtores rurais	Itaúba
Disputa por terras;	Assentados x grandes produtores rurais	União do Sul
Uso abusivo de agrotóxicos, assoreamento, desmatamento;	Pescadores artesanais x fazendeiros	Sinop
Uso abusivo de agrotóxicos provocando envenenamento de rios que abastecem o Rio Xingu;	Pescadores artesanais x fazendeiros	Feliz Natal. Proximidades do Rio Desejado
Território tradicional ficou fora da área demarcada, gerando conflito ao acesso a essas áreas;	Indígenas Wauja x grandes produtores rurais	Paranatinga, Gaúcha do Norte
Invasão de terra indígena, desmatamento ilegal, disputa por terra, pesca predatória, uso abusivo de agrotóxicos.	Indígenas do TIX x madeireiros x fazendeiros x grileiro	Terra Indígena do Xingu

Organizado por: Jaber, M.; Sato, M., 2012. Fonte dos dados I e II Seminários de Mapeamento Social. GPEA/UFMT, GTMS / * Grupos sociais mapeados por Silva, 2011.

Diante do quadro expressivo de conflitos socioambientais narradas pelos grupos sociais, temos consciência que as questões aqui abordadas não poderão ser tomadas em sua inteireza. Daremos relevo em alguns temas com mais intensidade. Iremos abdicar algumas questões para que um panorama geral, proposto neste trabalho, possa ser concebido. Enfim, consideramos que outros estudos podem emergir a partir deste mapeamento.

Os conflitos socioambientais mapeados caracterizam-se pela heterogeneidade dos sujeitos envolvidos e das causas propulsoras, assumem aspectos variados de manifestações e níveis de tensão diferenciados. Entretanto, os *agentes provocadores*, aquele que incita os conflitos, em grande parte, está relacionado às atividades do agronegócio, citado pelos grupos sociais como grandes produtores rurais, fazendeiros, invasores e pecuaristas. No contraponto, os *agentes de resistência*, são, principalmente, os povos indígenas, os povos quilombolas e os agricultores familiares que carregam o fardo da sanha do *agente provocador*.

Os povos indígenas são fortemente atingidos pela prática hegemônica e violenta de ocupação dos territórios, pois as TI, normalmente, estão situadas em áreas férteis, áreas que ainda preservam riquezas minerais e florestais, ficando, assim, na mira da cobiça dos que buscam usurpar os territórios a qualquer custo. Na ofuscada atuação da justiça o aniquilamento segue em marcha acelerada em MT.

Importa aqui distinguir o que estamos considerando como território e terra: embora apresentem equivalências são conceitos diferentes. Na perspectiva deste estudo, e, de acordo com o diálogo estabelecido com os grupos sociais, quando nos referimos como causa propulsora a **disputa por “terra”** estamos aludindo ao espaço material que está em disputa para concreção do território.

O lugar, mesmo com referência física, por vezes, assume aspectos simbólicos ao propiciar o exercício da vida cotidiana, o meio da produção de alimentos, a construção da casa/abrigo, e a prática do trabalho como essência da humanidade, onde os seres humanos buscam, por meio do trabalho, o que Marx (1980) denominaria de reprodução ampliada de sua existência. Nessa significação o conceito de terra extrapola para território indo além de uma porção de terra, ou um documento de cartório que indica propriedade, engloba a vivência culturalmente de um grupo e sua base territorial. Um território supera significados materiais, é o espaço da liberdade e de poder que integram

ao espaço físico às vidas pulsantes em suas lutas simbólicas e materiais, em seus conflitos, que juntos articulam táticas de resistência. Sendo assim, toda e qualquer prática que atinja aos territórios estará atingindo as identidades que neles habitam.

Para Fernandes (2000) território é espaço de vida e morte, que carrega em si a identidade, que expressa a territorialidade e a relação de poder. Para este autor, “a transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios” (p. 278). Ratificando este pensamento algumas narrativas registram: “O território significa: luta e conquista” (Quilombola, município de Nossa Senhora do Livramento, RP 06)²³. No depoimento de um indígena “o território é a garantia da sobrevivência” (etnia Kamaiurá, município de Canarana, RP 04).

Michel Foucault (2004), no livro “A microfísica do poder”, chama a atenção para a importância de resgatar o **espaço** enquanto dimensão basilar nas compreensões sócio-históricas. Neste sentido, para entendermos as dinâmicas dos conflitos socioambientais, a compreensão do lugar, do território em que se estabelecem, não é indiferente, ao contrário, é fundamental.

O debate em torno do conceito de território está cada vez mais amplo. Haesbaert (2006a, p.20) argumenta que isso se dá, pois “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial”. Assim, o território emerge como uma reivindicação social, mobilizada pelos novos direitos do lugar.

As diversas causas dos conflitos socioambientais mapeados (disputa por terra, disputa por água, desmatamento, queimadas, uso de agrotóxicos, etc.) são provocadas na contestação pelo “território”, na defesa da manutenção ou conquista do abrigo (material e simbólico). Outro ponto relevante a destacar é que a luta pelo território conduz a alteridade, passando a ser um elemento unificador do grupo, um reconhecimento do eu-outro-mundo merleau-pontyano (MERLEAU-PONTY, 1971). Na luta

²³ Utilizaremos fonte diferenciada para destacar as narrativas das pessoas entrevistadas nesta pesquisa. Optamos resguardar sua identidade por uma medida de proteção e respeito aos entrevistados. Acrescentaremos no final da narrativa o grupo social a qual pertence, o município que reside e a RP. Decidimos corrigir os erros de português para não excluir socialmente essas pessoas, uma vez que a pesquisa não é etnográfica, mas fenomenológica.

os grupos se reconstruem enquanto tal, ou seja, como esfera coletiva de existência por meio do esforço de ocupação, uso, manutenção e identificação com seu território (LITTLE, 2002).

Os valores e sentidos diferentes atribuídos ao território provocam os chamados “choques territoriais” (LITTLE, 2002, p. 04). Em MT esses choques justificam-se pela questão fundiária consolidada historicamente, em que a posse da terra concentra-se nas mãos de uma minoria de latifundiários, não por direito constituído, mas por uma questão econômica, em que o mercado determina quem se estabelece ou não nas terras de MT.

Esses movimentos de concreção dos territórios não ocorrem pacificamente, conflagram muitos atritos nesses espaços, que são protagonizados pelos *agentes de resistência*, que se organizam e se articulam para combater ao poder da hegemonia que avassala a maioria das pessoas, promovido pelos *agentes provocadores*.

Essa resistência é exercida sob muita violência, promovida pela opressão e sobre-exploração exercidas pelos *agentes provocadores*, comprovadas nas ameaças de morte, no trabalho escravo, no extremismo dos assassinatos, nas intimidações constantemente registradas no quadro 4.1. Essas práticas estão fortemente presente na RP 02 (20,94% das ocorrências de conflitos), região em aberta disputa por terra com os pecuaristas que **desmatam** a Amazônia, sob a legitimidade e financiamento do Estado brasileiro. Confirmando assim, o pensamento de Freire (2000), que a violência praticada pelos dominadores é uma categoria histórica que vem se institucionalizando no Estado.

Sabemos que as políticas predominantes no Brasil e em MT, sempre se ancoraram no exercício da violência e do poder truculento. E, lamentavelmente, ainda continuam a seguir esse caminho, encarando os ecossistemas e as comunidades locais como obstáculos ao progresso, acirrando a selvageria e a impunidade dos agressores. Assim sendo, reafirmamos que todo processo de dominação traz em seu bojo a violência. Com as informações obtidas por meio das narrativas dos grupos sociais, essas práticas são desencadeadas contra as inúmeras lutas e táticas dos *agentes de resistência* que ensinam mudar a realidade, que aspiram modificar o centro do poder e paisagem monocultural imposta.

MT lidera mais esse *ranking*, a violência no campo. De acordo com o relatório “Conflitos no campo no Brasil de 2010”, publicado pela CPT (2011), em MT, quatro pessoas foram assassinadas em 2009 na luta pela reforma agrária; em 2008, uma pessoa

foi ameaçada de morte, enquanto 21 pessoas receberam ameaças em 2009, demonstrando que a violência cresce vertiginosamente em MT. Apresentamos no **anexo E** deste trabalho, uma lamentável realidade, a sistematização das ameaças de morte e assassinatos no campo nos últimos 10 anos feita por Werner (2011), denunciada no Relatório de Direitos Humanos e da Terra²⁴ (JABER; SILVA; SATO, 2011) publicado em 2011 pelo Fórum de Humanos e da Terra de Mato Grosso (FDHT)²⁵.

Os altos números da violência no campo em MT, delatados nesta pesquisa, evidenciam que, tanto em relação à reforma agrária quanto à questão indígena, a violência está vinculada à expansão do agronegócio e às constantes impunidades. De acordo com Porto-Gonçalves (2011, p.113), os Estados que dominam o *ranking* da violência do campo é o *locus* do agronegócio, permitindo compreender que a violência está associada à imposição da agricultura empresarial.

Paul Ricoeur (1968) pontua que as formas de violência se fizeram presentes em todos os momentos da história e em variados cenários, estando sempre associada à ideia de poder em todas as suas acepções.

Que a violência tenha existido sempre, em toda parte, é algo que não se contesta, quando pensamos na maneira pela qual se edificam e se desmoronam os impérios, se firmam os prestígios pessoais, se entredevoram as religiões, se perpetuam ou se derrubam os privilégios da propriedade e do poder, e até mesmo como se consolida a autoridade dos mestres do pensamento (p. 227).

O rompimento com esta lógica de dominação violenta somente poderá acontecer quando prevalecer a apropriação do espaço pela democracia. Neste momento, consideramos oportuno diferenciar conceitualmente os termos adotados e, muitas vezes, citados neste trabalho, são eles: **apropriação e dominação**. Para isso, reportamos ao pensador Henri Lefebvre (2009), que considera

“Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos ‘agentes’ que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por que? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo” (p.412).

Ancorado no pensamento de Lefebvre, o geógrafo Haesbaert (2006) distingue os termos considerando que a apropriação como um processo simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso. A dominação como funcional e vinculado ao valor de

²⁴ Este relatório foi sistematizado com a colaboração do GPEA/UFMT, sendo as responsáveis pela relatoria: M. Jaber; R. Silva; M. Sato. E os dados desta tese serviram de subsídios para elaboração do relatório. A publicação pode ser consultada no link: <http://direitoshumanosmt.blogspot.com/>. ISBN: 978-85-911436-5-8.

²⁵ <http://direitoshumanosmt.blogspot.com/>

troca. Ou seja, um marcado pela prática, pela **apropriação** da natureza, o outro, pela **dominação** de natureza capitalista.

Diante do exposto, podemos afirmar que a forma de produção agrícola promovida nos solos mato-grossenses prevalece pela **dominação** de natureza capitalista, mas que enfrenta a resistência da **apropriação** coletiva dos grupos sociais. E, justamente nesta diferente concepção, significação e de uso do território é que estabelecem os conflitos.

Provocados no enfrentamento de uma política de dominação que acelera a economia em detrimento da ecologia e da sociedade, e coloca as terras mato-grossenses a serviço do mercado internacional, garantindo sua competitividade porque deixa seus maiores custos para a sociedade local. Isso tem gerado um ônus ambiental e social, como: uso excessivo de agrotóxico, empobrecimento do solo, poluição das águas, perda da biodiversidade; expulsão de populações de seus locais de vida, transformando povoados em extensas plantações de soja e algodão, gerando assim uma grande dívida ecológica.

Todos esses ônus foram francamente citados pelos sujeitos desta pesquisa como razões dos conflitos socioambientais. Assim, no esforço de elucidar os resultados desta pesquisa de maneira quantitativa, elaboramos uma matriz (quadro 4.2) com as RP e as causas propulsoras mais frequentes dos conflitos, visando, posteriormente, discutir qualitativamente em quais locais as causas são mais pulsantes e quais são as possíveis razões para esta recorrência. Os pontos citados nesta matriz são uma sistematização do quadro 01.

Decidimos agrupar as causas propulsoras dos conflitos de acordo com os quatro elementos: **terra, água, fogo e ar**²⁶. Agrupar as causas aos elementos que mais as tocam justifica-se no empenho em facilitar a compreensão das informações e também por estar em consonância com a proposta metodológica desta pesquisa. Conforme assinala Sato (2011), adotamos os 4 elementos essenciais na educação ambiental, porque acreditamos que sejam os mais singulares, contudo não pretendemos criar fronteiras rígidas nesta classificação e reconhecemos que, em alguns momentos, as causas propulsoras poderão abranger mais de um dos elementos.

²⁶ Embora reconhecendo que os quatro elementos que Bachelard (1988) nos apresenta têm a seguinte ordem: água, terra, fogo e ar, em especial, pelo aspecto primário vital do elemento água. Contudo, na matriz apresentada pelo quadro 02, os elementos serão apresentados em Terra, Água, Fogo e Ar que foram classificados pelo exponencial numérico dos conflitos. A maioria dos conflitos em MT tem como causa propulsora o elemento terra, justificando esta apresentação.

Quadro 4.2 – Matriz das regiões de planejamento e causas propulsoras.

	Causas propulsoras	Regiões de planejamento											Total	% Por tipo Causa	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11			12
	Polo da RP	Juína	Alta Floresta	Vila Rica	Alto Garças	Rondonópolis	Cuiabá	Cáceres	Tangará da Serra	Diamantino	Sorriso	Juara	Sinop		
Terra	Disputa por terra	5	7	12	4	4	9	17	4	3	4	4	6	79	22
	Desmatamento	7	11	7	5	4	7	11	4	6	2	5	5	74	20,62
	Extração ilegal de minérios e areia	4	3		1		4	6		1				19	5,29
	Invasão de áreas protegidas (TI / UC)	4		1	2		3	1	1	1		1	2	16	4,46
	Compactação de solo				1	3	2	3	1	1				11	3,05
Água	Assoreamento dos rios e áreas degradadas		6	2	3	2	9	7		1	1		2	33	9,20
	Pesca e Turismo predatórios	1	4	4	1		5	1		2			2	20	5,57
	Poluição hídrica – esgoto e efluentes químicos				1	1	8	4		2	1			17	4,74
	Instalação de PCH, UHE e Hidrovia	2	1	3	1	1	2	3		1			2	16	4,46
	Dominação particular e invasão de áreas com acesso a água.		3	1			2	4						10	2,78
Fogo	Queimadas	3	4	4	3	3	3	2	1	2		3	2	30	8,36
Ar	Uso abusivo de agrotóxicos		2	2	4	4	2	2			3		5	24	6,68
	Destruição do patrimônio imaterial		1	1		1	1			1			1	06	1,68
	Impactos culturais provocados por instalação de UC						2	2						04	1,11
	Total por região	26	42	37	26	23	59	63	11	21	11	13	27	359	100%
	% Por região	7,23	11,70	10,38	7,23	6,40	16,44	17,54	3,04	5,85	3,04	3,62	7,53		
	Ameaças de morte	5	5	2		2	1	6			1	2	2	26	60,47
	Trabalho Escravo	1	3	2			2			1	1	2		12	27,90
	Assassinatos	1	1			1				1	1			5	11,63
	Total por região	7	9	4		3	3	6		2	3	4	2	43	100%
	% Por região	16,28	20,94	9,30		6,97	6,97	13,96		4,65	6,97	9,31	4,65		

Fonte: I e II Seminários de Mapeamento Social. GPEA/UFMT.

Conforme o quadro 4.2, nota-se que a **RP 07 (Polo Cáceres)** concentra o maior número de causas propulsoras dos conflitos, registrando **63 focos** dos 359 no total apontados, contabilizando **17,54%** do universo mapeado. Os motivos são diversos para justificar esses números. A forte pressão que o Pantanal vem sofrendo (a maior parte dessa região tem como domínio o bioma Pantanal). Outro ponto importante a considerar é que essa região, especialmente o município de Cáceres, possui um movimento social bastante articulado e comprometido com a justiça ambiental. Assim, a presença desse movimento foi intensa durante os seminários, o que pode ter ofertado uma maior quantidade e detalhamento dos conflitos da região.

Sobremaneira, consideramos que as informações referidas sobre essa RP oferecem no seu mosaico de conflitos a evidência das grandes ameaças sofridas por essa importante área úmida, que funciona como um corredor de transição entre as bacias Amazônica e Prata. É uma região única na qual se encontram o Cerrado, o Chaco, a Amazônia e o Bosque seco chiquitano (POTT; POTT, 2009).

De acordo com a MEA, no relatório especial “*Ecosystems and human well-being: wetlands and water*” (FINLAYSON et al., 2005), as áreas úmidas fornecem uma ampla gama de serviços ecossistêmicos que contribuem para o bem-estar humano, tais como: produção de alimentos, abastecimento e purificação da água, regulação climática, regulação de inundações, proteção costeira, recreativas e estéticas. Entretanto, com as mudanças globais, nota-se que a degradação e perda de zonas úmidas são mais rápidas do que a de outros ecossistemas. Conforme as pesquisas desenvolvidas para este relatório as causas da degradação das áreas úmidas no mundo têm sido provocadas pelo aumento da população mundial e o crescimento econômico. Consideramos relevante acrescentar nessas causas a grave questão do consumismo promovido por uma minoria de pessoas, talvez, seja essa a causa com mais intensidade.

As razões apontadas no citado relatório como as principais responsáveis pela degradação das áreas úmidas no mundo estão em consonância com as causas mencionadas pelos grupos sociais mato-grossenses como responsáveis pela deterioração do bioma Pantanal. Causas estas que são propulsoras de conflitos socioambientais nessa região. Destacam-se como as maiores atividades impactantes no bioma: a disputa por terra; o desmatamento; a queimada; a poluição hídrica (vinda do planalto); o aumento da erosão e carga sedimentar (assoreamento dos rios); o turismo desordenado; somados às

atividades de pesca e caça predatória; as ameaças de instalações de PCH e hidrovias, dentre outras ações. Ademais, outras atividades impactantes foram relatadas como a mudança nas práticas de pecuária, que antes alimentava o gado com capim nativo, e, hoje, aumenta-se o uso de capim exótico.

Das causas dos conflitos citadas pelos grupos sociais, a disputa pela terra é a mais preponderante, justificada pelo contexto histórico em que está inserida. O Pantanal sempre se caracterizou pela forte concentração de terras. Em todos os ciclos econômicos a forte exploração dessa região sempre se fez presente, iniciaram-se com as atividades garimpeiras de minérios (principalmente ouro), a subjugação dos povos indígenas para o trabalho escravo, a extração de produtos extrativistas vegetais, e, mais recentemente, a conversão da terra para atividades de agricultura e pecuária.

Segundo Siqueira (1997), as grandes extensões de terra no Pantanal tiveram origem no sistema de sesmarias quando as terras devolutas eram solicitadas ao legítimo representante do rei de Portugal, ou seja, ao governador da capitania e a posse era concedida ao proprietário e seus descendentes, sendo passíveis de venda somente com autorização da autoridade competente.

As terras dos latifúndios, principalmente aquelas localizadas nas áreas mais altas, aliaram a produção agrícola à pecuária, investindo com mais intensidade na pecuária extensiva, que seguramente é a atividade econômica que mais se destaca no Pantanal. Para o desempenho lucrativo dessa atividade, os fazendeiros dominaram grandes extensões de áreas, caracterizando o Pantanal como uma das regiões brasileiras com a maior concentração de terra ainda nos tempos atuais.

A **luta pela terra** nessa região é marcada intensamente pelas disputas entre pecuaristas, que possuem grandes áreas improdutivas, e o MST que está no *front* pela democratização da terra e apostam nessa região como um fecundo espaço para promover a reforma agrária em MT. Além disso, com já dito o município de Cáceres diferencia-se por possuir um dos movimentos sociais mais atuantes de MT, liderados pelo Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres (FLEC), a luta pela dignidade nos assentamentos é uma das bandeiras levantadas por este importante grupo.

Além desses agentes de resistência (MST e FLEC), essa RP conta com um movimento quilombola também organizado, estabelecido no município de Vila Bela da Santíssima Trindade (município que encontra-se no domínio do Bioma Amazônico). Os

quilombos dessa região vêm enfrentando um processo longo de conflitos centrados na luta pela terra, essencialmente na luta pelo reconhecimento de seus direitos. Denunciam a poluição do rio da região por uma mineradora e pelos dejetos de um frigorífico localizado na cabeceira do rio Sarará.

Outra grave questão destacada nessa região é o **desmatamento** que possui razões diversas, dentre elas a pecuária é a questão mais acentuada. Percebe-se que tem ocorrido uma conversão de vegetação nativa, principalmente cerradão e capim nativo, em pastagens implantadas para o gado, com espécies exóticas como a brachiaria.

De acordo com os estudos realizados pela Embrapa Pantanal (MORAES et al., 2000), a conversão da vegetação nativa nos planaltos para implementação de lavouras e de pastagens sem considerar a vocação dos ambientes, além da **destruição de habitats**, acelerou os processos erosivos nas bordas do Pantanal. A consequência imediata tem sido o **assoreamento dos rios** na planície, a qual tem intensificado as inundações, com sérios prejuízos à fauna, à flora, à economia e fortemente aos grupos sociais da região que apresentaram essa questão como a terceira causa propulsora dos conflitos no bioma.

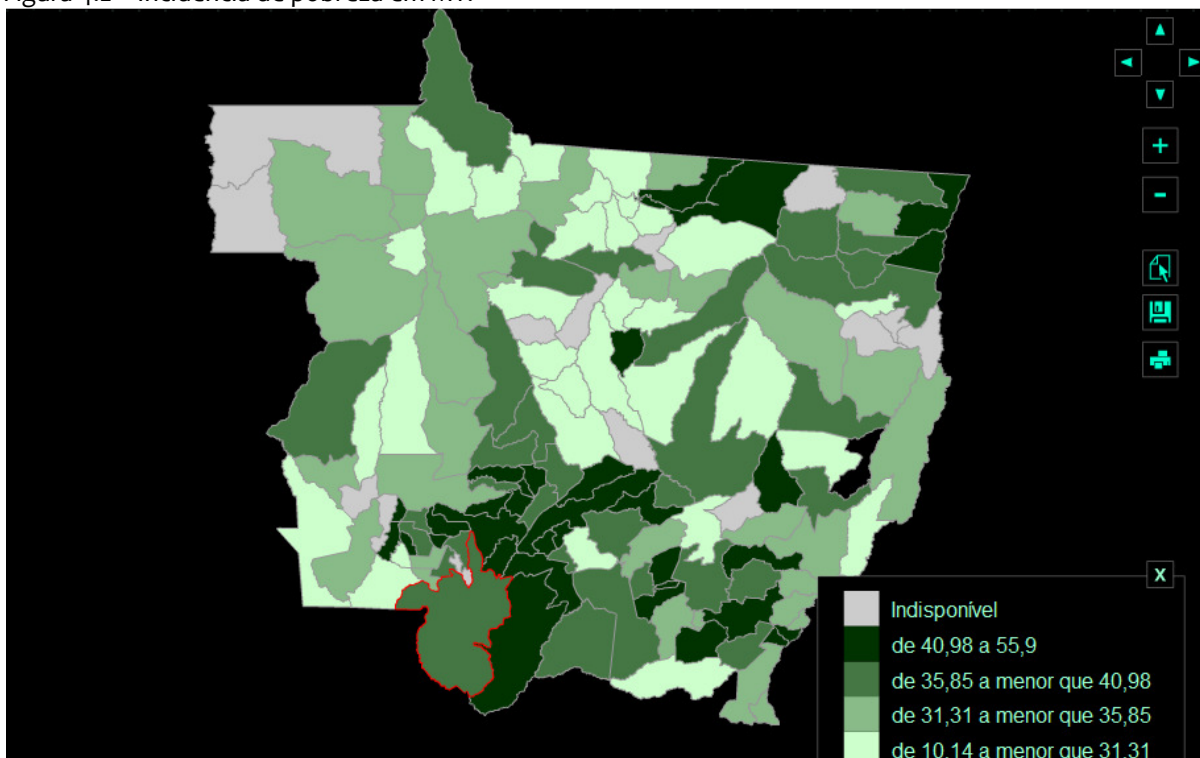
Como resultado das alterações decorrentes da ocupação humana, há um aumento no volume de sedimentos transportados pelos rios dos planaltos para o Pantanal (SESC, 2011). O Pantanal está intensamente suscetível aos impactos provocados em outros biomas como o Cerrado (região do planalto), pois, com sua dinâmica de inundação e em função do declive, coleta uma grande parte dos sedimentos que são produzidos na região de planalto, principalmente pela urbanização e a industrialização no **lançamento de esgotos; de metais e minerais**; o processamento de produtos agroindustriais como álcool, produtos lácteos e carne; e a ocupação de áreas residenciais sem adequado tratamento das águas e dos resíduos sólidos (ANA/GEF/ PNUMA/OEA, 2003). Além desses empreendimentos, **as usinas de açúcar e destilarias de álcool** foram mencionadas como geradores de impactos socioambientais.

Outra grave questão é a **instalação das PCH e ameaça da hidrovia Paraguai-Paraná**. Somente a Bacia do Paraguai, formadora do Pantanal, tem 24 pequenas hidrelétricas em operação (ROSSI, 2011). A hidrovia ainda é uma ameaça para os pantaneiros. Uma experiência de controle social relevante foi vivida no município de Cáceres contra a instalação desse empreendimento que compromete o rio Paraguai. O projeto é

considerado polêmico, pois falta uma avaliação mais detalhada dos impactos socioambientais.

Embora os discursos políticos enfatizem que os projetos desenvolvimentistas trazem riquezas, essas atividades não têm oferecido melhor qualidade de vida aos moradores da região. Isso é possível de observar pelo mapa de pobreza e desigualdade dos municípios brasileiros (IBGE, 2008), em que os locais mais pobres de MT concentram-se na região do Pantanal (figura 4.2).

Figura 4.2 – Incidência de pobreza em MT.



Fonte: IBGE, 2008.

Apresentando enfrentamentos semelhantes aos relatados acima temos a **RP 06 (Polo Cuiabá)** que se destaca como a segunda mais conflitante de MT, com 59 pontos mapeados, representando 16,44%. Essa região é caracterizada por grande disparidade socioeconômica entre o aglomerado urbano de Cuiabá/Várzea Grande e os demais centros urbanos (CAMARGO, 2011).

Essa RP possui porções dos biomas: **Cerrado e Pantanal**. Composta por rios importantes que formam a região hidrográfica do Paraguai, os conflitos relacionados ao elemento água se ressaltam nesses municípios. Principalmente, as questões que tangem ao **assoreamento dos rios e contaminação dos corpos d'água**, provocados pelo desmatamento das matas ciliares, lançamento de esgotos e resíduos sólidos.

O destaque dado ao elemento água nessa região faz todo o sentido, afinal, nesse ambiente, principalmente na porção do **Cerrado**, encontram-se muitas nascentes e corpos d'água. O **Cerrado** é considerado um bioma peculiar em muitos aspectos, especialmente nas belezas das árvores retorcidas e na abundância das águas (várias áreas do cerrado são consideradas como recargas hídricas), com rios cristalinos e nascentes de três das bacias hidrográficas do País: Platina, Amazônica e Tocantins-Araguaia.

Mesmo com tanta importância do ponto de vista ecológico, o Cerrado tornou-se palco da mais perversa ocupação pelo agronegócio. Com imensas áreas desmatadas, a ocupação deste relevante bioma tem sido viabilizada pela correção do solo, uso de máquinas modernas e muita expropriação dos povos nativos. Os impactos mais recorrentes em decorrência do processo ocupacional são: perda da biodiversidade, fragmentação dos habitats, compactação do solo, erosão, assoreamento dos rios, contaminação das águas pelo uso de agrotóxicos e esgotos lançados sem o devido tratamento.

De acordo com o Plano Estadual de Recursos Hídricos de MT - PERH (MATO GROSSO, 2009), dos 141 municípios apenas 16 possuem algum tipo de tratamento dos efluentes sanitários. Portanto, as condições de saneamento são precárias na maioria dos municípios dessa região e do Estado. Essas situações adversas geram graves problemas sociais relacionados à saúde, alterando o modo de vida de vários grupos que vivem nessa região, como: ribeirinhos, assentados, pescadores, quilombolas e pantaneiros (SILVA, 2011) e impactando intensamente sob a fauna e flora aquáticas.

A poluição das águas é provocada também pela expansão da monocultura e da pecuária, entre outras atividades, que substituem a vegetação nativa por culturas ou pastos, está sempre acompanhada de **desmatamentos e queimadas**, causando **assoreamento dos rios e aumento da poluição**, com impacto direto sobre as águas dos rios, principalmente, sobre as nascentes e o modo de vida dos povos ribeirinhos.

Os diversos estudos realizados para o PERH (MATO GROSSO, 2009) registram algumas das principais ameaças aos bens hídricos do Estado, resumidamente, são:

- 1 - A vocação para o agronegócio, hoje focado na cultura da soja, que tende a se expandir frente às demandas para produção de biodiesel, bem como o plantio de cana de açúcar;
- 2 - A grande expansão da criação de suínos e aves para suprir as indústrias de abate desses animais;
- 3 - A carência dos serviços de coleta, afastamento e tratamento de efluentes sanitários;
- 4 - A recente expansão de indústrias voltadas ao abate de gado, de suínos e de aves;

5 - A atividade de pecuária bovina causa problemas de erosão e conseqüente transporte de sólidos para os corpos d'água. A carga gerada pelo excremento dos animais é a principal responsável pela poluição de origem difusa em MT;

6 - O cultivo da soja e demais lavouras segue o procedimento tradicional que envolve o uso de calcário, fertilizantes, herbicidas, inseticidas e fungicidas. Esses produtos químicos estão contaminando as águas;

7 - As águas de lavagem e o vinhoto proveniente das destilarias, quando lançados nos rios, consomem o oxigênio dissolvido levando à mortandade de peixes.

A mineração [citada como **extração ilegal de minérios**] é outro fator de geração de conflitos nessa região. A garimpagem de ouro sempre foi intensamente explorada no Pantanal e algumas áreas do Cerrado, com graves implicações sobre a qualidade da água dos rios e o modo de vida das populações locais. A mineração tem causado problemas sérios decorrentes também da invasão por garimpeiros em terras quilombolas nos municípios de Poconé (comunidade do Jejum) e Nossa Senhora do Livramento (comunidade de Mata Cavallo).

A **pesca predatória** também é denunciada como ação impactante. A pressão sobre determinada espécie de interesse para a pesca esportiva e turismo de pesca tem comprometido o estoque e a cadeia alimentar. Praticada, principalmente, no município de Barão de Melgaço e Poconé essa atividade foi denunciada pelos pantaneiros da região. A **atividade turística**, aliada fortemente com a pesca recreativa, nessa região é também bastante explorada; muitas vezes é desenvolvida de forma desordenada. Os impactos gerados por essa atividade vão desde a contaminação das águas, por resíduos sólidos e líquidos, até danos causados as margens dos rios provocados pela forma de navegação (ANA/GEF/PNUMA/OEA, 2003).

A **disputa pela terra** também é pulsante nessa RP 06. Isso pode se justificar, devido a quantidade de comunidades quilombolas circunscritas neste espaço que reivindicam a posse da terra. Conforme assinala Silva (2011), MT tem mais de 60 comunidades quilombolas e nenhuma delas possui a titulação do território, são apenas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e estão enfrentando um processo moroso de estudo e titulação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso (INCRA-MT) [das 60 comunidades reconhecidas pela FCP 42 estão inseridas nesta RP]. Um bom exemplo dessa árdua luta é a comunidade quilombola de Mata Cavallo, que citaremos com mais tenacidade posteriormente.

A lógica perversa de ocupação dos territórios mato-grossenses é também sentida pelos habitantes da **RP 02 (Polo Alta Floresta)**, considerada a terceira (11,70%) com mais locais de conflitos socioambientais. Entretanto, é a primeira em apontamentos de ameaças de mortes. Com três TI (Apiaká do Pontal e Isolados, Kayabi e Panará) e três UC (Reserva Ecológica de Apiacás, Parque Estadual Cristalino I e Cristalino II), a região enfrenta inúmeras tentativas de dominação do território, pois ainda há áreas preservadas e grandes manchas de floresta.

A fitofisionomia dessa região é composta pelo **bioma Amazônico**, ocupando a porção norte e noroeste do Estado. O domínio das florestas em MT apresenta duas formações: a floresta Amazônica (ombrófila densa e aberta) e a floresta estacional (semidecidual). Ocorrem em áreas de clima quente e úmido, com temperaturas médias em torno de 26°C, com período de seca de 30 a 90 dias (MORENO; HIGA, 2005). O conjunto destas características confere à Floresta Amazônica uma das maiores biodiversidades do mundo.

Essa região enfrenta vários fatores externos que impactam intensamente sobre o ambiente amazônico. A colonização e instalação de grandes projetos agropecuários em áreas de florestas vêm substituindo gradativamente a vegetação nativa. A abertura de estradas, **desmatamentos, queimadas, invasão de terras, agropecuária**, bem como a implantação de núcleos urbanos têm provocado a destruição dos *habitats*, além de outras situações conflitantes, conforme os registros das narrativas dos entrevistados. Dentre os impactos ambientais mais severos provocados neste bioma, destacamos: a perda da biodiversidade, empobrecimento dos solos e do patrimônio genético, alterações climáticas, assoreamento dos rios, emissão de gases pelas queimadas, dentre outros.

Concentram-se, nesta região, alguns dos principais municípios que mais **desmatam** a floresta amazônica em MT, aparecendo sempre nas listas dos campeões do desmatamento: Alta Floresta, Paranaíta e Peixoto de Azevedo. Atualmente, a pecuária em conjunto com a exploração madeireira constituem as atividades mais praticadas na RP, e também as principais responsáveis pelo desmatamento.

Podemos verificar isso mediante aos dados apresentados por Micol et al. (2008) quando demonstram que a área total desmatada em regiões de pecuária tem aumentado de forma proporcional ao crescimento do rebanho bovino. Os autores verificaram que nos 16 municípios do chamado Portal da Amazônia, na região de Alta Floresta,

o rebanho bovino passou de 3,5 para 4,7 milhões de cabeças entre 2002 e 2005, um crescimento médio de 10,3% ao ano; no mesmo período, a área total desmatada passou de 2,7 para 3,3 milhões de hectares, um crescimento médio de 7,2% ao ano. Ou seja, 70% do crescimento do rebanho resultaram da ampliação da área de pastagens e apenas 30% resultaram do aumento da produtividade. (p.60)

Outro grave indicativo do desmatamento nessa região registra que, do total das áreas destinadas a assentamentos, 65% já foram desmatadas, esse número é ainda maior nas áreas ocupadas pela agricultura familiar com 77%. Isso pode ser justificado ao baixo nível de organização social e a falta de assistência técnica garantidas aos assentados. Além disso, observa-se uma tendência à pecuarização da agricultura familiar na Amazônia (MICOL et al., 2008).

Na maioria dos municípios desta RP, a ocupação inicial foi promovida por agricultores e, posteriormente, com a descoberta do ouro, o garimpo se constituiu como a principal atividade regional, sobretudo nos rios Teles Pires e Peixoto de Azevedo, tornando a região palco de intensos conflitos entre os garimpeiros e os povos indígenas. Mesmo com o esgotamento de muitos afloramentos auríferos e a queda do preço do ouro, este ainda é um dos motes dos conflitos na região, denunciado constantemente pelos indígenas Kayabi (que vivem na TI com o mesmo nome), que relatam a invasão de muitos garimpeiros a TI, degradando e contaminando os rios e a saúde dos povos que habitam esses territórios sem fronteira e sem proteção.

Somam-se a este cenário, muita violência no campo e ameaças de morte, impulsionadas intensamente pela **disputa pela terra**. Nessa região, igualmente em todo o Estado de MT, como forma de incentivo à ocupação empresarial do território, os governos estadual e federal estimularam e facilitaram a aquisição e ocupação de terras, adotando medidas institucionais, jurídicas e políticas para tal.

Conforme afirma Moreno (2007) a partir da década de 70 e fortemente nas décadas de 80 e 90, um conjunto de ações foi tomado para que essa **dominação dos territórios** fosse considerada legal, um emaranhado de leis e decretos foram sendo instituídos para facilitar o acesso à terra que serviu para inibir a expansão da pequena propriedade e selar o compromisso dos governantes com as classes rurais dos grandes proprietários.

[...] É essa articulação entre o poder político e o poder econômico, sustentada pelos mecanismos institucionais e jurídicos, que permitiu a transformação das terras devolutas e públicas no Estado em propriedades privadas, fortalecendo,

de um lado, a estrutura fundiária existente e, de outro, criando condições necessárias para a territorialização do capital. Não se pode entender a questão fundiária em Mato Grosso hoje, sem passar pela análise dessa articulação que se revestiu de múltiplos interesses, tendo como motivação essencial a extração da renda fundiária de seu território (MORENO, 2007, p. 288).

O mosaico de conflitos mapeados nessa região permite-nos considerar que o agronegócio, a pecuária extensiva e a atividade de extração de minérios (ouro) são os responsáveis em promover uma dinâmica excludente e degradante de significativos impactos socioambientais. Garantindo a alguns municípios presentes nesta RP, como Peixoto de Azevedo, um alto índice de pobreza e desigualdade social (55,90%). Como referência, registramos que o índice de pobreza e desigualdade de MT é de 34,34%, conforme mapa da pobreza (IBGE, 2008).

Nas grandes áreas consolidadas pelos latifúndios nesta RP, a prática do trabalho escravo é constantemente flagrada. Para termos uma noção da gravidade na região, dos 17 casos de trabalho escravo, denunciados pela CPT no ano de 2010, oito concentram-se nesta RP, nos municípios de: Apiacás (3 casos), Nova Bandeirantes (1), Novo Mundo (2), Nova Canaã do Norte (1) e Paranaíta (1).

Essa prática atroz foi registrada igualmente nas **RP: 1, 2, 6, 9, 10 e 11**. E fortemente denunciada no Relatório FDHT (JABER; SILVA; SATO, 2011). Este relatório registra que, desde 2003, MT é um dos principais Estados brasileiros em denúncias de pessoas mantidas em condições análogas à escravidão. Segundo dados da CPT (2011) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de 2005 a 2010 foram libertados 2.979 trabalhadores nessas condições. “Apesar das inúmeras denúncias e fiscalizações, essa barbárie está longe de terminar, pois, somente no ano de 2010, foi realizada a libertação de 122 trabalhadores, mantendo, então, as quantidades absurdas” (JABER; SILVA; SATO, 2011, p. 32). A pecuária é a atividade dos estabelecimentos em que foram libertados mais de 50% dos trabalhadores. Isso acontece pelo fato de que MT, segundo o último censo agropecuário, possui o terceiro maior rebanho do País.

O trabalho escravo ou análogo ao trabalho escravo é uma prática de contratação de mão de obra que ocorre principalmente por ocasião da abertura de novas áreas, quando há uma maior demanda por atividades manuais, esses trabalhadores ficam nas propriedades em condições precárias de vida sem receber pelos serviços prestados (SCHLESINGER; NORONHA, 2006).

Várias ações são desempenhadas para combater esse tipo de prática degradante, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Instituto Ethos e a Organização não governamental (ONG) Repórter Brasil desenvolveram um sistema de busca com base no Cadastro de Empregadores da Portaria 540 de 15/10/2004 - a chamada lista suja divulgada pelo governo federal (REPÓRTER BRASIL, 2010). Essa lista com as propriedades de MT que estão envolvidas com o trabalho escravo pode ser encontrada no anexo F.

Na **RP 03 (Polo Vila Rica)** esta prática é recorrente. Situada no Araguaia mato-grossense, território continuamente marcado como arena de intensos e tensos conflitos, essa RP possui singulares características ecológicas com alta diversidade de fauna e flora, por ser uma área de transição entre os biomas Amazônia e Cerrado. Contudo, “a condição atual das áreas naturais e seminaturais da região Araguaia apresenta-se especialmente problemática do ponto de vista conservacionista, frente às evidências do grau de fragmentação da paisagem” (ALVES et al., 2007, p.02).

Esta RP é um espaço conflitante, com diversos grupos sociais: assentados, agricultores familiares, retireiros do Araguaia e indígenas de diversas etnias que habitam a Terra Indígena do Xingu (TIX), a TI Marãiwatsédé (etnia Xavante), TI Urubu Branco (etnia Tapirapé), TI Tapirapé (etnia Tapirapé), TI Karajá (Karajá). Grupos estes, que denunciam constantemente as barbáries a que estão subjugados, e ousadamente confrontam os interesses do capital, com os interesses dos estratos sociais em processo de vulnerabilidade. Violências física e moral, ameaças de morte, assassinatos, torturas de lideranças e agentes sociais, trabalho escravo, desmatamento, agrotóxicos, perdas de *habitats*, assoreamento dos rios e tantos outros dilemas encarados que fazem dessa região um caldeirão de conflitos socioambientais

Nesses solos, o **conflito pela terra** ficou ainda mais latente com a ascendência do modelo agrícola centrado no agronegócio no processo chamado de “modernização do campo”. Essa modalidade de modernização [exploração] do campo provocou em MT, uma intensa corrida de especuladores em busca das terras devolutas e públicas, gerando uma grande concentração de terras.

Informações que elucidam como é grave essa concentração de terras no Brasil podem ser conferidas pelo censo agropecuário (IBGE, 2006). Esta pesquisa aponta que a agricultura familiar ocupa 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros e ficam com apenas 24,3% do território ocupado no campo brasileiro. Os outros 15,6% dos

estabelecimentos representam a agricultura “não familiar”, ou seja, o agronegócio, que por sua vez, fica com 75,7% das áreas ocupadas (p. 112).

Para um estudo mais elaborado sobre a questão da concentração de terras nessa região, fizemos um recorte nos dados do referido censo agropecuário (IBGE, 2006) sobre as escalas de tamanho das propriedades e quantidade de estabelecimentos dos municípios que compõem essa região. Por meio deste recorte elaboramos a tabela 01²⁷, que nos permite perceber quão grave é a questão da **concentração de terras na RP 03**. Observa-se na tabela que 3,17% das propriedades acima de 2.500 ha ocupam **61,11%** da área destinada aos estabelecimentos rurais. No contraponto, constatamos que a pequena propriedade, que corresponde a 55,28% das propriedades, na RP ocupa apenas 6,48% da área.

Para a definição do que é considerado como pequena, média e grande propriedade, adotamos a classificação apresentada por Girardi (2008) e Oliveira (2003), que reconhecem como pequenos, área inferior a 200 ha; médios, área entre 200 e menos de 2.000 ha; e grandes, com área superior a 2.000 ha. Esses três grupos são utilizados por diversos autores, e, de modo geral, há consenso de que os imóveis pequenos correspondem ao campesinato e os médios e grandes correspondem à agricultura capitalista do agronegócio.

²⁷ Os dados desta tabela foram em parte sistematizados por Werner (2011).

Tabela 4.1 – RP 03: Escalas de Tamanho das Propriedades - Áreas e Percentuais.

Tabela 1244 - Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários e percentual																						
Grupos de área total.																						
Município	Total		Mais de 0 a menos de 10 ha				De 10 a menos de 100 há				De 100 a menos de 1000 há				De 1000 a menos de 2500 ha				De 2500 ha e mais			
	Total de estabelecimentos	Total de Área dos estabelecimentos (Hectares)	Número de estabelecimentos	Percentual estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (Hectares)	Percentual de Área dos estabelecimentos	Número de estabelecimentos	Percentual estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (Hectares)	Percentual de Área dos estabelecimentos	Número de estabelecimentos	Percentual estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (Hectares)	Percentual de Área dos estabelecimentos	Número de estabelecimentos	Percentual estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (Hectares)	Percentual de Área dos estabelecimentos	Número de estabelecimentos	Percentual estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (Hectares)	Percentual de Área dos estabelecimentos
Alto Boa Vista	455	139.842	11	2,42	28	0,02	210	46,15	11.557	8,27	213	46,81	60.047	42,94	13	2,9	22.256	15,91	8	1,76	45.945	32,86
Bom Jesus do Araguaia	494	316.991	22	4,45	131	0,04	267	54,05	12.530	3,95	172	34,82	39.241	12,37	8	1,6	13.835	4,36	23	4,66	251.245	79,26
Canabrava do Norte	599	203.104	2	0,34	0	0	315	52,58	21.633	10,65	252	42,07	63.626	31,32	11	1,8	20.173	9,93	17	2,84	97.662	48,08
Confresa	1.904	453.105	56	2,95	334	0,09	974	51,16	60.893	13,43	829	43,55	216.601	47,8	30	1,6	46.851	10,34	15	0,79	128.424	28,34
Luciara	142	170.449	12	8,44	45	0,03	46	32,39	2.207	1,3	57	40,14	18.168	10,65	14	9,9	23.694	13,9	12	8,45	126.325	74,11
Novo Santo Antônio	246	109.862	1	0,41	0	0	44	17,89	3.377	3,07	186	75,61	34.721	31,61	3	1,2	4.640	4,22	10	4,07	67.099	61,08
Porto Alegre do Norte	660	292.474	7	1,05	25	0,01	256	38,79	15.630	5,35	363	55	115.896	39,62	21	3,2	32.682	11,17	13	1,97	128.238	43,85
Santa Cruz do Xingu	150	164.538	3	2	7	0	61	40,67	2.508	1,53	55	36,67	18.204	11,06	15	10	21.830	13,27	16	10,67	121.989	74,14
Santa Terezinha	626	380.635	5	0,8	0	0	379	60,54	24.886	6,53	203	32,43	74.514	19,57	22	3,5	34.835	9,15	17	2,72	246.375	64,73
São Félix do Araguaia	1.088	719.692	15	1,38	37	0	705	64,8	38.864	5,4	270	24,81	75.233	10,45	43	4	69.635	9,68	49	4,5	535.921	74,47
São José do Xingu	265	443.289	7	2,64	50	0,01	99	37,36	4.898	1,11	82	30,94	20.256	4,57	25	9,4	43.583	9,83	52	19,62	374.499	84,48
Serra Nova Dourada	255	146.505	10	3,91	44	0,03	72	28,24	4.410	3,01	151	59,22	34.494	23,55	16	6,3	23.298	15,9	6	2,35	84.229	57,49
Vila Rica	1.661	570.975	42	2,52	164	0,02	1.103	66,41	62.414	10,93	432	26,01	124.788	21,86	49	3	78.972	13,83	33	1,99	304.634	53,35
Total	8545	4.111.461	193		865		4531		265.807		3265		895.789		270		436.284		271		2.512.585	

Fonte: Sidra / IBGE Censo Agropecuário 2006. Sistematização: Werner (2011a). Organização: Jaber, M.; Sato, M., 2012.

Um dos municípios que apresentam maior concentração de terras desta região é São Félix do Araguaia, ficando atrás somente de São José do Xingu e Bom Jesus do Araguaia. Segundo Dos Santos (2011, p. 121), “a base econômica do município de São Félix é representada pelas atividades agrícolas e pecuárias, principalmente a criação de gado de corte e o cultivo da soja”. Para a autora, a continuidade dos incentivos governamentais para a expansão agrícola, bem como a implantação de novos assentamentos têm determinado alterações no arranjo espacial de uso e ocupação da terra e provocado uma grande pressão para a redução das funções ambientais e dos serviços ecossistêmicos proporcionados pelas áreas com vegetação nativa.

Para possibilitar o escoamento dos grãos e gados produzidos nessa RP foi preciso “criar novas vias de maneira a estabelecer conexões entre o espaço de produção e o de circulação, emergindo nesse contexto a BR-158” (BERNARDES, 2008, p. 03). Concomitante a abertura dessa estrada veio o aumento das áreas desmatadas, apontado como a segunda causa propulsora de conflitos na região. As ações de desmatamento resultantes das atividades econômicas, ao longo do tempo, apresentam-se como um fator altamente comprometedor da condição qualitativa e quantitativa dos remanescentes da vegetação local, de igual forma vem comprometendo a qualidade de vida dos habitantes da região.

De acordo com Alencar et al. (2004), ao longo da BR-158 e BR-163 (Cuiabá-Santarém) concentraram-se os “hotspots” do desmatamento em MT. Alguns municípios desta RP possuem mais de 50% de sua área já desmatada, são eles: Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte e Confresa (conforme tabela 4.2). Um desses municípios, Confresa, tem 58,81% de sua área já desflorestada. Isso revela um cenário preocupante, pois neste município existem muitas áreas de pequenas propriedades (assentamentos rurais). Muitos desses assentamentos são localizados em terras improdutivas, muitas vezes anteriormente invadidas por terceiros (ou seja, áreas já desmatadas). Além disso, não há apoio para o planejamento nem mesmo incentivos à produção. Os números demonstram que a insuficiência de incentivos financeiros, a falta de assistência técnica e a pressão pelas terras, levam o pequeno agricultor a promover o desmatamento, pois para essa categoria é oferecido financiamento para pecuária, mas não para agricultura de subsistência.

Tabela 4.2 – Área desmatada nos municípios das RP 03.

Municípios - RP 03	Área total do município (ha)*	Área desmatada até 2007 (ha)*	Porcentagem de área desmatada
Alto Boa Vista	224.044,5	118.363,374	52%
Bom Jesus do Araguaia	427.420,5	238.860,118	55,88%
Canabrava do Norte	345.267,9	182.482,266	52,85%
Confresa	580.137,7	341.195,127	58,81%
Luciara	424.305,8	44.531,576	10,45%
Novo Santo Antônio	439.378,9	38.399,709	8,73%
Porto Alegre do Norte	397.213,1	156.951,066	39,51%
Santa Cruz do Xingu	565.173,1	141.137,297	24,97%
Santa Terezinha	646.740	230.129,259	35,58%
São Félix do Araguaia	1.671.185,4	496.897,316	29,73%
São José do Xingu	745.963,5	382.837,453	51,32%
Serra Nova Dourada	150.038,7	65.048,427	43,35%
Vila Rica	743.106,4	404.002,467	54,36%
Total	7.359.975,50	2.840.835,46	38,60%

Fonte: IBGE Cidades (2011); ** Sema (2009).

Organização: Jaber, M.; Sato, M., 2012.

Alencar et al. (2004, p. 14), afirma que a agricultura familiar, de maneira geral, também é responsável por uma fatia significativa do desmatamento. Entretanto,

Essa atividade, contudo, traz maiores benefícios para a sociedade na forma de empregos e produção alimentar. No entanto, a precariedade da infraestrutura (especialmente da malha rodoviária) e a implantação de assentamentos em áreas pouco adequadas para a agricultura familiar têm contribuído para as relativamente altas taxas de rotatividade de propriedades e o baixo retorno em termos dos objetivos sociais e econômicos da colonização.

Neste sentido, a luta por assentamentos mais dignos e melhor estruturados no Araguaia está imbricada à luta ecologista pela manutenção dos ecossistemas e das culturas.. Essa luta que entrelaça cultura e natureza é vivenciada pelos retireiros do Araguaia²⁸. Um grupo social que faz uso coletivo do seu território, com atividades relacionadas ao gado na dinâmica das águas do Araguaia, retirando o gado das porções alagadas durante as enchentes e levando para se alimentarem em locais mais altos. Contudo, essa dinâmica tem sido alterada, pois, vários fazendeiros estão ocupando a terra e proibindo-os de entrar. Os retireiros denunciam que há uma infinidade de rios e lagos secando, outros se tornando intermitentes, os regimes de cheia e vazantes dos rios

²⁸ Durante o II Seminário de Mapeamento Social foi lançado um manifesto a favor dos Retireiros do Araguaia, elaborado pela professora Michèle Sato. Esse manifesto pode ser consultado no link: <http://www.peticao publica.com.br/Default.aspx?pi=RDS>

e lagos estão sendo completamente alterados, com variações cada vez mais extremadas, devido às atividades econômicas de pecuária extensiva desenvolvidas.

Os grupos sociais dessa região contam com um grande líder, o bispo revolucionário Dom Pedro Casaldáliga. Em 1971, ao chegar a São Félix do Araguaia, Dom Pedro conheceu de perto a realidade perversa da vida dos indígenas (principalmente dos Xavante da TI Marãiwatsèdè) e dos peões nas fazendas da região e a denunciou em sua Carta Pastoral: Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social²⁹. Foi este o primeiro documento oficial denunciando o trabalho escravo e as violências vividas nesse microcosmo de MT. Segundo Moraes (2007), esta carta retirou a cortina que invisibilizava as truculências vividas no Araguaia, gerando duras críticas a Dom Pedro até mesmo dos setores da igreja católica e ameaças de morte por parte daqueles que se sentiam prejudicados em seus interesses.

A luta do Bispo emérito extrapola o Araguaia, é uma intensa luta pela dignidade humana de todos os habitantes deste Estado. Uma luta pela reforma agrária, em suas palavras "a luta deve continuar enquanto houver latifúndio, produtivo ou improdutivo, no meu entender, porque latifúndio é sempre acumulação, sempre é exclusão, sempre é prepotência" (MORAES, 2007, p. 01).

Diante do exposto, fica evidente que a vulnerabilidade socioambiental é encarada em muitas RP, aqui discutimos com mais acuidade quatro delas, mas sabemos que este cenário degradante está presente em praticamente todas. A ocupação desses espaços segue um ciclo vicioso de destruição que se estabelece e se reproduz nos territórios mato-grossenses (Figura 4.3). Inicia-se com a abertura de estradas para facilitar o escoamento da produção e garantir acesso às regiões remotas. Posteriormente, faz-se a "limpeza"³⁰, ou seja, o desmatamento de imensas áreas, nesta etapa, lucra-se com a exploração seletiva de madeiras nobres. Seguidamente, entra-se com a pecuária extensiva, que garante duplamente benefícios, com o lucro sobre a produtividade e a qualificação da área como produtiva, não entrando, desta maneira, nos critérios para a reforma agrária. Finalmente, utiliza-se a agricultura altamente capitalizada e mecanizada

²⁹ A carta na íntegra pode ser consultada em: <http://issuu.com/michelesato/docs/1971cartapastoral>. Registramos que no dia 10 de outubro de 2011, o FDHT promoveu uma noite celebrativa em homenagem aos 40 anos da escrita deste importante documento.

³⁰ Este termo é utilizado principalmente pelos "de fora" (migrantes) que, muitas vezes, compreendem a vegetação nativa do Cerrado e da Amazônia como um emaranhado de árvores que precisam ser retiradas para que o espaço fique limpo.

com suas extensas áreas de monocultura, ignorando a vocação do solo e os modos de vida das populações que já existiam nesses territórios (FERREIRA; VINTICINQUE; ALMEIDA, 2005).

Figura 4.3 – Ciclo vicioso de destruição com as etapas de ocupação dos territórios Mato-grossenses.



Fonte: Adaptado de FERREIRA; VINTICINQUE; ALMEIDA, 2005;

Fotos: Arquivo da pesquisadora.

Com os dados aqui apresentados podemos afirmar que, conforme a agricultura empresarial (agronegócio) avança, leva concomitantemente a violência ao campo, a degradação ecológica e a concentração de terras. Pois, ao sobrepor os dados do INPE, do IBGE e da CPT percebemos que os municípios que mais desmatam são também os que mais registram trabalho escravo e violência no campo.

A reprodução dessa dinâmica de **dominação privada** de vastas extensões de terras públicas foi assegurada pela prática da expropriação e da violência aos povos originários. Isso fica evidente quando deparamos com as respostas das questões *Há violência declarada? Quais tipos de violência? Tem ameaças de morte?* Dos 359 focos de conflitos mapeados nesta pesquisa, 68 pontos (19%) sofrem com ameaças de morte ou outro tipo de intimidação. A violência está diluída em todas as RP, entretanto, com destaque nas RP 01, 02, 03 e 07 que tem como municípios Polos Juína, Alta Floresta, Vila Rica e Cáceres, respectivamente. Na atualidade, essas regiões são justamente as áreas onde existe uma maior expansão do agronegócio.

As narrativas dos grupos sociais nos ofertam também a compreensão de que a violência exercida nesses espaços de poder está imbricadamente ligada ao processo de grilagem de terras, que se caracteriza pela dominação irregular ou ilegal de terras. Essa privatização ilegal das terras públicas, geralmente a partir de documentos fraudados, está presente desde a formação da estrutura rural e fundiária brasileira. De acordo com Sampaio e Saifi (2011, p. 01) a grilagem de terras é identificada como a origem dos principais conflitos por terra no país.

A privatização irregular da terra ocasiona a privatização dos bens naturais dentro da área e possibilita que o “proprietário” (grileiro) tenha acesso a financiamentos públicos orientados para a exploração da terra (seja pela plantação, criação de gado ou especulação). O ciclo econômico da grilagem, caracterizado pelo desrespeito às leis e aos direitos humanos, tende a se consolidar à medida que o grileiro conquista poder político e se alia a outros interesses econômicos, além dos agropecuários, tais como exploração mineral e energética (p. 01) .

Consideramos que a maioria das causas dos conflitos socioambientais tangencia a disputa pela terra. Configurando, assim, a dominação e a invasão dos territórios uma questão central na compreensão dos conflitos socioambientais existentes em MT. Afinal, a dominação e concentração de terras implicam em outras disputas como o acesso a água e a outros bens naturais (madeira, minérios etc.). Além disso, como vimos anteriormente, a terra representa para muitos grupos o espaço do exercício do poder, confirmando, assim, que o território emerge como uma reivindicação social.

Desse modo, daremos destaque, neste capítulo, a esta questão tão relevante no cotidiano de lutas dos sujeitos desta pesquisa. Afinal, a terra abrange muitas dimensões significantes e cruciais para muitos desses grupos, sendo considerada a condição *sine qua non* para a manutenção, reprodução e reinvenção da vida. Com isso, pensar a terra/território para esses grupos implica pensar em uma nova relação sociedade-natureza que interroga a coisificação do espaço, a subjugação do ser humano e a exploração dos bens naturais, em benefício do desenvolvimento econômico capitalista.

No capítulo 05 desta tese, teceremos com mais acuidade sobre as outros conflitos socioambientais nutridos pelas *driving forces* do desenvolvimento econômico.

4.2 - CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS GERADOS NA DISPUTA PELA TERRA



O capital procede à desconstrução e à reconstrução permanente do território, esvaziando-o de sentidos e de povos, conforme seus interesses.

Jean Pierre Leroy

As causas propulsoras agrupadas no elemento terra (disputa por terra, desmatamento, extração ilegal de minérios e areia, invasão de áreas protegidas e compactação de solo) foram as mais citadas, representando 199 focos dos 359 registrados, ou seja, mais da metade das causas (55,43%) centram neste componente. Destes temas observamos que a **disputa por terra é prevaiente** aparece em todas as RP, configura-se como a principal causa propulsora de conflitos, na soma de um total de 79 focos, o que corresponde a 22% do universo das causas apontadas. Buscamos abordar essa questão de maneira abrangente, oferecendo um leque de conflitos vivenciados nos solos mato-grossenses por essa disputa.

O conflito pela posse de terra é histórico em MT, assim como, o interesse em identificá-lo. Passos (2010, p. 23), afirma que em 1979 foi realizado um levantamento sigiloso do Estado de MT apontando aproximadamente 119 conflitos de terra envolvendo população local, posseiros, indígenas, seringueiros, invasores, fazendeiros e madeireiros. Este documento exarado por uma comissão chefiada pelo vice-governador, de então, explicitava que o caso da terra em Mato Grosso era caso de policia. Não haveria solução negociada. Como percebemos que ainda hoje não há!

Esse precioso registro histórico demonstra que o cenário atual não é novo. De acordo com um dos entrevistados, militante do MST (município de Cuiabá, RP 06), "*são áreas da União apropriadas de maneira ilegal pelos latifundiários e que hoje são disputadas pelos movimentos sociais legítimos*". Diversos grupos sociais sempre viveram nesses espaços, mas são compulsoriamente expulsos, além disso, existe uma luta constante para se promover a reforma agrária.

A realidade da concentração de terra não se limita a algumas RP, está presente em todo o Estado. O Censo agropecuário (IBGE, 2006) aponta MT como o segundo Estado em concentração de terras no Brasil. Para chegar a esta informação foi utilizado o Índice de Gini, que neste caso foi empregado para medir os contrastes na distribuição do uso da terra, no período intercensitário 1995-1996 a 2006. O Brasil apresenta alto grau de

concentração, expresso por 0,856, em 1995, e por 0,872, em 2006. A distribuição de terras é mais concentrada quanto mais próximo este índice estiver da unidade, ou seja, poucos estabelecimentos agropecuários concentram um alto percentual de terras (p.111).

O índice de MT no ano de 2006 foi de 0,865 (o primeiro Estado é Alagoas com índice de 0,871). O índice de Gini deriva-se de outro indicador denominado curva de Lorenz que mostra graficamente como a proporção acumulada de renda aumenta em função da proporção acumulada de população. O Gini foi proposto por Corrado Gini em 1914; atualmente, é um dos índices mais referendados nos estudos sobre desigualdade de renda. A medida assume valor mínimo de 0 (zero), situação de igualdade perfeita da distribuição de rendimentos, o valor máximo de 1 (um) situa extrema desigualdade, em que um número mínimo de indivíduos ou famílias se apropria de toda renda disponível. Este índice nos mostra que para além do nível médio de renda, faz-se imperativo uma caracterização da forma como esta é distribuída (JANUZZI, 2003; SIMÃO, 2004).

Ainda segundo o IBGE (2006), é precisamente na intensa inserção das áreas de domínio do Bioma Cerrado, que a produção em grande escala de grãos, como a soja e o milho, além da expansão modernizada do algodão e da incorporação de áreas em direção à fronteira agropecuária ao norte de MT, vêm potencializando o processo de concentração agrária na região. “Pode-se afirmar que a monocultura da soja ou do binômio soja-milho, além do algodão, fez por reforçar a desigualdade que marcava a propriedade da terra em uma região historicamente ocupada por uma pecuária ultraextensiva” (IBGE, 2006, p.111).

Dados estatísticos deste censo revelam que em MT as propriedades acima de 2.500 ha, representam **3,35%** dos estabelecimentos registrados no INCRA, ocupam **61,57%** das áreas ocupadas pela agropecuária no Estado. Por outro lado, as pequenas propriedades, com menos de 10 ha, representam **13,38%** dos estabelecimentos registrados e ocupam apenas **0,13%** das terras cultiváveis (IBGE, 2006; WERNER, 2011a). Isso revela que extensas áreas de terras estão centradas nas mãos de uma minoria em detrimento de uma grande quantidade de pequenos produtores rurais com pouquíssimos espaços, conforme vimos no tópico anterior na região do Araguaia.

Toda essa concentração de terras foi (e ainda é) promovida com incentivo, consentimento e legitimação do Estado. Concordamos com David Harvey (2009, p.22) quando afirma que “o Estado, com seu monopólio de violência e suas definições de

legalidade, desempenha um papel crucial, tanto sustentando como promovendo estes processos”. Essa concentração foi garantida por meio da expropriação dos grupos sociais vulneráveis que narraram as dificuldades em permanecer em seus territórios, como: povos indígenas, quilombolas, retireiros do Araguaia, pantaneiros, morroquianos, acampados, assentados, dentre outros.

“Fui expulsa da minha terra, vivi lá por toda a vida. Chegou um cabra com um documento na mão e disse: Isso aqui é meu, vocês têm que sair o mais rápido. Recorri, achando que tinha direito, mas a justiça, você sabe, né? Disse que a terra é do grileiro, um sujeito que nunca tinha pisado lá antes. Comprou de quem será? Somos seis famílias que vivem na região e estamos assim, sem eira nem beira”. (Agricultora familiar, município de Confresa, residente na RP 03).

“O fazendeiro avançou 25m para dentro da nossa terra para pegar a nascente”. (Quilombola, município de Poconé, RP 06).

“Nossa dificuldade é conseguir plantar porque a terra foi cercada pelos fazendeiros”. (Morroquiano, município de Barra do Bugres, RP 07).

“O jeito de viver do retireiro é coletivo, tudo junto. Aí eles chegam com os documentos frios dizendo que são donos daquelas terras todas lá, bem nos lugares em que passamos nossas vidas e criamos nossos filhos”. (Retireiro do Araguaia, município de Luciara, RP 03).

“Somos de Marãiwatsédé (mata virgem). Fomos expulsos de nosso território para criarem o maior latifúndio, a fazenda Suia-missú. Nosso povo Xavante sofreu muito longe da terra, morremos muitos. Agora resolvemos voltar e não vamos sair de lá nunca mais. Estamos em guerra!” (Índigena Xavante, São Félix do Araguaia, RP 03).

“Não nos adaptamos no Parque do Xingu, lá não era nosso território. Conquistamos novamente o território que era nosso. Sofremos muito pra isso, pedimos muita ajuda para poder tirar os fazendeiros e os madeireiros do nosso território. Sempre ofereceram dinheiro pra gente, mas nunca, nunca aceitamos. Nunca demos espaço para o homem branco invadir nossa terra” (Índigena Panará, município Guarantã do Norte, RP 02).

A narrativa de um retireiro aborda a questão do medo, enquanto fator limitante da luta. Pois, muitos se cristalizam diante da opressão e isso acaba fragilizando a ação pela liberdade. Concordando com Freire (1987, p.33) “este medo da liberdade também se

instala nos opressores, mas, obviamente, de maneira diferente. Nos oprimidos, o medo da liberdade é o medo de assumi-la. Nos opressores, é o medo de perder a ‘liberdade’ de oprimir”.

“Nosso maior problema é o medo, pois eles vêm com muita brutalidade, tenho medo de ter que sair de lá a qualquer momento. Porque o povo chega expulsando a gente de lá”. (Retireiro do Araguaia, município de Luciara, RP 03).

A falta de demarcação de terras dos povos indígenas, quilombolas, retireiros, seringueiros, extrativistas, dentre outros grupos sociais, citadas em todas as RP, “perpetua o cenário de desigualdades e de conflito, e evidenciam o caráter arbitrário dos sentidos hegemônicos que são atribuídos ao território” (ZHOURI; ZUCARELLI, 2008, p. 03). Vale salientar que somente a demarcação da terra não é suficiente para assegurar a manutenção ecológica e social desses espaços é necessário avançar com políticas públicas que garantam a preservação dessas áreas e a dignidade dos grupos que as habitam.

Os casos de invasão de UC e TI para retirada de madeira e extração ilegal de minérios foram amplamente mencionados. Nessa lógica perversa de ocupação de territórios, vários exemplos são citados/denunciados nas entrevistas, como o caso da TI Kayabi, que disputa seu território com a mineradora internacional Obrascan e a Comunidade Quilombola Bela Cor, onde fazendeiros/latifundiários invadiram áreas dentro do quilombo já reconhecido pela Fundação Cultural Palmares. É também enfrentado pelos seringueiros da Resex Guariba & Roosevelt. Um de nossos entrevistados afirma que na Resex “vivemos arrochados, os grileiros já estão dentro da nossa resex, ocupando tudo”. (Seringueiro, Município de Colniza, RP 01).

A disputa por território é também vivida pelos pantaneiros, segundo as narrativas:

“Muitas das áreas de São Pedro de Joselândia foram sendo ocupadas, foram cercando. Antes ninguém pensava em fazer isso, depois foram vindo os fazendeiros, chegando e cercando e algumas pessoas da comunidade foram fazendo isso também, alguns ficaram de fora. (Pantaneiro, município de Barão de Melgaço, RP 06)

“O território é uma questão básica e fundamental para as comunidades, sem ele não existimos”. (Pantaneira, município de Cáceres, RP 07)

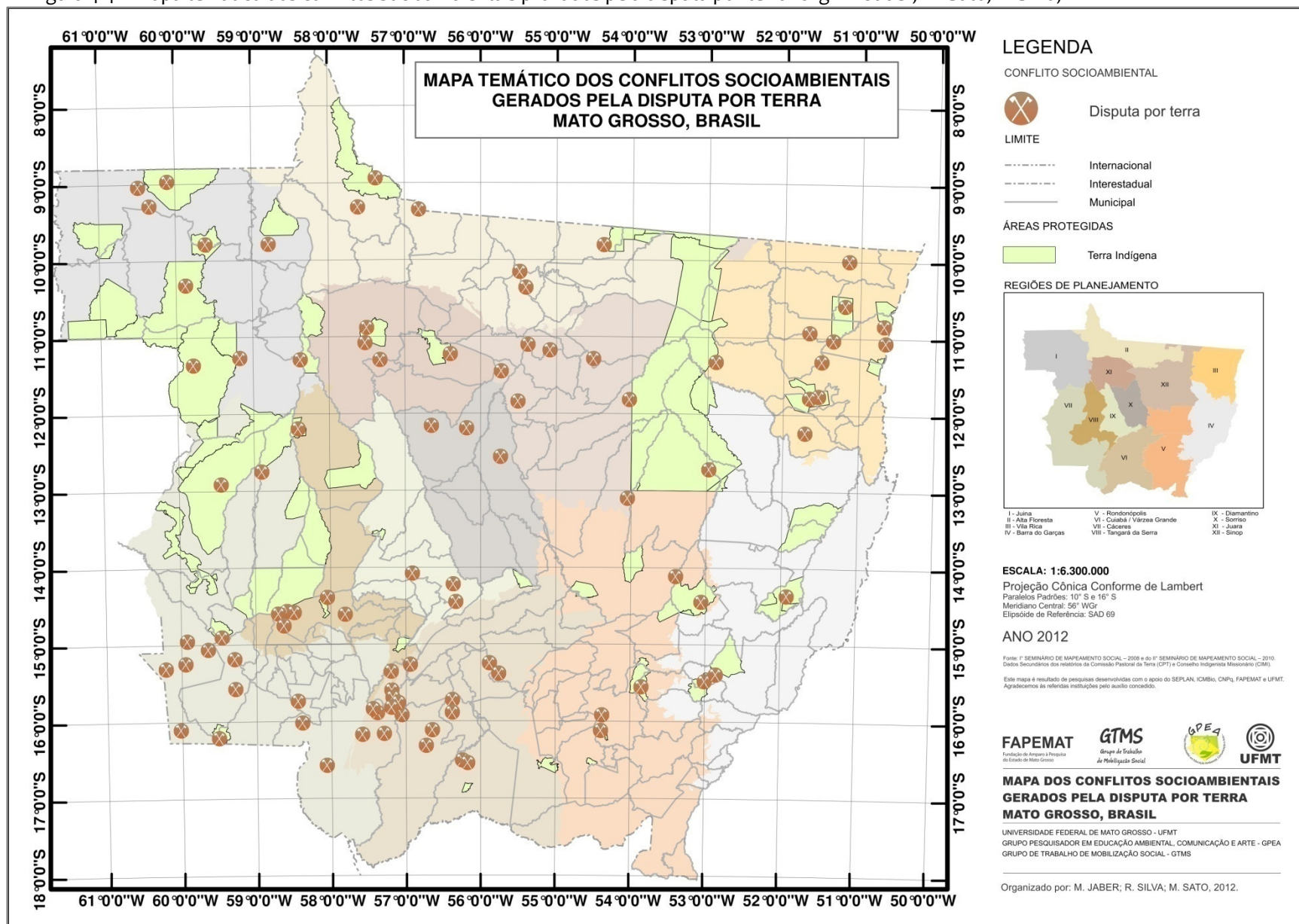
Os assentados também disputam arduamente o território em MT. De acordo com Silva (2011, p.118) ao todo, temos 405 projetos de assentamentos oficializados pelo INCRA-MT. Há também alguns projetos que foram implantados pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT). Durante o mapeamento dos conflitos contamos com ampla participação dos assentados em MT. Uma das narrativas nos conta que “o assentamento ‘Melhorança na vila Mutum’, era região de garimpo e teve uma área negociada pelo INCRA, mas mesmo assim houve vários conflitos causando até morte no local” (Assentado, município de Apiacás, RP 01).

Além disso, o MST-MT registra inúmeras áreas públicas e devolutas que estão sob posse de latifundiários. “A luta em MT contra o agronegócio é árdua, mas estamos nela de cabeça erguida” (Militante do MST, município de Cuiabá, RP 06). Sua narrativa nos relata que, após muitas lutas, embates e até massacres, mais de 18 mil pessoas foram assentadas em MT, áreas onde antes não viviam mais do que 200 pessoas. Nesse período de enfrentamentos foram desconcentrados mais de 200 mil ha de terra. “Ainda temos muito que fazer”, garante um entrevistado.

Se a luta dos assentados é árdua, a dos acampados consegue ser ainda mais complicada. Os acampamentos na beira das estradas, símbolo da luta pela terra e revolução agrária no Brasil, também expressam o descaso e a morosidade do processo de assentamento realizado pelo INCRA. MT apresenta 144 acampamentos com 14.832 famílias apoiados por diversas organizações. A realidade dos acampamentos é complexa e difícil, estão em constante mudança provocada por ações de despejos, lentidão dos processos e oportunidades de trabalho, alguns acampamentos em MT resistem há 11 anos (SARDINHA, 2011).

Os povos indígenas também são fortemente atingidos pela disputa territorial, sofrem com a morosidade na demarcação de suas terras, além de muitos estarem sem suas terras demarcadas e garantidas como prevê a Constituição Federal de 1988. Um exemplo dessa luta é vivido pelo povo Bororo na TI Jarudori, com muita violência os Bororo sofrem desde que começaram a retomada da terra em 2006. O território de Jarudori está invadido por fazendeiros, além dos latifundiários, existem várias famílias nos vilarejos (CIMI, 2011). Diante da figura 4.4 podemos notar o quanto é recorrente a disputa por terra em MT.

Figura 4.4 – Mapa temático dos conflitos socioambientais provados pela disputa por terra. Org. M. Jaber; M. Sato; R. Silva, 2012.



As estratégias para dominação do território são exercidas nas esferas políticas, governamentais e jurídicas. O ZSEE-MT, já citado neste trabalho e chamado de mapa dos pesadelos pela sociedade civil, é um exemplo emblemático da articulação do segmento ruralista para alcançar seus objetivos de rentabilidade imediata, assim como a votação do novo código florestal já aprovado pela Câmara e Senado Federal. Caso a Lei 9.523/11 (MATO GROSSO, 2011), que tange sobre o zoneamento, já sancionada pelo governador de MT, seja referendada pelo CONAMA, os acirramentos serão ainda mais intensos. Pois, nas esteiras das atrocidades presentes nesta lei, o favorecimento ao agronegócio é notório e, agora, legitimado. Grandes áreas, que na primeira proposta eram destinadas à agricultura familiar e à criação de UC, na proposta aprovada foram convertidas para uso da pecuária e agricultura mecanizada. Do ponto de vista da proteção ecológica, a nova lei é um grande equívoco e vai totalmente na contramão da sustentabilidade.

De acordo com o parecer técnico conjunto SEMA/SEPLAN/2010 (MATO GROSSO, 2010a), cedido pelo Ministério Público Estadual (MPE) às entidades ecologistas, MT pode reduzir até 81% do potencial hídrico após a aprovação desta lei; pois, o zoneamento autoriza a prática de agricultura mecanizada e pecuária de alto impacto em amplas áreas de recargas hídricas que são de suma importância para a conservação e irá comprometer o abastecimento de água em várias bacias. O estudo apontou também que o Zoneamento deve reduzir especificamente quase 12% das TI no Estado, além de acabar com 23,73% das áreas de alto potencial florestal. Por outro lado, as áreas destinadas para produção do agronegócio aumentaram, consideravelmente, da primeira versão do projeto até a lei sancionada pelo governador a expansão da categoria de áreas consolidadas avançou aproximadamente 70% sobre as subcategorias de proteção aos recursos hídricos e florestas (MATO GROSSO, 2010a). A lei sancionada demonstra total desconsideração sobre os estudos ecológicos que estabeleceram os limites dessas áreas.

Persiste a lógica capitalista de uma ocupação e uso do território mato-grossense que reforça a desigualdade socioambiental, em que os grandes produtores e empresários são sempre beneficiados pelas ações de governo. Para Bourdieu (1997, p. 164), “a capacidade de dominar o espaço, sobretudo, apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos, depende do capital que se possui”. Segundo o autor, o capital permite manter a distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo aproxima-se de pessoas e coisas

desejáveis. Inversamente, os que não possuem capital são mantidos a distância, seja física ou simbolicamente dos bens naturais e sociais mais raros.

Exemplos dessa situação de dominação dos bens naturais e sociais exercida pelo capital foram, insistentemente, citados pelos entrevistados desta pesquisa. Mas, de todos os GT, os povos quilombolas foram os que mais abordaram a luta desencadeada pelas disputas territoriais. Podemos assegurar que este é o grande mote dos conflitos vividos por este grupo social, e por tantos outros que buscam, por meio da demarcação da terra, a garantia de sobrevivência e manutenção de seu modo de vida. De tal maneira, que consideramos relevante apresentar com mais tenacidade os conflitos pela terra encarados por este grupo social.

Ressaltamos que, situamos os conflitos por terras a partir das dimensões políticas, socioeconômicas e culturais. Os conflitos relacionados a disputas pelos elementos naturais são também, de certo modo, disputas por terras, pois é sobre esse espaço físico que os elementos se encontram.

4.2.1 - OS QUILOMBOLAS E AS DISPUTAS TERRITORIAIS

No Estado de MT foram mapeadas 68 comunidades quilombolas (SILVA, 2011), sendo que todas elas já foram identificadas pela Fundação Cultural Palmares ligada ao Ministério da Cultura. Porém, nenhuma delas tem o título definitivo de suas terras. Esse grupo social vive em constante confronto com os invasores. As comunidades quilombolas de MT, ainda no século XXI, são sociedades marcadas pelo racismo e opressão, seus integrantes criaram mecanismos próprios de defesa assumindo seus papéis como protagonistas da história, também chamados como herdeiros da resistência.

O artigo 68 das disposições transitórias da Constituição Federal de 1988 garantiu o direito à propriedade da terra às comunidades quilombolas. O decreto 4.887 (BRASIL, 2003), define como remanescentes das comunidades dos quilombos “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autodefinição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

O termo quilombo é polissêmico. No Brasil há muitas variações nos significados atribuídos a esta palavra ora associado a um lugar, ora a um povo que vive neste lugar, ou

a manifestações populares, ou a uma prática condenada pela sociedade, ou a um conflito (LEITE, 2000). De acordo com O'Dwyer (1995, p. 08) quilombo atualmente não se refere “a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação homogênea [...], mas consistem em grupos com práticas cotidianas de resistência na manutenção de seu modo de vida e na consolidação de um território próprio”.

O que não há dúvidas é que os quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada e de resistência no Brasil, um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio-econômico-política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural (NASCIMENTO, 1980, p. 32).

Em MT estas comunidades estão centrados nas RP 07 e 06, principalmente, nos municípios Vila Bela da Santíssima Trindade, Acorizal, Barra do Bugres, Cáceres, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande, habitantes de uma região do Estado altamente explorada por garimpo para extração de ouro, esses municípios receberam muitos escravos para trabalharem nessas áreas.

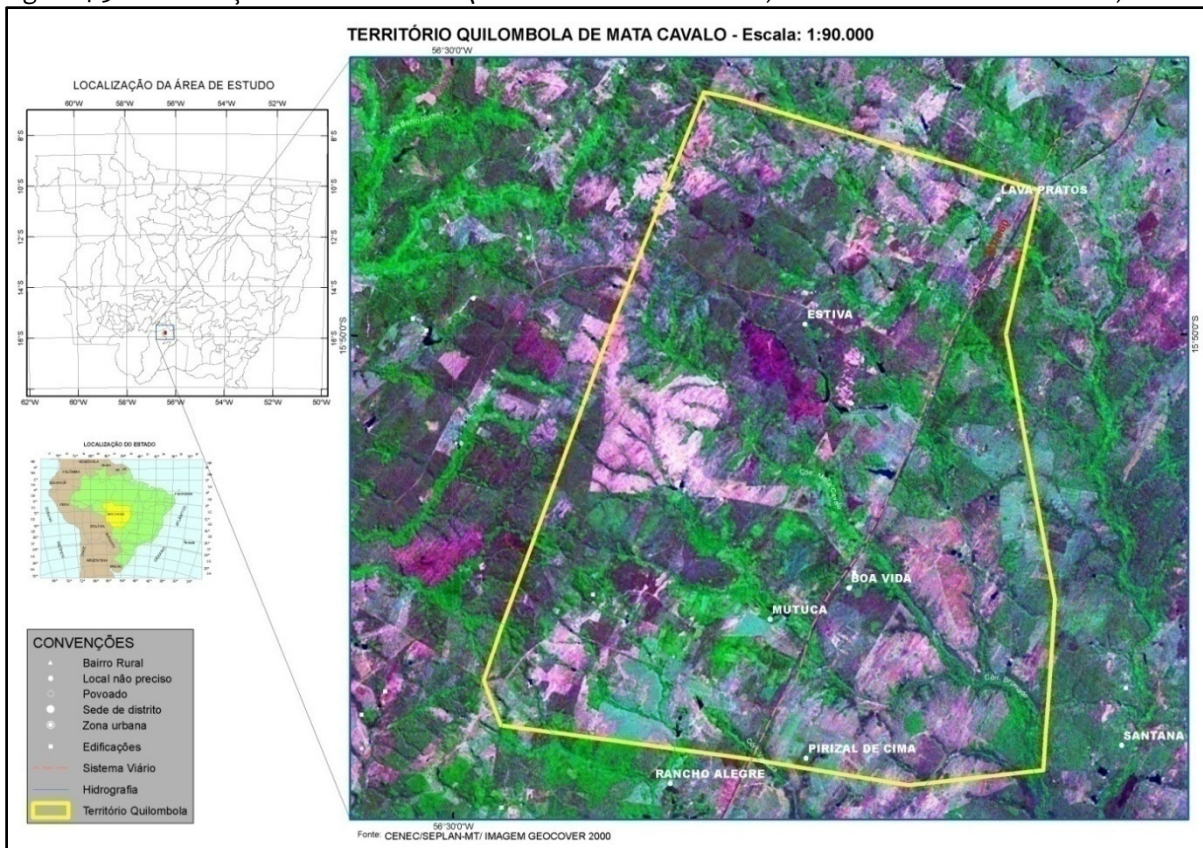
De acordo com as entrevistas, os conflitos socioambientais vividos nos territórios quilombolas de MT são por inúmeras causas, dentre as mais citadas estão: desmatamento, queimadas, falta de água potável, ausência de políticas públicas voltadas para melhorias na qualidade de vida, dificuldades de manutenção de seu modo de vida, e, sobretudo, a disputa pela terra. Esses conflitos têm provocado uma rápida transformação dos territórios quilombolas proporcionando efeitos trágicos sobre a sustentabilidade dos seus ambientes e das suas gentes.

Evidenciar essas formas de controle e imposição à sociedade e à natureza é, mais uma vez, denunciar as incongruências deste modelo imposto e excludente que sobrepõe interesses econômicos individuais aos interesses coletivos, destruindo a biodiversidade e impedindo que um grande contingente populacional tenha acesso à terra para viver e produzir. O território quilombola é uma reivindicação social pelos direitos coletivos ao lugar. A expectativa deste grupo é que as políticas públicas possam garantir que o uso da terra seja mais democrático e menos explorador.

4.2.2 - COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MATA CAVALO - PRESSÕES E AMEAÇAS

Elegemos a comunidade quilombola de Mata Cavallo para demonstrar no chão empírico os conflitos socioambientais encarados pelas disputas territoriais. Esta comunidade quilombola, localizada no município de Nossa Senhora do Livramento em MT (figura 4.5), reúne aproximadamente 420 famílias em seis áreas: Ourinhos, Estiva, Aguaçu, Mata Cavallo de Cima, Mutuca e Capim Verde. Lutam há mais de cem anos para fazer valer seus direitos sobre uma área de 14.000 ha.

Figura 4.5 – Localização da Comunidade Quilombola de Mata Cavallo, Nossa Senhora do Livramento, MT.



Organização: Silva, R.; Jaber, M.; Sato, M., 2011.

A origem da terra da sesmaria Boa Vida de Mata Cavallo está ligada à de história dona Ana da Silva Tavares, que ao falecer em 1889, deixa em testamento a libertação de seus escravos e doa aos mesmos parte das terras que possuía nas proximidades do ribeirão Mata Cavallo, a partir de então os mesmos tornam-se livres e continuam nas terras plantando e colhendo para si (MURARO-SILVA, 2003). Após 1890, os negros começam a sofrer constantes tentativas de expulsão de suas terras, praticadas por fazendeiros que compravam ou grilavam terras nas proximidades. Devido a isso, muitas

famílias foram obrigadas a vender seu direito de posse ou abandonar as suas terras, por falta de apoio político e pelo descaso da burocracia estatal. Essa pressão sofrida pelos quilombolas de Mata Cavalo perdura até os dias de hoje. Sem título definitivo da terra, sofrem constantes despejos e ameaças de morte. Além disso, a expropriação territorial continua, devido à fertilidade dos solos; a qualidade da madeira, água e principalmente pela riqueza do subsolo.

Intermediária entre floresta e campo limpo, apresenta, ao lado de uma vegetação rala, árvores do cerrado e matas de galeria. Nas manchas mais ricas do solo têm-se árvores altas e de copas densas, como a aroeira, o angico vermelho, jacarandá, dentre outras. Tucanos, araras, tuiuiús, dentre outras aves, alegam os espaços de vida dos quilombolas, onde destacam igualmente outros animais como jacarés, lagartos, veados, macacos e capivaras (BARROS, 2007).

Mesmo com tantos bens naturais, a maioria das famílias vive em extrema pobreza, grande parte das casas é coberta com palhas; chão batido; paredes de barro, palha ou madeira, de acordo com os serviços ecossistêmicos oferecidos pelo local. Sem água potável, saneamento básico e iluminação elétrica em muitas casas. E, por viverem sempre na iminência de despejos, cultivam apenas pequenas roças para subsistência com ênfase na produção de banana, farinha, rapadura de cana de açúcar, abacaxi, além da venda de remédios caseiros, artesanatos e doces.

No ano 2000, a comunidade foi reconhecida pela FCP como remanescente de quilombo, e ainda hoje demanda junto ao INCRA a titulação oficial de seus territórios, mas esse processo é extremamente moroso e percebe-se uma má vontade por parte deste órgão em efetivar o processo. Embora seja uma grande conquista o reconhecimento pela FCP, não trouxe aos quilombolas a segurança almejada e não colocou fim à luta pela terra. Ao contrário, acirrou-a.

Mata Cavalo tem sua história marcada por confrontos e conflitos, podendo ser narrada como uma arena de luta entre quilombolas x grandes fazendeiros (invasores). Lamentavelmente, no exato momento que essas palavras estavam sendo registradas, mais dois quilombolas dessa comunidade foram assassinados por um fazendeiro da região que alegou invasão de terra. Uma dúvida continua a pulsar: até quando os processos de injustiças ambientais em MT vão persistir? Até quando o racismo ambiental

vai imperar nessas terras? Essa disputa pelo reconhecimento do território não difere em muitas outras comunidades quilombolas mato-grossenses.

Com base nas entrevistas realizadas com alguns moradores do quilombo e com os frutos das diversas oficinas realizadas com a turma do EJA, foi possível realizar um prognóstico dos principais impactos ambientais que são propulsores dos conflitos em Mata Cavallo (figura 4.6). Além de citar os impactos/conflitos, os quilombolas em dinâmicas de grupo registraram fotograficamente essas situações para posteriormente contextualizá-las durante as oficinas. Com os frutos dessa oficina produzimos um material pedagógico que pode ser consultado no apêndice F, apresentamos abaixo o mapa dos impactos ambientais que foi publicado neste material.

Figura 4.6 -- Mapa dos impactos ambientais apresentados pelos quilombolas de Mata Cavallo



Fonte: Sato et al., 2010.

Segundo os narradores, grande parte dos danos ecológicos existentes na área do quilombo foi acarretada pelos fazendeiros da localidade, os mais citados foram: desmatamento de extensas áreas para criação de gado, assoreamento dos rios, destruição das nascentes, queimadas, destino final dos resíduos sólidos, invasão de capim exótico e perda da biodiversidade. Garimpeiros e grileiros também foram responsáveis pela degradação do ambiente biofísico da localidade, ora perfurando o solo à procura de minério causando o surgimento de extensas erosões, ora destruindo nascentes e desmatando a mata ciliar de rios e córregos.

Além dessas, outras questões relevantes foram amplamente discutidas e apontadas pelos entrevistados, sendo que a disputa por território foi o tema central e enfatizado por todos, por ser esse o principal mote dos conflitos nesta comunidade e porque, por meio deste, muitos outros conflitos são suscitados. Nos movimentos de resistência vivenciados por esses moradores, consta a proteção pelo ambiente natural, uma vez que a área do quilombo está devastada pela ação dos fazendeiros.

A substituição de áreas de Cerrado para pecuária extensiva é vista como uma forte ação responsável pela descaracterização ambiental e cultural. Muitos dos serviços ecossistêmicos, anteriormente, desfrutados pelos quilombolas, não estão mais disponíveis, devido às extensas áreas desmatadas. As palmeiras de babaçu, bacuri, buriti, bocaiúva sempre muito abundantes na região estão se tornando escassas. Essas são consideradas por eles espécies de vegetação importantes, tanto como alimento como para construção de suas casas e perpetuação de seu modo de vida singular. Uma de nossas entrevistadas afirma que:

“os fazendeiros para dizerem que estão ocupando as terras (pra dizer que são produtivas), trocaram o mato por um capim que alastrou pelo quilombo e colocaram o gado”. (Quilombola de Mata Cavalo, município de Nossa Senhora do Livramento, RP 06).

Outro impacto citado pelos entrevistados, como propulsor de conflitos, são as queimadas, que se tornam ainda mais grave devido à forma tradicional que os moradores constroem suas casas, com palha de babaçu trançada. Durante o período das queimadas os moradores vivem em tensão, pois suas casas podem ser totalmente destruídas pelo fogo. Um quilombola queixa-se das queimadas, dizendo:

“todo ano é a mesma coisa, tem época do ano que não durmo fazendo aceiro para que o fogo que vem da fazenda não entre dentro da minha casa, é uma luta sem fim”. (Quilombola de Mata Cavalo, município de Nossa Senhora do Livramento, RP 06).

Neste ciclo vicioso são somadas as mais diversas situações de injustiças ambientais. A falta de água potável é outra questão agravante, devido ao impasse de terra, os quilombolas ficam impedidos de ter acesso à água potável disponível em área ocupada pelos fazendeiros, obrigando-os a andarem quilômetros em busca de um poço artesiano coletivo. Além disso, correm risco de a água estar contaminada por mercúrio,

devido à forte exploração aurífera em tempos idos. As consequências dos garimpos são muitas na comunidade com acentuadas fendas, erosões, áreas inteiras degradadas por essa prática de extração.

Caminhando pelo quilombo para o registro fotográfico dos impactos é fácil confirmar as denúncias feitas pelos moradores, as áreas que ainda se encontram sob domínio dos fazendeiros são mal aproveitadas, com extensas áreas de pastos para poucos animais. Com isso, percebemos que a disputa por terras envolve e entrelaça diversas outras causas propulsoras.

À margem das políticas públicas, a (re)existência dessa comunidade em permanecer em seu território fortalece sua identidade, em prol de uma luta coletiva que só se torna possível pela vivência dessas pessoas com seu entorno, seu ambiente e sua convivência comum. Os quilombolas de Mata Cavalo saíram da cultura do silêncio em busca da invenção da liberdade, da justiça, da luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada (FREIRE, 1987; FREIRE, 1992).

Mata Cavalo é um pedacinho deste vasto mundo, que como a Fênix³¹ precisa de forças para sair do estado de cinzas e renascer, superando os conflitos que a destroem e encontrando caminhos para chegar ao patamar de sociedades sustentáveis, no reconhecimento da luta pelas minorias deste País.

³¹ Fênix – é um pássaro mitológico que quando morria entrava em autocombustão e, passado algum tempo, renascia das próprias cinzas.

CAPÍTULO 5

AS DENÚNCIAS DE UMA SOCIEDADE INJUSTA- EVIDÊNCIAS NAS CAUSAS DIRETAS DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

“Nós vos pedimos com insistência:

Nunca digam – Isso é natural

Diante dos acontecimentos de cada dia,

Numa época em que corre o sangue

Em que o arbitrário tem força de lei,

Em que a humanidade se desumaniza

Não digam nunca: Isso é natural

A fim de que nada passe por imutável”

Bertold Brecht



*Pintura corporal Xavante;
Desenho de Boaventura Walua Xanon da TI Marãiwatsede.
Fotos da Amazônia Mato-Grossense no município de Colniza.
Arquivo da pesquisadora.*

5.1 - AS FORÇAS MOTRIZES QUE IMPULSIONAM OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Neste capítulo, nos propomos a discutir separadamente cada uma das causas propulsoras dos conflitos socioambientais apontadas pelos sujeitos desta pesquisa. Buscamos compreender a dinâmica contínua e recorrente que se inicia com a **disputa por terra** (debatido no capítulo 4) para dominação e **controle da biodiversidade** (habitat, riqueza de espécies e genes). Dominação que vem acompanhada de **ações impactantes ao meio ambiente** tais como: desmatamento, queimada, uso de agrotóxico, instalação de PCH e hidrovias, contaminação das águas e do ar etc, assinaladas como os motes dos muitos conflitos mapeados.

Essas ações impactantes estão imbricadamente vinculadas às intervenções de políticas governamentais que, em sua maioria, são ditadas para satisfazer as necessidades dos mercados: nacionais e internacionais. Políticas conduzidas de forma exploratória e não planejada, desencadeando uma série de modificações no padrão de uso e de ocupação das terras mato-grossenses (para atender às demandas de uma minoria da sociedade), com isso, estão provocando severas mudanças nas paisagens do Estado, alterando a biodiversidade e as culturas locais.

A compreensão da dinâmica do uso da cobertura da terra tem sido cada vez mais reconhecida como importante para um entendimento das mudanças ambientais globais. De maneira geral, as pesquisas que buscam a compreensão dessa dinâmica acabam relevando as implicações das ações humanas nos ecossistemas. Vários estudos comprovam que essas intervenções têm sido substanciais e crescentes.

Segundo Vitousek et al. (1997) em estudo publicado na *Science*, entre 1/3 e a metade da superfície terrestre foi transformada pela ação humana, a concentração de dióxido de carbono na atmosfera aumentou cerca de 30% desde o início da Revolução Industrial; mais da metade de todas as águas superficiais acessíveis são alocadas para uso humano, e cerca de 1/4 das espécies de aves na Terra tem sido levadas à extinção. O uso da terra representa a alteração mais substancial. Este uso de forma imprudente tem acarretado alterações na estrutura e no funcionamento dos serviços ecossistêmicos. Além disso, a conversão da terra interage fortemente com a maioria dos outros componentes que ocasionam as mudanças ambientais globais.

As interações das atividades humanas nos ecossistemas são amplamente pesquisadas na Ecologia da Paisagem.

É uma nova área de conhecimento dentro da ecologia, marcada pela existência de duas principais abordagens: uma geográfica que privilegia o estudo da influência humana sobre a paisagem e a gestão do território, e outra ecológica que enfatiza a importância do contexto espacial sobre os processos ecológicos e a importância dessas relações em termos de conservação biológica (METZGER, 2001, p. 02).

Tecendo importantes conceitos sobre a paisagem em uma perspectiva mais integradora, Santos et al. (2009, p. 5) ressaltam que “a paisagem se constitui na interação do ser humano que modifica o ambiente e que dialeticamente é modificado nas conjugações de leis humanas e naturais”. Para estes autores a paisagem é o resultado histórico da interação entre forças biofísicas e socioeconômicas, afirmam com propriedade que as pesquisas na dimensão da paisagem requerem a consideração dos sujeitos que agem e interferem em todo o sistema (p. 04).

Coadunando com este conceito, Bürgi, Hersperger e Schneeberger (2004) destacam que a paisagem é uma esfera privilegiada, onde os efeitos combinados da sociedade e da natureza tornam-se visíveis. Como as sociedades e a natureza são dinâmicas, a mudança é inerente característica das paisagens.

As alterações nas paisagens podem ocorrer tanto por intervenções humanas quanto por fenômenos naturais. Essas mudanças são provocadas pelas chamadas forças motrizes (ou *driving forces*) que induzem o desenvolvimento econômico. O relatório *Millennium Ecosystem Assessment* (ONU, 2005), em uma de suas publicações abordou as *Drivers of change in Ecosystem Condition and Services* e as define como forças motrizes fomentadas por fatores naturais (radiação solar, eventos climáticos, erupções vulcânicas e terremotos) ou induzidos pelo ser humano, que direta ou indiretamente, provoca mudança em um ecossistema (NELSON et al., 2005). O enfoque aqui dado são nas *driving forces* ligadas às atividades humanas, pois, por meio delas que os conflitos socioambientais são gerados.

Essas *driving forces* são divididas em causas diretas e indiretas. Sendo considerados como **causas indiretas** de mudanças os fatores: **demográficos** (colonização, migração, pressão populacional etc.), **econômicos** (desenvolvimento, crescimento econômico, urbanização, industrialização etc.), **políticos** (alteração ou impacto das

instituições político-econômicas, mudanças institucionais), **tecnológico** (mudanças tecnológicas ou progressos) e **cultural** (valores, atitudes públicas, crenças, consumo e comportamento individual ou coletivo). Nesta categoria os fatores acima citados são resultantes das decisões e comportamento de sujeitos múltiplos (governos, agentes financeiros internacionais, indivíduo). As **causas diretas** incluem os diferentes tipos de uso da terra relacionados às atividades humanas que modificam a cobertura da terra, são citadas: conversão de terras, uso de fertilizantes e agrotóxicos nas plantações, introdução de espécies invasoras, queimadas e mudanças no clima (NELSON et al, 2005).

A situação atual dos ecossistemas mato-grossenses pode ser elucidada pelo conjunto de forças motrizes que atuam orientando a ocupação e o uso dos elementos naturais. O efeito desses fatores depende do tipo de estímulo que recebem das políticas públicas ou dos processos decorrentes do mercado globalizado, que se traduzem em variações na demanda por produtos da região.

Essas forças motrizes conduzem ao comprometimento dos serviços ecossistêmicos, conforme assinala Nelson et al. (2005, p. 02), as mudanças nos serviços ecossistêmicos são quase sempre provocadas pela interação de múltiplas forças motrizes. Essas forças podem atuar no decorrer do tempo, por exemplo, o crescimento da população e da renda interagindo com os avanços tecnológicos que provocam as mudanças do clima, ou sobre os níveis de organização, por exemplo, leis de zoneamento locais, tratados ambientais internacionais, que atuam sobre o ambiente de forma distinta. Contudo, podem também acontecer de forma intermitente, por exemplo, secas, guerras e crises econômicas [tradução nossa].

Geist e Lambin (2002) ao analisarem as *driving forces* que movem o desmatamento das florestas tropicais, exemplificam a questão. Para os autores, as **causas diretas ou imediatas** (*proximate causes*) do desmatamento são: a expansão das pastagens e das áreas agrícolas, a extração de madeira e a expansão da infraestrutura. Estas ações são motivadas pelas **causas indiretas ou subjacentes** (*underlying causes*), que são categorizadas conforme suas variáveis, intituladas de fatores **demográficos** (aumento do consumo), **econômicos** (conforme a demanda aumenta o preço se eleva tornando assim a prática do desmatamento lucrativa), **tecnológicos** (o uso de máquinas nas derrubadas), **políticos** ou institucionais (incentivos e financiamentos para essa prática), bem como, um complexo de fatores **culturais**.

Essas causas (diretas e indiretas) estabelecem uma intrínseca correspondência com os conflitos socioambientais mapeados nesta pesquisa, pois podemos considerar que os conflitos são forjados por essas causas que geram significativas mudanças nas paisagens e conseqüentemente no modo de vida dos grupos sociais. Assim, a luta encarada pelos grupos sociais, que denunciam as atrocidades provocadas pelas forças motrizes que impulsionam o desenvolvimento, é uma luta pelo território, pela manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas para que as identidades sejam mantidas, já que muitos desses grupos possuem estreita ligação com o território, e a perda de um implica no desaparecimento do outro.

A ligação entre as *driving force* e os conflitos socioambientais pode ser representada na figura 5.1, que exemplifica as interferências das forças motrizes nos habitats mato-grossenses e nos grupos sociais, provocando os conflitos socioambientais.

Figura 5.1 -- *Driving forces* no contexto mato-grossense.



Organização: Jaber, M.; Silva, R., 2012.

Adaptado: Santos, 2011³².

Segundo o MEA (ONU, 2005), com o aumento da demografia nos países industrializados como a China ocorre o acréscimo da renda per capita, e os gastos com alimentação tornam-se mais diversificados crescendo o consumo de proteínas e bens e serviços industrializados. Assim, compreendemos que para atender a este mercado, o

³² Contribuições fornecidas pelo prof. Dr. José Eduardo dos Santos, durante exame de qualificação, julho/2011.

desmatamento e as queimadas, por exemplo, são incentivados e financiados pelo próprio Estado que busca exportar os produtos para a China, convertendo áreas de florestas em pastagens para gado e plantio de grãos que são exportados para alimentar os suínos na China. Corroborando com a ligação entre as causas diretas e indiretas das *driving forces* impelindo os conflitos.

Reconhecemos que a questão demográfica é preocupante e gera muitos impactos aos ecossistemas, independente do grupo social que o habita (alguns grupos impactam mais que outros). Contudo, ressaltamos a impossibilidade de assumirmos a densidade demográfica como elemento responsável pela crise ambiental. Muito além do crescimento populacional, os padrões de consumo são os maiores responsáveis pela crise ecológica mundial (SATO, 2003).

De acordo com a Embrapa Soja (2011), a safra da soja em 2010-2011 em MT foi de 20,4 milhões de toneladas, para isso foram ocupados/cultivados 6,4 milhões de ha. Desse total 63% foram destinados à exportação em forma de grãos, óleos e farelos. MT com números elevados lidera o *ranking* de maior produtor do País. Entretanto, a tamanha pujança do agronegócio cobra um alto custo ambiental. A soja tem sido um dos principais vetores do desmatamento do Cerrado e também tem se expandido sobre áreas de desmatamento recente no bioma amazônico.

Dados estatísticos comprovam que a área plantada de soja em MT cresceu de 15 para 29 mil Km² entre 1990 e 2000, um incremento médio de 6,5% ao ano (SEPLAN, 2006). O ritmo de crescimento teve uma forte aceleração entre 2000 e 2005, atingindo uma média de 16% ao ano, elevando a área plantada para 61 mil Km². Simetricamente, no mesmo período, a área desmatada aumentou em dimensões semelhantes e de forma progressiva, até chegar ao aumento de 133% entre 2002 e 2003 (ISA, 2007).

Somando a isso, as informações do MTE e do Ministério Público do Trabalho (MPT) apontam que ao menos quatro propriedades com cultivo de soja tiveram libertação de trabalhadores escravos entre 2007 e 2009, sendo elas: fazenda Colorado em Nova Canaã do Norte (MT), fazenda Vale do Rio Verde em Tapurah (MT) e fazenda Curitiba em Ribeirão Cascalheira e uma propriedade na Gleba Pacoval, em Santarém (PA) (REPÓRTER BRASIL, 2010).

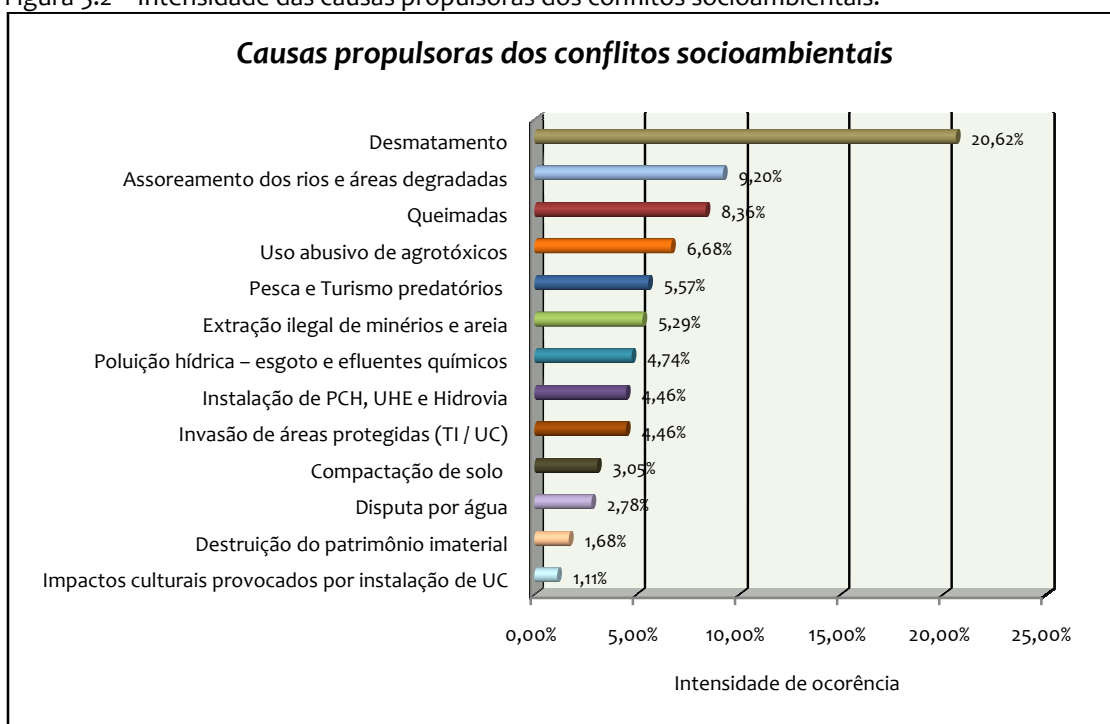
Segundo Vailant (2005), o vazio de gente provocado pela consolidação dos latifundiários por meio da monocultura gera um impacto cultural imensurável

financeiramente, sabemos que um enorme patrimônio produzido por anos de práticas culturais das comunidades rurais está sendo tragado por este modelo que transforma vilas e povoados em grandes extensões de monocultura. “Campos ricos de grãos e pobres de gente e cultura” (p.05).

Neste prisma, confirmamos que a interferência de única *driving force* suscita vários conflitos que sobrepõem numa mesma localidade, por exemplo: a monocultura da soja, como apresentado acima, envolve conflitos relacionados à disputa por terras, a expulsão ou extinção de comunidades locais, a fragmentação dos *habitats*, a perda da biodiversidade, a poluição hídrica por agrotóxicos, a violência física, dentre outros. Somente neste exemplo podemos pontuar várias causas propulsoras de conflitos socioambientais.

MT enfrenta diversas outras atividades econômicas propulsoras de conflitos, e, para discutir com mais afinco, agrupamos as principais causas propulsoras dos conflitos apontados pelos 234 sujeitos entrevistados e verificamos quais registraram maior ocorrência. De acordo com as narrativas, sistematizadas graficamente na figura 5.2, podemos afirmar que as causas diretas de mudanças nos ecossistemas como os **desmatamentos**, as **disputas pela água**, as **queimadas** e os usos abusivos de **agrotóxicos** são as principais molas propulsoras dos conflitos socioambientais de MT.

Figura 5.2 – Intensidade das causas propulsoras dos conflitos socioambientais.



Organizado por: M. Jaber & M. Sato

Neste sentido, abordaremos com afinco as principais causas propulsoras, para melhor compreendermos o contexto em que estão inseridas e as causas indiretas que as impulsionam, sendo elas: **disputas relacionadas à água** (agrupamos os impactos relacionados ao elemento água para discuti-los conjuntamente: assoreamento dos rios, poluição hídrica e empreendimentos como PCH e hidrovias), **desmatamentos**, **queimadas** e **usos abusivos de agrotóxicos**. Optamos por aprofundar a discussão nessas quatro causas para não incidirmos na superficialidade em tentar abordar todas as causas propulsoras.

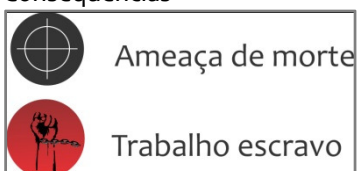
Consideramos importante uma discussão mais aprofundada nestas quatro causas mais citadas para oferecer com mais tenacidade informações sobre elas e, conseqüentemente, sobre os conflitos socioambientais no Estado de MT. Para cada causa propulsora discutida elaboramos um mapa temático com os locais pontuados pelos sujeitos dessa pesquisa. Para identificar as causas, elaboramos ícones utilizando o programa de computador CorelDrawX5. Buscamos símbolos que pudessem imageticamente ser associados às causas propulsoras (figura 5.3) e as conseqüências desses conflitos. Ao final deste capítulo apresentaremos o Mapa temático dos conflitos socioambientais com todos os pontos agrupados.

Figura 5.3 – Legenda criada para os mapas temáticos

Conflitos



Consequencias



5.2 - CONFLITOS GERADOS POR DISPUTA PELA ÁGUA



*A água não será a razão das guerras futuras,
mas, sim, está sendo objeto de uma guerra atual.
Porto-Gonçalves*

A segunda causa propulsora dos conflitos socioambientais em MT (ficando atrás da disputa pela terra discutida no capítulo anterior) relaciona-se a uma diversidade de lutas na disputa pela água, que representa **26,75%** do universo das causas apontadas pelos grupos sociais. Esses conflitos são ações de resistência, em geral coletivas, que se apresentam de amplas formas, dentre as mais citadas estão: assoreamento dos rios e áreas degradadas; pesca e turismo predatórios; poluição hídrica – esgoto e efluentes químicos; instalação de PCH, UHE e hidrovia e dominação particular e invasão de áreas com acesso à água (ou seja, a privatização).

Os choques provocados nas disputas por este elemento são cada vez mais frequentes e tendem a se acentuarem no contexto de escassez e controle estabelecido nas relações de poder assimétricas que caracterizam o mundo contemporâneo. A dominação dos corpos d'água se inscreve como fundamental para qualquer atividade.

O uso das águas gera conflitos em razão da multiplicidade de valores e finalidades conferidas a este elemento. Uma terminologia que vem ganhando espaço nos debates sobre a utilização mercadológica das águas é o *hidronegócio*, que, segundo Malvezzi (2005), não é apenas um neologismo, a palavra tem a inspiração no agronegócio. É a necessidade de criar uma expressão que abrigue todos os tipos de negócios que hoje surgem a partir da água e que é conduzido de forma imposta e arbitrária como o agronegócio.

Considerada o “ouro azul” por representar um mercado lucrativo e promissor é dominada pelo hidronegócio, e tem sido transformada em um bem econômico por uma visão mercantilista que aprisiona este elemento ao conceito de “recurso hídrico”, que gera riquezas e se torna essencial para os planos ambiciosos de desenvolvimento; seja na irrigação de grandes áreas, na construção de empreendimentos para viabilizar a produção de energia, no abastecimento dos centros urbanos e industriais, no escoamento da produção agrícola e, mais recentemente, nas atividades turísticas.

O indígena Karajá presente durante o II seminário enfatizou a pressão do hidronegócio que sofrem mediante a instalação da hidrovia Araguaia-Tocantins:

“Karajá quer dizer ‘povo da água’, nós Karajá temos origem da água. Nossas atividades culturais são relacionadas à natureza da água, se morrer o rio, a vida do Karajá acaba. Alimentação fundamental do Karajá é peixe do rio. Construção da hidrovía Araguaia-Tocantins se sair este projeto é impacto para o povo, porque eles produzem não para distribuir para o Brasil, mas para levar para fora, o transporte é para exportar para o exterior, o capitalista não respeita e destrói a vida do ribeirão, retireiro da região do Araguaia e dos indígenas Karajá (Município de São Félix do Araguaia, RP 03).

Assim, “para além de um recurso hídrico, a água encerra uma infinidade de valores que jamais podem ser taxados pelo valor do mercado. [...] Tem todas as cores, sabores e odores que operam na sensibilidade imaginária ampliando nossa realidade (SATO, 2005, p.15). Para esta autora, a cosmologia indígena, bem como mitos e lendas da sabedoria popular revelam que a água agrega valores da vida cotidiana, e, simbolicamente, carrega várias interpretações bastante próximas às descobertas científicas da sociedade contemporânea.

Diante do exposto, nossa opção é por utilizar a palavra água e não recursos hídricos, a palavra recurso é associada ao valor econômico. Escolhemos atribuir a este elemento o valor da vida e não do mercado. O descompasso entre a concepção que confere apenas o valor econômico a este elemento e a outra que atribui valores simbólicos tem gerado inúmeros conflitos, principalmente no que tange o enfrentamento da concentração de riqueza e poder nas mãos dos grandes consumidores de água; e na exclusão dos grupos sociais tanto no acesso à água quanto nas tomadas de decisão sobre as demandas, usos e conservação deste bem vital.

Com 13,8% das águas doces do planeta, o Brasil é considerado um país rico, devido à abundância deste elemento. Além dos caudalosos rios, contamos com fartas águas subterrâneas e somos o único país de dimensões continentais em que chove sobre todo o território nacional. Por razões óbvias as águas brasileiras são objeto de cobiça nacional e internacional (MALVEZZI, 2005). Todavia, nosso cuidado ambiental com esse valioso elemento é desproporcional a esse privilégio e esta concepção de abundância da água tem trazido prejuízos incalculáveis, pois, além da questão do alto desperdício, a água não está acessível a toda a população.

Petrella (2003) afirma que existe uma ideia generalizada que o crescimento demográfico é um dos fatores que está levando à redução das reservas hídricas mundiais. Segundo este autor, esta é uma posição simplista, é verdade que a água está escasseando, mas o motivo principal é o modelo atual de utilização da água, que é absolutamente insustentável. Exemplo disso são a agricultura extensiva e a produção industrial que absorvem enormes quantidades de água.

Com a política de incentivo à exportação, os custos do uso das águas, na maioria das vezes, não são computados na produção de bens de consumo. Quando se exporta soja, milho, alumínio e papel, há muita água sob a forma de grão que não estão inseridos no valor do produto, essa não computação dos preços gera as chamadas externalidades. Malvezzi (2005) enfatiza que no Brasil a irrigação está voltada para a produção de grãos, frutas para exportação, mas também da cana irrigada para produção de álcool e açúcar. Produzir grãos em território alheio é poupar água no próprio território. De acordo com o autor citado, as técnicas pesadas como pivôs centrais, irrigação por sulco, consomem ainda mais água que a microaspersão.

A humanidade terá que rever seu consumo de água para irrigação. Não existe água para que esse modelo de produção continue ao infinito. Por exemplo, 1 quilo de soja produzida exige 1.000 litros de água, 1 quilo de frango exige 2.000 litros e 1 quilo de carne de boi são necessários 20.000 litros (MALVEZZI, 2005). Isto significa que, quando o País exporta grãos e carnes, está também exportando grande quantidade de água. No entanto, para uma grande maioria de cidadãos mato-grossenses esses números não são considerados alarmantes e o discurso de escassez não sensibiliza, devido a equivocada ideia de abundância.

As *externalidades*, na teoria econômica, são danos causados por algumas atividades a terceiros, sem que esses danos sejam incorporados no sistema de preços (ACSERALD, 1994, p. 129). Podemos citar, como exemplo, a poluição das águas por agrotóxicos, mercúrio e chumbo que levam à deterioração da flora e da fauna, assim como da qualidade de vida dos seres humanos. Em outras palavras, os danos acarretados à natureza e às populações atingidas, não são computados no sistema de preços desses produtos agrícolas e, muito menos, compensados.

Considerado divisor de águas, o Estado encontra-se em posição de destaque em relação aos bens hídricos, uma vez que o complexo de águas mato-grossenses congrega

três regiões hidrográficas brasileiras: a Região Hidrográfica do Paraguai, com área de 176.800 km², que abrange 19,6% da superfície estadual; a Região Hidrográfica Amazônica, com 92.382 km², que ocupa 65,7% do território; e a região Tocantins-Araguaia, com 132.238 km², que corresponde a 14,7% da superfície do Estado (BRASIL, 2006). Além disso, uma grande porção das bacias da região Centro-Oeste tem suas nascentes em terras mato-grossenses. Essas características, por si só, já seriam suficientes para se dedicar atenção especial ao Estado quanto à água.

Entre a abundância e a escassez o que ganha relevo é a injustiça ambiental em MT, pois, embora sendo um Estado rico em água, a mesma não está acessível a todos os cidadãos. Existem diversos assentamentos de pequenos produtores rurais, comunidades quilombolas e pantaneiras que convivem com sérios problemas de disponibilidade de água potável. A água existe, mas não está distribuída de forma equitativa para os grupos sociais, está, muitas vezes, centrada nas mãos de poucos, formando assim uma trama de relações e interesses que vincula os conflitos que permeiam a dominação das terras aos conflitos da privatização das águas (figura 5.4).

As narrativas revelam o quão grave tem se tornado essa questão no Estado:

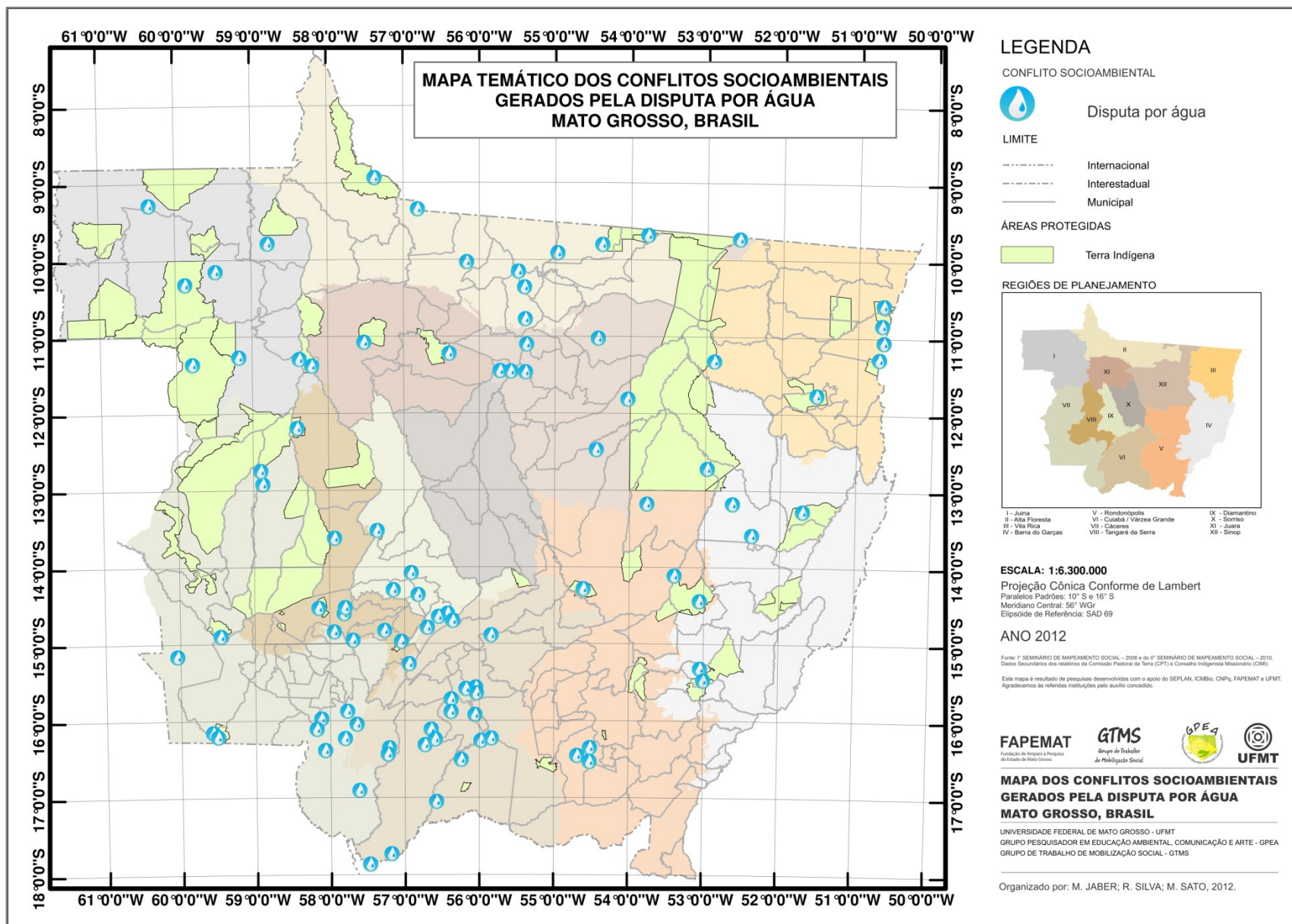
“O fazendeiro avançou 25m para dentro da nossa terra para pegar a nascente. Agora o processo está no Ministério público e no INCRA, enquanto isso estamos sem água para cultivar nossas roças. E sem água não dá pra viver”. (Quilombola, município de Poconé, RP 06).

“Nosso maior temor é perder o acesso ao rio, já pensou? Deixamos de existir”. (Retireiro, município de Luciara, RP 03).

“Fomos reassentados num lugar que não tem água, vivíamos na beira do rio Manso que era nossa vida. Agora se queremos água temos que andar muito. A vida ficou muito mais difícil”. (Atingido por barragem, município de Chapada os Guimarães, RP 06).

“Eles dizem que fazem reforma agrária, colocam a gente numa terra que não é fértil e não tem água. Como faremos para produzir? Como faremos para nos alimentar?” (Assentada, município de Marcelândia, RP 12).

Figura 5.4 -- Mapa temático dos conflitos socioambientais gerados pela disputa por água. Org. M. Jaber; M. Sato; R. Silva, 2012.



Compreender que água é um meio de produção tão indispensável quanto a terra é essencial. Essa dura realidade da escassez de água é deparada também em várias localidades do mundo, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2011), em 2010 cerca de 1,1 bilhões de pessoas já não têm acesso à água potável, quadro que só tende a se agravar. De acordo com este Relatório as pessoas mais desfavorecidas suportam um duplo fardo de privação. Para além de serem mais vulneráveis aos efeitos vastos da degradação ambiental, fazem face também às ameaças ao seu ambiente provocadas pela poluição do ar, da água contaminada e do saneamento deficiente, reforçando assim cenários de injustiças ambientais por todo o globo.

É fato também que, a escolha dos locais de instalação dos empreendimentos impactantes, está estritamente ligada a uma questão de injustiça ambiental. O capital comumente escolhe espaço em que a rentabilidade possa ser maior e instala-se em áreas habitadas por populações de baixa renda que terão mais dificuldades em recorrer aos seus direitos. Concordamos com Carneiro (2005, p. 37), quando afirma que “a dinâmica da distribuição espacial da degradação ambiental é presidida, portanto, pela lógica da rentabilidade que rege a economia mundial de acumulação de riqueza”. Este autor cita um exemplo bastante ilustrativo desta questão, o depoimento do economista do Banco Mundial *Lawrence Summers*, que defende a localização das atividades que causam maiores impactos ambientais nos países pobres, afirmando que, sendo os salários mais baixos nesses países menores, serão também os custos de dias pagos e não trabalhados por motivo de adoecimento dos trabalhadores em razão da deterioração ambiental provocada pela atividade da empresa.

O capital, por seu lado, mostra-se cada vez mais móvel, acionando sua capacidade de escolher seus ambientes preferenciais e de forçar os sujeitos menos móveis a aceitar a degradação de seus ambientes ou submeterem-se a um deslocamento forçado para liberar ambientes favoráveis para os empreendimentos. Os atores com menos força para escolher seus ambientes, por sua vez, organizam-se para resistir à degradação forçada que é imposta a seus ambientes ou ao deslocamento forçado a que são submetidos quando seus ambientes interessam à valorização capitalista (ACSELRAD, 2004, p.33).

Em várias localidades os conflitos vêm se acentuando em virtude dessa discriminação e imposição do capital na escolha desses locais. Segundo as informações da CPT (2011), neste ano houve um crescimento de 93% de conflitos em função do uso da água no Brasil. Em MT, outra causa pulsante dos conflitos são as propostas de instalação de hidrovias citadas pelos grupos sociais presentes no Pantanal, impactados pela

proposta da hidrovía Paraguai-Paraná, e pelos grupos do Araguaia, afetados pela proposta da hidrovía Araguaia-Tocantins.

As tentativas de privatizarem as águas mato-grossenses são inúmeras. Com o intuito de restringirem o acesso e o uso dos corpos d'água em MT, ganham destaques as PCH e UHE que vêm proliferando em várias RP. As regiões que mais apresentaram essa questão como um grave problema e uma fonte motivadora de conflitos são as RP 03 e 07. Como essa questão é extremamente pulsante consideramos importante abordá-la com mais profundidade.

5.2.1 - A GERAÇÃO DE ENERGIA HÍDRICA E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

As instalações dos empreendimentos como as PCH e as UHE reforçam as situações de injustiças ambientais, instigam a violência e as expropriações dos territórios dos grupos sociais de MT. No acirramento das disputas das relações de poder assimétricas estabelecidas nestas esferas podemos compreender os conflitos socioambientais como um reflexo do modelo econômico impositivo vigente.

A geração de energia por meio das hidrelétricas ocupa 11,3% da matriz energética de MT (SICME, 2008). Essa fonte de energia tem sido considerada uma alternativa energética limpa (quando comparadas com as termelétricas), no entanto, com frequência os empreendimentos hidrelétricos têm se revelado insustentáveis do ponto de vista ambiental e social. Esses projetos não geram apenas energia, mas também uma série de efeitos perversos. Com o desenrolar do PAC as hidrelétricas estão pulverizando o território brasileiro, o governo prevê até 2020 a construção de 24 UHE. Apenas para a região da Grande Amazônia o governo apresentou 19 projetos e em MT um dos mais recentes empreendimentos, ainda em fase de construção, é a usina de Colíder, situada no rio Teles Pires (ANEEL, 2011).

De acordo com Rossi (2011), o Estado de MT tem 148 PCH situadas nas bacias do Paraguai, Amazônica, Tocantins-Araguaia, sendo que: 54 estão em operação; 33 em fase de implantação; 25 aguardando início das obras; 27 em estudo; e, 9 com a construção parada. Acumulamos em MT o título de ser o segundo Estado brasileiro com maior quantidade de PCH (que produzem energia até 30 megawatts). Para citar como exemplo, a Bacia do Paraguai, formadora do Pantanal, tem 24 pequenas hidrelétricas em operação.

A opção em gerar energia com pequenas centrais justifica-se pelas inúmeras vantagens legais para o licenciamento ambiental desse tipo de empreendimento, a principal delas é a não necessidade de se realizar Estudos de Impactos Ambientais (EIA), o que é exigido no caso de UHE, facilitando dessa forma a sua implantação; esses fatores têm levado inúmeras empresas a optarem pela construção de várias PCH em série, em vez de uma grande hidrelétrica. Entretanto, os impactos cumulativos provocados pela instalação de diversas PCH em um mesmo rio são, muitas vezes, tão ou mais intensos que os gerados pelas UHE.

Causadores de grandes impactos ecológicos e sociais, como destruição de *habitats*, extinção de espécies, diminuição de populações de peixes; ou ainda, por meio dos impactos sociais na área de alagamento e a jusante onde moradores dependem do ciclo natural das águas para sobreviver (CASTRILLON et al., 2006). Com a instalação desses empreendimentos os grupos sociais atingidos não só perdem a base material da vida – o território, as condições ambientais que favorecem o seu modo de produção, perdem também a cultura, perdem o *modus vivendi*.

Para o ictiologista Lima (2009) “as hidrelétricas significam perdas inevitáveis de diversidade. Construí-las, funciona como desmatar uma floresta. As espécies que ficam são apenas uma fração das que foram dizimadas”. Em uma pesquisa desenvolvida no **rio Culuene**, na bacia do Xingu, o pesquisador afirma que foram encontrados 30 mil exemplares de peixes e ainda falta catalogar até seis novas espécies.

Nesse rio, distante a cerca de 50 km de aldeias da etnia Xavante, está instalada a PCH Paranatinga II, de aproximadamente 29 mil quilowatts, entre os municípios de Paranatinga e Campinápolis. Essa PCH tem onerado significativamente o ecossistema local e a vida desse povo. No plano mais explícito desses impactos observa-se uma maior dependência dessa etnia dos peixes do rio Culuene uma vez que a caça está se tornando escassa. O local destinado à construção da hidrelétrica é considerado sagrado para os índios, pois nele teria nascido o **Quarup**, a maior celebração religiosa da tradição Xingu, um ritual em homenagem aos seus mortos. Apesar de ações impetradas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pelo Ministério Público Federal (MPF), a PCH entrou em operação (CASTRILLON et al., 2006).

Além de causar inúmeros danos ambientais e sociais, a energia hídrica é um forte braço do hidronegócio, o que significa dizer que está ancorada na proposta

desenvolvimentista que visa o lucro imediato e não se compromete com os riscos associados à instalação do empreendimento. Há um grande ramo de empreiteiras, técnicos, indústrias, empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica que se beneficiam com esse tipo de atividade. O discurso da necessidade de gerar energia ancora-se na própria necessidade das grandes empresas destinadas à exportação que são as grandes consumidoras da energia elétrica gerada no País e em MT. Esses projetos estão também vinculados ao agronegócio, pois, para viabilizar sua produção faz-se necessário uma gama de investimentos em apoio logístico como rodovias e hidrovias, assim como na infraestrutura energética.

Um local de intenso conflito na instalação de empreendimentos de energia hídrica é o caso do Aproveitamento Hidroelétrico (AHE) Dardanelos, usina que produziria 261 MW através do aproveitamento do rio Aripuanã, na grande queda natural denominada “Salto de Dardanelos”. O **rio Aripuanã** é conhecido pela quantidade e diversidade de peixes e anfíbios, além disso, pela beleza cênica de suas quedas d’água como a cachoeira de Dardanelos e das Andorinhas. Mesmo com inúmeros questionamentos dos MPE e MPF, a Sema concedeu a licença ambiental, e, em meados de 2006, a AHE Dardanelos foi a leilão. Essa AHE foi construída sobre cemitério do povo Arara do Rio Branco, em porção que ficou fora da demarcação. Esta hidrelétrica atingiu este povo e o povo Cinta Larga, que habita a mesma região.

A TI Kaybi é palco de recentes conflitos socioambientais relacionados a esta questão, neste território um grupo de indígenas das etnias Kayabi, Munduruku e Kayapó mantiveram, no mês de outubro de 2011, dois funcionários da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e cinco representantes da FUNAI reféns por quase uma semana na aldeia Kururuzinho; o protesto ocorreu por reivindicação junto ao governo federal para o andamento do processo de ampliação da TI Kayabi e a suspensão da instalação da UHE São Manoel, que está prevista para ser construída na divisa entre os Estados de MT e Pará, no **rio Teles Pires**, que irá afetar as etnias Kayabi e Munduruku.

A pauta mais requerida pelos indígenas era o diálogo, sempre negado e negligenciado pelos tomadores de decisão. Conforme assinala Freire (1987, p. 92), “dizer a palavra - (diálogo) é um direito de todos os homens. O diálogo é o caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens”. Esse acontecimento elucida como a incapacidade de diálogo das esferas públicas, somada à imposição de projetos de

interesses desenvolvimentistas contribui para que grupos sociais se percebam aliados dos processos, induzindo a situações críticas e conflituosas como essa. Essa circunstância foi narrada em um pedido de ajuda feito pela liderança indígena **Taravy Kayabi** por correio eletrônico encaminhado ao GTMS no dia 20/10/2011 e citado abaixo:

“Companheiros de luta,

*Sou **Taravy Kayabi**, liderança indígena da Terra Indígena Kayabi, e estou enviando essa mensagem para pedir a ajuda de vocês para divulgarem uma medida que tomamos para que pudéssemos ser escutados. Como deve ser do conhecimento de vocês estamos sendo atropelados pelo governo que pretende construir várias barragens no entorno de nossa terra. Temos aceitado fazer parte dos estudos e estamos sempre conversando com os empreendedores e Funai para que a gente saiba os impactos que causarão em nossa vida. Mas estamos sendo sumariamente desrespeitados. Já estamos vendo a barragem de Teles Pires ser construída e, até agora, mesmo após a licença de Instalação, nenhum programa nos foi apresentado. Mal pudemos saber melhor desse processo e agora o governo quer fazer audiência pública de São Manoel sem que os estudos na terra indígena tenham terminado. O próprio antropólogo nos contou que tem somente uma semana para apresentar o estudo. Por isso, tomamos a decisão, junto com as lideranças Apiacá e Munduruku de segurar em nossa aldeia quatro representantes da Funai, dois de Brasília e dois coordenadores técnicos, dois representantes da EPE e o antropólogo responsável pelo estudo até que o governo venha em nossa aldeia para conversar. Tudo tem sido muito acelerado para construir essas barragens e nossas principais reivindicações não têm sido atendidas, como a demarcação de nossa terra, acompanhado do MPF. Dissemos não a essas barragens e queremos que essa audiência não aconteça com a pressa que o governo quer. Seria muito importante que a imprensa soubesse dessa nossa ação e pedimos para que eles venham acompanhar nossa reivindicação e para que tudo aconteça de forma pacífica. Divulgada em: 20/10/2011*

Após este acontecimento os indígenas reuniram-se com o governo federal e firmaram o acordo de que as audiências públicas ocorressem somente noventa dias após essa conversa, para que os indígenas pudessem se preparar e mobilizar os parceiros a refutarem a proposta da UHE. Entretanto, o pacto firmado entre indígenas e representantes do governo federal foi desconsiderado e as audiências públicas foram agendadas para 20 dias após a data do acordo firmado.

A insubordinação dos grupos sociais à mercantilização e à privatização das águas vem se tornando cada vez mais frequentes em MT, entretanto, são engolidas e tragadas pela truculenta e antidemocrática forma que os projetos são conduzidos, como constatado no caso citado acima encarados pelo povo indígena Kayabi. A instalação

desses empreendimentos, sem a consulta aos povos indígenas, trai o direito estabelecido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

A espoliação vivida pela etnia Enawene-nawe, é outro lastimável exemplo do funcionamento do hidronegócio, encarando um forte conflito contra a instalação do Complexo Hidrelétrico do Juruena (denominação dada a uma sequência de usinas hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas previstas para serem implantadas) em pontos localizados entre as cabeceiras do **rio Juruena** e sua confluência com o rio Juína, numa extensão de 287,05 Km. Este complexo vem sendo instalado sem a consulta e a concordância deste povo que depende totalmente do rio Juruena que abastece toda a TI Enawene-nawe, comprometendo o ambiente e o modo de vida desta etnia, que tem 90% da base de sua alimentação composta por peixe. A antropóloga Almeida (2011) assevera que o *Yaõkwa*, cerimonial indígena do povo Enawene Nawe reconhecido como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, está comprometido com a instalação deste empreendimento, pois o cerimonial é completamente associado à pesca.

Desde 2009, os Enawene Nawe estão sofrendo com a baixa pesqueira no rio Juruena. Suas pescarias tradicionais têm obtido um resultado muito aquém das grandes quantidades de pescado obtidas anualmente por este povo, antes do início das obras do Complexo Juruena.

Nas últimas pescarias o peixe não tem vindo, e sem condições para obter o recurso pesqueiro através das técnicas tradicionais, os Enawene Nawe têm sido obrigados a comprar peixe de tanque para suprir a demanda alimentar do seu povo, situação que gera dependência, posto que para comprar o peixe são necessárias altas quantias de recursos financeiros, e insegurança alimentar, já que o modo de subsistência dessa população ficou ameaçado com a diminuição do pescado no Juruena (ALMEIDA, 2011, p. 30).

O MPF instaurou um procedimento administrativo para verificar as circunstâncias do licenciamento ambiental deste complexo hidrelétrico. As ações do MPF no sentido de barrar as construções destas centrais, seja pela ausência de estudos detalhados sobre os impactos, seja pelos prejuízos que estas causariam para os povos indígenas da região, foram derrubadas pelo Supremo Tribunal Federal, que alegou interesse público. Algumas destas centrais são, em 2011, objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na ALMT, que apura as licenças ambientais concedidas ao grupo empresarial do então governador Blairo Maggi, que hoje ocupa uma cadeira no Senado Federal. No entanto,

recentemente, esta comissão foi encerrada sem apresentar os devidos esclarecimentos pelo qual ela foi formada.

A UHE Manso é outro exemplo emblemático dos conflitos que engendram a luta pelo território e pela água. Localizada no município de Chapada dos Guimarães, sendo instalada no **rio Manso** - principal afluente do rio Cuiabá (LEROY, 2005). Este é um empreendimento da empresa estatal Furnas Centrais Elétricas S/A, com o represamento foi formado um lago de 427 km². Apesar do grande reservatório, segundo dados de Furnas, a usina tem capacidade de geração de até 212 megawatts (MW), no entanto, ela produz de forma fixa apenas 97 MW de energia, ou o equivalente a três PCH com represamento de até cem vezes menor. Os impactos ambientais produzidos pela barragem vêm sendo denunciados por ecologistas e pesquisadores desde a construção da obra, tanto pelas mudanças no sistema de inundação do Pantanal, quanto pela destruição de *habitats*, extinção de espécies e diminuição das populações de peixe.

A região alagada era ocupada, predominantemente, por agricultores familiares, que desde o século XIX, desenvolveram na região formas tradicionais de produção econômica e reprodução sociocultural, conformadas pelas características naturais do território (LEROY, 2005). A UHE Manso atingiu 1.065 famílias, de 18 comunidades, sendo que apenas 422 foram indenizadas e/ou incluídas no plano de mitigação (MAB, 2005). As populações ribeirinhas atingidas pelas obras foram desconsideradas frente à perspectiva do lucro desta mega obra. A perda irreversível de seus territórios e de suas áreas de produção e reprodução social acarretou em vários problemas sociais.

As narrativas dos atingidos pela barragem do MAB, presentes no seminário, afirmam que a população foi retirada das áreas úmidas do vale para ser reassentada no Cerrado, em terrenos constituídos por 90% de areia, sem nenhuma consideração por seu modo tradicional de vida. Outros problemas relatados foram a falta de qualidade de vida, o tamanho dos reassentamentos e a falta de água potável. Ainda em 2001, apenas algumas famílias conseguiram ser reassentadas e poucas, atualmente, conseguem produzir alimentos. A realidade vivida por esses grupos está muito distante das promessas feitas pelos empreendedores no momento de construção da UHE. Uma situação marcante durante a realização do II Seminário foi no momento da divisão dos GT, onde uma das representantes do MAB conduziu-se até a comissão organizadora e questionou:

“Eu tenho algumas dúvidas: a primeira é que vocês perguntam no questionário meu nome e o local onde moro, a primeira eu sei responder e a segunda posso colocar sem lugar definido? Pois, faço parte do grupo de famílias que a usina de Manso ainda não reassentou. A minha outra dúvida é que os participantes escolheram se agrupar por grupos de trabalho, de acordo com o território onde vivem. E agora, onde fico? O local onde vivo atualmente não é o meu território, preciso de um grupo dos sem-lugar”. (Atingido por barragem, município de Chapada dos Guimarães, RP 06).

Embora, a UHE de Manso possa parecer um exemplo antigo e/ou superado, as narrativas evidenciam o quão ainda são pulsantes os enfrentamentos às dificuldades causadas por esses megaempreendimentos. Novos conflitos provocados pela demanda crescente de energia estão sendo vivenciados. No momento, o Estado de MT assiste a uma proliferação de PCH atingindo diversos grupos sociais, especialmente os povos indígenas. Situações semelhantes serão testemunhadas no caso Belo Monte e, de tantas outras usinas hidrelétricas, projetadas e/ou sendo instaladas em vários locais do mundo.

A dominação dos territórios e de seus bens naturais (as florestas, as águas, as áreas de cultivo) busca a qualquer custo exterminar a identidade sociocultural, tentando fazer “desses grupos uma massa que tende à uniformidade, desenraizada de sua história e de seu território, sem perspectiva” (LEROY, 2010, p. 31). Entretanto, esta dominação encontra a insubordinação desses grupos, que apostam no enfrentamento e na resistência como uma maneira de continuar vivendo com dignidade.

Além das ameaças frente às privatizações desse bem público, as águas neste Estado também enfrentam o descaso em relação a lançamento de efluentes, assim como no assoreamento dos rios provocado principalmente pelo desmatamento das matas ripárias. O assoreamento dos rios é ainda provocado pelas barças que seguem pelos rios degradando as APP. São considerados graves os impactos ambientais que afetam a qualidade do ambiente e da vida social dos grupos sociais mato-grossenses. Essa parece ser uma realidade que afeta muitos municípios brasileiros. De acordo com o IBGE (2002), a causa mais apontada por 53% dos gestores dos 5.560 municípios do Brasil como a que mais afetava o meio ambiente municipal, é o assoreamento.

Nas entrevistas, os sujeitos desta pesquisa revelam que o assoreamento dos rios dos locais onde habitam está diretamente associado à prática do desmatamento para produção de monocultura e pecuária.

“Estão desmatando tudo. O desmatamento vai até na beira do rio e provoca o assoreamento, quando começa chover a areia vai tudo pra dentro da água e começa o assoreamento. E isso já está afetando a nossa população” (Indígena Kamaiurá, Canarana, RP 04).

A contaminação das águas por lançamento de efluentes químicos e orgânicos é mais uma das severas inquietações dos grupos sociais de MT. De acordo com a SEMA (2009), no PERH-MT, dos 141 municípios apenas 16 possuem algum tipo de tratamento dos efluentes sanitários. No diagnóstico realizado para a elaboração do plano constatou-se que as principais fontes poluidoras dos corpos d’água mato-grossenses são:

Quadro 5.1. Principais fontes poluidoras dos corpos d’água mato-grossenses.

Principais fontes de poluição das águas em MT	RP mais atingidas
A carência dos serviços de coleta, afastamento e tratamento de efluentes sanitários é um dos problemas mais graves em se tratando da contaminação das águas no Estado.	É grave em todas as RP. Dos 141 municípios apenas 16 possuem algum tipo de tratamento.
A expansão de indústrias voltadas ao abate de gado, de suínos e de aves geram dejetos que poluem as águas.	Maior ocorrência nas RP 05,06, 07, 08 e 09. Localizações onde essa atividade já está consolidada.
A atividade de pecuária bovina causa problemas de erosão e consequente transporte de sólidos para os corpos d’água. A carga gerada pelo excremento dos animais é a principal responsável pela poluição de origem difusa em MT e está acima de 90% no cômputo geral das cargas de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio), nitrogênio e fósforo estimadas em todas as UPGs.	Ocorre em todo o Estado, mas com forte incidência na RP 07, principalmente nos municípios de Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres.
O cultivo da soja e demais lavouras em MT seguem o procedimento tradicional que envolve o uso de calcário, fertilizantes, herbicidas, inseticidas e fungicidas. Estes produtos químicos contaminam as águas.	Muitas RP são atingidas pelo cultivo de soja, principalmente, as RP 10 e 12
O plantio e o processamento da cana de açúcar em MT é outra ameaça às águas, somente em 2008 MT teve uma estimativa de produção de 14 milhões de toneladas, 800 mil m ³ de álcool e 10 milhões de sacas de açúcar. Os efluentes líquidos, principalmente as águas de lavagem e o vinhoto provenientes das destilarias, quando lançados nos rios consomem o oxigênio dissolvido levando à mortandade de peixes. A produção industrial do álcool gera de 12 a 15 litros de vinhoto por litro de álcool.	Essa atividade afeta várias RP. Com mais intensidade nas RP 05,06 e 08.

Fonte: Adaptado do PERH-MT (MATO GROSSO, 2009).

Segundo Lacerda e Malm (2008, p. 173), podemos dividir os poluentes que mais causam danos aos ecossistemas aquáticos em dois grandes grupos. O **primeiro** inclui substâncias presentes nos efluentes associados à disposição imprópria de resíduos sólidos (lixo) e ao tratamento inadequado ou inexistente de esgoto sanitário. O **segundo**

grupo, composto pelos poluentes de origem industrial e da mineração, inclui substâncias tóxicas, como metais, gases de efeito estufa e poluentes orgânicos.

As narrativas revelam a grave questão dos lançamentos diretos nos rios de MT e a ligação intrínseca que muitos grupos mantêm com a água:

“Nosso solo já foi muito fértil para o plantio do arroz, mas a parte fértil foi degradada pelo garimpo. O assoreamento está tomando conta da terra, são grandes extensões. Virou tudo areia. Virou um deserto. Isso fez com que a água naquela região sumisse”. (Quilombola, município de Poconé, RP 06).

“Próximo ao rio tem um presídio e todo o esgoto do presídio vai para o rio que depois vai para nossa terra. Os problemas globais são: desmatamentos, agrotóxicos, águas contaminadas, águas poluídas, hidrovias, criação de bois e lixos. Além disso, ainda tem as represas no entorno da TI Pimentel Barbosa. Só lá são oito represas. Em 2009 tudo ficou seco, não passou águas, morreram muitos peixes, bichos. A água é a vida da natureza. A água é a vida da terra. A água é a vida dos peixes, A água é a vida dos sapos. A água é a vida dos Xavante”. (Indígena Xavante, município de Canarana, RP 04).

As narrativas enfatizam que o Pantanal é o bioma mais atingido por esse tipo de contaminação. Pois, como já abordado, este bioma recebe uma grande quantidade de material sólido das áreas de planalto, além disso, torna-se receptáculo de resíduos como agrotóxicos, mercúrio, vinhoto e outros resíduos contaminantes. Nesse cenário, podemos citar como um exemplo dos impactos socioambientais advindos da contaminação dos rios a comunidade pantaneira de São Pedro de Joselândia, um dos lócus de investigação empírica desta pesquisa.

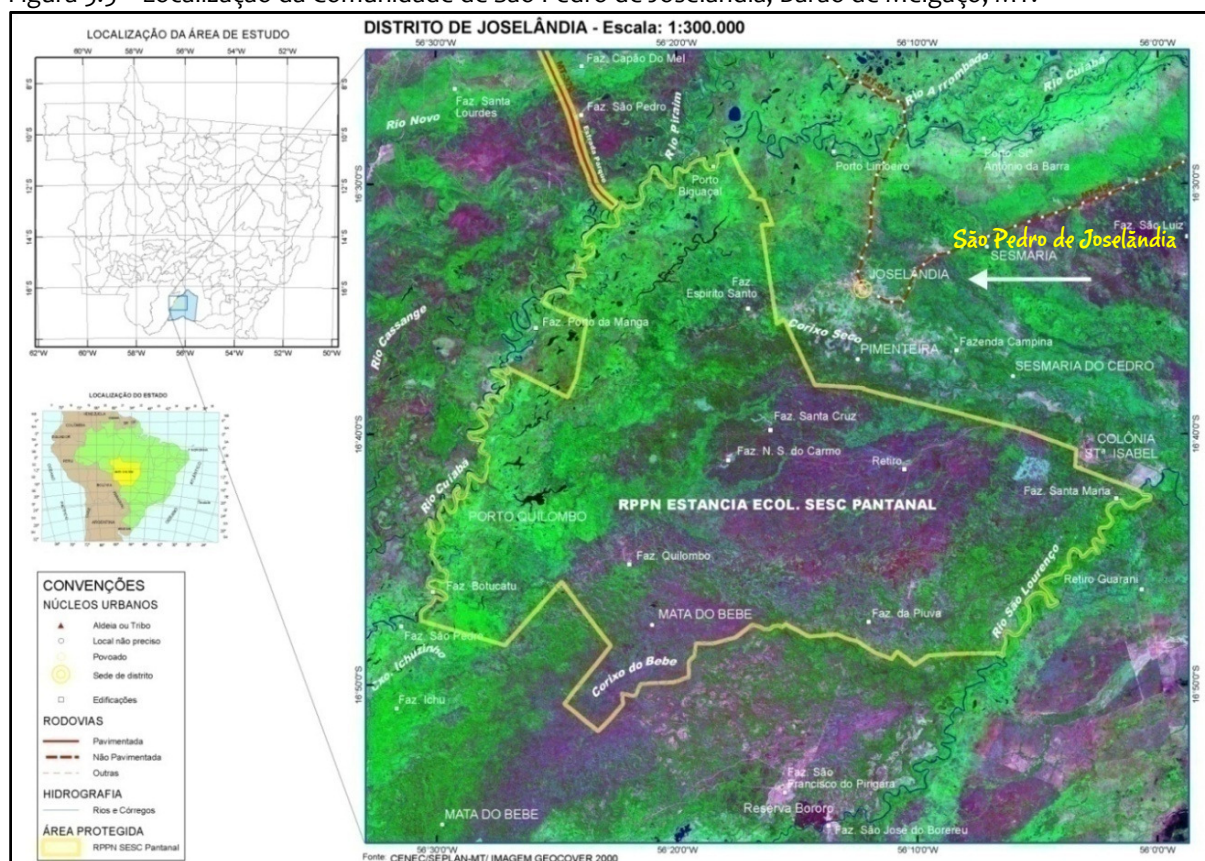
5.2.2 - SÃO PEDRO DE JOSELÂNDIA - NA DINÂMICA DAS ÁGUAS PANTANEIRAS

*No Pantanal não se pode passar régua sobre muito quando chove.
Régua é existidura de limites e o Pantanal nao tem limites.
Aqui, bonito é desnecessário, beleza e glória das coisas o olho que põe.
Manoel de Barros*

Seguindo os fluxos das águas, o povoado de São Pedro de Joselândia (figura 5.5) é um espaço em constante movimento, tendo sua paisagem alterada pelo pulso de inundação, com níveis de enchente, cheia, vazante e seca. Inseridos nas remotas paragens do Pantanal, os habitantes desta comunidade permanecem ilhados por alguns

meses do ano, guardando belezas inimagináveis refletidas nas paisagens do lugar. Joselândia está situada entre dois dos maiores rios formadores do Pantanal mato-grossense, o Cuiabá e o São Lourenço. Destacamos que a comunidade está inserida no município de Barão de Melgaço, como já registrado, o município com maior concentração de terras do Pantanal mato-grossense e que possui enormes áreas já desmatadas.

Figura 5.5 -- Localização da Comunidade de São Pedro de Joselândia, Barão de Melgaço, MT.



Organização: Silva, R.; Jaber, M.; Sato, M., 2011.

O Distrito de Joselândia conta com aglomerado de comunidades sendo elas: São Pedro, Mocambo, Pimenteira, Retiro São Bento, Colônia Santa Isabel, Capoeirinha e Lagoa do Algodão. Desse mosaico de comunidades, nosso ponto de parada é a comunidade de São Pedro, localizada a aproximadamente 170 km da capital, Cuiabá. Pode-se chegar ao local por meio de três formas: via terrestre, durante o período da seca; via aquática e via aérea. São Pedro está localizado no entorno da RPPN SESC Pantanal que tem uma área aproximada de 106 mil ha (SESC, 2011).

A comunidade de São Pedro foi legalmente constituída em 1955, com o ato de registro da área em cartório, na forma de sesmaria Santo Antônio da Barra, o vilarejo passou a chamar-se Macaco e, posteriormente, o nome foi alterado fazendo uma

homenagem ao santo padroeiro do seu povo. Em pouco mais de 100 ha foram se instalando pessoas e famílias em busca de terras altas para a produção de alimentos de sua subsistência e de trabalho nas grandes fazendas de gado da região (PIGNATTI; CASTRO, 2010, p. 3225).

O cotidiano dos habitantes deste lugar não pode ser dissociado da dinâmica das águas, que ao definir os *habitats*, também define as pessoas. Confirmando as palavras do poeta pantaneiro Manoel de Barros: “Penso que os homens deste lugar são a continuação destas águas”.

Vivendo de maneira simples, o povoado de Joselândia enfrenta alguns problemas de cunho socioambiental. Surpreendentemente na dinâmica de inundação, um momento de exuberância da natureza, “implica para estas populações a escassez de água saudável para o consumo humano, constitui um veículo transmissor de doenças que interliga sistemas de abastecimento e armazenagem de água com pocilgas” (PIGNATTI; CASTRO, 2008, p. 90). Pois, as águas que inundam essa região, transportam uma série de materiais e substâncias tóxicas prejudiciais à saúde humana oriundos das fontes rio acima.

Nos primeiros contatos, os moradores da comunidade de São Pedro não descreveram a existência de muitos problemas relacionais à saúde e ao ambiente. Contudo, foi possível perceber algumas ações impactantes que afetam o viver desses habitantes (figura 5.6), como por exemplo: o resíduo sólido (na queima de lixo), a produção de suinocultura (no período da cheia os chiqueiros são inundados levando os dejetos para os locais que coletam água), o desmatamento no entorno da comunidade, o *chorume* do cemitério (que pode estar contaminando os poços d’água). A questão que tange sobre o saneamento básico em São Pedro é precária, os dejetos humanos são depositados nos fundos dos quintais dos moradores ou em fossas, que, em época de inundação, sofrem infiltração. Observamos que a maioria das residências utiliza-se de poços rasos para abastecimento de água, com frequência salobra e com sedimentos, que em épocas de cheia podem sofrer desmoronamento.

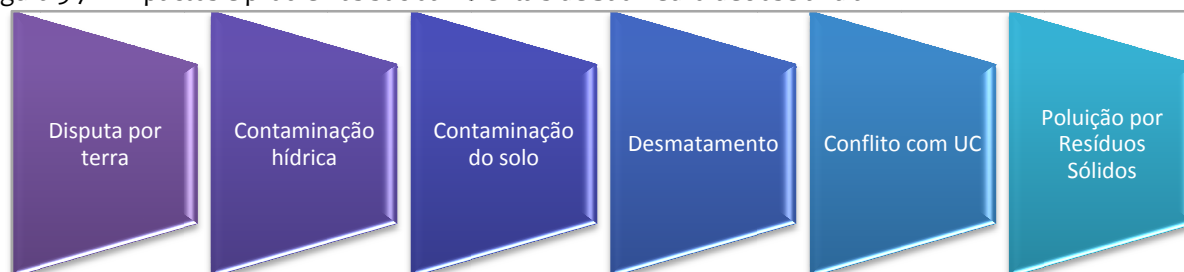
Figura 5.6 – Alguns impactos Ambientais identificados em São Pedro de Joselândia.



Fotos do arquivo da pesquisadora.

Após um diálogo mais estreito com a comunidade, os moradores ofereceram alguns dos enfrentamentos vividos no dia a dia (figura 5.7). Descrevendo como os problemas ambientais que afetam as paisagens naturais e culturais do local.

Figura 5.7 – Impactos e problemas socioambientais de São Pedro de Joselândia



Organização: Jaber, M. (2011).

Relataram as dificuldades no acesso à terra, devido aos altos preços, ao cercamento e à expansão de grandes fazendas. Áreas que eram de uso coletivo, agora estão privatizadas nas mãos de grandes fazendeiros. Conforme evidenciam as narrativas registradas durante as pesquisas de campo (abril/2011).

“Aqui cada um tinha um pedacinho para plantar e seguíamos a vida acompanhando as águas. Agora quase tudo já tem dono” (Morador de São Pedro de Joselândia).

“Muitas das áreas de São Pedro de Joselândia foram sendo ocupadas, foram sendo cercadas. Antes ninguém pensava em fazer isso, depois foram vindo os fazendeiros, chegando e cercando e algumas pessoas da comunidade foram fazendo isso também, alguns ficaram de fora. (Morador de São Pedro de Joselândia)

Muitos narraram que estão prensados entre grandes fazendas, localizadas nas terras mais altas e as áreas mais baixas do Pantanal, áreas de inundação e de uso comum, onde fica o gado dos moradores de Joselândia em época de seca. Na cheia, a roça é inundada, com prejuízo da colheita caso a chuva chegue mais cedo, e o gado perde

espaço de proteção nas terras altas, agora impossibilitadas de uso, pela desativação de antigas fazendas e pelo alto preço do arrendamento de terras para as condições do pequeno produtor.

Ligada a essa questão de disputa pela terra, alguns moradores apontaram a criação da RPPN SESC-PANTANAL como um problema. Segundo as narrativas a criação da RPPN (que englobou quatro grandes fazendas da região) dificultou em alguns pontos a vida da comunidade, dentre eles: muitos perderam a possibilidade de aumentar a renda trabalhando temporariamente nas fazendas e o local para colocar o gado em épocas de cheia (a área da RPPN é mais alta que a área da comunidade).

É relevante registrar que alguns dos entrevistados avaliaram a instalação da RPPN Sesc-Pantanal como positiva. Os motivos apontados foram justamente na geração de emprego, mas sobretudo no apoio a projeto como a produção de mel de abelha na comunidade de Pimenteira ofertado pelo SESC à comunidade. Além disso, são realizados programas pontuais como curso de pinturas para as mulheres, instalação da biblioteca, horta comunitária na escola e aproveitamento de frutas nativas para melhorar a renda.

Outros impactos têm alterado o modo de vida na comunidade, nas observações diretas percebemos que as roças estão avançando para as áreas protegidas, além disso, existe extração de madeira na área do cambarazal destinada ao comércio na capital de Cuiabá (uma área de vegetação nativa que a comunidade escolheu como área de proteção ambiental). Apesar da vivência dos habitantes de São Pedro, que durante muito tempo souberam preservar seu patrimônio, são necessárias ações educativas que possam sensibilizar a população, para a valorização da cultura, com uma relação mais cuidadosa com a fauna e flora do local.

Uma característica dos moradores deste lugar é a persistência, pois o pantaneiro e a pantaneira não se esmorecem diante da adversidade, sobretudo, na época da cheia. Ao contrário, pulsam alegria e afirmam que aprenderam a viver seguindo o fluxo das águas, percebemos a relação inerente desse povo com as águas, assim, ao comprometer a dinâmica de inundação deste *habitat*, comprometerá também a vida e os hábitos dos habitantes.

5.3 - CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS PROVOCADOS PELOS DESMATAMENTOS



Matar e desmatar caminham juntos no mundo-moderno-colonial.

Carlos Walter Porto-Gonçalves

No processo de escuta durante os Seminários de Mapeamento Social e no decorrer das entrevistas realizados nesta pesquisa, o desmatamento foi uma questão recorrente e incessantemente abordada, por afetar diretamente o modo de vida dos grupos sociais mato-grossenses. É apontado como uma forte mola propulsora de conflitos socioambientais acirrados pela manutenção da biodiversidade, ocupando 20,27% das respostas dos entrevistados.

Os habitantes das TI Paresi, Ponte de Pedra, Apiaká/Kaiabi, Panará, Erikbatsa, Marãiwatsédé e outras etnias que vivem na TIX, denunciam as dificuldades em proteger seus territórios e o entorno contra o desmatamento ilegal que adentra sorrateiramente. Enfrentam o mesmo problema os moradores dos Projetos de Assentamentos Nova Esperança, Filinto Muller, Nova Maringá e Antonio Conselheiro que narram os constantes confrontos com fazendeiros.

Durante o II Seminário de Mapeamento Social, no momento da socialização dos GT (povos do Pantanal, do Cerrado, retireiros, agricultores familiares e indígenas), o desmatamento foi apontado como uma forte causa dos conflitos socioambientais por todos os GT, os trechos transcritos abaixo evidenciam a dimensão dos conflitos gerados por esta prática:

“É um abuso o que eles estão fazendo no Pantanal. Estão desmatando, fazendo estradas particulares, acabando com os bichos e com a gente” (Pantaneira, Cáceres, RP 07)

“Temos muitos conflitos na minha região, primeiro com os fazendeiros, grileiros e madeireiro desmatando até dentro da reserva extrativista”. (Seringueiro, Colniza, RP 01)

“Na nossa região temos muito desmatamento que continua avançando sobre as áreas de fragmentos de floresta. Também temos a degradação dos solos uma das consequências dos desmatamentos. As APPs também foram desmatadas. As consequências disso geram conflitos pela falta de água. O proprietário maior dá um jeito coloca poço artesiano e o pequeno produtor como faz?” (Militante da CPT, Colíder, RP 02).

Os impactos ambientais provocados por esta atividade são sentidos tanto na escala global quanto na escala regional e local. Na escala global, essas alterações são responsáveis por mudanças climáticas, como o aumento da temperatura do planeta, mudanças na composição química da atmosfera (aumento da concentração de CO₂ e outros gases), mudanças no ciclo hidrológico, entre outras. No Brasil, o desmatamento, juntamente com as queimadas, é responsável por uma grande quantidade de emissão de CO₂ na atmosfera, maior que as emissões do parque industrial e da frota de veículos do País (BERNARDES, 2004).

Os desmatamentos proporcionam impactos ambientais severos, tais como: a fragmentação das paisagens, a perda da biodiversidade, a exposição do solo, o assoreamento dos rios, a redução do regime de chuvas, comprometem os importantes ciclos naturais e alteram as funções ambientais e os serviços ecossistêmicos. Da mesma forma, implicam na perda de qualidade de vida das populações locais que têm sua base de vida totalmente ligada aos ambientes naturais.

Alencar et al. (2004, p. 09), descrevem que o desmatamento pode ocorrer por vários motivos sendo um fenômeno de natureza complexa que não pode ser atribuído a um único fator. Para esses autores, a exploração seletiva e predatória de madeiras nobres funciona como o ponto de partida do desflorestamento. Milhares de quilômetros de estradas clandestinas são abertas na mata, viabilizando a expansão das migrações e da grilagem de terras públicas, assim como de projetos de colonização e de pecuária extensiva. Como ressaltamos no capítulo anterior, este ciclo vicioso segue com a agricultura intensiva – especialmente a ligada ao agronegócio da soja.

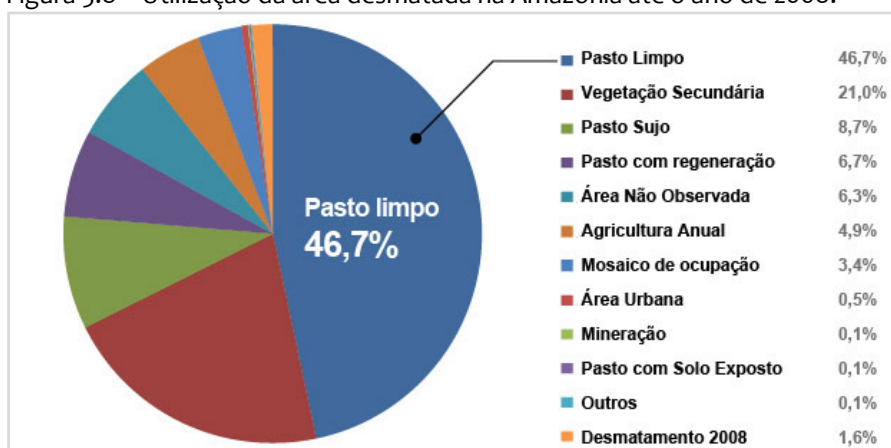
Diante dos índices é possível perceber a ligação entre o aumento das áreas de agricultura e da pecuária com o aumento das áreas desflorestadas. Mas, segundo Fearnside (2005, p. 113) “a criação de gado ainda é a causa predominante. As fazendas de médio e grande porte são responsáveis por cerca de 70% das atividades de desmatamento”.

Todavia, é preciso considerar, entre as causas do desmatamento, o papel indutor do próprio Estado que, ao promover a implantação de grandes obras de infraestrutura sem o necessário planejamento da ocupação do território, acaba sendo um dos fortes fatores da promoção do desmatamento. “Assim se caracteriza a contradição entre essas

políticas estruturais, que empurram os índices para cima, e as medidas emergenciais de pouca eficácia que visam reduzi-los” (ALENCAR et al., 2004, p. 10).

Essas informações foram confirmadas por meio dos resultados recentemente publicados do projeto *TerraClass*, desenvolvido pelo INPE e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Este estudo promoveu o levantamento das informações de uso e cobertura da terra na Amazônia, com objetivo de realizar a qualificação, a partir de imagens orbitais, das áreas já desflorestadas da Amazônia Legal brasileira. Dentre os resultados obtidos, pode-se destacar que nas áreas desflorestadas na Amazônia até o ano de 2008, correspondente a 719 mil Km² (ou seja, 17,5% da Amazônia brasileira já foram desmatados), a cobertura de maior abrangência está associada às áreas de pastagem, totalizando aproximadamente 447 mil Km², distribuídos em 335 mil de pasto limpo, 63 mil de pasto sujo, 48 mil de regeneração com pasto e 594 Km² de pasto com solo exposto. As áreas de agricultura anual totalizaram 35 mil Km² e as áreas de vegetação secundária totalizaram 151 mil Km² (INPE; EMBRAPA, 2011, p. 03). Os resultados de como é utilizada a área desmatada na Amazônia até o ano de 2008, podem ser verificados no gráfico da Figura 5.8.

Figura 5.8 – Utilização da área desmatada na Amazônia até o ano de 2008.



Fonte: Adaptado de INPE; EMBRAPA, 2011, p. 16.

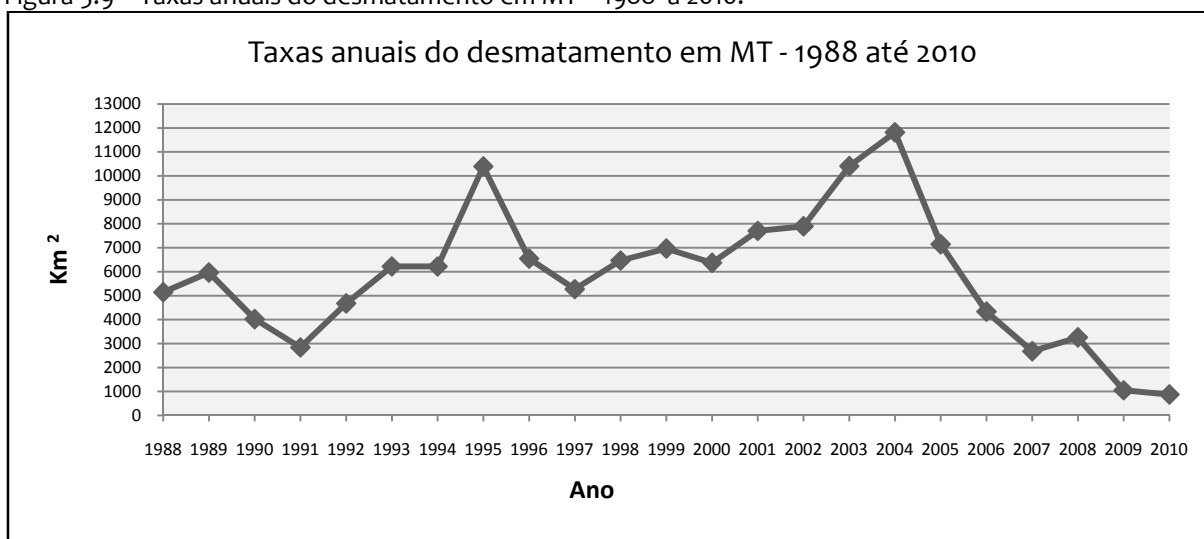
Segundo o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Mato Grosso - PPCDQ/MT (SEMA, 2009), elaborado pelo governo do Estado no ano de 2009 com medidas de controle ao desmatamento, os Estados de Rondônia, MT e Pará respondem por mais de 80% do total desmatado na Amazônia. Dentre estes três Estados, MT destaca-se nos índices, é o campeão dos Estados brasileiros em desmatamento acumulado.

Paralelamente a isso, podemos observar que o rebanho bovino passou de 9 para cerca de 27 milhões de cabeças entre 1990 e 2005, mantendo um ritmo de crescimento médio de aproximadamente 7,5% ao ano ao longo de todo o período. Em 2006, também houve uma ligeira redução para 26 milhões de cabeças (SEMA, 2009, p. 12). Micol et al. (2008) mostram que a área total desmatada em regiões de pecuária tem aumentado de forma proporcional ao crescimento do rebanho bovino.

Com uma contribuição bem menor, porém significativa nos índices de desmatamento, encontram-se os assentamentos rurais. Até 2002, a área total de assentamentos rurais na Amazônia era de 230.858 km², equivalente a 1.354 assentamentos, concentrados ao longo das principais rodovias e do Arco do Desmatamento (BRANDÃO JÚNIOR; SOUZA JÚNIOR, 2006). Estes autores ao analisarem as áreas desmatadas nos assentamentos da Amazônia, concluíram que a área total desmatada nos assentamentos criados até 2002 é de 106 mil Km², ou seja, 46% da área total dos assentamentos. Isso representa 15% do desmatamento total da Amazônia (2006, p. 07). Os assentamentos em MT são resultados da luta pela reforma agrária, da conflitualidade entre campesinato e agronegócio que disputam as terras agrícolas. São, muitas vezes, criados pelo INCRA sem licenciamento ambiental, sem orientação e assistência técnica aos assentados para o melhor uso daquele território.

Na Figura 5.9 podemos observar as taxas do desmatamento em MT de 1988 a 2010, verificamos que as mesmas oscilam devido aos incentivos (ou não) das *driving forces*. Os picos observados nos anos de 1995 e 2004 (neste ano MT foi responsável por 76% da área desmatada da Amazônia Legal), “coincidem com a entrada do Estado no processo globalizado de comercialização de *commodities* agrícolas com um grande aumento na produção de grãos e carne” (AZEVEDO, 2009, p.105). Especificamente no ano de 2004 esse aumento foi, em grande medida, explicado pelos aumentos no preço da soja e em outros fatores econômicos associados. Sobretudo, o ambiente político no Estado pode ter contribuído para essa euforia, haja vista, o projeto produtivista almejado pelo então governador, maior produtor de soja individual do mundo.

Figura 5.9 – Taxas anuais do desmatamento em MT – 1988 a 2010.



Fonte dos dados: PRODES - INPE (2011).

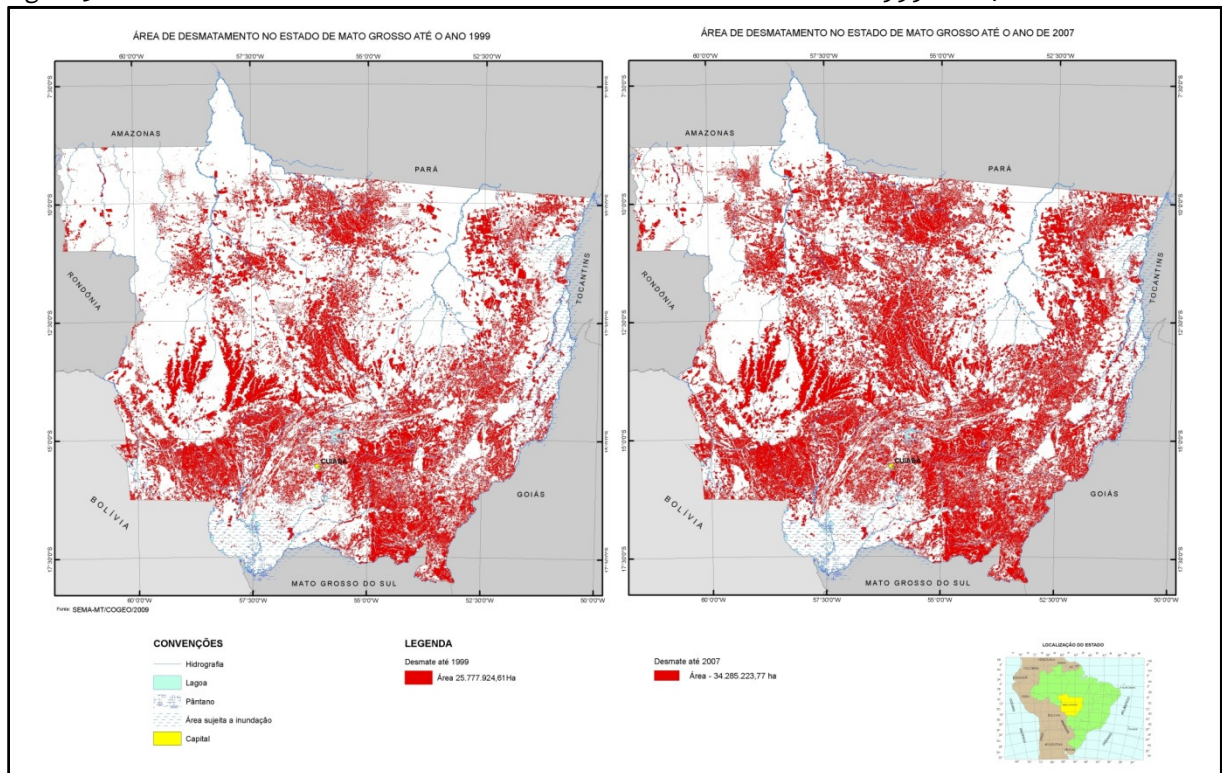
Organização: JABER, M., 2011.

A partir do ano de 2005 até 2010 nota-se uma redução nos índices de desmatamento, segundo a Sema (2009), essa queda justifica-se pelas medidas de prevenção, monitoramento e controle do plano nacional de controle ao desmatamento, além disso, as diversas operações conjuntas entre Ibama e Polícia Federal nos Estados com maiores índices de desmatamento, entre eles MT, Pará e Rondônia.

Entretanto, em 2011 os dados do Deter/INPE (Detecção de desmatamento em tempo real), registraram um aumento significativo de áreas desmatadas em relação a 2010. Somente entre agosto de 2010 e abril de 2011 o desmatamento aumentou em 43% em MT (INPE, 2011), além disso, entre os meses de março e abril de 2011 foi detectado, pelo INPE, o desflorestamento de 593 km² na Amazônia. Só o Estado do MT foi responsável por mais de 80% deste percentual, o Estado desmatou 480,3 km² em apenas dois meses (INPE, 2011). A nosso ver, não há como negar a forte vinculação desses números recentes com os processos de discussão da votação para a reforma do código florestal e com a recente aprovação do projeto de ZSEE em MT.

De acordo com dados até 1999 o desmatamento absoluto em MT representava 25.777.924,61 ha, esta área subiu para 34.285.223,77 ha desmatados até 2007 (SEMA, 2009). Em sete anos (1999-2007) a área desmatada foi de mais de 8 milhões de ha. Foi desmatado, em média, 1,2 milhão de ha por ano (Figura 5.10).

Figura 5.10 -- Áreas de desmatamento acumulado em Mato Grosso no ano de 1999 e 2007.



Fonte: ADAPTADO de SEMA/COGEO, 2009.

Mascarado com a faceta de melhoria na qualidade de vida, nos municípios em que as atividades como a extração de madeira, a pecuária extensiva e a monoculturas são mais intensas, por certo, o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são maiores. Contudo, esse aumento é ilusório, afinal, nestes mesmos locais, o índice que reflete a desigualdade de renda (GINI) também é maior.

Rodrigues et al. (2009, p. 1435) analisando diferentes estágios do desmatamento em 286 municípios da Amazônia, encontraram um “boom-and-bust” nos níveis do IDH. Comprovaram que o índice aumenta quando o desmatamento inicia, todavia, tem um forte declínio na medida em que o ciclo evolui para outras etapas. Após essa etapa de desmatamento, os níveis de desenvolvimento humano são similarmente baixos, como antes de se iniciar a exploração madeireira e, em alguns casos, ainda mais baixos.

A implicação dessa dinâmica tem sido a homogeneização econômica e o autoritarismo social no processo de ocupação do território mato-grossense. O modelo de desenvolvimento implantado não é sustentável, favorece um pequeno segmento da população, deixando um contingente populacional que fica à mercê dos benefícios e das políticas públicas. Os que permanecem em seus territórios resistem e enfrentam conflitos

socioambientais extremos, os que são expulsos vão para os grandes centros e são incorporados às áreas de periferias.

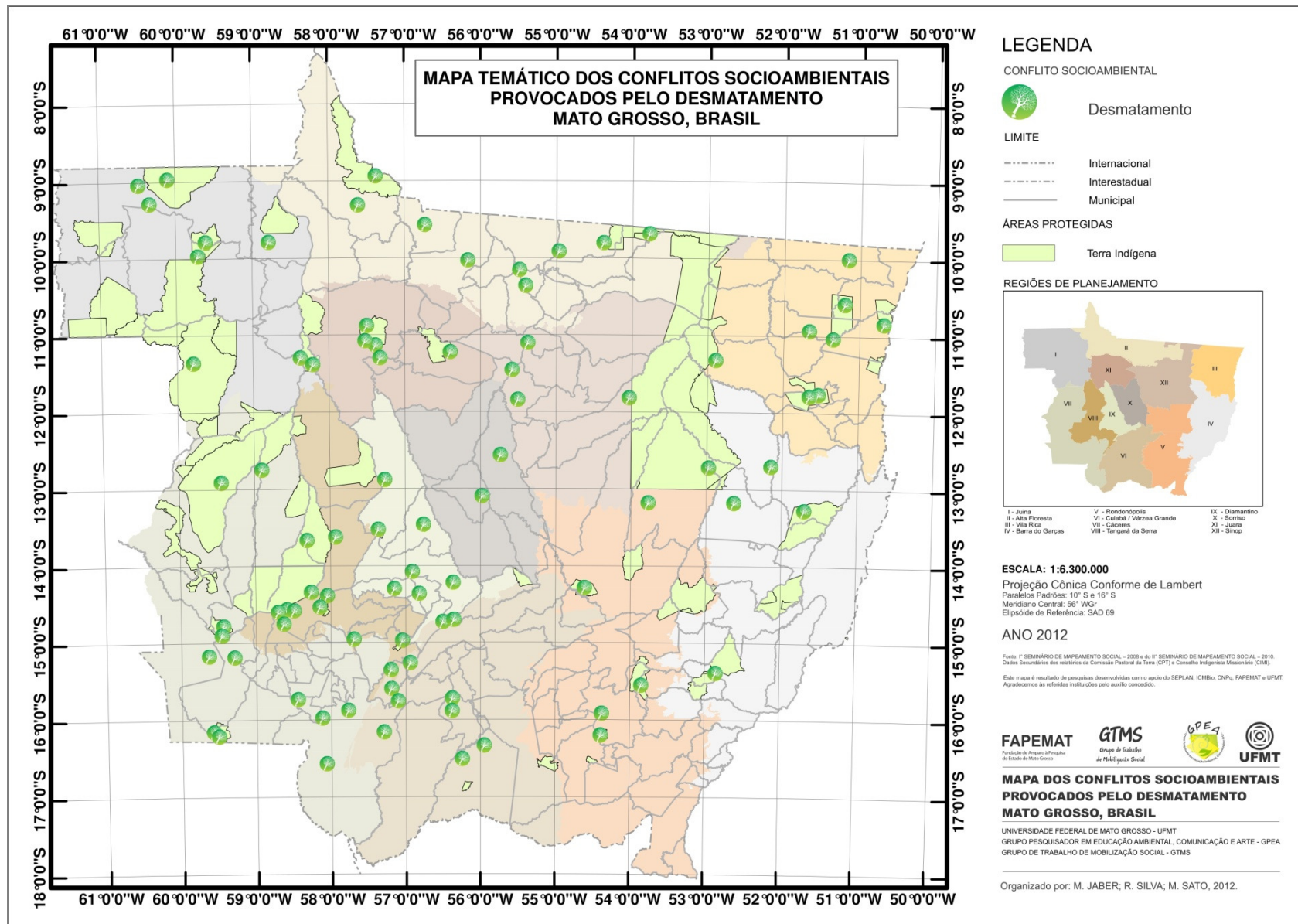
Considerando esses dados, podemos verificar que do total de área desmatada até o ano de 2007 (34.285.223,77 ha), foram desmatados exclusivamente no bioma Cerrado 16.484.926,17 ha, o que corresponde a 46,45% da área deste bioma em MT. Somente no bioma amazônico foram desmatados 16.398.466,39, o que representa aproximadamente 35% das áreas originais. No Pantanal foram desmatados 23% de seu domínio, totalizando em ha 1.404.590,85 (SEMA, 2008).

O bioma Cerrado, como antes aconteceu com a Mata Atlântica, erroneamente é visto como um “embaraço de árvores tortas” que deve ser superado, é divulgado como ecossistema de solo pobre que pode ser “corrigido” para ser útil à monocultura e é, amplamente, apresentado como o “celeiro do mundo”.

A expansão da fronteira agrícola, normalmente, desconsidera as riquezas da biodiversidade deste bioma, os importantes serviços ecossistêmicos fornecidos, especialmente, nos aspectos hidrológicos. Além disso, ignoraram e desprezam a população local com seu modo peculiar de vida. Concordamos com Leroy (2005, p. 35) quando afirma que “estamos praticando genocídios culturais neste País. Despir as pessoas de sua cultura também é uma forma de exclusão da condição humana”.

Como as áreas disponíveis do Cerrado começam a chegar ao limite, a pressão por novas áreas no norte e noroeste e nordeste de MT aumenta progressivamente, o que significa um avanço da fronteira agropecuária em direção à floresta amazônica. Isso pode ser observado na sobreposição do mapa do desmatamento de MT, com os focos de conflitos socioambientais indicados pelos sujeitos desta pesquisa (figura 5.11), percebemos uma forte concentração de conflitos provocados por desmatamento nas RP 01, 03 e 11, regiões essas com predomínio da floresta amazônica. Os municípios pertencentes a essas RP compõem o arco do desmatamento, onde ocorrem as mais elevadas taxas de desflorestamento na Amazônia brasileira.

Figura 5.11 – Mapa temático dos conflitos socioambientais provocados pelo desmatamento. Org. M. Jaber; M. Sato; R. Silva, 2012.



Dentre os GT que debateram os conflitos socioambientais, o GT dos povos indígenas destaca-se nas denúncias e na luta contra o desmatamento que afetam drasticamente o seu modo de vida. Lamentaram e posicionaram radicalmente contra o devassamento que existe no entorno das TI, e, foram ainda incisivos contra a invasão sorrateira que consome seus territórios, que se dá na prática ilegal de retirada de madeiras. A seguir, apresentamos algumas informações sobre a prática do desmatamento em TI.

5.3.1 - O DESMATAMENTO NAS TERRAS INDÍGENAS MATO-GROSSEENSES

“A gente defende para não desmatar, mas as matas não tão existindo mais” (Indígena Kayabi, Município de Apiacás, RP 02).

As TI têm cumprido papel fundamental na conservação ambiental. A cosmologia indígena da origem, da permanência e as compreensões sobre a vida social estão em estreita relação com a natureza; o que as fazem elos fundamentais na conservação e no manejo adequado ao ambiente. As imagens de satélite evidenciam isso, pois as áreas com vegetações mais densas são TI ou UC. De acordo com o Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia brasileira (FILHO; SOUZA, 2009), 98,4% de área total das TI na Amazônia estão preservadas. O desmatamento dentro delas corresponde a 1,3% do desmatamento amazônico total.

Entretanto, nos últimos anos as TI vêm sofrendo grandes pressões por possuírem enorme quantidade de madeira, águas, minérios e terras. Elas estão mais vulneráveis onde há maior facilidade de acesso. As narrativas dos povos indígenas durante as entrevistas apontam casos de invasão das terras por grileiros, agricultores e pecuaristas; casos de pesca e caça predatória, de garimpo ilegal, mas, sobretudo, registraram inúmeros casos de desmatamento ilegal, tanto por madeireiros, quanto por agricultores.

“Há 30 anos, você chegava à nossa terra só via mata. Demorava muito só via Cerrado. Hoje, asfalto passa na porta da aldeia. Saindo da nossa divisa, chegamos à lavoura de soja e algodão. Da aldeia enxergamos grandes armazéns”. (Indígena Manoki, Município de Brasnorte, RP 08).

“Ficamos presos numa ilha sem poder fazer quase nada”. (Indígena Manoki, Município de Brasnorte, RP 08).

Essas denúncias foram feitas por diversas etnias que habitam diferentes TI, sendo algumas delas: os Xavante das TI Marãiwatsédé e São Marcos, os Kayabi da TI Apiaká-Kayabi, os Rikbatsas da TI Japuira, os Irantxe-Manoki da TI Manoki, os Kamaiurá da TIX e também os povos Panará, conforme narrativa abaixo.

“Nesse mês [setembro 2010] os madeireiros invadiram nosso território, ninguém sabia de nada, ninguém sabia que eles estavam lá dentro, saíram com quase 100 caminhões. Chamamos Polícia Federal, chamamos IBAMA, FUNAI e não aconteceu nada. Aí nós mesmos Panará guerreiros invadimos com 30 guerreiros o acampamento deles e pegamos trator, os brancos, motosserras e prendemos tudo. A gente não pode depender de outra pessoa, não pode. Esse é o nosso pensamento, e pensamento não é igual. Esse é o nosso pensamento, nós mesmos temos que brigar pelo o que é nosso. A gente tem que cuidar muito, o homem branco só quer lucrar”. (Indígena Panará, município de Peixoto de Azevedo, RP 02).

Um foco de conflito considerado gravíssimo em TI é vivenciado pela etnia Tapirapé da TI Urubu Branco (situada nos municípios de Confresa, Porto Alegre do Norte e Santa Terezinha), RP 03. O conflito ocorre em virtude da permanência de invasores na área norte do território indígena, que continuam a depredar a área. Vieira (2011a), nos alerta que os Tapirapé, cansados de verem os invasores desmatando para a retirada de palanques para seus currais e venda de madeira ilegal, apreenderam algumas cabeças de gado, arma, motosserra e um trator dos invasores.

A arma foi entregue, posteriormente, à Polícia Federal que esteve na área. O gado e o trator permanecem sob a guarda da comunidade, à espera da solução para as repetidas invasões. A reação dos Tapirapé ao processo de esbulho de seu território resultou em ameaças às lideranças. Hoje há três lideranças que receberam ameaças de morte via telefone. Parece que, mais uma vez, os Tapirapé dão sinais claros de que querem uma solução e a Paz, mesmo que isso signifique muita luta de resistência à invasão de seu território. Espera-se que, concretamente, ações sejam efetivadas no sentido não só de garantir a segurança do povo e de suas lideranças, mas que o motivo principal do conflito - a invasão da terra indígena - seja sanado. (VIEIRA, 2011a, comunicação eletrônica).

Mais de 93% do desmatamento identificado nas TI são de origem externa (FILHO; SOUZA, 2009). O ataque a esses refúgios ecológicos denota perda da biodiversidade, sobremaneira, significa genocídio contra os povos indígenas, já que seu modo de vida está intrinsecamente ligado à natureza. Podemos afirmar que o desmatamento provoca diversos impactos ambientais e sociais, em se tratando dos povos indígenas um dos impactos que vem gradativamente afetando a saúde desses grupos é o afugentamento

dos animais, com isso, muda-se os hábitos alimentares, registrando em algumas etnias um alto índice de diabetes e hipertensão, principalmente nas terras mais desmatadas, por passarem a ingerir outros tipos de alimentos.

“Quando vamos caçar e pescar, vemos que o córrego está seco e os animais sumiram. Queria lugar pra caçar, ter água, se não tiver isso não tem como viver. Tem que ter chuva, sem chuva não tem como plantar. A mata que chama a chuva, sem mata, ficamos sem chuva e sem comida”. (Índigena Xavante, município de Canarana, RP 04).

As denúncias do desmatamento em TI são também apresentadas no “relatório de violência contra dos povos indígenas no Brasil de 2010”, publicado pelo CIMI, que assinala que em 2010, MT é o que aparece com mais casos sobre extração ilegal de madeiras e invasão de terras. Segundo este relatório em MT “cerca de 100 áreas indígenas e 20 UC foram invadidas para a retirada irregular de madeira. A Polícia Federal constatou que só nos dois últimos anos foram extraídos mais de 1,7 milhão de metros cúbicos, correspondendo a mais de 9 milhões de reais” (CIMI, 2011, p. 57). O desmatamento é uma severa ameaça também aos povos indígenas isolados, pois se encontram cada vez mais cercados por áreas abertas, com isso, são obrigados a migrarem e, por vezes, acabam invadindo terras de outras etnias indígenas.

De acordo com o ISA (2007, p. 25), nas cabeceiras do Xingu (que ficam no entorno da TIX) 3,4 milhões de ha foram desmatados até o ano 2000, o que representa 19% deste território. Com a intensificação da produção agropecuária, entre os anos 2000 e 2007, mais 2,3 milhões de ha foram desmatados. Somente nesta região existe um passivo ambiental de 300 mil ha em APP decorrente de um rápido processo de ocupação no final da década de 1970, com a expansão da agropecuária. O limite degradado com este dano ambiental é considerado áreas de recargas hídricas, com várias nascentes e solo frágil.

A partir da abertura das rodovias BR-163, BR-158 e Transamazônica, o processo de ocupação nesta região intensificou-se nos últimos 40 anos. No final da década de 90, a produção de grãos, sobretudo de soja, ganhou força na região das cabeceiras do Xingu, considerando as condições favoráveis de solo, relevo e regime pluviométrico, deflagrando um processo de conversão das fazendas de pecuária em lavouras de soja (FILHO; SOUZA, 2009). A pecuária é considerada a grande força motriz da degradação da Amazônia, pois sempre foi a maneira mais fácil para simular posse legal de terra e

produtividade. De tal forma que desmatamento, grilagem de terras e pecuária são atividades praticadas em concordância, de forma conjunta e articuladas.

“O fazendeiro veio falar com a gente Panará, falaram assim: a gente quer alugar pasto aí na terra de vocês. Aí nós perguntamos, mas por que você quer alugar pastos aqui? Ele respondeu: porque tem muito gado, o gado está sobrando. Aí eu falei: Eu não mandei você ter tanto gado, ninguém mandou. Aqui não é permitido, não queremos dinheiro nem favor de fazendeiro”. (Indígena Panará, município de Peixoto de Azevedo, RP 02).

Um leque de questões pode ser apontado como justificativa para essa lamentável realidade, dentre elas, a ausência de políticas públicas que garantam um monitoramento efetivo dessas áreas. Entretanto, essa não pode ser considerada a única saída para conter o desmatamento em TI como muitas vezes tem sido afirmado, pois, a dinâmica territorial da devastação é induzida por vetores específicos originados, em grande parte, pelas *driving forces* promovidas pelos gestores governamentais. Segundo o Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira (FILHO; SOUZA, 2009):

o Estado está presente na Amazônia, mas de forma esquizofrênica: enquanto tenta, a muito custo, tirar do papel ações ainda incipientes de controle do desmatamento, financia – por meio de instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), outros bancos regionais e estaduais – atividades que estão destruindo a maior floresta tropical do planeta. Empreendimentos de infraestrutura e agropecuária custeados com dinheiro público são responsáveis por grande parte do desflorestamento na Amazônia.

A narrativa do indígena da etnia Mundurucu traduz bem essa esquizofrenia, no paradoxo inexorável de ter o próprio governo como o agressor socioambiental de MT.

“O governo fala que vai proteger as TI, mas o governo destrói muito a natureza. Desmatam, fazem as PCHs que prejudicam a natureza, e projetam desvio para o peixe subir, mas o peixe não sobe”. (indígena Mundurucu, Município de Apicás, RP 02).

Segundo Ferreira e Salati (2005, p. 25) “uma nova frente se estabelece a expensas de vegetação primária e de invasão de UC e de TI, essa nova ordem de devassamento se expressa principalmente pelo recrudescimento dos conflitos de terra e também pelo crescimento desordenado das cidades”. Podemos perceber essa questão na lista das TI com maior extensão de áreas desmatadas em MT, sistematizados no Quadro 5.2, constatamos que as RP 03 e 01 são os locais que enfrentam, neste momento, o avanço do desmatamento com a indústria madeireira e a agropecuária, com isso a área desmatada dentro das TI dessas regiões tendem a aumentar progressivamente.

Quadro 5.2 -- Lista das TI com maior extensão de áreas desmatadas em MT.

RP	Terra Indígena	Etnias*	Área	Total desmatado até 2010(%)**	Pressões e Ameaças***
03	TI MARÃIWATSÉDÉ	Xavante	1663.3	998.8 (69.9%)	Desmatamento. Tem 90% de seu território ocupado ilegalmente Invasão para retirada ilegal
03, 04, 05, 12,	TIX	Aweti, Yudja, Kalapalo, Kamaiurá, Kaiabi, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Kisêdjê, Trumai, Ikpeng, Wauja, Yawalapiti, Nahukuá, Naruvotu e Tapayuna	26366.1	371.6 (1.8%)	Enfrentam vários problemas com os invasores dentro da TI retirando ilegalmente madeiras, promovendo o desmatamento, retirada ilegal de minérios, pesca predatória e comprometendo todo o entorno com uso abusivo de agrotóxicos e destruição dos mananciais.
08	TI MANOKI	Iranxe Manoki	2069.8	369.1 (18.5%)	Enfrentam vários problemas com os invasores dentro da TI retirando ilegalmente madeiras. Além disso, as práticas das queimadas e o mais grave que os indígenas registraram plantio de soja dentro da TI feita por terceiros.
03	TI URUBU BRANCO	Tapirapé	1698.8	292.8 (24.8%)	Retirada ilegal de madeiras e queimadas. Invasores, que já haviam sido retirados e indenizados tornaram a invadir a área que já está demarcada e homologada.
01	TI ZORO	Zoró	3634.5	188.3 (5.2%)	Desmatamento, retirada ilegal de minérios e pesca predatória
07	TI VALE DO GUAPORÉ	Nambikwara	2449.7	165.7 (8.0%)	Desmatamento e retirada ilegal de minérios
11	TI BATELÃO	Kayabi	1225.9	116.3 (13.0%)	O povo Kayabi foi retirado de seu território no ano de 1966. Mas, com passar dos anos, os Kayabi retornaram para território tradicional Batelão que estava ocupado por não indígenas.
01	TI PIRIPKURA	Isolados Tupi Kawahib	2420.7	95.8 (4.0%)	Invasão para retirada ilegal e grilagem de terra
03	TI WAWI	Kisêdjê Tapayuna	1479.6	79.5 (6.1%)	TI muito próxima ao PIX e enfrenta os mesmos problemas
01	PI ARIPUANÃ	Cinta-larga	15950.0	56.5 (0.4%)	Desmatamento e retirada ilegal de minérios
02	TI CAPOTO/JARINA	Kayapó, Metyktire e Tapayuna	6349.6	53.2 (1.1%)	Invasão para retirada ilegal de madeira
07	TI SARARÉ	Nambikwara	689.7	52.4 (9.1%)	Desmatamento, retirada ilegal de minérios, invasão por grileiros e sofre ameaças dos fazendeiros do entorno.
04	TI PEQUIZAL DO NARUVOTU	Naruvotu	279.2	50.7 (20.7%)	Desmatamento, áreas com plantio de soja dentro da TI
01	TI JAPUÍRA	Rikbaktsa	1501.1	48.6 (3.3%)	Pesca predatória
01	KAWAHIVA DO RIO PARDO	Isolados do Rio Pardo	4148.7	43.2 (1.0%)	Desmatamento, retirada ilegal de minérios, invasão por grileiros
07	TI PORTAL DO ENCANTADO	Chiquitano	432.8	38.5 (23.6%)	Pressão mineraria, desmatamento e queimadas.
11	TI APIAKA-KAYABI	Apiaká, Kaiabi Munduruku	1068.5	33.6 (3.5%)	Invasão para retirada ilegal e grilagem de terra
01	TI ARIPUANÃ	Cinta-larga	7740.8	33 (0.4%)	Desmatamento e retirada ilegal de minérios
05	TI JARUDORE	Bororo	44.8	19,8 (55,80%)	Invasão da TI por invasores, fazendeiros que extraem madeira e plantam soja

Fonte:*Silva (2011), **PRODES-INPE (2011), *** II Seminário de Mapeamento Social e Relatório de Direitos Humanos e da Terra de MT (2011).

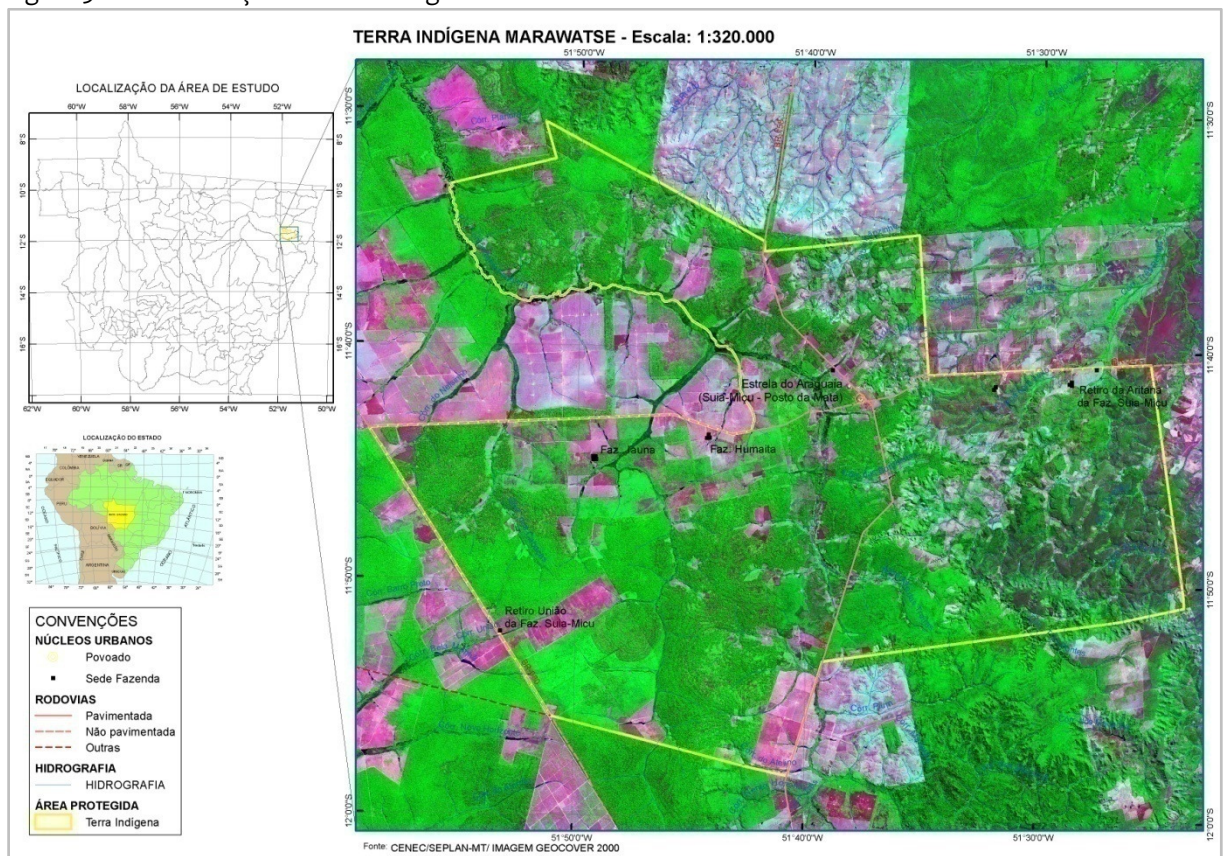
Organização: JABER, M., 2011.

5.3.2 - TERRA INDÍGENA MARÃIWATSÉDÉ

Um dos casos mais emblemáticos da pressão sofrida pelos povos indígenas em MT por invasão e desmatamento é a TI *Marãiwatsédé*. A área demarcada desta TI é de 165 mil ha e, infelizmente, é considerada a TI mais desmatada do Brasil, com cerca de 70% do território já devastado. *Marãiwatsédé* (mata perigosa) é habitada pelo povo Xavante, que vive em uma área limitada de 15 mil ha com sérios problemas de escassez de fontes naturais para a manutenção de suas vidas, o restante do território está tomado ilegalmente por fazendeiros e invasores, majoritariamente, criadores de gado e produtores de soja que exaurem o ambiente e acum e ameaçam os Xavante, primeiros habitantes daquela área.

Localizada na região nordeste de MT (figura 5.12), abrange parte da zona central do Cerrado brasileiro, formando um grande ecótono de Cerrado e Floresta Amazônica, ocupa parte dos municípios de Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia e Bom Jesus do Araguaia.

Figura 5.12 -- Localização da Terra Indígena Marãiwatsédé - MT.



Organizado por: JABER, M; SATO, M.; SILVA, R., 2011.

Com a construção da rodovia Belém/Brasília, no início da década de 1960, as áreas tradicionais dos Xavante foram tomadas por colonizadores liderados por Ariosto da Riva e transformada em um megalatifúndio de 1 milhão de ha para abrigar a maior área contínua de criação de gado do mundo – a fazenda Suya-Missu (recebeu este nome por causa do rio de mesmo nome que a corta a área e deságua no Xingu). Em 1967, os índios foram “transferidos” para a reserva São Marcos (CIMI, 2010). As dificuldades de adaptação em outro território, o contato com os não índios e a contrariedade pela expulsão de suas terras contribuíram para exterminar quase a metade do grupo.

Depois do fracasso do projeto agropecuário iniciado por Riva, as terras da Suya-Missu, passaram ao controle da corporação italiana AGIP Petrolí. Em 1992, em meio às várias discussões que marcaram a Conferência Mundial do Meio Ambiente (ECO 92), no Rio de Janeiro, representantes desta empresa comprometeram-se, após pressões internacionais, a devolver a área ao povo Xavante. Enquanto tramitava a formalização do acordo de devolução das terras da FUNAI com a AGIP, ocorreu um movimento de grilagem da área, orquestrada por políticos e fazendeiros do município de São Felix do Araguaia e da região, mesmo sabendo que a área estava em processo de regularização como terra tradicional Xavante.

Em 1998, a terra foi, finalmente, homologada e então devolvida aos Xavante, com tamanho reduzido, pois como afirma um dos indígenas presentes no II Seminário: “os cemitérios ficaram de fora da demarcação e aldeias antigas também” (indígena Xavante, município Alto da Boa Vista, RP 03). Entretanto, os Xavante ainda em 2011, não puderam ocupar esse território definitivamente, pois os plantadores de grãos e criadores de gado não desocuparam o local, e a TI é palco de intensos e tensos conflitos entre os índios Xavante e invasores. O grande sonho desse povo é ver a *Marãiwatsédé* da forma que era narrada pelos anciões: “Com muitos bichos e cheiro de mata, porque hoje só temos destruição e cheiro de fumaça” (indígena Xavante, município Alto da Boa Vista, RP 03).

No ano de 2003, os anciões do povo Xavante manifestaram o desejo de voltar à terra de seus ancestrais antes de morrerem. Os jovens guerreiros sentiram a obrigação de propiciar este retorno. No mesmo ano, 280 pessoas (crianças, jovens, adultos e velhos), ao tentar ocupar a terra já oficializada, foram impedidos pelos invasores. Então, ficaram acampados à beira da BR 158, entre novembro de 2003 e agosto de 2004, aguardando a

decisão do Juiz da 5ª Vara da Justiça Federal de MT (ALVES; PUHL; FANK, 2005). Durante este período muitos adoeceram em decorrência da má qualidade da alimentação e da água. Por falta de saneamento básico, três crianças morreram. Desde o ano 2005, o INCRA tenta, sem avanços, concluir duas das principais etapas necessárias ao processo de devolução de *Marãiwatsédé* aos Xavante: o cadastramento dos invasores e a seleção dos potenciais clientes da reforma agrária.

A cada dia a natureza exuberante e a mata virgem que deu nome a *Marãiwatsédé* tornam-se recordações longínquas. Vastas áreas foram convertidas para pastagens e monocultura de soja. No ano de 2009, as três maiores empresas de processamento de carne e couro curtido no Brasil - JBS/Friboi, Minerva e Marfrig, assinaram um acordo público comprometendo-se a não comprar o gado advindo de fazendas recentemente desmatadas ou que estejam localizadas em TI. Entretanto, a ONG Greenpeace denunciou que apenas dois anos mais tarde, apesar de seus compromissos, essas empresas ainda têm conexões com o desmatamento ilegal, trabalho escravo e invasão de TI. No relatório que denuncia esta ação, foi registrado a saída de vários caminhões dessas empresas da TI *Marãiwatsédé* (GREENPEACE, 2011).

Cercados pelas fumaça das queimadas e pela poeira, os 900 xavante tentam enxergar o futuro para as suas tradições. O clima de tensão persiste permanentemente neste território, com risco de acirramento do conflito com os invasores a qualquer momento. Várias lideranças Xavante são ameaçadas. Os Xavante não podem fazer suas roças, caçar, pescar nem coletar materiais tradicionais.

“A situação é gravíssima, nossas famílias estão sem espaço. Nosso cacique Damião está firme na batalha. Marãiwatsédé é nossa!”
(Indígena Xavante, município Alto da Boa Vista, RP 03).

“Estamos em guerra, o povo Xavante não foge”. (Indígena Xavante, município Alto da Boa Vista, RP 03).

Ainda em 2011, o território dos Xavante ainda abriga mais de seis mil famílias de não índios, entre fazendeiros e posseiros. Recentemente, em julho de 2011, o governo do Estado de MT resolveu intervir nesse conflito e tentando promover uma solução, considerada minimamente insensata, fez a proposta de transferir os Xavante da TI *Marãiwatsédé* para o Parque Estadual do Araguaia, uma permuta entre TI e UC. Essa proposta absurda tomou vulto e tornou-se a lei nº 9.564, de autoria do presidente da

Assembleia Legislativa, José Riva (PP), e do deputado Adalto de Freitas (PMDB), aprovada e publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso autorizando a permuta. Esse disparate, totalmente inconstitucional, foi fortemente rejeitado pelo povo Xavante. Em uma entrevista publicada pelo CIMI (2011), o Cacique Damião Paridzane afirma,

não fomos consultados, é uma grande falta de respeito. Marãiwatsédé é nossa terra original, não vamos sair daqui, a gente não aceita essa transferência. Nunca Xavante chorou de medo, nunca fugiu de morrer. Xavante sempre enfrenta por seus direitos. Estou preparando muito bem essa guerra, está sendo pensado. É assim desde o século passado. Afirmamos e mantemos isso.

A realidade da invasão dos territórios indígenas, embora com intensidades diferentes, foi narrada também por diversas etnias durante os II Seminário, sendo elas: Kayabi, Panará, Erikbasta, Bororo, Apiaká, Kaiapó e Kamaiurá, entre outros povos indígenas. O caso do povo Panará e Kaiapó se aproxima da triste realidade dos Xavante de *Marãiwatsédé*, foram obrigados a sair dos seus territórios, foram instalados na TIX, entretanto, não se adaptaram ao espaço e posteriormente conseguiram demarcar seus territórios nos locais tradicionais e sagrados para eles.

5.4 - CONFLITOS PROVOCADOS PELAS QUEIMADAS



Seguindo o ciclo vicioso de devastação, provocando grandes danos aos ecossistemas e impulsionando os conflitos socioambientais, surgem as queimadas (8,36% das causas propulsoras). As queimadas são definidas como processos de queima de biomassa e podem ocorrer por razões naturais ou por iniciativa humana (FREITAS et al., 2005).

Os impactos socioambientais decorrentes da prática das queimadas, sobretudo na região tropical, são motivos de preocupação em âmbito nacional e internacional. De maneira geral, as queimadas são constantemente associadas à dinâmica do desmatamento. No cenário mato-grossense, podemos assegurar ser inerente esse arrolamento entre o desmatamento, a degradação, a exploração madeireira e o incêndio florestal, sendo imprescindível a ponderação desse entrelaçamento em qualquer ação de controle e ordenamento territorial.

As significativas alterações no uso e ocupação do território em MT sempre contaram com o uso do fogo para sua promoção, pois a “limpeza” das áreas para a

comprovação do seu uso efetivo e morada habitual garante o direito à posse de terras devolutas. Assim, a limpeza propiciada pelos incêndios florestais³³, após a retirada das “madeiras de lei”, abona aos ocupantes da terra o direito, a posse e a valorização financeira.

Sobremaneira, a prática da queimada não se encerra no processo de abertura de novas áreas, está fortemente associada às diversas formas de cultivo agrícola “tanto em sistemas de produção primitivos ou convencionais, praticados por indígenas, caboclos e pequenos agricultores, quanto em sistemas com altos níveis de tecnicidade” (COUTINHO; CORNÉLIO, 2010, p. 19). Sendo intensamente utilizada por promover adubação através dos depósitos de cinza, suprimir plantas exóticas de pastagens, limpar os campos para o plantio, acender a rebrota das gramíneas renovando as pastagens, controlar a população de carrapatos, combater pragas em restos de culturas e facilitar o trabalho humano como, por exemplo, na colheita manual da cana de açúcar, dentre outros interesses (COUTINHO; CORNÉLIO, 2010, p. 19). No entanto, oferecem um leque de impactos ambientais que nos obriga a repensar essa forma de uso da terra.

Os principais efeitos negativos dessa prática são apontados como sendo:

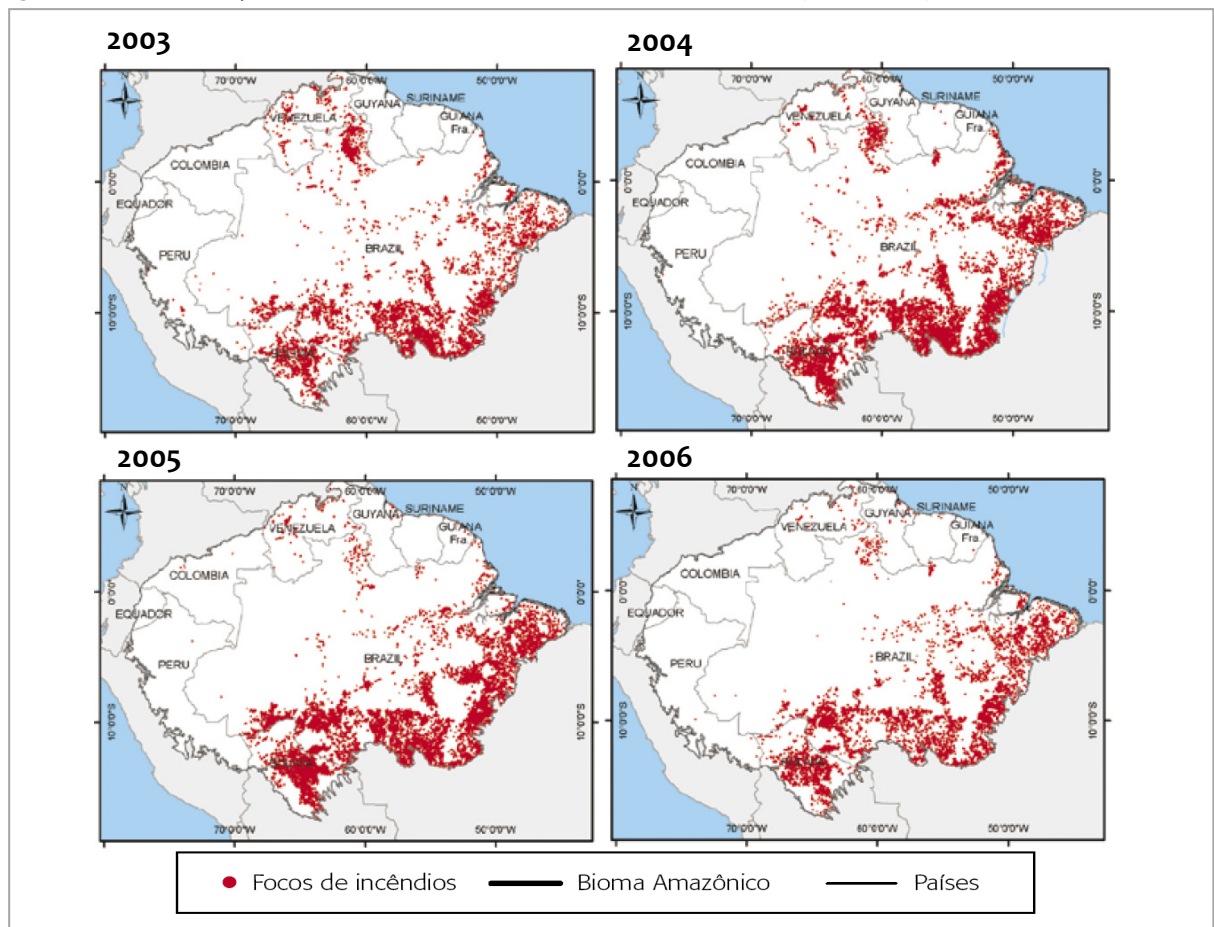
Degradação da vegetação contínua e dos fragmentos isolados; destruição das propriedades físicas dos solos; poluição do ar; desequilíbrio da fauna e da flora, perda de espécies; aumento do potencial de erosão; degradação da qualidade do ambiente aquático; aumento de doenças e problemas respiratórios; perdas de áreas produtivas (agricultura e pastagens), perda de infraestruturas rurais; perda de animais domésticos e silvestres, comprometimento das TI e contribuição para o aquecimento global do planeta (ALVES, 2009, p. 47).

Nas etapas de ocupação do território, principalmente no bioma amazônico, após a exploração e retirada da madeira de interesse comercial, os pecuaristas encontram maior facilidade para penetrar e ocupar as áreas, utilizando-se das estradas e caminhos abertos pelos madeireiros. Como o valor comercial da madeira remanescente é considerado muito baixo, os praticantes das queimadas afirmam que não compensa retirá-la das áreas abertas e, portanto, sua queima é a prática mais usualmente adotada para sua eliminação (BOSERUP, 1987; COUTINHO, 2007).

³³De acordo com o INPE (2010) o *incêndio florestal* é o fogo sem controle que incide sobre qualquer forma de vegetação, podendo tanto ser provocado por atividades antrópicas (intencional ou negligência), quanto por uma causa natural. Já *foco de calor* é considerado qualquer temperatura registrada acima de 47°C. Um foco de calor não é necessariamente um foco de fogo ou incêndio. As *queimadas* são definidas como uma prática que utiliza o fogo de forma controlada para viabilizar a agricultura ou renovar as pastagens. A queimada deve ser feita sob determinadas condições ambientais que permitam que o fogo se mantenha confinado à área que será utilizada para a agricultura ou pecuária.

Dos países amazônicos, o Brasil foi o líder com maior número de incêndios entre 2003 e 2006, com uma média de 85% do total, seguido da Bolívia, com uma média anual e 14% no mesmo período. Os demais países participaram com uma média de 1% do número total de incêndios (PNUMA; OTCA; CIUP, 2011). Grande parte dos focos de calor está concentrada no limite sul da Floresta Amazônica, ao longo do chamado “arco do desmatamento”, densamente no Estado de MT (figura 5.13).

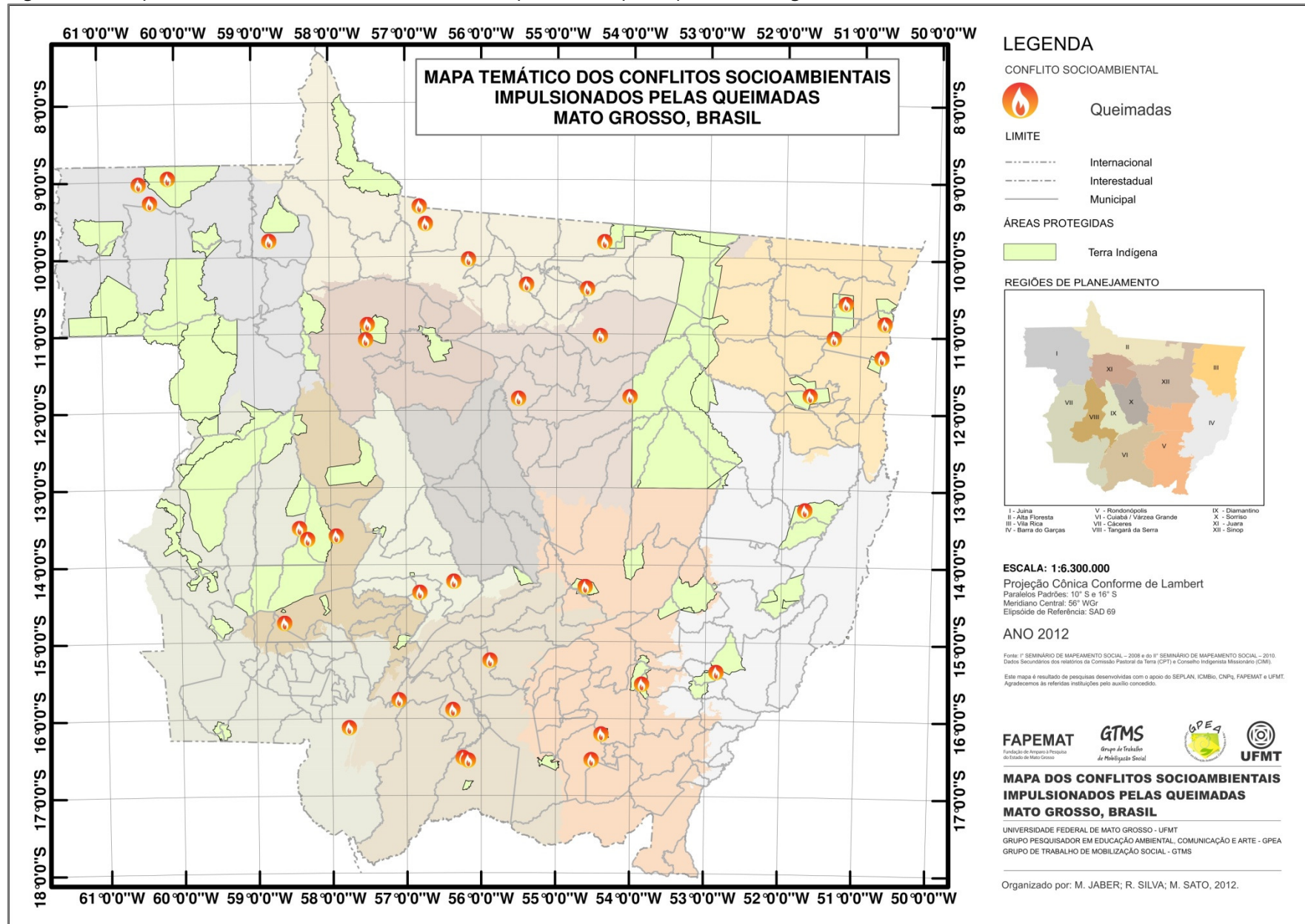
Figura 5.13 – Distribuição dos focos de incêndios na floresta Amazônica (2003-2006).



Fonte: PNUMA; OTCA; CIUP, 2011.

De acordo com o monitoramento de queimadas feito pelo órgão ambiental de MT, foram quantificados 1.484.500,00 ha de área queimada no período de 15 de julho a 10 de outubro de 2008 em 91 municípios, sendo a maior ocorrência na região nordeste do Estado. Os municípios que apresentaram maior área queimada nesse período foram: Novo Santo Antônio com 149.498,70 ha, São Félix do Araguaia com 131.765,91 ha e Campinápolis com 129.632,90 ha (MATO GROSSO, 2010, p.28). As RP mais citadas pelos entrevistados com essa prática são as: 1, 2 e 3, conforme representado na figura 5.14.

Figura 5.14 -- Mapa temático dos conflitos socioambientais impulsionados pelas queimadas. Org. M. Jaber; M. Sato; R. Silva, 2012.



Todos os biomas são afetados pelas queimadas, sobretudo, o Cerrado, lamentavelmente, tomado como celeiro do agronegócio. “No ano de 2009, o Cerrado foi o bioma onde se constatou a maior área queimada, 77,34% do total, seguido pela Amazônia com 21,47% e Pantanal com 1,16%” (MATO GROSSO, 2010, p.33). Com isso, podemos perceber que, conforme a fronteira avança, progredem exponencialmente os focos de calor e, conseqüentemente, as degradações socioambientais.

Na maioria das vezes, essas queimadas intencionais tomam proporções maiores do que as planejadas, tornando um grande problema, porque escapam do controle e alastram pelas matas queimando o que não era desejado (NEPSTAD et al., 1999). Além disso, pesquisas confirmam que a abertura de clareiras, provocada pela queda de árvores e por tratores, permite a penetração de radiação solar no interior da floresta, aumentando a inflamabilidade da vegetação e provocando assim os incêndios florestais.

As queimadas atingem diretamente a vida dos trabalhadores do campo, povos indígenas, comunidades quilombolas, retireiros, dentre outros grupos, aumentando os casos de doenças respiratórias, perda de suas roças e, algumas vezes, da própria moradia. De acordo com Barros (2000), de três a quatro meses, quando chega a época das queimadas na região amazônica o fogo se espalha pelos sistemas agrícolas e pelas florestas, fazendo com que a maioria dos seus habitantes respire um ar considerado mais poluído do que o do centro da cidade de São Paulo. Toda essa degradação afeta as relações sociais e gera cada vez mais situações de conflito.

“Em nosso território queremos continuar com nosso modo de vida. Muitas vezes ficamos muito perturbados com as coisas que vêm ocorrendo muito rápido e contra nossos direitos. Temos várias invasões em nossas áreas, muitas queimadas, desmatamento, pesca predatória (que acontecem nas pousadas), garimpo e, principalmente, a não demarcação da terra indígena e as barragens. O que mais nos preocupa é que tudo isso vem acontecendo e ninguém toma providências. O que será que vai acontecer com nosso planeta mais tarde, o que vai restar para a população humana do nosso país?” (Indígena Kayabi, Município Apicás, RP 02).

Essa questão foi intensamente narrada, sobretudo, pelos participantes do GT 04 - agricultores familiares. Esse grupo social luta arduamente para conter os incêndios que, muitas vezes, são provocados em outras propriedades e se alastram por toda a região. Podemos perceber isso na fala de uma agricultora familiar:

“No ano passado perdi toda a plantação por causa da queimada que o vizinho fez. Ele não cuidou do fogo, não fez aceiro direito e minha família é que saiu prejudicada. Perdemos tudo. Mas, ainda assim, temos que agradecer pelo fogo não ter queimado nossa casa”. (Agricultora familiar, RP 02, município de Cláudia)

A perda da biodiversidade é enorme com a prática das queimadas, embora não se tenha informação precisa, diversos estudos apontam para um processo de erosão genética alarmante, podendo ser observada no aumento do número de espécies ameaçadas. Uma vez queimada, a área se torna mais vulnerável a novos incêndios, aumentando substancialmente os danos resultantes (COCHRANE; SCHULZE, 1999).

Além disso, o desmatamento, acompanhado da queimada, colabora para as emissões de carbono, e, conseqüentemente, com as mudanças climáticas. Na Amazônia brasileira as emissões podem atingir 0,2 gigatonelada de carbono por ano (NOBRE; NOBRE, 2002). De acordo com pesquisas desenvolvidas a capacidade de absorção de carbono da floresta amazônica está associada ao seu tempo de existência (PNUMA; OTCA; CIUP, 2011).

Os impactos ambientais provocados pelos desmatamentos e pelas queimadas comprometem a dinâmica de sobrevivência e trabalho, que muitos têm chamado de “serviços ecossistêmicos”. Dentre os impactos gerados por essas atividades, no que diz respeito ao serviço de **provisão**, aponta-se a redução da biodiversidade, dos estoques de madeira e de produtos florestais não madeireiros. Compromete o serviço de **regulação**, nas mudanças no clima, na redução da capacidade de absorção de carbono e na alteração do ciclo hidrológico, entre outros. O desmatamento e as queimadas levam à perda de nutrientes do solo, o que danifica o serviço de **suporte** (FOLEY et al., 2007). No aspecto **cultural** afetam o modo de vida (material e espiritual) dos grupos sociais e provocam muitas doenças, conforme a narrativa:

“A nossa terra é o nosso espírito. Nosso espírito é a natureza. Os fazendeiros que estão provocando as queimadas na natureza perdem o controle do fogo que adentra e queima tudo. Queimam a nossa terra, assim queimam nossos espíritos também”. (Indígena Xavante, RP 03, município de Bom Jesus do Araguaia).

No Estado de MT o período proibitivo de queimadas é de 15 de julho a 15 de setembro, podendo ser prorrogado conforme as condições ambientais. Exceto este

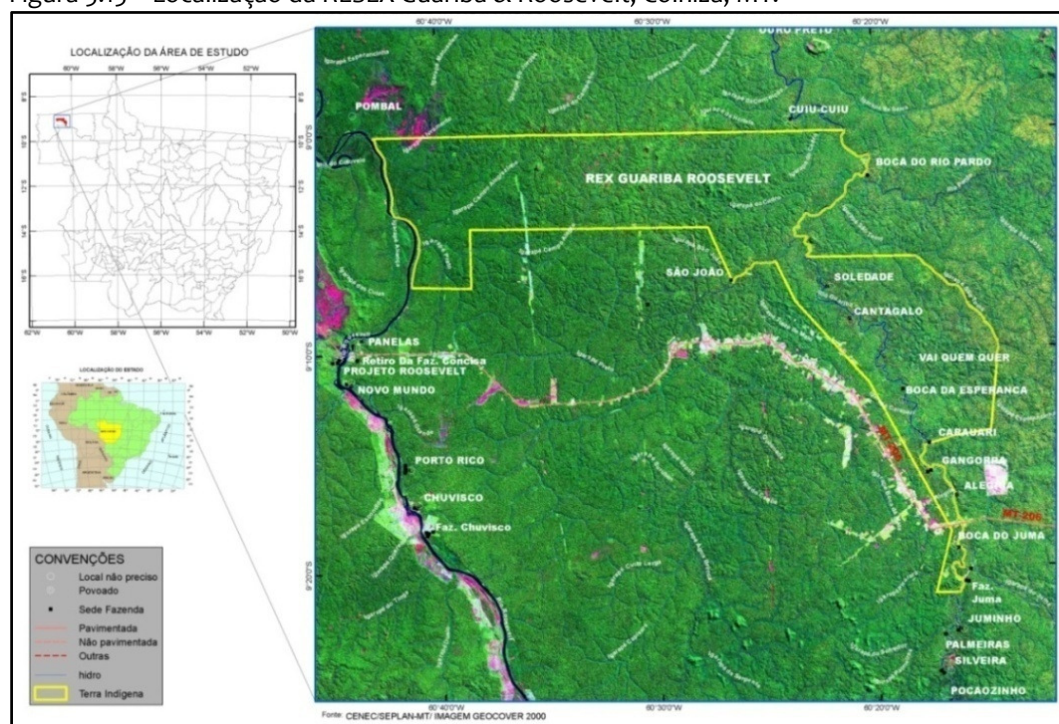
período, qualquer queimada em área rural precisa de autorização do órgão ambiental. Nos perímetros urbanos as queimadas são proibidas em qualquer época do ano. Contudo, muitas queimadas são promovidas sem a referida autorização. Conforme aponta o relatório da SEMA (SEMA, 2009), somente em 2008 foram aplicados 423 autos de infração, cobrindo 312 mil ha, com um valor de multas de cerca de R\$ 963 milhões.

De acordo com o monitoramento de queimadas promovido pelo órgão ambiental de MT, as UC presentes nas RP 01 e 03 foram as mais afetadas. As queimadas ocorridas nas UC em 2008 totalizaram 188.085,12 ha (3% do total queimado no Estado), sendo que somente o Parque Estadual do Araguaia (RP 03) queimou 106.514,93 ha (MATO GROSSO, 2010). Dentre as UC presentes na RP 01, destacamos como um dos *lócus* dos nossos estudos empíricos, a Reserva Extrativista Guariba & Roosevelt, que vem enfrentando graves problemas provocados pelas queimadas na floresta.

5.4.1 - SERINGUEIROS DA RESEX GUARIBA & ROOSEVELT

Elegemos como espaço privilegiado, para compreensão dos enfrentamentos dos conflitos socioambientais provocados pelas queimadas, um microcosmo situado na Amazônia mato-grossense, extremo noroeste de MT, município de Colniza, nas margens dos rios Guariba e Roosevelt: a RESEX Guariba & Roosevelt (Figura 5.15).

Figura 5.15 -- Localização da RESEX Guariba & Roosevelt, Colniza, MT.



Organizado por: JABER, M.; SATO, M.; SILVA, R., 2011.

Na única RESEX de MT habitam os seringueiros, filhos e/ou netos de cidadãos brasileiros, que chegaram a MT impulsionados pelos programas do governo Vargas quando incentivou a migração nordestina à região norte do País e levou 70.000 trabalhadores a se alistarem como soldados da borracha (SANTOS, 2002). Os chamados soldados da borracha foram homens e mulheres que durante a 2ª. Guerra Mundial migraram para a Amazônia para extrair o látex da seringueira, movidos por muitas promessas que jamais foram cumpridas. Algumas dessas pessoas voltaram para suas cidades de origem, mas a grande maioria continuou na floresta lutando por sua sobrevivência.

Com o declínio do mercado da borracha, para permanência na floresta, os seringueiros dessa região recorreram a outras fontes de extrativismo como: a extração de óleo de copaíba (*Copaifera sp*) e da castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*). Em Guariba, durante muitos anos os habitantes foram seringueiros e povos indígenas, entretanto, este cenário começou a se transformar na década de 80, com a criação do assentamento rural Filinto Muller, que trouxe para região um grande grupo de pequenos agricultores. Essas pessoas fazem parte do processo migratório incentivado na época a ocupar a Amazônia, sem nenhum planejamento e condições básicas de viver.

Na região há um devassamento e uma ocupação altamente conflituosa que se arrasta por mais de 20 anos de história fundiária; refletindo o que vem ocorrendo em todo o território amazônico, que em poucos anos, foi palco do mais gigantesco e permissivo apossamento de terras públicas, um apossamento cartorial escamoteado, que se soma ao apossamento pelo atual esquema de grilagem de terras devolutas (AB'SABER, 1996). Essa pressão por novas áreas de floresta no norte e noroeste de Mato Grosso, infelizmente tende a aumentar à medida que as áreas disponíveis de Cerrado do Estado também já chegam ao limite.

Seringueiros, indígenas, agricultores familiares, grandes produtores rurais, pecuaristas e madeireiros, vivem nesse espaço sob conflitos, lutas e re-existência, acalorados pelos distintos modos de apropriação e dominação do território. Nessa diversidade inscrevem-se os choques territoriais que são refletidos na dimensão ambiental, propiciando situações de injustiças ambientais.

Em uma pesquisa prévia nesse microcosmo, elencamos juntos aos seringueiros as principais causas propulsoras dos embates na região, que foram apontadas por eles

insistentemente: as invasões de terra, o desmatamento e as queimadas na floresta. Essas queimadas são, na maioria das vezes, intencionais provocadas pelos agropecuaristas. Sendo usualmente promovidas no final da estação seca, quando as lavouras são mais fáceis de queimar e as florestas estão mais vulneráveis. Os seringueiros afirmam que a sequência - desmatamento e queimada – são comuns na região, mesmo vivendo em área protegida, e essas práticas ilegais atingem diretamente seu modo de vida.

“Tem época que num dá nem pra respirar aqui” (Seringueiro, Colniza, RP 01);

“Eles tacam fogo mesmo, sem dó” (Seringueiro, Colniza, RP 01).

Na experiência cotidiana e percebida pelos seringueiros essa devastação veio acompanhada pela abertura da estrada MT-206 em 1995. Segundo eles, tudo mudou depois da abertura da estrada:

“Essa estrada trouxe a desgraça para Guariba, não existia tanta derrubada e queimadas” (Seringueiro, Colniza, RP 01);

“Ficou muito ruim depois da estrada, antes ninguém sabia o que era malária” (Seringueiro, Colniza, RP 01).

Essa questão é paulatinamente presente no contexto histórico, a abertura de estradas é considerada uma forte *driving force* no cenário amazônico. À medida que as estradas foram se estabelecendo, começou o apossamento de áreas no coração das florestas. No Estado de MT, os *hotspots* do desmatamento concentraram-se principalmente ao longo das rodovias Cuiabá-Santarém e BR-158. Na Cuiabá-Santarém, os principais focos do desmatamento ocorreram na região de Sinop, onde a expansão da cultura de grãos e da atividade pecuária está motivando a derrubada de florestas (ALENCAR et al., 2004).

Guariba é um microcosmo que reflete o nefasto modelo implantado na Amazônia brasileira, que tem especulação fundiária e a posse duvidosa da terra como fatores determinantes. Além de outras ameaças como a intensa exploração madeireira, os impactos da pecuária e da agricultura, os projetos de grande escala de transporte e a exploração pelo hidronegócio. Além disso, a mineração também contribui para ampliar os impactos. Apesar dos grandes impactos, injustiças e conflitos ambientais propiciados por

este modelo, a grande área aberta parece não ter sido suficiente para gerar o ‘progresso’ e o ‘crescimento econômico’ prometido.

Na verdade, o que caracteriza este modelo é a abissal insensatez ecológica e social. Exploram as matas e os povos que nelas habitam. Nestes casos, a opressão contracenada não é apenas simbólica, é também física e violenta. Diante desta situação, os seringueiros revelam sentimentos de temor e desânimo em lutar contra as injustiças exercidas em Guariba. As narrativas revelam esses sentimentos:

“não vou arriscar minha vida, sei que a reserva não tá certa, tá tudo invadida, mas vou arriscar de levar um tiro? Ameaçam a gente mesmo na cara dura” (Seringueiro, Colniza, RP 01);

“Você acha que temos força contra eles?”(Seringueiro, Colniza, RP 01);

“Dá até medo de falar essas coisas pra vocês, sabia que eles escutam nossas conversas pelo rádio?” (Seringueiro, Colniza, RP 01);

“Quem sai perdendo sempre é a gente. Se eu tiver que reclamar meus direitos tenho que ir a Cuiabá, demoro dias e mais dias pra chegar...O fazendeiro pega um avião e vai lá e ainda trás a polícia a favor dele. Quando descobrir de quem é o direito não estamos mais nem vivos”(Seringueiro, Colniza, RP 01).

Os seringueiros começaram a se organizar e a buscar diferentes táticas de resistência; criaram sindicatos, associações e aliaram-se a alguns segmentos da Igreja Católica, assim como dos estudantes, dos artistas e dos movimentos sociais. Protagonizaram a aliança dos povos das florestas, uma união marcada fortemente pelas táticas chamadas de “Empates”, que consistia na luta de mulheres, crianças e homens inteiramente desarmados, com intuito de convencer os peões que desmatavam as fazendas a abandonarem suas práticas.

Esta mobilização tão necessária foi liderada pelo líder Chico Mendes e devido à relevância das causas defendidas o processo de resistência ganhou visibilidade na mídia internacional, favorecendo suas lutas. Contudo, toda essa visibilidade dada ao movimento, não impediu o assassinato de Chico Mendes, em 1988, em sua própria casa.

A partir desses movimentos, os seringueiros de todo o País se organizaram e realizaram várias reuniões para discutirem propostas que incentivassem o extrativismo,

definindo como uma das prioridades o que denominaram de "terra própria para os seringueiros". Isso significava: "divisão da terra específica para as áreas de seringais nativos; todo seringueiro deveria receber uma área de terra que tivesse estradas de seringa; deveria possuir um título definitivo, onde rezasse que ele não podia vender, arrendar, aforar, ou fazer qualquer tipo de comércio com a terra", essa área deveria se chamar reserva extrativista (ALEGRETTI, 2002, p. 412).

As resex tornaram-se uma categoria de área protegida assegurada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)³⁴, caracterizada neste sistema como:

Uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

De acordo com o esse sistema, uma resex deve ser gerida por um conselho deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. A resex Guariba & Roosevelt é fruto do processo de mobilização dos seringueiros em MT, criada no dia 19 de junho de 1996. Durante muitos anos a resex esteve à mercê de fiscalizações do órgão ambiental, favorecendo os invasores e os madeireiros que sorrateiramente infiltraram nas áreas mais internas da resex. Somente 15 anos depois de sua criação o Plano de Uso da resex foi criado, no dia 04/03/2011.

Durante os estudos para elaboração do referido plano de uso, as entidades colaboradoras, SEMA e *World Wide Fund for Nature* (WWF), registraram presença de cinco espécies de animais em extinção na região do rio Guariba: o tamanduá-bandeira (*Myrmecophagatridentata*), o tatu-canastra (*Priodontes maximus*), a ariranha (*Ptenorura brasiliensis*), a onça-pintada (*Panthera onca*) e a jaguatirica (*Leopardus pardalis*). Além disso, os estudos realizados apontaram novas espécies endêmicas de macaco do gênero *Callicebus* (Zogue-Zogues) na região da Resex Guariba & Roosevelt (WWF, 2011, p. 23). A grande descoberta favorece a vida dos seringueiros, pois desperta para a conservação

³⁴BRASIL. Lei no. 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Brasil, 2000. Disponível em: www.mma.gov.br/snuc, acesso em 23 dez. 2011.

das grandes riquezas naturais da região, e, na mesma medida, evidencia o quanto ainda temos a descobrir sobre a biodiversidade mato-grossense.

Entre avanços e recuos, a luta dos seringueiros segue sendo uma luta pelo direito à diferença cultural, ao direito de viver com a floresta e a desenhar-se um modo de vida. É um movimento pela sustentabilidade, fundado na aliança da natureza e da cultura. É a disjunção de um mundo globalizado, homogeneizado, para um mundo de diversidade e diferença; é busca no devir histórico para concreção do direito à cidadania e à liberdade.



5.5 - CONFLITOS GERADOS PELO USO ABUSIVO DE AGROTÓXICOS

“A guerra dos agrotóxicos expulsa os agricultores familiares da terra para morarem nas periferias das cidades. Os empresários que chegaram ao nosso território, falam assim para gente: quero ver se vocês vão continuar morando aqui. Quero ver quando o aviãozinho passar e lavar sua terra e sua casa com veneno. Vamos ver quem vai resistir a isso” (Agricultora familiar, Confresa, RP 03)

Iniciamos a discussão dos conflitos socioambientais provocados pelo uso abusivo de agrotóxico citando a narrativa de uma agricultora familiar que, com muito pesar, conta os enfrentamentos encarados no ano de 2011 no assentamento onde mora. A história desse assentamento, Sol Vermelho, é marcada pela injustiça e truculência praticadas há mais de oito anos. A entrevistada relata que viviam 80 famílias no local desde 1993, depois de dez anos apareceu um grileiro com uma escritura na mão, as famílias não entenderam como essa pessoa tinha a escritura de uma área que até então nem matrícula possuía. O grileiro vendeu a terra para a empresa Cotril Alimentos. Sob fortes ameaças a maioria das famílias saíram da terra e mudaram para a cidade de Confresa, resistindo no território somente três famílias.

“Cada vez que uma família entregava sua terra enfraquecia o movimento de resistência. Mas, compreendemos a decisão de cada uma, pois os negociadores da empresa diziam assim para gente: ‘Querem negociar a terra?’ Respondíamos que não. Aí eles falavam: Então, teremos que negociar com o seu herdeiro, é isso? Com bastante tranquilidade o ameaçador dizia a nós: ‘quem resiste sai fácil quando começarmos a jogar o veneno na terra, quero ver quem vai ficar’” (Agricultora familiar, Confresa, RP03).

Os agrotóxicos são verdadeiras armas, tidos como uma garantia a mais para manter longe de seus territórios os grupos sociais vulneráveis. Além disso, é o seu uso exacerbado que assegura a produção em larga escala. Afinal, o desenho não é novo: grandes extensões de terra, monocultura, mecanização e uso de agrotóxicos.

No universo investigado nessa pesquisa, o uso abusivo de agrotóxicos é considerado um causa propulsora de conflitos socioambientais representando **6,36%** das fontes de conflitos em MT. Diversos grupos relataram as trágicas interferências no seu modo de vida pelo uso do agrotóxico. Além das interferências, entrar nessa arena é encarar o conflito com grandes multinacionais que dominam o mercado lucrativo, que está sob poder de apenas “seis empresas controlando 67,8% da produção e comercialização: Syngenta, Bayer, Basf, Monsanto, Dow e Dupont” (ROSSI, 2011, p.13).

Segundo Londres (2011, p. 04), embora a agricultura seja uma prática da humanidade há mais de dez mil anos, o uso intensivo de agrotóxicos para o controle de pragas e doenças das lavouras foi inserido somente há pouco mais de meio século. Seu uso teve origem após as guerras mundiais, quando a indústria química fabricante de venenos, então usados como armas químicas, encontraram na agricultura um novo mercado para os seus produtos. A justificativa ancorava-se na Revolução Verde, que seria fundamental para acabar com a fome que assolava boa parte da população mundial. Entretanto, a fome persiste no mundo e o uso dos agrotóxicos não derrotou essa mazela, tornou-se um fator provocante de várias doenças e anomalias, além de degradações severas no meio ambiente. Com veemência assevera um entrevistado:

“Vivemos uma guerra química, e, ainda assim, não fazemos muitas coisas para mudar o cenário. É preciso avançar e denunciar essa agressividade aos seres humanos e à natureza” (Militante, Porto Alegre do Norte, RP 03).

Como o modelo agrícola brasileiro é ancorado na monocultura, isso faz com que cada vez mais seja necessário o uso desses produtos. A indústria está sempre trabalhando no desenvolvimento de novas moléculas, que são anunciadas como “a solução” para o controle de linhagens resistentes, doenças ou plantas invasoras, que com o tempo serão substituídas por outras novas, e assim sucessivamente. Trata-se de um círculo vicioso do qual o agricultor não consegue se libertar (LONDRES, 2011, p.07). O que torna a questão ainda mais grave é a dependência dos agrotóxicos não somente para produção em larga

escala, muitos pequenos agricultores têm feito o uso sem nenhuma orientação e conhecimento, prejudicando a sua saúde, degradando o solo e comprometendo a vida de outras pessoas. Conforme relato de um indígena da etnia Manoki:

Esses dias teve um temporal, você via por cima da aldeia um pó vermelho, igual fumaça. Aí a gente pensa: logo, logo estamos sofrendo crise de saúde com as nossas crianças e velhos. Esse pó é cheio de agrotóxico. Eu não tenho estudo, mas pelo meu conhecimento, a gente vê que vamos ter problemas com a saúde porque nossa área é bem de frente com as fazendas e armazéns (Indígena, Brasnorte, RP 08).

Diversos impactos são associados ao uso de agrotóxico: comprometem a microbiota do solo, com isso aumentam a velocidade de erosão do solo; são altamente solúveis percolando o solo e poluindo as águas subterrâneas; poluem águas de riachos, rios e lagos matando também a fauna aquática desses habitats; faz com que a agricultura seja altamente dependente desses insumos; provocam doenças nos trabalhadores que pulverizam, assim como, nas pessoas que consomem os alimentos contaminados.

Conforme destaca Pignati (2011, p. 28), o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos e usou 923 milhões de litros em suas lavouras em 2010, calcula-se uma média de 5,2 litros de consumo de agrotóxico por habitante/ano. O pesquisador ao analisar os dados secundários (IBGE e INDEA) verificou que,

Dentre os Estados brasileiros, MT é o campeão, sendo que, dos seus 141 municípios, 24 com 80% de desmatamento e 30 com 60% de desmatamento, produzem 90% dos produtos agrícolas e consomem 90% dos agrotóxicos e fertilizantes químicos. Em 2010, o Estado produziu 6,4 milhões de hectares de soja; 2,5 milhões de milho; 0,7 milhões de algodão; 0,4 milhões de cana; 0,4 milhões de sorgo; 0,3 milhões de arroz e 0,4 milhões de hectares de outros produtos (feijão, mandioca, borracha, café, frutas e verduras) e consumiu cerca de 132 milhões de litros de agrotóxicos (produto formulado), principalmente, de herbicida, inseticida e fungicida. (PIGNATI, 2011, p. 28).

Em MT, é difícil excluir a relação existente entre o avanço da produção de soja e o aumento vertiginoso do uso de agrotóxicos. De acordo com os dados do IBGE (2011) o município de Lucas do Rio Verde, o cerne do agronegócio mato-grossense, destaca-se dentre os cinco maiores produtores do Estado, cerca de 420 mil ha entre soja, milho e algodão, proporcionalmente, consumiu cerca de 5,1 milhões de litros de agrotóxicos nessas lavouras.

Este município vem sendo *locus* de pesquisa do grupo de Saúde Coletiva da UFMT em parceria com a FIOCRUZ (período 2007 a 2010) que recentemente publicaram alguns resultados dramáticos para a população mato-grossense, que foram resumidos em:

- a) exposição de 136 litros de agrotóxicos por habitante da região pesquisada;
- b) pulverização de agrotóxicos por avião e trator a menos de 10m de fontes de água potável, de criação de animais, de residências, vilas ou periferia da cidade;
- c) contaminação com resíduos de agrotóxicos em 60% a 100% das amostras de água potável das escolas;
- d) contaminação com agrotóxicos nas amostras de sangue e urina de professores, sendo os níveis nos professores rurais foram o dobro dos urbanos;
- e) contaminação com vários tipos de agrotóxicos no **leite materno** em 100% das 62 mães/nutrizes pesquisadas;
- f) resíduos de agrotóxicos em sedimentos de duas lagoas, semelhantes aos tipos de resíduos encontrados no sangue de anfíbios, bem como a incidência de malformação nestes animais foi cinco vezes maior do que na lagoa controle. (PIGNATI, 2011; IBGE, 2011; PALMA, 2011; PIGNATI E MACHADO, 2011).

As denúncias dos nefastos efeitos da contaminação química de pesticidas no ambiente natural e na extinção de certas espécies animais tiveram marco na década de 60 com o livro “A Primavera Silenciosa”, publicado pela bióloga norte-americana Rachel Carson. O livro tornou-se um referencial do movimento ecologista, pois desperta a sensibilidade social para os problemas ambientais.

O combate a essa prática criminosa passou a ser uma bandeira de luta de vários grupos sociais, como os povos indígenas que começaram a cobrar dos tomadores de decisão um posicionamento frente a essa questão. Pois, as TI estão se tornando ilhas rodeadas por plantações de soja e pecuária, sem nenhuma área de entorno ou as chamadas zonas de amortecimento. Com isso, efeitos deletérios sobre a natureza e a saúde dos povos são cada vez mais perversos.

“No território Pimentel Barbosa, em 1998, começou o desmatamento, as queimadas, o fazendeiro invadiu. No ano de 2000 ficou ainda pior, muito agrotóxico, jogavam lixo nos rios e alguns secaram. Quando chove, toda sujeira vem pra dentro da nossa terra e nós temos que beber a água suja. No ano de 2005 já estava cheio de soja e milho no entorno. Tudo muito mal. De 1995 até 2005 começou a seca...Teve uma vez que morreram 95 Xavante por causa da contaminação por agrotóxico. Em nossa volta tem lavouras. Quando chove vem todo agrotóxico pra dentro. Está matando tudo aos poucos”. (Índigena Xavante, município de Canarana, RP 04).

Essas situações-limite engendram conflitos, violências e mortes em muitos territórios (figura 5.16). Implicam perdas de todos os lados, mas, essencialmente, mais significativas para os grupos sociais vulneráveis (neste caso, os povos indígenas) que são dizimados de diversas formas. No cotidiano por meio das contaminações promovidas pelos venenos e pelas armas que estão constantemente sob suas cabeças e de todo um legado histórico desde o início da colonização brasileira, e da escravidão que muito provavelmente perdura até os dias atuais em diversos territórios brasileiros.

As ameaças afetam os grupos sociais vulneráveis, assim como pesquisadores da temática, que são pressionados por gestores públicos e pelos grandes produtores rurais a recuarem com as denúncias, ações populares e pesquisas.

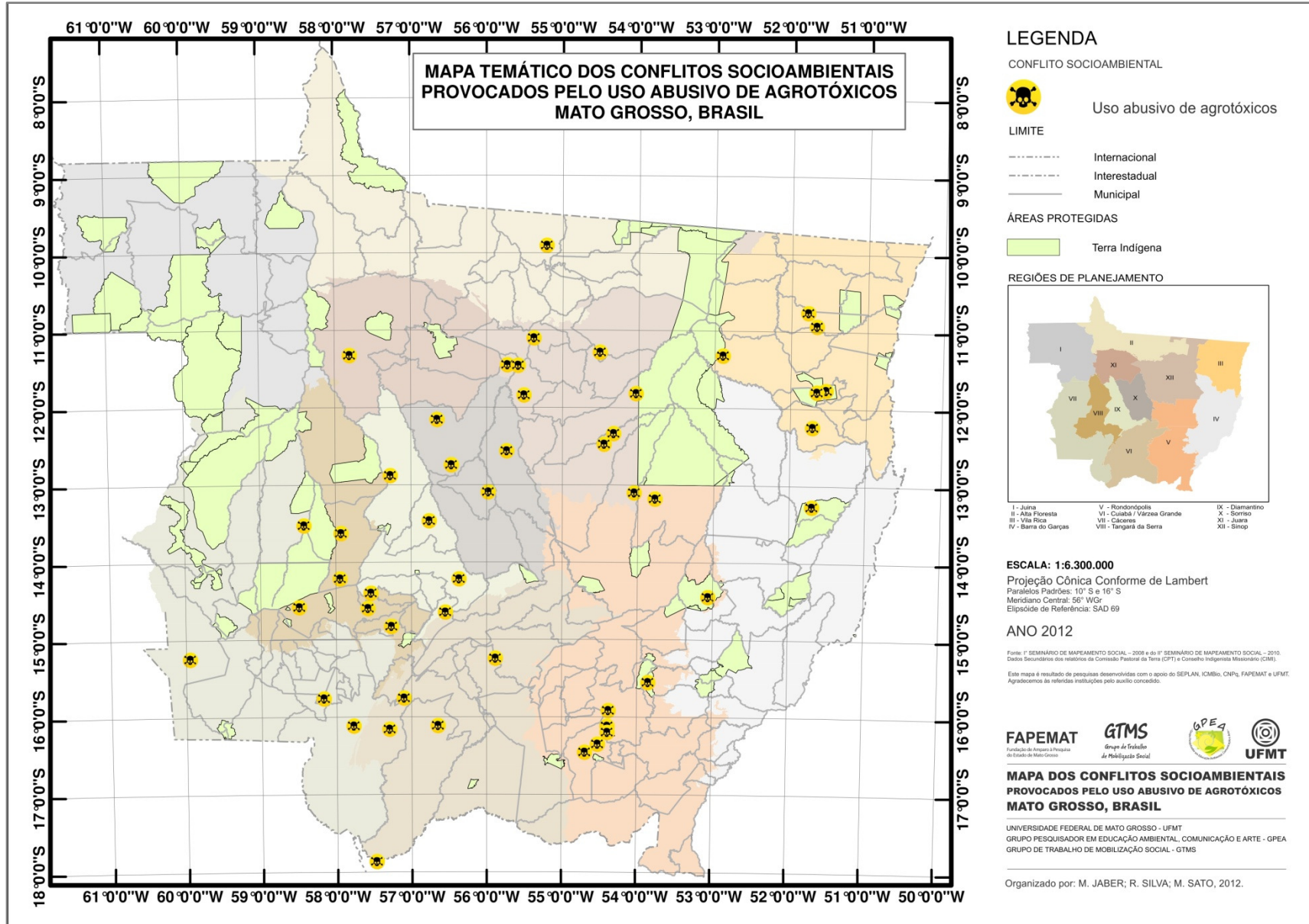
“Sobre os agrotóxicos a gente tem que falar, denunciar e se esconder, pois as ameaças e pressões são demais” (Agricultor familiar, Lucas do Rio Verde, RP 11).

No Brasil, uma importante frente de articulação para o controle do uso dos agrotóxicos foi lançada pela Via Campesina em 2011, a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida³⁵, com objetivo de denunciar e alertar a sociedade para aos prejuízos causados pelo uso de agrotóxicos e ao mesmo tempo construir iniciativas que possam edificar barreiras ao uso deste produto químico. Participam mais de trinta movimentos sociais, entidades estudantis e sindicatos em defesa do direito à alimentação saudável para todos, da saúde e qualidade de vida do trabalhador e de um meio ambiente.

Encarar a luta contra o uso desses produtos químicos é também enfrentar e defender uma produção mais orgânica, sustentável e justa; incentivar a agricultura familiar; fomentar a reforma agrária; dinamizar a economia solidária para abastecer o mercado local com alimentos saudáveis. É uma opção por um modo de vida mais inclusivo, cuidadoso e justo.

³⁵ Mais informações sobre a Campanha podem ser acessadas em:
<http://direitoshumanosmt.blogspot.com/2011/07/caderno-de-formacao-campanha-permanente.html>

Figura 5.16 -- Mapa temático dos conflitos socioambientais incitados pelos agrotóxicos. Org. M. Jaber; M. Sato; R. Silva, 2012.



5.6 - O MAPA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO

A fim de apresentar uma espacialização do mosaico de conflitos socioambientais mapeados, subsidiados pelo uso de tecnologias de processamento de dados georreferenciados, elaboramos o **Mapa dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso** (figura 5.17). O mapa em questão é composto pelos pontos de ocorrência dos conflitos, os locais em que registram ameaças de morte e trabalho escravo³⁶.

Ressaltamos que a maioria dos pontos do mapa foi georreferenciada de acordo com as coordenadas geográficas, contudo, alguns pontos trazem uma localização aproximada, segundo as narrativas dos grupos pesquisados. Os pontos dos conflitos assinalados durante as oficinas foram confirmados por meio de consultas a dados secundários: artigos científicos, relatórios técnicos e acadêmicos, publicações diversas etc. Entretanto, como essa pesquisa é ancorada metodologicamente na autonarração, foram considerados, sobremaneira, os registros feitos pelos grupos sociais entrevistados.

O Mapa foi produzido em escala 1:1.500.000. Registramos que, em parceria com a SEPLAN, estamos reproduzindo cópias deste mapa, para serem entregues aos grupos envolvidos nesta pesquisa. Visamos assim, que o mapa sirva como instrumento de luta e pressão, assim como, possa ser constantemente retroalimentado.

Além deste mapa, elaboramos o **Mapa temático dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso – 2012** (figura 5.18), formado por um conjunto de *shapes* que tem uma base para cada causa propulsora (apresentados anteriormente). Produzimos em escala 1:1.500.000. Pelas limitações de impressão da tese, neste ponto do trabalho, apresentamos uma versão reduzida com readequações para a escala 1:4.200.000, o que poderá dificultar um pouco a visualização dos dados espacializados.

Estamos cientes que o universo mapeado neste trabalho não esgota as inúmeras situações-limite existentes e ainda não visíveis em MT. Entretanto, denuncia uma parte dos problemas da imposição dos grandes projetos e reflete uma parcela importante de casos de conflitos e de resistências dos grupos sociais, frente ao modelo de desenvolvimento excludente e degradante. Além disso, reconhecemos que os conflitos mapeados não são fixos, novos desafios são postos a todo o momento para os grupos

³⁶ O mapa pode ser acessado no link:
http://icaracol.org/docs/ENCARTE_MAPEAMENTO_SOCIAL_2012_conflitos.pdf

sociais. Destarte, registramos que, em alguns casos, os conflitos aqui mapeados podem ter sido superados ou estar em situações ainda mais críticas.

Em consonância com as considerações epistemológicas da cartografia do imaginário (SATO, 2011), o cenário dos resultados é mutável, transcendente da temporalidade e do espaço, requerendo uma dinâmica que acompanhe o movimento. Reconhecemos que o retrato tirado é momentâneo, como na fenomenologia Caminiana em considerar a mágica do instante. E que de tempos em tempos será preciso retomar este estudo para um cenário atualizado do contexto socioambiental. Trata-se de pessoas, de enfrentamento para além do território físico. Essencialmente trata-se de uma pesquisa ética a favor da natureza e dos povos e grupos sociais marginalizados do processo instituído, que teima em encontrar táticas instituintes para que o ambiente protegido e a melhoria na vida sejam possíveis para todos, e não apenas à minoria.

CAPÍTULO 6

UM SOPRO DE ESPERANÇAS

Sonho Impossível

Letra: J. Darion e Mitch Leigh

Versão: Chico Buarque e Rui Guerra

Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar este mundo, cravar este chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
E amanhã se este chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu
Delirar e morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão.



6.1 - AS TÁTICAS DE RESISTÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM MT

*É nelas (bocas e mãos, sonhos, greves e denúncias)
que te vejo pulsando mundo novo,
ainda que em estado de soluções e esperanças.
Ferreira Gullar.*

O cenário, até então, investigado oferece um quadro desalentador diante da miríade de conflitos socioambientais mapeados nesta pesquisa. No entanto, em uma perspectiva mais otimista aspiramos demonstrar que se existe uma situação conflitante é porque ainda há alentos de resistência. Os territórios não estão sendo dominados pacificamente, esbarram-se na teimosia de grupos sociais que almejam uma sociedade mais democrática. Com isso, confirmamos que formas de dominação e de opressão provocam, por sua vez, formas de resistência e de lutas.

Inspirados em Passos e Sato (2002, p.29) destacamos que “toda ordem, quanto mais dura e implacável, implica uma rebeldia tantas vezes maior: essa selvagem e subversiva maneira de revelarmos o atrevido rosto de nossa humanidade”. As narrativas dos grupos sociais entrevistados nesta pesquisa seguem confirmando a afirmativa, pois para cada conflito relatado uma (ou mais) tática de resistência foi anunciada.

Nesta perspectiva, reservamos este capítulo final para compreender como os grupos sociais pesquisados enfrentam os conflitos socioambientais narrados previamente. Buscamos discutir e apresentar as respostas das seguintes indagações: *Como seu grupo/comunidade/povo tem combatido os conflitos socioambientais? Há quanto tempo? Qual a maior força do seu grupo/comunidade/povo para enfrentar esses conflitos? E qual a maior dificuldade?*

Conhecer, mapear, denunciar e anunciar esses enfrentamentos faz-se necessário, para compreendermos de que modo os grupos que engendram uma relação sustentável humano-ambiente sobrevivem e resistem aos impactos sociais, econômicos e ambientais que tentam aniquilar suas vidas, suas esperanças e seus territórios. De que forma, territórios, identidades e temporalidades se emaranham em teias e mosaicos, tecidos intrinsecamente na relação cultura e natureza.

De modo geral, as narrativas desvelam que os grupos criam, paulatinamente, táticas de resistência contra os processos hegemônicos de dominação e lutam pela democratização do acesso aos elementos naturais e aos territórios. Sobremaneira, esses grupos, afrontam-se ao individualismo homogeneizador (monocultural) da sociedade moderna, apregoando a diversidade de ambientes, de culturas, de ideais, de sonhos e de vidas!

As táticas de resistência a que nos referimos são construídas e exercidas cotidianamente, nas pequenas e sutis atitudes, algumas vezes, imperceptíveis, mas que impulsionam transformações. Essas táticas se dão nos interstícios, nas brechas deixadas pelo sistema dominante. Para Certeau (1994, p.100), as táticas são as formas de resistência contra o poder instituído, onde os grupos aproveitam as falhas deste poder para agir de forma contrária às impostas. “São saberes sem discurso, sem escritura, solidários de operações múltiplas e anônimas, excluídos pelos saberes da administração e do controle, mas, não menos criadores ou subversivos”. Este autor nos convida a reconhecer “as invenções do cotidiano”, a sabedoria, as artes de fazer, as lutas dos grupos ordinários, ou cultura comum, que se reconhecem na invenção e re-invenção das táticas de resistência (CERTEAU, 1994).

Esses movimentos de resistência protagonizam o que Martinez-Alier (2007) nomina como “ecologismo dos pobres” e/ou “ecologismo de sobrevivência”, caracterizados por grupos que estabelecem uma relação diferenciada com o ambiente e reconhecem sua importância como fonte de condição para a subsistência e para a garantia do modo de vida, baseado no fundamento ético da justiça social.

Esses “coletivos contra-hegemônicos promotores da práxis emancipatória” (PASSOS, 2010, p.01) exercem suas táticas de resistência de maneira heterogênea e autônoma. Buscando nas alianças e articulações forças para encarar os projetos que afetam, indistintamente, esses coletivos. Em MT, um belo exemplo desta aliança é o GTMS, um importante espaço de convergência de diversos grupos e entidades socioambientais, que nasceu no bojo das articulações contra as manobras da aprovação do ZSEE. Contudo, seu espectro de lutas foi muito além da questão do ZSEE, incorporando as lutas e os dilemas de diversos grupos, lutando contra as mazelas destinadas ao meio ambiente, combatendo os projetos hegemônicos que tentam dominar todos os territórios, dentre outras frentes.

Podemos considerar o GTMS como um território no qual os diferentes se unem contra as desigualdades socioeconômicas, materiais e simbólicas. Uma prática organizativa que promove o que Boaventura de Souza Santos (2003, p. 26) chamou de “teoria da tradução”, sendo um espaço que permite “criar inteligibilidades mútuas, articular diferenças e equivalências entre culturas, formas de opressão e resistência, sem, contudo, pôr em risco suas identidades e autonomias”. Para este autor:

a teoria da tradução mantém intacta a autonomia das lutas em questão como condição para a tradução, dados que só o que é diferente pode ser traduzido. Tornar mutuamente inteligível significa identificar o que une e é comum a entidades que estão separadas pelas suas diferenças recíprocas. A teoria da tradução permite a identificação de um campo comum em uma luta indígena, uma luta feminista, uma luta ecológica etc. sem fazer desaparecer em nenhuma delas a autonomia e a diferença que as sustenta (SANTOS, 2001, p. 192).

Assim, consideramos que este grupo tornou-se esse campo que converge diversas lutas contra os conflitos socioambientais de MT. Atualmente, envolve mais de trinta entidades e é formado por redes, grupos, fóruns e movimentos socioambientais de todo o Estado. O GTMS organizou seminários; elaborou publicações; promoveu reuniões com promotores de Justiça, procuradores e juristas; realizou atos públicos em protestos contra o processo de aprovação dos substitutivos do ZSEE; e, ampliou o processo de comunicação aproximando os grupos, entidades e movimentos sociais (AMORIM, 2011). Além disso, o GTMS é um importante parceiro na realização dos processos de mapeamento social, especialmente, na realização dos seminários de mapeamento social. Configura-se, hoje, um movimento jamais visto em MT, desde que conseguiu agregar a maioria das entidades dos movimentos sociais e técnicos do governo, e extrapolando o zoneamento, que deu gênese à sua criação, fortalece os espaços de lutas de outras pautas, causas e lutas.

Diversos outros espaços no Estado articulam táticas participativas para que as políticas públicas sejam mais inclusivas e as injustiças ambientais menos presentes. Podemos citar alguns combatentes dos conflitos socioambientais em MT: a REMTEA; o FDHT; o FLEC; o FORMAD; o CIMI; o Centro Burnier, os diversos movimentos ligados às igrejas católicas; o movimento estudantil; o MST; o MAB; o Coletivo Jovem de Meio Ambiente; os Grupos de Pesquisas como o GPEA e o Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação (GPMSE); o Instituto Caracol, dentre tantas outras entidades, não menos importantes, mas que certamente não poderemos mencionar a todas.

Reconhecemos que esses grupos são fundamentais no enfrentamento dos processos dominantes. Contudo, ressaltamos que esse papel muitas vezes, cabe às lutas promovidas pelos sujeitos locais, na invenção e re-invenção do cotidiano (CERTEAU, 1994), e, nessas esferas que buscamos dar realce, pois estes são os protagonistas que permanecem na direção dos processos de resistência.

São esses sujeitos que estão no *front* diariamente articulando as denúncias contra a dominação e a violação ao meio ambiente, utilizando-se de diversas táticas que vão desde as vias legais até as mais subversivas. Sendo as mais citadas pelos entrevistados e possíveis de serem sistematizadas em processos de:

- (a) FORMAÇÃO - formação política dos envolvidos nos conflitos; formação em agroextrativismo; diálogos com os agentes provocadores, palestras e diálogos com comitês locais, com as pastorais das igrejas e com intelectuais engajados;
- (b) COMUNICAÇÃO - panfletos e denúncias em veículos de comunicação; encenações teatrais, articulação em rede; estabelecimento de pontes, blogs, redes sociais, listas de discussão e produção de materiais que subsidiem a luta;
- (c) ARTICULAÇÃO - intervenções nos Ministérios Públicos (Estadual e Federal) e órgãos ambientais, articulações políticas, constituição de entidade jurídica para lutar pelos direitos coletivos, participação de sindicatos, conferências, assembleias populares, formação de movimento de base;
- (d) MOBILIZAÇÃO - atos públicos; audiências públicas; passeatas; marchas, cartas abertas, manifestos e abaixo-assinados.

Sobremaneira, frisamos que as alianças que são tecidas entre os sujeitos locais ou agentes de resistência com esses grupos conferem mais forças no enfrentamento dos conflitos, além disso, oferecem aos envolvidos o sentido de pertencer a um coletivo, rompendo com a sensação de estar só e fragilizado. Conforme narrativas,

“As pessoas observam e ficam frustradas com o que está acontecendo, o único acesso que temos confiável de denunciar como tentativa de combater esses problemas é por meio do movimento social. As pessoas são chantageadas para não abrir a boca, então quem não participa do movimento se sente fragilizado para tomar frente e combater ou articular para cessar os problemas”. (Pantaneira/assentada, Cáceres, RP 07).

“Percebemos que precisamos fazer a formação de base, organização política, articulação e integração de ações com outros grupos. Assim temos mais forças e eco”. (Grupo não identificado, Cuiabá, RP 06).

“Ganhamos mais força e visibilidade com articulação e o apoio que recebemos de professores como o Dr. Carlos Walter, Dra. Michèle Sato e o Fernando Xavier. Também podemos contar com a Prelazia de São Félix. Com isso, nossa luta foi reconhecida”. (Retireira, Luciara, RP 03).

Citamos com um expressivo foco de resistência, reconhecido em todo Estado, o vale do Araguaia, RP 03, notadamente, os municípios de São Félix do Araguaia e Luciara. Essa região é movida por grupos que anunciam a luta por autonomia e afrontam ao modelo do agronegócio. Destaca-se a atuação da Prelazia de São Félix do Araguaia e do bispo Dom Pedro Casaldáliga, um importante líder e parceiro nas lutas camponesas e indígenas, que desde a década de 60 denuncia as atrocidades ocorridas na região.

Justamente, essa RP, que conta com expressivo foco de resistência, registra um dos maiores números de conflitos mapeados nesta tese. Situando um dos pontos de problemas mais intensos de MT, atualmente, os indígenas Xavante da TI Maraiwãtsédé. O que desejamos evidenciar aqui são as táticas, embora ainda sem resultados, adotadas para o enfrentamento desse caso.

No caso dos Xavante, esse povo promoveu articulações em âmbito local, estadual, nacional e internacional. Alguns materiais de divulgação foram produzidos. Denúncias em jornais, blog, vídeos, dentre outras vias. Como a questão corre em trâmites jurídicos, abaixo-assinados pedindo agilidade e pressões no MPF foram feitos. Outras medidas também foram adotadas, principalmente, contra a tosca proposta do atual governador do Estado de transferir os indígenas para a UC Parque Estadual do Araguaia.

Contudo, as pressões e negligências sobre esse povo ainda continua. E algumas táticas de “guerra” estão sendo tomadas por eles.

“Há muitos anos os Xavante não faziam uma formação das crianças para a guerra, e voltaram a fazê-lo, de forma "militar" e, portanto, com a sofisticação dos modelos guerreiros que os Xavante possuem como poucos grupos. Se acontecer de perderem a paciência, o que está se delineando, haverá um massacre entram para morrer e matar... Com a lástima da morte de muita gente, uma guerra cruel, que atingirá também a população, por vezes empobrecida, que mora nos territórios tradicionais. [...] Conversamos com muitas pessoas, que conhecem e convivem com os Xavante, e pensam que estamos num limite de suportabilidade, muito pequeno”. [...]”³⁷

Esse caso emblemático leva à compreensão que quanto maior for a violência maior será a resistência. Os campos onde estabelecem as forças dominantes expandiram-se, da mesma forma, ampliaram os conflitos e as resistências. Marãiwatsédé inscreve no cenário da mais perversa barbárie da política mato-grossense, em que testemunhamos os descabros das invasões de terra, desmatamento, fome, doenças, abandono e violência. Mas, sobretudo, de insistência, teimosia, força e resistência!

Neste contexto, é possível uma mediação de conflitos? O diálogo é uma saída de intervenção neste contexto? Acreditamos que não. É preciso um posicionamento ético e justo da parte dos tomadores de decisão, firmes na consideração que a TI pertence a um povo que está sendo subjugado há anos. Assim, acreditamos que o papel mediador está no cumprimento da lei que garante aos povos originários o direito a seus territórios.

Sobre o diálogo Paulo Freire assevera que este só se dá entre iguais e diferentes, nunca entre antagônicos. Neste, no máximo, pode haver um pacto. “Em determinado momento a classe dominada aceita um pacto com a dominante, mas passada a situação, que gerou a necessidade do pacto, o conflito se reacende. É isso que a dialética ensina” (FREIRE; GADOTTI; GUIMARÃES, 1995, p. 6).

Consideramos que em muitos casos a tão clamada mediação dos conflitos torna-se um sério engodo. No cenário atual verifica-se um crescimento vertiginoso de instituições privadas, ONGs, entidades acadêmicas, associações, dentre outras entidades, envolvidas na difusão de receituários associados à resolução negociada, mediação, arbitragem,

³⁷ Essa narrativa foi enviada por correio eletrônico ao FDHT (datado no dia 30/01/2012). Neste caso consideramos melhor resguardar a identidade do relator.

facilitação e conciliação de conflitos. Buscam estratégias de negociação diretas para promover o que eles chamam de “ganhos mútuos”. Na verdade, na maioria das vezes, trata-se de maneiras de despolitizar os conflitos, de “psicologizar o dissenso”, tecnicizando o tratamento e a solução (ACSELRAD, 2004; VEIGAS, 2009a).

Gramsci (2002) já nos alertava que a base de sustentação da hegemonia reside não apenas na dominação e coerção, mas também na prática do consenso, na capacidade de gerar uma única concepção de mundo, onde o desenvolvimento econômico é um anseio universalista. Nessa perspectiva, o dissenso é a fuga do padrão do modelo de mundo imposto, por isso, precisa ser escamoteado e, quando isso não é possível, despolitizá-lo é preciso!

Assim, arditosamente a resolução negociada tira o debate sobre os conflitos socioambientais do âmbito público e político de decisão, propondo acordos diretos entre as partes envolvidas. No entanto, em sua maioria, os campos de forças nos conflitos são assimétricos e, comumente, não é possível ‘ganhos mútuos’. Nesses acordos diretos, o que se assiste são propostas dissimuladas de compensações (geralmente financeiras) por impactos ambientais irreversíveis e desestruturações sociais impagáveis.

Ressaltamos a necessidade de se ter um Estado democrático de direito atuando concomitante com os agentes afetados na “mediação” dos conflitos socioambientais, com legislações e políticas públicas que contemplem esse pressuposto primeiro da Constituição Federal. Mas, sobretudo, para que o Estado cumpra sua obrigação, o protagonismo dos *agentes de resistência* faz-se imprescindível.

Um belo exemplo de atuação dos *agentes de resistências* pode ser conhecido na RP 07, município de Cáceres. Justamente, esta região apontou a maior quantidade de conflitos socioambientais mapeados nesta pesquisa. E, por sua vez, possui um dos mais significativos grupos de resistência de MT – o FLEC. Confirmando uma das hipóteses postuladas neste trabalho, de que onde há mais conflitos há também mais movimentos de resistência.

Aqui, o conflito a ser exemplificado tange sobre a tentativa no ano 2000 de instalação da hidrovia Paraguai-Paraná.

“O que deveria ser uma audiência pública para legitimar a instalação da obra, transformou-se numa grande manifestação popular e o projeto, a partir da interferência da sociedade junto ao Ministério Público, está embargado na Justiça desde então” (Pantaneira, município de Cáceres, RP 07).

A manifestação popular citada pela entrevistada ocorreu em 14/11/2000. Neste mesmo dia e desde essa data o município de Cáceres comemora o Dia do Rio Paraguai. Esse ato não existe somente nessa data comemorativa, mas prossegue no decorrer do ano, quando esses *agentes de resistência* promovem formação política de base, assembleia populares, festejos, passeatas, marchas de solidariedade e diversas articulações com outros segmentos em prol da conservação do bioma Pantanal. A cada ano a iniciativa popular busca integrar nesse movimento mais grupos com afinidades com a questão; no ano de 2011, os participantes deliberaram um comitê organizador para a formalização do comitê da bacia do rio Paraguai, atentando para as especificidades do contexto deste rio.

As sombras da instalação da hidrovia ainda persistem no programa do PAC. Contudo, a oposição e articulação no contexto local estão ainda mais fortalecidas. Esses agentes seguem no contrapelo da história fundamentado por Walter Benjamim, ou seja, escrevendo a história do ponto de vista dos vencidos, promovem a virtude de “insurgir-se contra a tirania da realidade e nadar contra a corrente histórica” (LOWY, 2002).

Assim à guisa das considerações finais sobre as táticas de resistência, foi nossa intenção dar visibilidade a grupos que atribuem outros significados a seus territórios, que conferem outros sentidos aos elementos naturais e aferem outros meios de vida não conduzidos pelo pilar econômico. Grupos estes que caminham em direção ao inédito-viável, que marcham no sentido da utopia do possível, alcançada por meio da proteção ecológica, justiça ambiental e democracia. A utopia a que nos referimos ancora-se no pensamento de Freire (1982).

[...] “não utópica no sentido do irrealizável; não utópica no sentido de quem discursa sobre o impossível, sobre os sonhos impossíveis. Utópico no sentido de que é esta uma prática que vive a unidade dialética, dinâmica, entre a denúncia e o anúncio, entre a denúncia de uma sociedade injusta e espoliadora e o anúncio do sonho possível de uma sociedade que pelo menos seja menos espoliadora, do ponto de vista das grandes massas populares que estão constituindo as classes sociais dominadas”.

Assim, reconhecemos que são as *práxis* inventivas desses grupos que impulsionam as mudanças necessárias, para que diferentes formas de vida sejam apreciadas, diversos tipos de manejos ecológicos sejam considerados e novas propostas de superação dos conflitos socioambientais possam ser re-inventadas.

6.2 - PALAVRAS FINAIS

*Num mundo em luta, ninguém pode lisonjear-se de ter mãos puras.
Merleau-Ponty*

Esta pesquisa não tem a pretensão de eliminar arestas ou nivelar opiniões. Pelo contrário, é intenção verificar o rico caldo vigoroso das diferenças que constituem os territórios mato-grossenses. Todavia, as narrativas, somadas a subsídios secundários, desvelam que certas afirmações são passíveis de certas generalizações que não são hegemônicas como as ciências modernas, mas possuem ressonâncias parecidas. Dentre elas, a de que são os grupos sociais vulneráveis os mais atingidos pelos danos ambientais; são eles que diretamente são privados de necessidades básicas como acesso à água potável, a áreas para cultivos, à moradia, ao saneamento básico e à segurança fundiária. Provocam assim, as situações de injustiças ambientais desveladas insistentemente nesta pesquisa.

A totalidade de conflitos socioambientais mapeados, que numericamente pode ser apresentada com 194 pontos de ocorrência com 359 causas propulsoras, tendo 68 desses pontos denunciados com ameaças de morte e 12 locais sinalizam a prática desumana do trabalho escravo, oferece-nos a constatação do cenário de insustentabilidade social e ecológica do modelo de desenvolvimento instituído em MT. Afinal, a sustentabilidade incide quando as correlações de forças integram de forma equitativa os aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos, dentre outros. No entanto, em MT o peso dado ao fator econômico sobrepõe aos demais.

A evidência desse cenário ficou fortemente escancarada na lei do ZSEE sancionada em abril de 2011. O fator econômico prevaleceu sobre a proteção ecológica e a dignidade dos cidadãos desse Estado. Ao estudarmos a referida lei, percebemos o quanto os conflitos socioambientais aqui apresentados serão acirrados caso ela se mantenha. Pois,

o zoneamento de MT ao invés de ordenar o território de acordo com a vocação, o “ordenou” conforme o grau de poder de um ou outro deputado. Feito isso, sem aporte técnico e participativo.

Essa questão reflete na principal causa propulsora dos conflitos socioambientais apresentada pelos grupos sociais, a disputa pela terra (22% das causas citadas). Configurando assim, a dominação e a invasão dos territórios uma questão central na compreensão dos conflitos socioambientais existentes em MT. Afinal, a dominação e concentração de terras implicam em outras disputas como o acesso à água, à madeira, aos minérios e demais elementos naturais imprescindíveis à vida.

Além da disputa por terra, o mapeamento também revela que as principais causas diretas de mudanças nos ecossistemas que são propulsoras de conflitos, são: demanda por água (principalmente, para instalações de empreendimentos, como as PCH), desmatamento, queimada e uso abusivo de agrotóxico. Essas questões afetam os três biomas mato-grossenses de formas e intensidades distintas. Podemos considerar que os conflitos não ocorrem isoladamente, em muitos casos, coexistem e estão intrinsecamente conectados, predominando uma dinâmica dialética entre eles. Da mesma forma que existe esse imbricamento entre os conflitos, ocorre o mesmo com os agentes *provocadores*, apresentados de múltiplas formas, mas, que têm em sua base o fio condutor da expansão e manutenção do agronegócio, ora defendido pelos grandes produtores rurais, ora promovido pelos deputados da base ruralista (a maioria), ora acoitado pela esfera judicial.

Enfim um ciclo vicioso, cheio de armadilhas onde o sentido da participação entra em questionamento perene. O movimento social se arrisca, mobiliza, busca processos formativos, mune-se de meios de comunicação intensificando os cenários, promove eventos, articula e enfim participa ativamente contra a hegemonia instituída pelo mercado agrícola. Neste “articulamento³⁸”, tentamos não sucumbir às forças contrárias, aprendendo (a duras penas) também a perder e a compreender que o processo de luta é mais essencial do que a vitória em si. Sato (2012) defende a essencialidade da “ecologia

³⁸“O neologismo “articulamento” [ao invés de articulação] oferece a noção de incompletude fenomenológica, ou seja, alguns pactos políticos ainda em marcha nas arenas das lutas sociais. Coaduna com as “táticas” certeunianas, na luta que não espera os fatos acontecerem para reagir, mas essencialmente no talento em modificar as táticas e avançar na ação proativa contra a cultura hegemônica” (SATO, 2012).

de resistência”, que “sem relacionar-se diretamente com as ciências ecológicas, mas aproximando-se mais das ciências políticas, a ecologia de resistência busca religar 3 grandes dimensões filosóficas da teoria (episteme), da ação (práxis) e da ética (axioma) na tentativa de transformar o mundo em várias dimensões.

Sobremaneira, desejamos enfatizar que, ante ao mapeamento da paisagem global do Estado (macrocosmo) e aos mapeamentos das paisagens locais (microcosmo), é possível considerar que nos espaços em que os conflitos socioambientais são mais intensos, por sua vez, as táticas de resistência também são mais expressivas. Neste momento, vale reconhecer uma lacuna nesta pesquisa, pois, caberia uma maior investigação sobre esses enfrentamentos, mas, estamos convencidos que diante a tamanha urdidura de táticas deste Estado, outra tese seria necessária para contribuições mais significativas. Realçamos que as histórias narradas nesta pesquisa, embora representativas, devem ser entendidas como exemplos de uma realidade muito mais vasta e complexa e que aponta na direção de “uma espécie de renascer dos povos e renascer da esperança” (SOUZA-FILHO, 1998, p. 25).

Destarte, as narrativas corroboram que os dilemas encarados na defesa da terra, vão muito além da materialidade, ocorrem no interior das arenas de forças, no bojo dos quais os sujeitos envolvidos no conflito buscam defender suas identidades, seu modo de vida e seus valores simbólicos atribuídos ao território. É por aferirem diferentes significações ao ambiente que a questão territorial assume uma dimensão conflitiva. Desse modo, os conflitos socioambientais mapeados podem ser compreendidos como uma forte expressão dos campos de contestação e de tensão estabelecido em MT, no plano material, assim como, no plano simbólico de lutas e significações.

Neste prisma, consideramos o mapeamento dos conflitos socioambientais, aqui revelado e defendido, um importante instrumento para a reflexão e para a ação dos sujeitos envolvidos com o processo de democratização do meio ambiente, indicando condições ambientais e sociais concretas, em que se deveriam desenrolar as medidas propositivas à justiça ambiental em MT.

Alguns passos foram dados neste sentido. Com alguns resultados publicados, este mapeamento já foi apropriado pelos grupos sociais envolvidos nesta pesquisa, e, sua retroalimentação passou a ser uma bandeira de luta, desenhando-se como uma plataforma política de luta dos segmentos sociais.

Além disso, é cotado para servir como base de estudos e medidas propositivas de entendimento dos conflitos da Procuradoria de Justiça da Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística do MPE. Com isso, a proposta é que os grupos sociais afetados possam contar com mais agilidade da Justiça.

Outra questão relevante tange sobre a constituição de uma comissão de povos e grupos sociais composta durante o II Seminário de Mapeamento Social. O objetivo desta comissão é a articulação para a realização da I Conferência Estadual desses grupos, para a construção coletiva de uma proposta de Política Estadual dos Povos e das Comunidades Tradicionais.

Ademais, as informações disponibilizadas à sociedade civil, por meio de artigos publicados, mapas e relatórios, vêm sendo consultadas na elaboração de políticas públicas no Estado de MT. Um exemplo disto é a inclusão de uma linha de ação e de dados, em consonância com as informações geradas pelo mapeamento social, na atualização do Plano de Longo Prazo do Governo de Mato Grosso (MT+20). Outra contribuição importante deste estudo é que as informações deste mapeamento também serviram de subsídios para elaboração do Relatório Estadual de Direitos Humanos de Mato Grosso (JABER; SILVA; SATO, 2011).

Um site está sendo elaborado com os resultados de todo esse processo, bem como, a elaboração de materiais pedagógicos, edição de vídeos, mostras fotográficas e a ampliação da visibilidade do mapa dos grupos sociais e do mapa dos conflitos socioambientais que foram elaborados no âmbito do projeto “Mapeamento social das identidades e territórios de Mato Grosso”. Além disso, ainda em 2012, será publicado um livro com os resultados do projeto. A expectativa é que, com a apropriação das informações proporcionadas por esta pesquisa, floresçam subsídios para articular as parcerias e as alianças, para que os indivíduos e as instituições aprofundem na busca da proteção dos ecossistemas do Estado e que os grupos afetados por tantos conflitos recebam mais visibilidade e proteção.

Reconhecemos que os caminhos trilhados por esta pesquisa não são suficientes para eliminar as mazelas aqui expostas, mas, servem para escancarar tamanhas injustiças deste Estado, concomitante contribui dando visibilidade aos riscos a que estão subjugados os ecossistemas mato-grossenses e os grupos sociais que os habitam. Concordamos com Passos (2009, p.58) quando avisa que na história, por vezes, “a

grande vitória está em ter resistido e lutado sempre, lado a lado, todos os dias e a cada segundo”. Continuaremos exprimindo o grito de rebeldia contra a dominação e demonstrando seu posicionamento político e ético perante a vida.

Enfim, a epígrafe deste tópico enuncia nossa compreensão diante da miríade de conflitos socioambientais mapeados e dos enfrentamentos narrados nesta tese. Somos todos artefatos deste cenário de luta, e, por nos sentirmos parte, nos indignamos diante das injustiças ambientais. É possível que, a fúria contra as injustiças, venha à tona, de tempos em tempos, ela pode adormecer temporariamente na cotidianidade, mas jamais consegue ser esquecida. “Entretanto, a esperança ainda pode transmutar a força da indignação, em um poder que pode nos mover à concreção das nossas aspirações e desejos”. MT poderá ser um dia, quem sabe, o sinônimo de cidadania (SATO et al., 2005, p. 42).

Assim, inscritos em uma educação ambiental que almeja a transformação social com responsabilidades ecológicas, finalizamos este trabalho, na expectativa que os resultados aqui tratados, mesmo com todas as suas limitações, possam tornar um referencial aos pesquisadores, governos e à sociedade civil; que ao elaborarem as políticas públicas, consigam considerar os conflitos socioambientais nas tomadas de decisão, buscando a participação como uma das molas propulsoras da guinada conceitual, política e científica.

Inspirados na poesia de Drummond, *A Flor e a Náusea*, consideramos que as denúncias feitas neste trabalho, por muito tempo, escamoteadas e feias, anunciam um mundo novo que exige mudança e que lutamos por ele, rompendo com o gélido individualismo e com a aridez da indiferença.

A Flor e a Náusea (Carlos Drummond de Andrade)

*Uma flor nasceu na rua!
 Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
 Uma flor ainda desbotada
 ilude a polícia, rompe o asfalto.
 Façam completo silêncio, paralisem os negócios.
 Garanto que uma flor nasceu.*

*Sua cor não se percebe.
 Suas pétalas não se abrem.
 Seu nome não está nos livros.
 É feia. Mas é uma flor.
 Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.*

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AB´SABER, Aziz Nacib. **A Amazônia: do discurso à práxis**. São Paulo: EdUSP, 1996.
- ACSELRAD, Henri. Externalidade Ambiental e Sociabilidade Capitalista. In: Clóvis Cavalcanti (Org.) **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, 1994. p. 128-138.
- ACSELRAD, Henri. O zoneamento ecológico-econômico e a multiplicidade de ordens socioambientais na Amazônia. In: **Novos Cadernos Naea**. v. 3, n. 2, p. 5-15, dez. 2000.
- ACSELRAD, Henri (Org). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri; LEROY, Jean-Pierre. Novas premissas da sustentabilidade democrática. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.1, 1999.
- ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. Justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-40.
- ACT BRASIL. **Equipe de Conservação da Amazônia. Metodologia de mapeamento cultural colaborativo**. Brasília: ACT Brasil, 2008.
- ALEGRETTI, Mary. **A Construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. Brasília: 2002. 827 p. – Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental) – Universidade de Brasília, 2002.
- ALENCAR, Ana et al. **Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica**. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Belém, 2004.
- ALMEIDA, Juliana. O Caso do povo Enawene Nawe. In: JABER, Michelle; SILVA, Regina; SATO, Michèle. **Relatório Estadual dos Direitos Humanos e da Terra – Mato Grosso**. Cuiabá: De Fanti, 2011.
- ALVES, André; PUHL, João Ivo; FANK, Jônia (Orgs.). **Mato Grosso sustentável e democrático**. Cuiabá: Defanti, 2006. p. 46-57.
- ALVES, Marilene de Moura, et al. Mudanças na paisagem e classificação de ecossistemas do município de São Félix do Araguaia (MT, Brasil). In: **VIII Congresso de Ecologia do Brasil - Ecologia no Tempo de Mudanças Globais/Ecology in Time of Global Changes**, Caxambu/MG, 2007.
- ALVES, Marilene de Moura. **Caracterização ambiental e condição de uso da terra da paisagem do município de São Félix do Araguaia – MT**. 104f. Tese (Doutorado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2009.
- AMORIM, Denize. **O processo educativo na formação de um grupo de trabalho de mobilização social no caso do zoneamento de Mato Grosso**. 208p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.
- ANA/GEF/PNUMA/OEA. **Diagnóstico Analítico do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai – DAB**. Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguai (ANA/GEF/PNUMA/OEA). Brasília, 2003.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- ANEEL. **Características técnicas e informações básicas para a exploração da UHE Colíder**. 2011. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/editais_geracao/documentos/032010-ANEXO%208b20Caracter%C3%ADsticas%20T%C3%A9cnicas%20UHE%20COL%C3%8DDER%20_rev%20hcs_.pdf. Acesso em: 06 de novembro de 2011.

- APARÍCIO, Miguel. Zoneamento, a fraude dos ruralistas. In: **O ECO**. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/convidados/64-colunistas-convidados/23742-zoneamentoa-fraude-dos-ruralistas-#josc12350>>. Acesso em: 16 novembro de 2010.
- AZEVEDO, Andréa. **Legitimação da insustentabilidade?** Análise do Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais - SLAPR (Mato Grosso). 325 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009.
- BACHELARD, Gaston. **A dialética da duração**. São Paulo: Ática, 1988
- BARROS, Ana (Coord.). **Sustentabilidade e democracia para as políticas públicas da Amazônia**. Rio de Janeiro: FASE, 2000. (Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, 8).
- BARROS, Edir Pina de. **Laudo pericial histórico-antropológico**. Mato Grosso: Justiça Federal, 2007.
- BARROSO, João Carlos. **Exploração e escravidão nas agropecuárias da Amazônia mato-grossense**. 285p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BERNARDES, Júlia. Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. In: **Revista Terra Livre**. Vol 19, São Paulo: AGB, 2004.
- BERNARDES, Júlia Adão. Fronteiras em mutação nos espaços agrários do Vale do Araguaia mato-grossense. In: **XV Encontro Nacional de Geógrafos**, 2008, São Paulo.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila; Eliana Reis; Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- BICUDO, Maria, ESPÓSITO, Vitória (Org.). **A pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico**. 2 ed. Revisada. Piracicaba, SP: Ed. Unimep, 1997.
- BOSERUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Editora Polis, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- BRANDÃO JR., Amintas; SOUZA JR. Carlos. Desmatamento nos Assentamentos de Reforma Agrária na Amazônia. In: **IMAZON**. O Estado da Amazônia. 2006. Disponível em: www.imazon.org.br/...amazonia/desmatamento...assentamentos.../file. Acesso em: 08 de agosto de 2010.
- BRASIL. **Resolução nº. 001**. CONAMA, de 23 de janeiro de 1986.
- BRASIL. **Lei no. 6938/81**. Institui a Política Nacional de Meio Ambiente. Brasília, 1981.
- BRASIL. **Lei no. 9.985**, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasil, 2000. Disponível em: www.mma.gov.br/snuc. Acesso em: 03 janeiro 2007.
- BRASIL. **Decreto federal no. 4297/2002**. Estabelece critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE. Brasília, 2002.
- BRASIL. **Decreto federal no. 4.886/2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília, 2003.
- BRASIL. **Plano Nacional de Recursos Hídricos - Panorama e estado dos recursos hídricos do Brasil**. Volume 01. 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/161/_arquivos/pnrh_volume_1_161.pdf. Acesso em: 05 de novembro de 2011.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa ZEE Brasil**. 2007. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=28>>. Acesso em: 20 janeiro de 2009.

- BULLARD, Robert. Ética e racismo ambiental. In: **Revista Eco 21**, ano XV, n. 98, janeiro, 2005.
- BÜRGI, Matthias; HERSPERGER, Anna M; SCHNEEBERGER, Nina. Driving forces of landscape change – current and new directions. In: **Landscape Ecology**. v. 19 Issue: 8, 2004. p 857-868.
- CAMARGO, Ligia (Org). **Atlas de Mato Grosso** - Abordagem socioeconômico-ecológica. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.
- CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 27-47.
- CASTRILLON, Solange Ikeda. et al. Recursos hídricos em Mato Grosso: O desafio da democracia e da sustentabilidade. In: ALVES, André; PUHL, João Ivo; FANK, Jônia (Orgs). **Mato Grosso sustentável e democrático**. Cuiabá: Defanti, 2006. p. 46-57.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório 2009: violência contra os povos indígenas no Brasil**. Brasília, 2010. 143 p.
- CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório 2010: violência contra os povos indígenas no Brasil**. Brasília, 2011. 151 p.
- COCHRANE, Mark. A.; SCHULZE, Mark. D. Fire as a Recurrent Event in Tropical Forests of the Eastern Amazon: Effects on Forest Structure, Biomass, and Species Composition”. In: **Biotropica**, 31, 1999. p. 2-16.
- CORREIA. Cloude. **Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental: representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no estado do Acre**. 441p. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2007
- COUTINHO, Alexandre; CORNÉLIO, Guilherme. Precisão posicional dos dados de queimada na região do pantanal brasileiro. In: **Anais 3º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal**, Cáceres, MT, 2010. p.676 -682
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Relatório dos Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011.
- CUNHA, Rodrigo. Do ouro à soja: riquezas do Brasil Central. In: **COMCIÊNCIA** – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, n. 105, 2009. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia>>.
- DOS SANTOS, Roseli Machado. **Padrão Temporal e Espacial das Mudanças de Usos da Terra e Cenários para a Conservação da Biodiversidade Regional do Município de São Félix do Araguaia, MT**. 153f. Tese (Doutorado e Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2011.
- EMBRAPA SOJA. **Soja em números** (safra 2010/2011). 2011. Disponível em: http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?op_page=294&cod_pai=17. Acesso em: 05 de janeiro de 2012.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). Tradução Vera Lucia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. **Desenvolvimento**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FARIA, Andréa Alice da Cunha. **Ferramentas do diálogo** – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo. Brasília: MMA; IEB, 2006.
- FEARSLIDE, Philip. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e conseqüências. In: **Megadiversidade**, v. 1, n. 1. 2005. p. 113-123.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento Social como Categoria Geográfica. In: **Revista Terra Livre**, nº 15. São Paulo: AGB, 2000. p. 59-85.

- FERREIRA, Antonia M. M.; SALATI, Enéas. Forças de transformação do ecossistema amazônico. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 19, n. 54, Aug. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2011.
- FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O Desmatamento da Amazônia e a importância das áreas protegidas. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, abril 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 de maio 2011.
- FILHO, Arnaldo; SOUZA, Oswaldo Braga. **Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira**. São Paulo: ISA, 2009.
- FINLAYSON, Max et al. Ecosystems and human well-being: wetlands and water synthesis. In: ONU. **Millenium Ecosystem Assessment**, 2005. Disponível em: <http://www.maweb.org/documents/document.358.aspx.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2010.
- FIRPO, Marcelo; PACHECO, Tania. Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil. In: **Tempus Vitalis**, v. 4, p. 26-37, 2009.
- FOLEY, Jonathan et al. Amazonia Revealed: Forest Degradation and Loss of Ecosystem Goods and Services in the Amazon Basin. In: **Ecological Environment**, vol. 5, N° 1, 2007. p. 25-32.
- FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 19 ed., Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- FREIRE, Neison Cabral Ferreira; FERNANDES, Ana Cristina de Almeida. Mapas como expressão de poder e legitimação sobre o território: uma breve evolução histórica da cartografia como objeto de interesse de distintos grupos sociais. In: **Portal da Cartografia**, Londrina, v. 3, n. 1, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática para a libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3.ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O educador: vida e morte**, Graal. São Paulo, 1982.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo; GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio (Org.). **Pedagogia: diálogo e conflito**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e outros Escritos**. São Paulo: Unesp, 2000a.
- FREITAS, Saulo R. et al. Emissões de queimadas em ecossistemas da América do Sul. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 de dezembro de 2011.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- GADOTTI, Moacir; MCLAREN, Peter. **Peter McLaren e Moacir Gadotti: Um diálogo**. Disponível em: http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Pedagogia_praxis_1995.pdf. Acesso em: 23 junho de 2009.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 12 ed., tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GASPAR, Waldir José. Se ninguém me perguntar eu sei, mas quando me perguntam...In: JANUÁRIO, Elias; SILVA, Fernando Selleri. **Cadernos de educação escolas indígena** – faculdade Indígena Intercultural. Barra do Bugres: UNEMAT, v. 7, n. 1, 2009.

GEIST, Helmut J.; LAMBIN, Eric F.. Proximate causes and underlying driving forces of tropical deforestation. In: **BioScience**, v. 52, p.143-150, 2002.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 349 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo: UNESP, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GREENPEACE. **BROKEN PROMISES**: How the cattle industry in the Amazon is still connected to deforestation, slave labour and invasion of indigenous land. 2011. Disponível em: http://www.greenpeace.org/international/Global/international/publications/forests/2011/12%20pages%20ingles%20baixa_FINAL.pdf. Acesso em: 04 novembro de 2011.

GUHA, Ranajit. The small voice of history. In: Amin, Shahis, Chakrabaty, Dipesh (eds.), **Subaltern Studies**. IX. OUP, New Delhi. 1996.

GUIMARÃES, Maria Carolina S.; NOVAES, Sílvia Caiuby. **Vulneráveis**. 2010. Disponível em: <http://www.cfm.org.br/revista/bio1v3/proposta.html>. Acesso em: 10 de novembro de 2011

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

HARLEY, Brian. **Mapas, saber e poder**. 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/5724>. Acesso em: 20 de outubro de 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HOUAISS, Antônio; VILAR, Mauro Sales. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss. Ed. Objetiva, Rio de Janeiro, 2009.

IBGE. **Suplemento de Meio Ambiente -Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. 2002. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=363&id_pagina=1. Acesso em: 15 de abril de 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa da pobreza e desigualdade dos municípios brasileiros 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse dos Resultados do Censo 2010**. Publicado em 2011. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 maio 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Plataforma IBGE Cidades**. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Monitoramento de queimadas e incêndios**. 2010. Disponível em: <http://www.inpe.br/queimadas/>. Acesso em: 13 de novembro de 2011.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **DETER revela desmate de 593 km² na Amazônia em março e abril**. 2011. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=2545>. Acesso em 18 maio de 2011.

INPE; EMBRAPA. **Projeto TerraClass** - Levantamento de informações de uso e cobertura da terra na Amazônia. 2011. Disponível em: http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/sumario_executivo_terraclass_2008.pdf. Acesso em: 21 de outubro de 2011.

ISA. Instituto Socioambiental. **Relação entre Cultivo de soja e desmatamento**. 2007. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/docs/inst/docs/download/soja.pdf>>. Acesso em: 03 fevereiro de 2010.

JABER, Michelle; SILVA, Regina; SATO, Michèle. **Relatório Estadual dos Direitos Humanos e da Terra** – Mato Grosso. Cuiabá: De Fanti, 2011.

JANUZZI, Paulo de Matino. **Indicadores Sociais no Brasil**. 2 ed. Campinas: Alínea, 2003.

LACERDA, Luiz Drude de; MALM, Olaf. Contaminação por Mercúrio em ecossistemas aquáticos: uma Análise das áreas críticas. In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v 22, n. 63, de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000200011&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2012.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishing, 2009.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: **Etnográfica**. Vol iv. 2000. p. 333-354.

LEROY, Jean Pierre. Relatório da Missão ao estado de Mato Grosso (agosto 2004). In: **Relatoria Nacional para os Direitos Humanos e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: FASE; Brasília: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, 2005.

LEROY, Jean Pierre. **Territórios do futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

LÉVINAS, Emanuel. **Totalidade e infinito**. Tradução José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1988.

LIMA, Flávio. Espécies ultrapassam 200 no Coluene, alerta pesquisador. **Diário de Cuiabá**. Cuiabá: Edição nº 12328. Entrevista concedida a Renê Dióz em 28/01/2009.

LITTLE, Paul. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UNB, 2002. (Série Antropologia).

LITTLE, Paul. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. In: **Revista Horizonte antropológico** [online]. 2006, vol.12, n.25, pp. 85-103.

LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil** - um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

LOWY, Michael. A Filosofia da História de Walter Benjamin. In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.16, n.45, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01030142002000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de janeiro de 2012.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Igor. Reflexões sobre o pós-colonialismo. In: **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais**. V. 44 e 45. 2004. p. 19-32.

MALVEZZI, Roberto. Hidronegócio. In: **Revista Comciência** – reportagens Rios. nº 62, 2005. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/02/15.shtml>. Acesso em: 04 de novembro de 2011.

MARTINEZ-ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MATO GROSSO. Governo do Estado de Mato Grosso. **Projeto: Zoneamento Socioeconômico Ecológico**. Cuiabá: SEPLAN, 2008a. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/html/>. Acesso em 16 de junho de 2010.
- MATO GROSSO. Governo do Estado de Mato Grosso. **Mato grosso em números 2008**. Cuiabá: SEPLAN, 2008b.
- MATO GROSSO. **Decreto Estadual no. 1.139/2008**. Institui Comissão Estadual do Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico – CEZSEE. Cuiabá, 2008c.
- MATO GROSSO. **Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Mato Grosso**. 2009. Disponível em: http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=147&Itemid=267. Acesso em: 20 de novembro de 2011.
- MATO GROSSO. **Relatório de Monitoramento de queimadas 2008 e 2009**. Cuiabá, 2010. Disponível em: http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=137. Acesso em: 12 de dezembro de 2011.
- MATO GROSSO. **Parecer técnico conjunto SEMA/SEPLAN/2010 / Lei Zoneamento**. Cuiabá, 2010a. [mimeo].
- MATO GROSSO. **Lei n.º 9523, de 20 de abril de 2011**. Institui a política de planejamento e ordenamento territorial de Mato Grosso dá outras providências. Cuiabá, 2011.
- MAZZETTO, Carlos Eduardo. **Os cerrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão**. 292f. Tese (Doutorado em Ordenamento Territorial e Ambiental). Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2006.
- MAZZETTO, Carlos Eduardo. **Ordenamento Territorial no Cerrado brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora UFPR, n. 19, p. 89-109, jan./jun. 2009.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2 ed. Tradução Carlos Alberto de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MESQUITA, Alvino. et al. Mapeamento social da diversidade social na Pan-Amazônia. **Anais do 12º Encontro de Geógrafos de América Latina**, 2009. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area02/2223_Costa_Lima_Marcos_Vinicius_da_.pdf
- METZGER, Jean Paul. O que é ecologia de paisagens? In: **Biota Neotropica**, v. 1 p. 1-9, 2001. Disponível em: <http://www.biotaneotropica.Org.br/v1n12/pt/abstract?thematic-review+BN00701122001>. Acesso em: 12 de outubro de 2010.
- MICOL, Laurent et al. **Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação (REDD): potencial de aplicação em Mato Grosso**. Cuiabá: Instituto Centro de Vida (ICV). 2008.
- MIGNOLO, Walter. **The darker side of the Renaissance: literacy, territoriality, and colonization**. 2 ed. University of Michigan Press, Michigan, 2003.
- MIGNOLO, Walter. **Novas reflexões sobre a “ideia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 239-252, Maio/Ago. 2008.
- MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MORAES, André. et al. Embrapa Pantanal: 25 anos de pesquisas em prol da conservação do pantanal. In: **Anais do III Simpósio sobre recursos naturais e socioeconômicos do Pantanal: Os desafios do novo milênio**. Corumbá, 2000.

- MORAES, Maria José. **Trabalho escravo: da omissão do estado a CONATRAE passando pela bicicleta do padre Canuto.** 2007. Disponível em: http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/trabalho%2oescravo.htm#_ftn8. Acesso em: 22 de novembro de 2011.
- MORENO, Gislaine. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992).** Cuiabá, MT: EdUFMT, 2007.
- MORENO, Gislaine; HIGA, Tereza Cristina Souza. (Orgs.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente.** Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- MAB. MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Dados dos atingidos.** 2005. Disponível em: www.mab.org.br. Acesso em: 13 de setembro de 2009.
- MURARO-SILVA, José Orlando. Mata Cavalos: escravos e proprietários de suas terras. **Anais do X Congresso de Direito Agrário,** 2003. Disponível em: <http://www.abda.com.br/texto/JoseMuraroSilva2.pdf>. Acesso em: 22 julho de 2008.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo.** Petrópolis: Vozes, 1980.
- NELSON, G. C. et al. *Drivers of Change in Ecosystem Condition and Services.* In: ONU. **Millennium Ecosystem Assessment - Ecosystems and Human Well-being: Scenarios,** Volume 2. 2005. Disponível em: <http://www.maweb.org/documents/document.771.aspx.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2011.
- NEPSTAD, Daniel; MOREIRA, Adriana & Alencar, Ane. **A Floresta em Chamas: Origens, Impactos e Prevenção de Fogo na Amazônia.** Brasília: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, 1999.
- NOBRE, Carlos; NOBRE, Antônio. O balanço de carbono da Amazônia brasileira. In: **Revista Estudos Avançados,** vol. 16, Nº 45, 2002. p. 81-90.
- O'DWYER, Eliane Catarino. Remanescentes de quilombo no Brasil. In: **Boletim da Associação Brasileira de Antropologia – Terras de Quilombo.** Rio de Janeiro, jun-1995.
- ODUM, Eugene. **Ecologia.** Trad. Ricardo Iglesias Rios. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia das Lutas no Campo.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre.** São Paulo: AGB, n21 p. 113-156, 2º. sem. 2003.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; STÉDILE, João Pedro. **A natureza do agronegócio no Brasil.** Brasília: Via Campesina Brasil, 2005.
- ONU. United Nations. **Millennium Ecosystem Assessment.** Volume n. 1. 2005. Disponível em: <http://www.maweb.org/documents/document.765.aspx.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2010.
- OPAN. **Plano de gestão territorial – Terra indígena Rio Biá,** 2011.
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2002.
- PALMA, Daniele Cristina. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde - MT.** (Dissertação de Mestrado), Cuiabá: UFMT/ISC, 2011.
- PASSOS, Luis Augusto. Fundamentos de Filosofia: os caminhos do “pensar” para quem quer transformação. In: **Programa de Formação da CNTE - Um novo conceito de atuação sindical/Fascículo 1.** Rio de Janeiro: Esforce/EdUFMT, 2009.
- PASSOS, Luiz Augusto. **Saberes e práticas da Educação Popular Freiriana na década de 80, em Cuiabá.** Cuiabá: UFMT, 2010. (mimeo).
- PASSOS, Luiz Augusto; SATO, Michèle. Estética da Carta da Terra: pelo prazer de (na tensividade) comviver com a diversidade!. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação ambiental - abordagens múltiplas.** Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 15-36.

PEDROTTI, Débora; SATO, Michèle. Políticas públicas em educação ambiental: velho vinho engarrafado por novos enólogos. In: GALVÃO, Afonso; SANTOS, Gilberto. (Org.). **Educação, arte e mídias, gênero, raça/etnia e juventude, educação ambiental, diversidade e inclusão**. Brasília/DF: Liber Livro Editora, 2008, v. 3, p. 97-116.

PETRELLA, Riccardo. Privatização é questão de soberania. In: **Carta Maior** – Entrevista. 2003. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=1033. Acesso em: 20 de novembro de 2011.

PIGNATI, Wanderley. Injustiça socioambiental nos impactos dos agrotóxicos na saúde e ambiente no Mato Grosso. In: JABER, Michelle; SILVA, Regina; SATO, Michèle. **Relatório Estadual dos Direitos Humanos e da Terra – Mato Grosso**. Cuiabá: De Fanti, 2011.

PIGNATI, Wanderley; MACHADO, Jorge. O agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e da população do Estado de Mato Grosso. In: GOMES C., MACHADO J., PENA P. (Org.). **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, p. 245-272.

PIGNATTI, Marta Gislene; CASTRO, Sueli Pereira. A fragilidade/Resistência da Vida Humana Rurais das comunidades do Pantanal Mato-grossense, MT, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, fevereiro 2008.

PIGNATTI, Marta Gislene; CASTRO, Sueli Pereira. A fragilidade/resistência da vida humana em comunidades rurais do Pantanal Mato-Grossense (MT, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, supl. 2, p.3221-3232, 2010.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 2011** - Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos. Tradução: Strategic Agenda LLP. USA, 2011.

PNUMA; OTCA; CIUP. **Perspectivas do Meio Ambiente na Amazônia** – GEOAmazônia. Brasília, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. (Coleção Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização). Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Contra-Reforma Agrária na Lei e na Marra. In: CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Relatório dos Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011.

POTT, Arnildo; POTT, Vali Joana. Vegetação do Pantanal: fitogeografia e dinâmica. In: **Anais 2º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal**. Corumbá: Embrapa Informática Agropecuária/INPE, 2009. p.1065-1076.

PRIGOGINE, Ilya. **O Fim das Certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. CLACSO: Buenos Aires, Argentina, 2005. p. 227-278.

REPÓRTER BRASIL. **Lista Suja do Trabalho Escravo**. 2010. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/pacto/listasuja/info/pt>. Acesso em: 21 de março de 2011.

RICOEUR, Paul. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

RODRIGUES, Ana et al. Boom-and-Bust Development Patterns Across the Amazon Deforestation Frontier. **Science**, p. 1435-1497, 2009.

ROSSI, Roberto. Análise compreensiva da realidade mato-grossense. In: JABER, Michelle; SILVA, Regina; SATO, Michèle. **Relatório Estadual dos Direitos Humanos e da Terra – Mato Grosso**. Cuiabá: De Fanti, 2011.

SAMPAIO, Ricardo; SAIFI, Samira. Conflitos pela terra na Amazônia: o caso da região sudeste do Pará. In: **COMCIÊNCIA** – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2011. Disponível em:

ww.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=72&id=898&print=true. Acesso em: 03 de dezembro de 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza Santos. **Um discurso sobre as ciências**. Lisboa: Afrontamento, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Nuestra America: Reinventing a Subaltern Paradigm of Recognition and Redistribution. In: **Theory, Culture and Society**, 2001. P. 185-217.

SANTOS, Boaventura Souza Santos; NUNES, João A.. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.), **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, José Eduardo et al. **O cenário da pesquisa no diálogo ecológico-educativo**. São Carlos: RIMA, 2009.

SANTOS, Nilson. **Seringueiros da Amazônia: sobrevivente da fatura**. São Paulo: USP, 2002. 330 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

SARDINHA, Silvaney Martins. Acampamentos em Mato Grosso. In: JABER, Michelle; SILVA, Regina; SATO, Michèle. **Relatório Estadual dos Direitos Humanos e da Terra – Mato Grosso**. Cuiabá: De Fanti, 2011.

SARTRE, Jean-Paul. Prefácio a FANON. In: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SATO, Michèle. Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. In: **Educação Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 9, n. 16/17, p. 24-35, 2001.

SATO, Michèle. Resenhando esperanças por um Brasil Sustentável e Democrático [resenha]. In: **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v.12, n.22, 189-197, 2003.

SATO, Michèle. Gotas de Orvalho. In: ROESE, Alexandre; CURADO, Fernando. **Contribuições para a Educação Ambiental no Pantanal**. Corumbá: Embrapa, 2005.

SATO, Michèle. Cartografia do imaginário no mundo da pesquisa. In: ABÍLIO, F. (Org.) **Educação Ambiental para o Semiárido**. João Pessoa: EdUFPB, p. 539-569, 2011.

SATO, Michèle. Potpourri da ecologia de resistência. In: SORRENTINO, Marcos (Org.) **Políticas Públicas em Educação Ambiental**. Piracicaba: ESALQ, 2012 (no prelo).

SATO, Michèle et al. Ciências, filosofia e educação ambiental – links e deleites. In: **OLAM - Ciência e Tecnologia**. Rio Claro: v.1, n.1, p. 133-159, 2001.

SATO, Michèle et al. Metamorfoses ambulantes. In: ZAKRZEWSKI, S.; BARCELOS, V.(Orgs.). **Educação Ambiental e Compromisso Social: Pensamentos e Ações**. Erechim: URI, 2004, p.337-351.

SATO, Michèle. et al. **À margem da história amazônica**. Cuiabá: UFMT, 2005. Relatório de Pesquisa [mimeo].

SATO, Michèle et al. **I Seminário de Mobilização e Mapeamento social: Territórios e identidades de Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT, 2008. Relatório [mimeo].

SATO, Michèle, JABER, Michelle, SILVA, Regina; QUADROS, Imara; ALVES, Maria Liette. **Caderno pedagógico: comunidade quilombola de Mata Cavalu**. Cuiabá: PRINT, 2010. ISBN (9788591143603).

SATO, Michèle; PASSOS, Luiz Augusto. Versos e reversos da diversidade. In: **Simpósio sul brasileiro de educação ambiental & II Simpósio gaúcho de educação ambiental**, Anais. (Conferência de abertura). Erechim: URI, 2002, p. 115-126.

SCHLESINGER, Sergio; NORONHA, Sílvia. **O Brasil está nu!:** O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais. FASE, 2006.

- SCHUMACHER, Ernst Friedrich. **O negócio é ser pequeno**. São Paulo: Círculo do Livro, 1973.
- SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Mapeamento do Desmatamento por Bioma até 2007**. Publicação: 2008. Disponível em: http://www.sema.mt.gov.br/images/stories/templates/Desmate_por_Bioma_ate_2007.jpg. Acesso em: 04 de janeiro de 2011.
- SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Mato Grosso**. PPCDQ/MT 2009. Disponível em: http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=106&Itemid=195. Acesso em: 23 de outubro de 2009.
- SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Mapa dos Biomas Mato-Grossenses** 2010. Disponível em: http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=170&Itemid=107. Acesso em: 17 de janeiro de 2011.
- SEPLAN. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Governo do Estado de Mato Grosso. **Mato Grosso em números 2006**. Cuiabá: SEPLAN, 2006.
- SESC. Serviço Social do Comércio. **Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural do SESC Pantanal**. (Conhecendo o Pantanal, n. 3), 2 ed., Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2011.
- SICME. Secretaria de Estado de Indústria e Comércio. **Balço energético do estado de Mato Grosso e Mesorregiões**, 2008.
- SILVA, Regina. **Do invisível ao visível: o mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil**. 221f. Tese (Doutorado e Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2011.
- SIMÃO, Rosyler Cristina Santos. **Distribuição de renda e pobreza no estado de Minas Gerais**. Piracicaba. ESALQ/USP, 2004. 112 p. – Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luís de Queros”, Universidade de São Paulo, 2004.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá abaixo**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Publicações avulsas, n.1, 1997.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso** - da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- SOUZA-FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Juruá, 1998.
- SOUZA-FILHO, Carlos Frederico Marés. Multiculturalismo e direitos coletivos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Série: Reinventar a emancipação social para novos manifestos. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- VAILANT, Clóvis. Impactos econômicos do modelo de desenvolvimento econômico do estado de Mato Grosso. In: **Novos rumos**. Cuiabá: SINTEP-MT, 2005. p. 4-6.
- VIÉGAS, Rodrigo. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, p. 145-157, jan./jun. 2009.
- VIÉGAS, Rodrigo. As resoluções de conflito ambiental: da retórica da justiça para a retórica da eficácia. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Rio de Janeiro, 2009a.
- VIEIRA, Gilberto. Hidrelétricas e os impactos sobre territórios indígenas. In: JABER, Michelle; SILVA, Regina; SATO, Michèle. **Relatório Estadual dos Direitos Humanos e da Terra – Mato Grosso**. Cuiabá: De Fanti, 2011.

VIEIRA, Gilberto. **Lideranças Tapirapé são ameaçadas de morte** [mensagem pessoal]. 2011a. Mensagem recebida por <rasbio@gmail.com> em 13 novembro 2011.

VITOUSEK, et al. Human Domination of Earth's Ecosystems. In: **Science**. v. 277. 1997. p. 494-499.

WERNER, Inácio. Ameaças de morte – 2000/2010. In: JABER, Michelle; SILVA, Regina; SATO, Michèle. **Relatório Estadual dos Direitos Humanos e da Terra – Mato Grosso**. Cuiabá: De Fanti, 2011.

WERNER, Inácio. **Vamos apresentar números oficiais para contra-atacar?** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por michellejaber@gmail.com em 01 dezembro 2011a.

WWF-BRASIL. **Relatório Anual 2010**. Brasília, 2011. Disponível em: http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/relatorio_anual_wwf_brasil_2010___internet.pdf. Acesso em: 01 de setembro de 2011.

ZHOURI, Andréa; ZUCARELLI, Marcos. Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais - notas preliminares de uma pesquisa em andamento. In: **IV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2008, Brasília. IV ENANPPAS, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista do I seminário

APÊNDICE B - Quadro dos conflitos socioambientais mapeados no I Seminário de Mapeamento Social

APÊNDICE C - Mapa dos conflitos socioambientais – versão 2008.

APÊNDICE D- Roteiro de entrevista do II seminário

APÊNDICE E - Quadro dos conflitos socioambientais mapeados no II Seminário de Mapeamento Social

APÊNDICE F- Caderno Pedagógico da Comunidade Quilombola de Mata Cavalo

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista do I seminário

Cuida da casa? Como? Comida preferida? Fé em Deus? Religião? Atividades de lazer?

Estudou?
 O que ainda gostaria de aprender?

Trabalha?
 O que faz?
 Gosta do trabalho?

Um sonho...
 Mesmo que seja sem pé, nem cabeça!

Pescadores, artesãos, retireiros, quilombolas, indígenas e tantos outros grupos sociais... Você pertence a algum grupo? Qual?

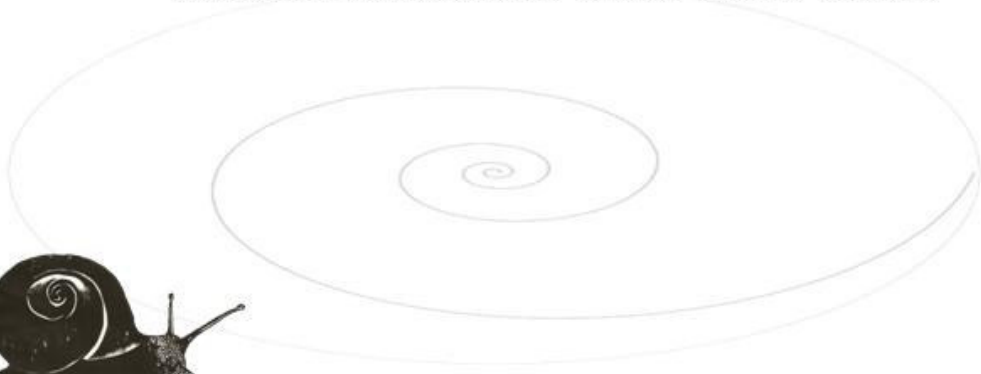
Cite uma ou algumas palavras que lembrem a IDENTIDADE

Cite uma ou algumas palavras que lembrem o TERRITÓRIO

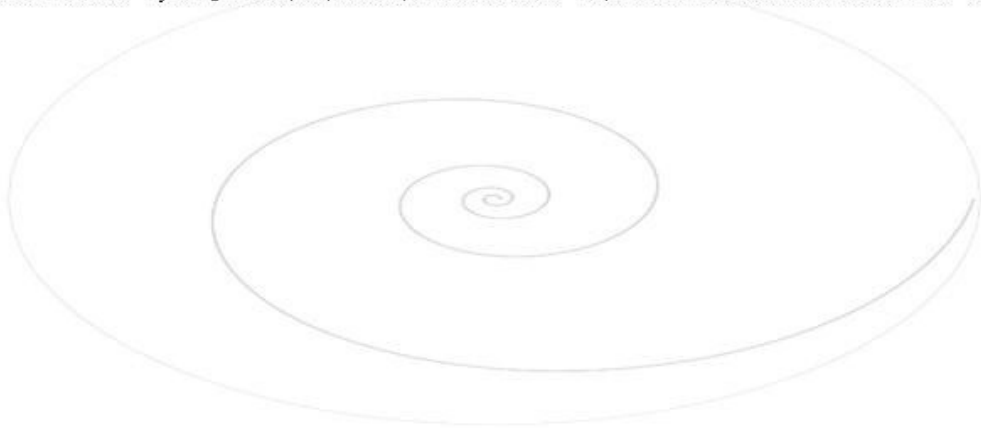
W
O
Z
O
N
E
A
M
E
N
T
O



Quais tipos de problemas [conflitos] existem no local onde você mora?



O zoneamento fixará diretrizes para que as políticas públicas possam ser construídas de acordo com as realidades. Faça algumas propostas para melhorar a qualidade de vida do local onde vive.



Comente sobre a imagem abaixo.



Localize no mapa [na parede da sala] o local onde seu grupo mora e também algum outro grupo que você conheça.

Apêndice B - Quadro dos conflitos socioambientais mapeados no I Seminário de Mapeamento Social

RP	Município mais próximo	Grupos Sociais que narraram	Problemas Ambientais	Grupos sociais envolvidos	Tipos de Conflitos	Há violência ou ameaça de morte?	Observações
01	Juína		Desmatamento ilegal. Queimadas.	PF, PM, Políticos, Ambientalistas, Indígenas		Sim	Conflitos das comunidades locais e indígenas com polícia federal, polícia militar e políticos. 80 PCH's serão construídas ao longo do Rio Juruena.
01	Juína	Gleba Iracema I, II e III	Desmatamento ilegal. Queimadas.				Territórios indígenas não demarcados.
01	Aripuanã	PA Conservan	Desmatamento ilegal. Queimadas.	Assentados x Fazendeiros, Madeireiros, Invasores	Direito de Posse de terra		
01	Cotriguaçu	PA Nova Esperança	Desmatamento ilegal. Queimadas.		Desmatamento ilegal. Queimadas.		
01	Aripuanã, Juína e Rondolandia	TI Aripuanã // Serra Morena, Roosevelt Etnia Cinta Larga	Desmatamento. Extração ilegal de madeiras. Garimpo. Poluição dos mananciais e do solo com mercúrio. Draga.	Indígenas x Fazendeiros, Madeireiros, Invasores Garimpeiros		Sim	Chacinas e muitos conflitos com indígenas e garimpeiros. Conflitos internos devido ao garimpo. Problemas com alcoolismo, drogas
01	Fontonilhas	TI Erikbatsa Escondido e Japuira	Desmatamento. Extração ilegal de madeiras. PCH Rio Juruena Rodovia (aumento do tráfego de pessoas, facilita invasão).	Indígenas x Fazendeiros, Madeireiros, Invasores Empresários e órgãos do governo.			Construção de várias PCH's no Rio Juruena
01	Colniza	TI Kawariva do Rio Pardo	Desmatamento ilegal. Queimadas. Invasões	Indígenas x Fazendeiros, Madeireiros, Invasores Pistoleiros	Direito de Posse de terra	Sim	Presença de indígenas isolados. Pistoleiros contratados para exterminar os índios isolados e evitar a demarcação da T.I.
01	Colniza	PA Filinto Muller	Desmatamento ilegal. Queimadas.	Assentados x Fazendeiros, Madeireiros, Invasores	Direito de Posse de terra	Sim	Isolamento. Ausência do Estado.
01	Colniza	RESEX Guariba Roosevelt	Desmatamento ilegal. Extração de Madeiras dentro da Resex. Queimadas.	Extrativistas x Fazendeiros, Madeireiros, Invasores		Sim	Na Resex há extração de óleo de Copaiba, Castanha do Brasil e Seringa

01	Juruena		Garimpo. Desmatamento. PCH Rio Juruena	Indígenas, Assentados, Fazendeiros, garimpeiros		Sim	
01	Juína	T.I. Enawene Nawe	Desmatamento ilegal. Invasões. Construção de PCHs. Mineração e desmatamento (região do Rio Preto) Demarcação da área ampliada.	PF, PM, Políticos, Ambientalistas, produtores rurais, Indígenas, indigenistas		Sim	Conflitos com polícia federal, polícia militar e políticos e produtores rurais. 8o PCH's serão construídas ao longo do Rio Juruena.
01	Aripuana	TI. Arara	Desmatamento. Extração ilegal de madeiras. Garimpo.	Indígenas, Fazendeiros, Madeireiros, Invasores		Sim	Conflitos internos. Problemas com alcoolismo, drogas
02	Colider	TI Kapoto-Jarina Etnia kaiapo	Invasão de Terras. Pescadores ilegais. Desmatamento.	Indígenas x invasores, pescadores fazendeiro garimpeiro		Sim	“Os não índio deixa o rastro do nosso limite” Desmatamento no entorno da TI. Conflitos entre garimpeiros e fazendeiro da BR 080.
02	Apíacas	TI Kaiabí Etnia Apiaká Etnia Kaiabí	Desmatamento ilegal. Queimadas. Garimpo. Pesca Predatória. Madeireira.	Indígenas x Madeireiros, Garimpeiros, Mineradores, Pecuaristas, Fazendeiros	Uso da Terra e Reservas Florestais	Sim	Presença na TI de uma Mineradora Internacional OBRASCAN
02	Nova Guarita					Sim	Ameaça de morte
03	Alto Boa Vista	TI Maraiwatsede	Desmatamento. Uso de Agrotóxico no entorno e dentro pelos invasores.	Indígenas x Fazendeiros (políticos, que ocupam órgão públicos(prefeitos, vereadores, deputados,etc)		Sim	Falta de alimentos. Os produtos químicos lançados na região dificultam o plantio de qualquer vegetal.
03	Cana Brava do Norte	Povo Indígena Kanela (Apanyekra)	Desmatamento.	Indígenas, Fazendeiros, Grileiros	Direito de Posse de terra	Sim	Proximidades do Rio Preto. Área não demarcada. Pistolagem.
03	Cana Brava do Norte	Povo Indígena Krenak Maxacalli	Desmatamento.	Indígenas, Fazendeiros, Grileiros	Direito de Posse de terra	Sim	Proximidades do Rio Preto. Área de 6.400ha que apesar de reconhecida pelo INCRA, ainda foi não indenizada, os fazendeiros continuam com as derrubadas, ateando fogo, queimando inclusive o "capim dourado" usado para artesanato.

03	Luciara		Desmatamento ilegal. Queimadas.	Retireiros x Invasores x Indígenas	Direito de Posse de terra	Sim	Retireiros do Araguaia. Há uma luta pela Criação de uma RDS para os retireiros.
03	Vila Rica		Desmatamento ilegal. Queimadas.	Fazendeiros x Posseiros		Sim	
03	Confresa	T.I. Urubu Branco Povo Tapirapé.	Desmatamento ilegal. Queimadas.	Fazendeiros x Posseiros		Sim	
03	Porto Alegre do Norte		Desmatamento ilegal. Queimadas.	Fazendeiros x Posseiros		Sim	
03	Alto Boa Vista					Sim	
03	Santa José do Xingu					Sim	
03	Santa Cruz do Xingu	T.I. Kapot Jarina Kaiapó				Sim	Já houve conflitos entre índios e fazendeiros. Com morte para ambos os lados. Os Kaiapó não voltaram mais na região, devido a presença de pistoleiros. “Se Kaiapó aparecer lá, eles avisaram que vão matar. Se a gente for tem que ser com muita gente.”
04	General Carneiro	T.I., São Marcos Xavante	Desmatamento ilegal. Queimadas. PCH's. Arrendamento	Indígenas x Fazendeiros		Sim	Problemas com alcoolismo, drogas
05	Primavera do Leste	TI Sangradouro / Volta Grande Etnia Xavante	Desmatamento ilegal. Arrendamento para plantio.	Indígenas x Fazendeiros		Sim	Assassinato de liderança. Arrendamento de Terras. 05 PCH's no Rio das Mortes. PCH no Rio Kuluene.
05	Rondonópolis	T.I. Teresa Cristina - Bororo	Desmatamento e pesca predatória	Indígenas x Fazendeiros			Problemas com alcoolismo, drogas. Conflitos internos
05	Paranatinga	T.I. Bakairi	Desmatamento ilegal no entorno e dentro da T.I. Arrendamento Poluição do rio Paranatinga que abastece as comunidades com pescado Queimadas Barulho de veículos e som.	Indígenas x Fazendeiros			Conflitos internos entre lideranças, funcionários saúde, educação e FUNAI. Problemas com alcoolismo, drogas e excesso de veículos. Processo de urbanização da Aldeia Central, presença de bar e jogos. Perda da alimentação tradicional.

06	Barão de Melgaço	Pantaneiros		Pantaneiros x Fazendeiros	Direito de Posse de terra		
06	N. S. Livramento	Comunidade Quilombola de Mata Cavalo		Fazendeiros x Quilombolas	Direito de Posse de terra	Sim	
06	S. P. Joselândia	Pantaneiros		Pantaneiros x RPPN Sesc Pantanal	Conflitos no uso da terra		Conflitos no uso da terra entre pantaneiros e RPPN Sesc Pantanal
06	S. P. Joselândia	Grupos de Siriri e Cururu					
06	Poconé	Comunidade Quilombola Campina da Pedra		Fazendeiros x Quilombolas	Direito de Posse de terra		
06	Poconé	Comunidade Quilombola Tanque do Padre		Fazendeiros x Quilombolas	Direito de Posse de terra		
06	Poconé	Fábricas de rapadura					
06	Barão de Melgaço		Pesca Predatória, Impacto do Turismo, Empreendimentos imobiliários no entorno das Baías	População local x turistas			
06	Chapada dos Guimarães	Comunidade Quilombola Lagoinha de Baixo		Fazendeiros x Quilombolas	Direito de Posse de terra		
06	Chapada dos Guimarães	MAB		MAB x AHE MANSO MAB x poder público	Direito de Posse de terra		Impactos da Barragem. Assentamento inadequado. Exploração dos atingidos. Prostituição Sexual.
06	Nobres		Desmatamento, Erosão. Assoreamento.	população local x turistas			Degradação de áreas protegidas por causa do turismo. Turismo Sexual. Tráfico de drogas.
06	Cuiabá e VG		Desmatamento, Erosão. Assoreamento. Destruição das APPs. Canalização dos rios e córregos. Verticalização. Lixo. Dragagem de Areia.	Imobiliárias x moradores			Violência. Trânsito. Conflitos entre bairros. Tráfico de drogas. Falta de saneamento, falta de moradia, Falta de estruturas de atendimento de saúde, exploração sexual infantil

06	S A Leverger		Desmatamento, Erosão. Assoreamento.	Pescadores Artesanais x Pescadores Profissionais			Turismo e Pesca Predatória
06	Poconé	Grupos de Siriri e Cururu					
06	Poconé		Garimpo				
06	Poconé	PA São Benedito	Garimpo	Assentados x garimpeiros			
07	Cáceres	Povo Chiquitano. Várias aldeias não demarcadas.		Fazendeiros x Indígenas políticos, FUNAI			Ocupam área na fronteira Brasil/ Bolívia. Muitos migraram para zona urbana. Fazendeiros pagam diária R\$ 7,00/ dia de trabalho para chiquitanos. Incentivam que eles se declarem não índios. E ameaçam não dar empregos. Porto Esperidião. Vila Nova-Barbecho. Portal do Encantado
07	Cáceres	Povo Chiquitano. Assentamento Indígena.					Assentamento com 40 famílias. Projeto Diocese e Itália.
07	Cáceres						Problemas urbanos: falta de saneamento, alagamento da cidade, falta de moradia, Falta de estruturas de atendimento de saúde, exploração sexual infantil
07	Cáceres	PA					Vários PA foram retirados da região de Cáceres. Foram planejados na região de Cuiabá.
07	Cáceres		Projeto Hidrovia Paraguai-Paraná				Escoamento das águas, Acidentes Ambientais
07	Cáceres	Pantaneiros		Pantaneiros x Fazendeiros	Direito de Posse de terra		
07	Cáceres	Comunidade Quilombola São Benedito		Quilombolas x Fazendeiros	Direito de Posse de terra		Fazendeiros ocupam áreas dentro do quilombo
07	Cáceres		Pesca Predatória				
07	Vila Bela	Comunidade Quilombola		Quilombolas x Fazendeiros	Direito de Posse de terra		Fazendeiros ocupam áreas dentro do quilombo.

		A Cor é Bela					Reconhecidos pela FCP.
07	Vila Bela	Quilombo Urbano Capão dos Negros.					
07	Vila Bela	Comunidade Quilombola Casalvasco		Quilombolas x Fazendeiros	Direito de Posse de terra		
07	Vila Bela	Comunidade Quilombola Valentim Martins		Quilombolas x Fazendeiros	Direito de Posse de terra		
07	Vila Bela	Comunidade Quilombola Bela Cor		Quilombolas x Fazendeiros	Direito de Posse de terra		Fazendeiros ocupam áreas dentro do quilombo. Foram expulsos de suas terras na década de 70. Reconhecidos pela FCP.
07	Vila Bela	TI Sararé	Extração ilegal de madeira e minérios	Indígenas, Fazendeiros, Garimpeiros		Sim	Operações da PF já identificou o aliciamento de índios, corrupção de funcionários públicos da FUNAI e SEMA. Problemas com alcoolismo, drogas.
07	Morraria - Cáceres	Morraria					Comunidades rurais. Terras de Santo. Terras doadas pela família Ferreira Mendes para igreja em 1911. Igreja Nossa Senhora do Carmo. Obs: Associação Memória Viva, que representa os MORROQUIANOS, da região da morraria MT 343 que liga Cáceres à Barra.
07	Rio Sepotuba	Comunidade Flora da Mata					Proposta de criação de Assentamento Ecológico para ribeirinhos, com compromissos ambientais: não desmatar, criar peixes, apicultura e extrativismo.
07	Curvelândia						Região de produção de cerâmicas.
07	Vila Bela	Povo Chiquitano					Vivem cerca de 1.000 chiquitanos. Já viviam em Vila Bela originalmente.

07	Cáceres	Povo Chiquitano					Vivem cerca de 2.000 chiquitanos
07	Porto Esperidião	Povo Chiquitano					Vivem cerca de 2.000 chiquitanos
07	Porto Esperidião	TI Portão do Encantado	Fronteira seca com a Bolívia, e ausência de fiscalização facilita o transito de traficantes, pistoleiros, assaltantes de veículos.				Conflito de terras porque família de funcionário da FUNAI tem fazenda na área. Conflitos internos. Conflitos com o destacamento do Exército. Problemas com alcoolismo, drogas
07	Comodoro	TI Lagoa dos Brincos Etnia Nambiquara					Problemas com alcoolismo, drogas
07	Pontes Lacerda		Desmatamento ilegal, Tráfico de drogas	Fazendeiros x indígenas	Direito de Posse de terra		
08	Tangará da Serra	TI Paresi do Rio Formoso	Desmatamento. Queimadas. Áreas de garimpo.	Fazendeiros, Garimpeiros, indígenas	Desmatamento no entorno de TI	Sim	TI rodeada por áreas de grandes fazendas. Há um projeto para construção de AHE dentro da TI. Alcoolismo. Pesca predatória.
08	Barra do Bugres	Comunidade Quilombola Vermelhinho	Plantações de soja e cana de açúcar. Usinas de álcool e açúcar.				
08	Campo Novo do Parecis	-	Plantações de soja e cana de açúcar. Usinas de álcool e açúcar	Fazendeiros, indígenas e pequenos agricultores	Direito de Posse de terra	-	Conflitos com grandes agropecuaristas: Fazenda Itaramati e Grupo Samelo
08	Campo Novo do Parecis	TI PARESI	Desmatamento. Queimadas. Plantações de soja e cana de açúcar. Áreas de garimpo. Várias PCH's.	Fazendeiros, indígenas	Direito de Posse de terra	Sim	Uma estrada ilegal corta a TI Paresi. Há cobrança de pedágio pelo grupo indígena. PCH's JUBA I, II, III - JUBA IV está sendo construída. Há áreas de indígenas não demarcadas. Alcoolismo.
08	Tangará da Serra	PA Antônio Conselheiro	Plantações de soja e cana de açúcar. Usinas de álcool e açúcar.	-	Desmatamento ilegal	-	Maior assentamento do Brasil. Economia Solidária.
08	Tangará da	TI Joanhina	Áreas de garimpo.	Garimpeiros, indígenas	Direito de Posse de	Sim	Tráfico de drogas na antiga BR

	Serra				terra		364
08		TI Figueiras TI Estivadinho	Desmatamento. Queimadas. Áreas de garimpo.	Fazendeiros, Garimpeiros, indígenas		Sim	Fazenda Branca
08	Barra do Bugres	T.I. Umutina	Plantações de soja e cana de açúcar. Usinas de álcool e açúcar. Acidentes com resíduos de cana no rio Bugres. Pesca predatória. Invasão da T.I. p caça.	Indígenas, polícia, FUNAI, caçadores e pescadores			Conflitos internos. Vivem da pesca e durante a piracema não recebem seguro desemprego, gera problemas com a polícia todo o ano. Problemas com alcoolismo, drogas. Falta de apoio para geração de renda.
08	Barra do Bugres	Comunidade Quilombola do Queimado	Plantações de soja e cana de açúcar. Usinas de álcool e açúcar.				
08	Porto Estrela	Comunidade Vaca Morta				Sim	Comunidades Camarinho, Morro Redondo, Vão Grande, Vãozinho
09	Brasnorte	Povo Manoki	Desmatamento, Queimadas. Todo o entorno ocupado por fazendas de soja e PCH Bocaiuva	Indígenas x Índios, Fazendeiros e empreendedores do setor energético	Ampliação e revisão de terra e a indicação de mais 3 PCHs no rio Cravari		Os Manoki também são conhecidos como Irantxe e estão a quase 20 anos reivindicando a ampliação do seu território tradicional Manoki. No dia 04/08/2008 o Ministério da Justiça expediu a Portaria declaratória n 1.429, reconhecendo de ocupação tradicional uma área de 252.000 ha, portanto determina que a FUNAI proceda a demarcação física desta área. Proximidade do vilarejo Brasnorte, a área dos Manoki vem sofrendo grande pressão dos fazendeiros com o plantio de soja.
09	Nova Maringá		Desmatamento ilegal. Queimadas.				
09	São José do Rio Claro	TI Ponte de Pedra	Degradação do Rio Ponte de Pedra. Degradação do	Fazendeiros, Indígenas	Desmatamento no entorno de TI		“Ponte de Pedra é um lugar místico dos povos Paresi”.

			Córrego Cachoeira do Pau. Desmatamento ilegal. Madeireiras. Construção de UHE.	Empresários Madeireiras, indígenas			“Não a instalação da usina”
09	Nortelândia	PA Rio Santana	Desmatamento ilegal. Queimadas.				
09	Alto Paraguai			MAB x governo Assentados, fazendeiros			
09	Alto Paraguai	APA das Nascentes do Rio Paraguai	Desmatamento ilegal. Queimadas. Destruição das Nascentes.	MAB x governo			APA ocupada por fazendeiros
09	Alto Paraguai	PA Piraputanga		Assentados, fazendeiros	Direito de Posse de terra		
09	Diamantino	PA Caéte		Assentados, fazendeiros	Direito de Posse de terra		Pressão dos fazendeiros para plantar soja nos assentamentos
09	Diamantino	PA Rio Preto	Desmatamento ilegal. Queimadas.	Assentados, fazendeiros	Direito de Posse de terra		
09	Diamantino	PA Bojui	Carvoaria. Desmatamento ilegal. Queimadas.	Assentados, fazendeiros	Direito de Posse de terra		“Pressão dos fazendeiros para invadir o Chapadão.” Desmatamento e Carvoaria nas áreas de reserva ambiental.
09	Diamantino/No va Marilandia	TI Estação Paresis	Desmatamento ilegal. Invasão da T.I. . Obras viárias, empreendimentos particulares dentro da TI.	Fazendeiros x indígenas			Pressão dos fazendeiros nas áreas de entorno e dentro da TI.
10	Lucas do Rio Verde			Prefeitura, Ambientalistas			Críticas ao projeto do Lucas do Rio Verde Legal que faz reflorestamento com eucaliptos
10	Ipiranga do Norte	PA Cristalmel					Na região tem vários PA mal sucedidos. Sub-emprego.
10	Ipiranga do Norte	PA Eldorado I e II					
10	Itanhangá	PA Itanhangá				Sim	
11	Novo Horizonte do Norte			Fazendeiros x Possesiros	Direito de Posse de terra	Sim	“ditos posseiros são tirados a bala da região”

11	Águas Claras			Pq Agricultores x Latifundiários	Direito de Posse de terra	Sim	Expulsão de pq agricultores
11	Juara	TI Apiaka/Kayabi Munduruku Etnias Apiaká/Kayabi e Munduruku	Desmatamento ilegal. Queimadas. Invasão. Garimpo e poluição. pescadores	Indígenas x Madeireiros, Pescadores, Garimpeiros		Sim	Conflitos das comunidades locais. Indígenas, fazendeiros, madeireiros e políticos
11	Juara			Madeireiros x Órgãos Ambientais, Polícia Federal	Direito de Posse de terra		Trabalho Escravo
12	Canarana, São Feliz do Xingu, Gaúcha do Norte, Querência, Feliz Natal e São Feliz do Araguaia.	TIX	Desmatamento ilegal. Queimadas. PCH's. Agrotóxicos. Garimpos Clandestinos.	Indígenas x Fazendeiros, Madeireiros	Extração ilegal de madeira. Agrotóxicos. Exploração hidrelétrica nos rios formadores do Xingu.	Sim	Habitam 15 povos com diferenças culturais e lingüísticas. Sofrem com o envenenamento por agrotóxicos dos rios que cortam o PI. Hidrelétricas e PCH's nos rios formadores do Xingu. Monocultura e uso de agrotóxico no entorno. Madeiras ilegais. Garimpos Clandestinos.
12			Desmatamento ilegal. Queimadas.	Madeireiros x Órgãos Ambientais, Polícia Federal Indígenas x Assentados, Fazendeiros	Direito de Posse de terra	Sim	
12		União do Sul	Desmatamento ilegal. Queimadas.	Fazendeiros x Acampados MST	Direito de Posse de terra	Sim	
12	BR 163			Fazendeiros x Acampados Fazendeiros x Pescadores Artesanais			Vários Acampamentos do MST, CPT, FETAGRI Muitos conflitos ao longo da BR 163
12	Guarantã do Norte	TI Panará	Desmatamento. Extração ilegal de madeiras. Soja no entorno da TI.	Indígenas x Madeireiros	Extração ilegal de madeira	Sim	
12		TI Terena Gleba Iriri		Indígenas x Fazendeiros		Sim	Conflitos na extração de palmitos

TI – Terra Indígena / PA – Projeto de Assentamento

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista do II seminário

TERRITÓRIOS & IDENTIDADES

II Seminário de Mapeamento Social

Mapeamento dos conflitos ambientais – Roteiro – 08 de outubro de 2010.

Modo como gosta de ser chamado:

Local onde mora:

01. As mudanças no local onde você mora causam problemas (conflitos ambientais)?

02. Quais grupos sociais estão envolvidos nos conflitos ambientais?

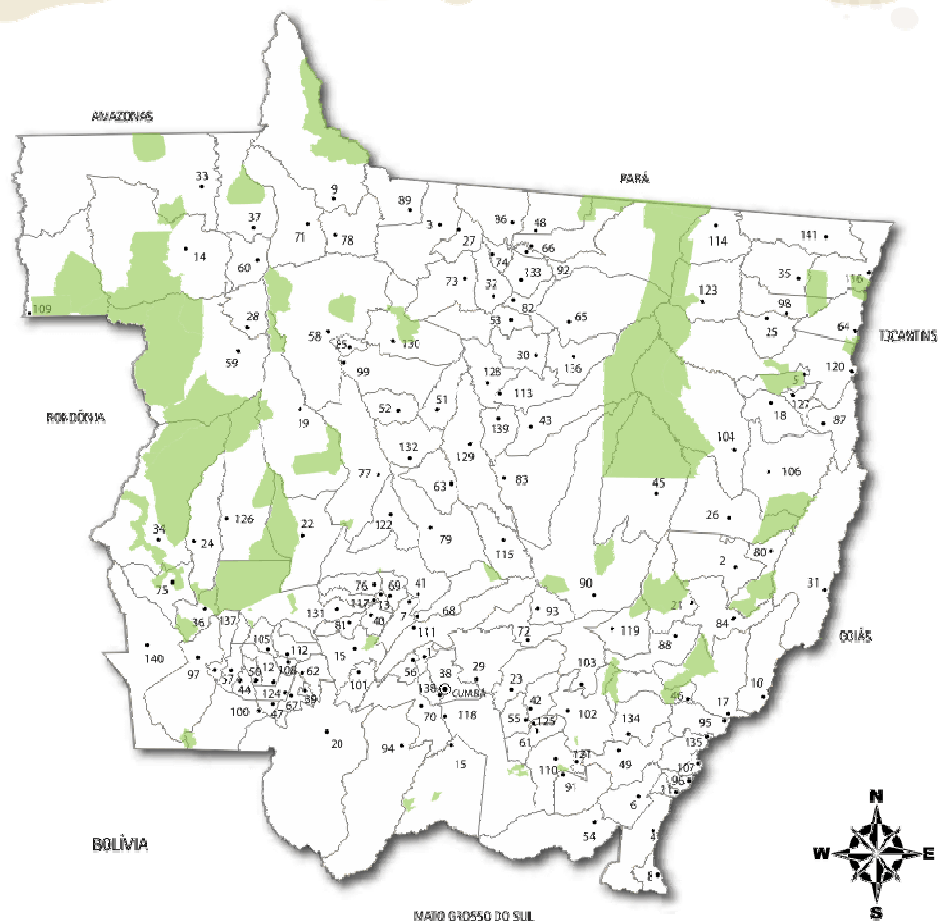
03. Há violência declarada? Quais tipos de violência? Tem ameaça de morte?

*04. Como seu grupo/comunidade/povo tem combatido esses conflitos ambientais?
Há quanto tempo?*

07. Qual a maior força do seu grupo/comunidade/povo para enfrentar esses conflitos ambientais? E qual a maior dificuldade?

Localize no mapa...

O local onde seu grupo/povo mora, escreva o nome do seu grupo e também algum outro grupo que você conheça em sua região.



- | | | | | |
|----------------------------|----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|----------------------------------|
| 1 - Acorizal | 30 - Cláudia | 59 - Juína | 88 - Novo São Joaquim | 117 - Santo Afonso |
| 2 - Água Boa | 31 - Cocalinho | 60 - Jussara | 89 - Paranaíba | 118 - Santo Antônio de Leverger |
| 3 - Alta Floresta | 32 - Colider | 61 - Jussireira | 90 - Paranatinga | 119 - Santa Antônia do Leste |
| 4 - Alto Araguaia | 33 - Colniza | 62 - Lambari D'Oeste | 91 - Pedra Preta | 120 - São Félix do Araguaia |
| 5 - Alto Boa Vista | 34 - Comodoro | 63 - Lucas do Rio Verde | 92 - Peixoto de Azevedo | 121 - São José do Povo |
| 6 - Alto Garças | 35 - Confresa | 64 - Luciânia | 93 - Planalto da Serra | 122 - São José do Rio Claro |
| 7 - Alto Paraguai | 36 - Conquista D'Oeste | 65 - Marcelândia | 94 - Poconé | 123 - São José do Xingu |
| 8 - Alto Taquari | 37 - Cotrigueçu | 66 - Matupá | 95 - Pontal do Araguaia | 124 - S. José dos Quatro Mercos |
| 9 - Apiaçás | 38 - Cuiabá | 67 - Mirassol d'Oeste | 96 - Ponte Branca | 125 - São Pedro da Cipa |
| 10 - Araguaiana | 39 - Curvelândia | 68 - Nobres | 97 - Pontes e Lacerda | 126 - Sapucaia |
| 11 - Araguaína | 40 - Denise | 69 - Nortelândia | 98 - Porto Alegre do Norte | 127 - Serra Nova Dourada |
| 12 - Araputanga | 41 - Diamantino | 70 - Nossa Sra. do Livramento | 99 - Porto dos Gaúchos | 128 - Sinop |
| 13 - Aruanópolis | 42 - Dom Aquino | 71 - Nova Bandeirantes | 100 - Porto Esperidião | 129 - Sorriso |
| 14 - Aripuanã | 43 - Feliz Natal | 72 - Nova Brasilândia | 101 - Porto Estrela | 130 - Tatagorã |
| 15 - Barrão de Melgaço | 44 - Figueirópolis D'Oeste | 73 - Nova Canaã do Norte | 102 - Poxoréu | 131 - Tangará da Serra |
| 16 - Barra do Bugres | 45 - Saída do Norte | 74 - Nova Guarita | 103 - Primavera do Leste | 132 - Tapurah |
| 17 - Barra do Garças | 46 - General Carneiro | 75 - Nova Lacerda | 104 - Querência | 133 - Terra Nova do Norte |
| 18 - Bom Jesus do Araguaia | 47 - Glória D'Oeste | 76 - Nova Marilândia | 105 - Reserva do Cacaçal | 134 - Tezouro |
| 19 - Brascote | 48 - Guaraná do Norte | 77 - Nova Maringá | 106 - Ribeirãoascalheira | 135 - Torixorôu |
| 20 - Cáceres | 49 - Guiratinga | 78 - Nova Monte Verde | 107 - Ribeirãozinho | 136 - União do Sul |
| 21 - Campinápolis | 50 - Indaial | 79 - Nova Mutum | 108 - Rio Branco | 137 - Vale de São Domingos |
| 22 - Campo Novo do Parecis | 51 - Iriranga do Norte | 80 - Nova Nazaré | 109 - Rondolândia | 138 - Várzea Grande |
| 23 - Campo Verde | 52 - Itanhangá | 81 - Nova Olímpia | 110 - Rondópolis | 139 - Vera |
| 24 - Campos de Júlio | 53 - Itaúba | 82 - Nova Santa Helena | 111 - Rosário Oeste | 140 - Vila Bela da S.S. Trindade |
| 25 - Canabava do Norte | 54 - Itiquira | 83 - Nova Ubiratã | 112 - Salto do Céu | 141 - Vila Rica |
| 26 - Canarana | 55 - Jaciara | 84 - Nova Xavantina | 113 - Santa Cermem | |
| 27 - Carimã | 56 - Jangadeia | 85 - Novo Horizonte do Norte | 114 - Santa Cruz do Xingu | |
| 28 - Castanheira | 57 - Jauru | 86 - Novo Mundo | 115 - Santa Rita do Trivelato | |
| 29 - Chapada dos Guimarães | 58 - Juara | 87 - Novo Santo Antônio | 116 - Santa Terezinha | |

□ - Área de litígio entre Municípios
■ Terras indígenas

Apêndice E - Quadro dos conflitos socioambientais mapeados no II Seminário de Mapeamento Social

RP	Município + próximo	Grupos sociais que narraram	As mudanças ambientais têm provocado problemas/conflitos	Grupos sociais envolvidos	Problemas ambientais que geram conflitos	Há violência ou ameaça de morte?	Formas de organização para combater o conflito	Maior força do seu grupo	Maior dificuldade
02	Apiacás	Assentados	Sim. A disputa pela terra tem mudado o ambiente	Assentados	Disputa pelo território, desmatamento	Sim. Já houveram prisões, assassinatos...	Marchas nas ruas, denúncias ao ministério público, mobilizações e palestras	A mobilização da comunidade	Todas imaginadas
03	Luciara	Retireiros	Sim. A “cerca” tem provocado mudanças sociais e ecológicas	Retireiros x invasores x fazendeiros	Disputa por territórios	Sim	Associação faz parcerias com a prelazia e universidades	União do grupo	Falta de demarcação da terra
03	Luciara	Retireiros	Sim. O turismo desenfreado	Retireiros x turistas	Lixo e degradação do ambiente	Sim	Associação faz parcerias com a prelazia e UNEMAT e prof. Carlos Walter	União do grupo	Falta de demarcação da terra
03	Luciara	Retireiros	Sim. As queimadas para fazer pasto acaba matando o capim nativo	Retireiros x invasores x fazendeiros	Queimadas, extinção de espécies	Sim. Contra as pessoas e ecossistemas	Associação contratou um advogado. Busca também parcerias com a prelazia e professores de universidades	União do grupo	Falta de demarcação da terra
03	Luciara	Retireiros	Sim. A pesca predatória realizada por turistas. Além disso, pessoas estranhas ao local dizem ser donas da terra. E retirada de madeira ilegal.	Retireiros x fazendeiros x pequenos agricultores	pesca predatória, Desmatamento, disputa por territórios	Sim. Os grandes fazendeiros (grileiros).	Associação contratou um advogado. Busca também parcerias com a prelazia e professores como Michèle Sato e Fernando	Força, união do grupo	Falta de demarcação da terra
03	Chapada dos Guimarães	Agricultores familiares	Sim. O desmatamento na beira do rio e a seca.	Agricultores familiares x grandes fazendeiros	Desmatamento	--	Não vejo ninguém fazer anda para resolver	--	--
05	Poxoréu. PA Mártires do Carajás	Movimento Sem terra	Sim. Com a tentativa de implantação de programas de plantio de monoculturas como: soja, cana, teça...	Trabalhadores rurais x agronegócio	Disputa por territórios	Sim. Diversos tipos de violência: psicológica, de cooptação, do poder público, discriminação,	Denúncias e trabalho com a base	Mobilização / formação política	Modelo de agricultora adotado

						partidária			
06	Chapada dos Guimarães	MAB	Sim. Não tenho mais onde mudar por causa da hidrelétrica, mudou totalmente meu jeito de viver	MAB x FURNAS	Perda do território	Sim. As violências ocorrem quando a empresa faz o levantamento/cadastro dos moradores de 10 pessoas, 3 são incluídos e 7 excluídos	Há dez anos lutando e organizando mobilizações e conscientizando contra a construção de barragens	O MAB	Conscientizar as pessoas que as usinas não trazem progresso só destruição.
06	Poconé	Quilombola	Sim	Quilombolas x fazendeiros	Disputa por territórios	Sim.	Organizando em associações e fazendo articulações há 15 anos	União pela terra	
06	Nossa S. do Livramento	Quilombola	Sim. O rio está secando...	--	Disputa por territórios	Não há violência	Reuniões com a comunidade	A fé	
06	Nossa S. do Livramento	Quilombola	Sim. As queimadas e o desmatamento	--	Queimadas e desmatamento	Não existe violência	Dialogando	--	--
06	Poconé	Quilombola	Sim. As águas estão contaminadas pelo garimpo. As famílias vivem de águas de cacimbas. Sofrem muito pela falta de água na seca. Além da contaminação do solo.	Quilombolas x garimpeiros x fazendeiros	Garimpo, falta de água potável	Não há ameaça de morte, mas somos violentados porque não temos mais a terra para produzir e manifestar nossa cultura		A resistência da comunidade.	
06	Poconé	Quilombola	Sim	Quilombolas x fazendeiros	Disputa por territórios	--	Com a resistência de nossos antepassados		Falta de apoio do governo municipal e falta de infraestrutura
06	Nossa S. do Livramento	Quilombola	Sim. A energia tem alterado o hábito cultural e ambiental da comunidade. A disputa pelo território tem descaracterizado o ambiente	Quilombolas x garimpeiros x fazendeiros	Disputa por territórios. Desmatamento	Sim	Denunciando ao ministério público e outros órgãos públicos	---	A falta de ação do governo estadual
06	Barão de Melgaço	Pantaneiro	Sim. A construção de estradas e o lixo vindo de Cuiabá e Várzea grande	Órgãos governamentais x	Lixo, construção de estradas, construções civis	Sim	Reivindicando	Diálogo	Mudar a cabeça do povo da

			tem afetado nosso ambiente e a nossas vidas. Além de construções civis na beira da baía chacororé sem licença ambiental	ribeirinhos					capital em relação ao lixo
06	Porto Brandão / Barão de Melgaço	Pantaneiro	Sim. O lixo vindo de Cuiabá tem mudado nossas vidas. O turismo tem acabado com os peixes.	--	Através de reuniões envolvendo autoridades.	Sim	Reuniões envolvendo autoridades	União dos Pescadores da colônia Z5	Falta de participação
07	Mirassol d'oeste	Assentado/ Agricultor familiar	Sim. O plantio de cana e teça no entorno do assentamento tem provocado conflitos. Com isso o uso de agrotóxicos é intenso.	Assentados x agronegócio	Disputa por territórios, uso de agrotóxicos, desmatamento, "pisoteamento" das nascentes pelos gados	Sim, contra os cortadores de cana. Envenenamento da população	Mobilização passivamente por meio de mutirão de coleta de lixo e placas nas margens dos rios. Palestras com a FASE	A própria comunidade e parcerias com ONGs .	Falta de envolvimento de todos da comunidade e para assumir a luta e ir até as últimas conseqüências.
07	Porto Esperidião	Ecologista	Sim. Falta orientação para que não haja manejo desordenado	Ecologistas x pessoas com alto poder econômico	Desmatamento	Sim.	Denúncias e organização de grupos para discutir saídas	Diálogo e articulação	Falta de recursos e falta de enfrentamento com o poder econômico
07	Vila Bela Santíssima Trindade	Quilombola	Sim. Rios estão diminuindo	Quilombolas x fazendeiros x madeireiros x invasores x mineradoras	Disputa por território e desmatamento	Sim. Pela disputa por terra está acontecendo ameaças e assassinatos	Combatendo e fazendo denúncias ao IBAMA	União	Falta de apoio de líderes políticos.
07	Vila Bela Santíssima Trindade	Quilombola	Sim	Quilombolas x fazendeiros	Valetas e desmatamento	Não existe violência	Denúncias	União da comunidade	
07	Vila Bela Santíssima Trindade	Quilombola	Sim. Desmatamento nas grandes fazendas	Quilombolas x fazendeiros x mineradores	Desmatamento	Não existe violência	Lutando para conquista do território	União da comunidade contra os fazendeiros	Falta de apoio de líderes políticos.
07	Vila Bela	Quilombola	Sim. As atividades de	Quilombolas	Pecuária	Sim. Os pequenos		União	Falta de

	Santíssima Trindade		pecuária têm mudado o ambiente	x pecuaristas		produtores rurais e quilombolas ficam acuados			respaldo de órgãos públicos
07	Vila Bela Santíssima Trindade	Quilombola	Sim. Desmatamento de matas ciliares, morte de peixes e assoreamento dos rios	Quilombolas x fazendeiros x assentados x pch's	Disputa por territórios. Desmatamento, Assoreamento	Sim.	Organizando em sindicatos e associações, denúncias a órgãos competentes	Mobilização	A burocracia
07	Morraria de Cáceres	Morroquianos	Sim. Ocupações irregulares têm alterado o ambiente	Pessoas não ligadas aos movimentos sociais		Não	Se organizando com os movimentos sociais e STR	Não temos muita força	Falta de apoio
07	Morraria de Cáceres	Morroquianos	Sim.	Morroquianos x invasores	Disputa por territórios e falta de poços artesianos	Sim, pela terra		A fé	Em ter acesso a poço artesiano
07	Morraria de Cáceres	Morroquianos	Sim. Os migrantes, fazendeiros e grileiros estão ocupando o território e alterando tudo	Morroquianos x fazendeiros x empresas de monocultura	Disputa por territórios.	Sim. violência do poder público, discriminação da cultura local Disputa por territórios	Com resistência	Apoio que recebe de algumas instituições	A perda da identidade
07	Cáceres. Campina Grande	Agricultor familiar	Sim. O acesso a água ficou restrito a uma represa particular. Estamos disputando a água	Comunidade local x fazendeiros	Disputa por territórios. O local da igreja foi ocupado	Sim. Inclusive já ocorreu morte na delimitação do território. A disputa de poder entre 2 comunidades	Participando de mobilizações, festas bíblicas. Abaixo-assinados.	A fé e a manutenção da cultura (siriri e cururu). Resistindo para não deixar vender as terras da irmandade	--
07	Cáceres. PA Limoeiro	Pantaneiro	Sim.	Moradores local x fazendeiros x gatos	Desmatamento / extração de aroeiras. Matança de animais/felinos pelos fazendeiros e abuso do Rio Paraguaizinho.	Sim. De forma velada, mas existe violência declarada de forma sutil nas rodas de conversas...	Aliança com os movimentos sociais	O movimento	Ver extraindo de seu território espécies como aroeira e jacaré e não poder fazer nada

07	Cáceres	Pantaneiro	Sim.						
08	Porto Estrela Acampamento Bocaína	Agricultores familiares	Sim. Estão derrubando a beira do rio e as seringueiras para vender madeira e fazer pastagem	SEMA, IBAMA que aparecem qdo existem queimadas para apagar	Disputa por territórios, desmatamento	Sim. Os fazendeiros ofendem (chamam de vagabundo) e pisam no acelerador do carro para fazer bastante poeira	Fazendo projeto para reflorestamento	igreja	Falta de demarcação da terra. Difícil produzir alimentos.
08	Porto Estrela	Acampados	Não	Nenhum	Não tem conflitos	Não	Não há conflitos	--	--
08	Tangará da Serra	Movimento Sem terra	Sim. Degradação e desmatamento das margens dos rios. Uso de agrotóxicos pelo agronegócio. Construção de usinas hidrelétricas causaram o esvaziamento do rio Juba e morte de muitos peixes. Existem mais de 5 projetos de PCHs no assentamento	Sem terra, agricultura camponesa x agronegócio	Desmatamento, uso de agrotóxico, e instalação de PCH's	Sim. No levantamento para instalação das PCH's no assentamento Antonio conselheiro existe pressão contra a comunidade, ameaças de morte e prisões de agricultores	Marchas nas ruas, denúncias ao ministério público, mobilizações	Mobilização e união dos sem-terra	--
08	Porto Estrela	Agricultores familiares	Sim. Várias mudanças: rios secaram, queimadas, espécies exóticas como caramujo africano	--	Queimadas urbanas, espécies exóticas	--	--	As igrejas	A violência
08	Barra do Bugres	Quilombola	Sim.	Quilombolas x fazendeiros x empresários x invasores	Pesquisadores de PCH's. Instalação de linhas de transmissão. Disputa por territórios	Não no momento. Mas, anteriormente houve muitas ameaças de morte pelos fazendeiros	Fazendo enfrentamento contra os fazendeiros, denunciando ao ministério público	Diálogo e união	Falta de comunicação
09	Diamantino	MAB	Sim. As hidrelétricas destruíram o local que morávamos e até hoje não temos moradia fixa.	MAB x FURNAS	Perda do território	Sim. A empresa fez o levantamento moradores de 10 pessoas 7 ficaram de fora / excluídos	Há dez anos lutando e organizando mobilizações e conscientizando contra a construção de barragens	O povo organizado	O discursos das empresas que dizem que as usinas trazem progresso e na verdade é só

									destruição
09	Alto Paraguai. Assent. Nova Esperança	Agricultores familiares	Sim. As queimadas tem transformado o local	Produtores rurais	Queimadas	Sim, com pistoleiros ameaçando agricultores e acampados	Reuniões para discutir saídas	A associação	--
12	Sinop. PA 12 de outubro	Movimento Sem terra	Sim. O plantio de eucalipto e teça tem alterado o ambiente	Assentados x agronegócio	Disputa por território, desmatamento, plantio de espécies exóticas	Sim. Contra as pessoas e a natureza	Com muita luta e denúncias.	Denúncias	De ser atendido nas demandas

Apêndice F – Caderno Pedagógico - Comunidade Quilombola de Mata Cavalo

ANEXOS

ANEXO A - Grupos Sociais e instituições participantes do I seminário

ANEXO B - Programação do I Seminário de Mapeamento Social

ANEXO C - Grupos Sociais e instituições participantes do II seminário

ANEXO D - Programação do II Seminário de Mapeamento Social

ANEXO E - Quadro de ameaças de morte e assassinatos no campo em MT nos últimos 10 anos.

ANEXO F - Quadro com lista das propriedades com trabalho escravo em MT.

ANEXO A - Grupos Sociais e instituições participantes do I seminário.

GRUPOS E INSTITUIÇÕES		MUNICÍPIO
1.	ADUNEMAT	SINOP
2.	APROMAV	
3.	ARPA	RONDONÓPOLIS
4.	ARTESÃOS	
5.	ASSENTADOS	ALTO PARAGUAI
6.	ASSENTADOS – COMUNIDADE BARREIRÃO	NORTELÂNDIA
7.	ASSENTADOS – COMUNIDADE PERAPUTANGA	DIAMANTINO
8.	CIGANOS – KALON	TANGARÁ DA SERRA
9.	CIMI – MT	CUIABÁ
10.	CJ-MT	JUÍNA
	CJ-MT	LUCAS DO RIO VERDE
	CJ-MT	CUIABÁ
	CJ-MT	TANGARÁ DA SERRA
11.	COMPRUP	POCONÉ
12.	CONDEMA – CÁCERES	CÁCERES
13.	CPT – ARAGUAIA	PORTO ALEGRE DO NORTE
14.	CUT – MT	CUIABÁ
15.	EXTRATIVISTA (RESEX GUARIBA)	COLNIZA
16.	FASE / FORMAD	CÁCERES
17.	FEES	CUIABÁ
18.	FETAGRI	IPIRANGA DO NORTE
19.	FLEC	CÁCERES
	FLEC	PORTO ESPERIDIÃO
	FLEC	CÁCERES
	FLEC / SIND. DOS TRABALHADORES RURAIS	POCONÉ
20.	GPEA	CUIABÁ
21.	IBAMA/ICMBIO	JUÍNA
22.	ICV	CUIABÁ
23.	INCRA – MT	CUIABÁ
24.	INDÍGENA – BAKAIRI	
25.	INDÍGENA – BORORO	RONDONÓPOLIS
26.	INDÍGENA – CHIQUITANO	CÁCERES
27.	INDÍGENA – YUDJÁ JURUNA	GUARANTÃ DO NORTE
28.	INDÍGENA – KAIABY	ALTA FLORESTA
29.	INDÍGENA – KAIAPÓ	JUÍNA
30.	INDÍGENA – KAMAIURÁ	XINGU
31.	INDÍGENA – KANELA	CANABRAVA
32.	INDÍGENA – KRIXI	JUARA/APIACÁS
33.	INDÍGENA – PANARÁ	COLÍDER
34.	INDÍGENA – PARESI	TANGARÁ DA SERRA
35.	INDÍGENA – PARESI	DIAMANTINO
36.	INDÍGENA – TERENA	GUARANTÃ DO NORTE
37.	INDÍGENA – TRUMAI	XINGU
38.	INDÍGENA – TXUCARRAMÃE	XINGU
39.	INDÍGENA – UMUTINA	BARRA DO BUGRES
40.	INDÍGENA – XAVANTE	GENERAL CARNEIRO
41.	MAB	ALTO PARAGUAI

	MAB	CHAPADA DOS GUIMARÃES
	MAB	CUIABÁ
42.	MST	CUIABÁ
	MST	CÁCERES
43.	NEPA	CUIABÁ
44.	OAB	CUIABÁ
45.	OPAN / FORMAD	CUIABÁ
46.	PASTORAL DA SAÚDE	
47.	PESCADORES / COLÔNIA Z5	CUIABÁ
48.	PETROBRÁS	
49.	PNUD	
50.	QUILOMBOLA – A COR É BELA	VILA BELA DA Ss TRINDADE
51.	QUILOMBOLA – BELA COR	VILA BELA DA Ss TRINDADE
52.	QUILOMBOLA – CAMPINA DA PEDRA	POCONÉ
53.	QUILOMBOLA – MATA CAVALO	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
54.	QUILOMBOLA – TANQUE DO PEIXE	POCONÉ
55.	RECID	SINOP/JUARA
	RECID	BARRA DO BUGRES
56.	REMTEA	CUIABÁ
57.	RETIREIRO	LUCIARA
58.	REVISTA SINA	CUIABÁ
59.	SMADES	CUIABÁ
60.	SEMA	CUIABÁ
61.	SEPLAN – MT	CUIABÁ
62.	SERINGUEIRO	ARIPUANÃ - COLNIZA
63.	SINTEP	TANGARÁ DA SERRA
64.	SINTUF	CUIABÁ
65.	UFMT	CUIABÁ

Fonte: Silva (2011)

ANEXO B - Programação do I Seminário de Mapeamento Social**24/10/2008 (UFMT)****8h ABERTURA OFICIAL DO EVENTO**

Composição da mesa: Yênes Magalhães e representantes

Facilitação: Gilberto Vieira (CIMI)

Roberto Vizentim, MMA: cenários nacionais

Tereza Vasconcelos - SEPLAN: ZSEE

Alfredo Wagner de Almeida, UFAM: mapeamento social

10h45 Debates**14h Formação de 4 GT****Facilitação: SEPLAN & SEMA****17h Mapeamento social**

Facilitação: CJMT & REMTEA

19h Atividade cultural**20h Reunião dos povos tradicionais e grupos sociais****25/10/2008 (HOTEL MATO GROSSO PALACE)****8h FÓRUM 1: MAPEAMENTO SOCIAL**

Facilitação: Herman de Oliveira (UFMT)

Antônio João Castrillon

Paulo Cesar Nunes, Agricultura familiar - PNUD

Antônio Carneiro, MST

Fernando Francisco Xavier, IBAMA

Gonçalina E. Almeida, Quilombo Mata Cavalo

Liberalino, MAB

Mariléia Peruare, MAIWU

10h45 Debates**14h Formação de 4 GT**

Facilitação: SEPLAN & SEMA

17h Mapeamento social

Facilitação: CJMT & REMTEA

19h Atividade cultural**20h Reunião dos povos tradicionais e grupos sociais****26/10/2008 (HOTEL MATO GROSSO PALACE)****8h FÓRUM 2: MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

Facilitação: Liette Alves (REMTEA)

Alexandre César, Assembléia Legislativa

Cláudia Pinho, FORMAD

Lucas Ruri'ó, MAIWU

Mário Hashimoto, Revista Sina

Marli Keller, SINTEP

Michèle Sato, UFMT - REMTEA

Miguel Aparício, OPAN, FORMAD

Waldir Berturio, ADUFMAT

10h45 Debates**14h FÓRUM 3: ENCERRAMENTO**

Facilitação: Michelle Jaber & Regina Silva (iCaracol)

Propostas

Sistematização

17h FÓRUM 3: ENCERRAMENTO

Facilitação: Michèle Sato

Encaminhamentos finais

ANEXO C - Grupos Sociais e instituições participantes do II seminário.

	GRUPOS E INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES	MUNICÍPIOS
1.	ADUNEMAT - Associação dos Docentes da Universidade do Estado de MT	Sinop
2.	Agricultores Familiares - Comunidade Piuva	Barão de Melgaço
3.	Agricultores Familiares - Comunidade São Jerônimo	Cuiabá
4.	Agricultores Familiares - Distrito União do Norte	Peixoto de Azevedo
5.	Agricultores Familiares - FLEC/FETAGRI	Cáceres
6.	Amigas da Fronteira - Assentamento Corixinha	Cáceres
7.	ARPA – Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental	Rondonópolis
8.	Assentados - Assentamento Limoeiro	Cáceres
9.	Assentados - Assentamento Margarida Alves	Mirassol D’oeste
10.	CIMI - Conselho Indigenista Missionário MT	Cuiabá
11.	CPT – Comissão Pastoral da Terra – Acampados Terra Nova do Norte	Terra Nova do Norte
12.	CPT – Comissão Pastoral da Terra – Associação dos Produtores do Tupã (APROT)	Marcelândia
13.	CPT – Comissão Pastoral da Terra – Acampados de Colíder	Colíder
14.	CPT – Comissão Pastoral da Terra – Acampados de Porto Estrela	Cáceres
15.	CPT – Comissão Pastoral da Terra – Comissão Pastoral da Terra – Acampados de Porto Estrela	Cáceres
16.	CPT – Comissão Pastoral da Terra – Acampados Jaciara	Jaciara
17.	CPT – Comissão Pastoral da Terra – Acampados Nova Canaã do Norte	Nova Canaã do Norte
18.	CPT – Comissão Pastoral da Terra – Acampados Rondonópolis	Rondonópolis
19.	CPT – Comissão Pastoral da Terra – Acampamento Irmã Doroty Stang	Nova Canaã do Norte
20.	CPT – Comissão Pastoral da Terra – Acampamento Rio Parado	Nova Santa Helena
21.	CPT – Comissão Pastoral da Terra – BR 163	Cláudia
22.	Economia Solidária	Cuiabá
23.	FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Regional Mato Grosso	Cáceres
24.	FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso	-
25.	FLEC - Fórum de Luta das Entidades de Cáceres	Cáceres
26.	FORMAD - Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento	Cuiabá
27.	GTMS – Grupo de trabalho de Mobilização Social	
28.	IFMT - Instituto Federal do Mato Grosso	Cuiabá
29.	Indígena – Apiaká / Terra Indígena Apiaká-Kayabi	Juara
30.	Indígena – Bakairi / Terra Indígena Bakairi	Cuiabá
31.	Indígena – Bororo / Terra Indígena Tereza Cristina/ Aldeia Córrego Grande	Santo Antônio do Leveger
32.	Indígena – Chiquitano / Portal do Encantado	Cáceres

33.	Indígena – Kamaiurá / Terra Indígena do Xingu	Canarana
34.	Indígena – Karajá / Terra indígena São Domingos / Aldeia Teribre	Luciara
35.	Indígena – Kayabi / Terra Indígena Kayabi / Aldeia Figueirinha	Juara
36.	Indígena – Kayabi / Terra Indígena Kayabi / Aldeia Tatuí	Juara
37.	Indígena – Panará / Terra Indígena Panará / Aldeia Masepotiti	Guarantã do Norte
38.	Indígena – Paresi	Cuiabá
39.	Indígena - Paresi/ Terra Indígena Paresi	Tangará da Serra
40.	Indígena – Rikbaktsa / Aldeia Barranco Vermelho	Brasnorte
41.	Indígena – Rikbaktsa / Aldeia Primavera do oeste	Brasnorte
42.	Indígena – Umutina / Terra Indígena Umutina	Barra do Bugres
43.	Indígena – Xavante / Terra Indígena São Marcos ONTEX – Organização Indígena Xavante Etetsiwató	Barra do Garças
44.	Indígena – Xavante / Terra Indígena Maraiwatsede	São Félix do Araguaia
45.	Instituto Caracol	Cuiabá
46.	Instituto Chico Mendes – CNPT MT	Chapada dos Guimarães
47.	Instituto Indígena Maiwu	Cuiabá
48.	MAB - Movimento dos atingidos por barragens	Chapada dos Guimarães
49.	MAB - Movimento dos atingidos por barragens	Alto Paraguai
50.	Ministério do Meio Ambiente	Brasília
51.	Morroquianos - Comunidade Nossa Senhora do Carmo – Taquaral	Cáceres
52.	Movimento da Juventude - Assentamento Rural Alegre	Porto Esperidião
53.	Movimento da Juventude - Grupo Jovem Crescer	Porto Esperidião
54.	Movimento da Juventude - Jovem Palpitar da Vida	Porto Esperidião
55.	Movimento da Juventude - Pastoral do Movimento da Juventude Rural	Sinop
56.	Movimento de Mulheres - Associação das Mulheres de Atlântica AMA	Nova Santa Helena
57.	Movimento de Mulheres Camponesas	Alta Floresta
58.	Movimento de Mulheres Camponesas	Nova Canaã do Norte
59.	MST - Cáceres	Cáceres
60.	MST - PA Martíres dos Carajás	Poxoréu
61.	MST - Tangará da Serra	Tangará da Serra
62.	MST - PA 12 de outubro	Sinop
63.	MST - Secretaria Estadual do MST	Cuiabá
64.	MST / CPT - Acampamento União Recanto Cinco Estrela	Novo Mundo
65.	MST/CPT - Acampamento	Nova Guarita
66.	MST/CPT - PA Renascer G. Gama	Nova Guarita
67.	MST/CPT - PA Renascer Raimundo Vieira III	Nova Guarita
68.	Pantaneiros - Comunidade Chacororé	Barão de Melgaço

69.	Pantaneiros - Comunidade Retiro São Bento	Barão de Melgaço
70.	Pantaneiros - Poço General	Barão de Melgaço
71.	Pantaneiros - São Pedro de Joselândia	Barão de Melgaço
72.	Pantaneiros - Cuiabá Mirim	Barão de Melgaço
73.	Pantaneiros - Grupo Cáceres	Cáceres
74.	Pequenos produtores rurais - Barreirinho	Poconé
75.	Pequenos produtores rurais - Cuiabá	Cuiabá
76.	Pequenos Produtores Rurais - STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais Cáceres	Cáceres
77.	Pequenos produtores rurais - Comunidade Santa Fé Projeto Viver do Campo	Terra Nova do Norte
78.	Pequenos produtores rurais - Comunidade Zé Alves	Poconé
79.	Pequenos produtores rurais - COOPERAGREPA	Guarantã do Norte
80.	Pequenos produtores rurais - Cooperativa de Produtores Tangará da Serra	Tangará da Serra
81.	Pequenos produtores rurais - Grupo de mulheres do igarapé do Bruno	Apiacas
82.	Pequenos Produtores Rurais - STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais Porto Esperidião	Porto Esperidião
83.	Procuradoria especializada na defesa ambiental e ordem urbanística	Cuiabá
84.	Quilombola - Instituto Afro-brasileiro de Barra do Bugres (IAFRO)	Barra do Bugres
85.	Quilombola - Associação Acorebela	Vila Bela SsTrindade
86.	Quilombola - Associação dos Remanescentes do Rio Guaporé (Bela Cor)	Vila Bela Ss Trindade
87.	Quilombola - Associação Sesmaria Boa Vida Quilombo de Mata Cavalo	Nossa S. do Livramento
88.	Quilombola - Comunidade Bela Cor	Vila Bela Ss Trindade
89.	Quilombola - Comunidade Cabeceira do Santana	Nossa S. do Livramento
90.	Quilombola - Comunidade do Jejum	Poconé
91.	Quilombola - Comunidade Pai André	Nossa S. do Livramento
92.	Quilombola - Comunidade Quilombola do Barreiro	Nossa S. do Livramento
93.	Quilombola - Comunidade Quilombola Mutuca	Nossa S. do Livramento
94.	Quilombola - Quilombo Mata Cavalo de Cima	Nossa S. do Livramento
95.	Quilombola - Quilombo Tanque do Padre	Poconé
96.	Quilombola - Quilombo Urbano Capão do Negro	Vila Bela Ss Trindade
97.	Rede de Povos e Comunidades Tradicionais Pantaneiras	-
98.	REMARPCOMTRA - Rede Mato-grossense de Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais	-
99.	REMTEA - Rede Mato-grossense de Educação Ambiental	Cuiabá
100.	Retireiros do Araguaia – Associação dos Retireiros do Araguaia (ARA)	Luciara
101.	SEDUC - Secretaria de Educação de Mato Grosso	Cuiabá
102.	SEMA - Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso	Cuiabá

103.	SEPLAN - Secretaria de Planejamento de Mato Grosso	Cuiabá
104.	Seringueiro – Reserva Extrativista Guariba Roosevelt	Colniza
105.	Sociedade Fé e Vida	Cáceres
106.	UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso	Cuiabá
107.	UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso	Cáceres
108.	UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso	Sinop
109.	UNIVAG - Centro Universitário de Várzea Grande	Cuiabá
110.	WWF - World Wide Fund for Nature	Campo Grande

*** IMPORTANTE: O privilégio da denominação masculina foi apenas para compreensão linguística, contudo, sem negligenciar as relações de gênero.

Fonte: Silva (2011)

ANEXO D - Programação do II Seminário de Mapeamento Social.

06/10 (CENTRO CULTURAL - UFMT)

14h - Abertura (Michèle Sato & Fernando Francisco Xavier)
 Mística de abertura (Fórum de Luta de Entidades de Cáceres – FLEC)
 14h30 – 16h - Mesa provocativa: **Os povos e comunidades tradicionais do Brasil e a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**
 Cláudia Calorio (Ministério do Meio Ambiente)
 Cláudia Regina Salas de Pinho (Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais)
 Carlos Eduardo Mazzeto Silva (Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG)
 Mediação: Fernando Francisco Xavier (Instituto Chico Mendes/CNPCT)
 16h – 16h15 – intervalo
 16h15 – 17h45 – Grupos de trabalhos
 18h - Abertura do VI REMTEA
 19h - Conferência de Abertura: **Eu e o outro no mundo da educação ambiental**
 Profa. Michèle Sato (GPEA, UFMT) & Prof. Luis Augusto Passos (UFMT)

07/10 (CENTRO CULTURAL - UFMT)

8h - Conferência 1: **Territorialidades e Identidades nos movimentos de resistência**
 Carlos Walter Porto-Gonçalves (UFF, Rio de Janeiro, RJ)
 Mediadora: Regina Silva (GPEA/UFMT)
 10h - Mesa Provocativa 1: **Políticas públicas em Educação Ambiental**
 Claudison Vasconcelos (Departamento de Educação Ambiental/MMA); Heitor Medeiros (REMTEA); Débora Pedrotti (SEDUC/MT);
 Provocador: Fernando Xavier (ICMBio)
 14h – 15h30 - Mesa provocativa:
Mapeamento dos territórios e grupos sociais de Mato Grosso
 Regina Silva (Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, GPEA – UFMT)
 Jhonny Martins de Jesus (Comissão Nacional de Articulação das comunidades Negras Rurais Quilombolas, CONAQ)
 Regiane Berchieli (Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN-MT)
 Mediadora: Michelle Jaber (Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, GPEA – UFMT)
 15h30 - Intervalo
 15h45 - 18h- Grupos de Trabalho
 18h - Noite de sabores, saberes e culturas

08/10 (CENTRO CULTURAL - UFMT)

8h - Conferência 2: **Diversidades nos Territórios**
 Gilberto Vieira dos Santos (CIMI/MT)
 Aloir Pacini (Departamento de Antropologia/UFMT)
 10h - Mesa Provocativa 2:
Participação e Controle Social nas políticas públicas ambientais
 Alonso Batista (Fórum de lutas das Entidades de Cáceres, FLEC); Mariléia Taiua (Instituto Maiwu); Wanderei Antonio Pignati (Instituto de Saúde Coletiva/UFMT)
 Provocadora: Maria Liette Alves (GPEA/UFMT)
 14h - 15h30 - Grupos de Trabalho
 15h30 - Intervalo
 15h45 - 18h- **Mesa com representantes dos Grupos Sociais para relatoria dos GTs**
 Relato de experiência do Sr. Hamilton José da Silva
 (Rede Puxirão de Comunidades Tradicionais/PR - CNPCT)
 Mediador: Fernando Xavier (ICMBio)
 19h - Conferência 3: **Territórios, Identidades e Temporalidades**
 Rogério Haesbert (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ); Marcos Sorrentino (Esalq, Piracicaba, SP); Mediadora: Michèle Sato (GPEA/UFMT)
 20h - Noite de sabores, saberes e culturas

09/10 (HOTEL FAZENDA MATO GROSSO)

08h - 12h - **Reunião para Discussão da Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**
 Rubem Sales (Associação dos Retireiros do Araguaia - CNPCT)
 Cláudia Calorio (Ministério do Meio Ambiente)
 Cláudia Regina Sala de Pinho (Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras – CNPCT)
 Jhonny Martins de Jesus (Comissão Nacional de Articulação das comunidades Negras Rurais Quilombolas, CONAQ)
 Mediador: Fernando Francisco Xavier (Instituto Chico Mendes/CNPCT)

Anexo E - Quadro de ameaças de morte e assassinatos no campo em MT nos últimos 10 anos.

Ameaças de morte 2000 - 2010					
Nome	Municípios	Local do Conflito	Data	Categoria	Situação da Violência
Adão Correa Moraes	Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	18/12/2007	Assentado	Tentativa/Ameaça Exp.
Adenivaldo Rozenti Rocha	Brasnorte/ Marcelândia	Fazenda Floresta	14/8/2004	Trab. Rural	Trabalho escravo
Aleandro de Sousa	Confresa/ Vila Rica/ Santa Terezinha	Fazenda Bridão Brasileiro	10/12/2002	Sem - terra	Despejos
Altair	Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	20/4/2007	Assentado	Tentativa/Ameaça Exp.
Ananias Marques Gregório	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	22/7/2005	Liderança	Expulsão
Antônio João Cardoso Murtinho	Pontes e Lacerda	Ameaças no Vale do Guaporé	1/4/2002	Liderança	Perseguição Política
Antônio José Zanatta	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	28/10/2003	Político	Tentativa/Ameaça Exp.
Antônio José Zanatta	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	12/10/2005	Político	Expulsão
Antônio Leréia	Canabrava do Norte	P. A. Liberdade/Faz. Uirapuru	9/3/2004	Assentado	Tentativa/Ameaça Exp.
Antônio Máximo	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	22/6/2005	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Antônio R. da Silva	Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	2/3/2009	Sem - terra	Grilagem
Antônio Rogério, "Tonhão"	Novo Mundo	Gleba Nhandu/P.A. Orestes/Balsa Teles Pires	10/7/2009	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Assentada de Ipiranga do Norte	Ipiranga do Norte	Assentamento em Ipiranga do Norte	1/9/2004	Assentado	Pistolagem
Assentado da Gleba Macife I	Ribeirão Cascalheira/ Alto da Boa Vista/ Serra Nova Dourada	Assent. Macife I/Retiro Mureré	1/9/2006	Assentado	Ameaça de Despejo
Assentado de Ipiranga do Norte	Ipiranga do Norte	Assentamento em Ipiranga do Norte	1/9/2004	Assentado	Pistolagem
Assentado de Itanhangá	Tapurah/ Itanhangá	Assentamento Itanhangá	1/9/2004	Assentado	Pistolagem
Ativistas da OPAN e Greenpeace	Juína	T. I. Enawenê-Nawê/Adowinã/Rio Preto	20/8/2007	Integrante de ONG	Invasão
Aurélio Chiquitano	Porto Espiridião	Portal do Encantado/Vila Nova Barbecho/Com. N. Sra. Aparecida/Chiquitanos	2/3/2009	Liderança	Conflito em Área Indígena
Balduino Loebens	Juína	T. I. Enawenê-Nawê/Adowinã/Rio Preto	29/10/2006	Religioso	Conflito em Área Indígena
Cícero Severino Oliveira	Novo Mundo	Gleba Nhandu/P.A. Orestes/Balsa Teles Pires	10/7/2009	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
D. Pedro María Casaldáliga Pla	São Félix do Araguaia	T.I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	10/12/2003	Religioso	Ausência de Políticas Públicas
D. Pedro María Casaldáliga Pla	São Félix do Araguaia	T.I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	20/8/2004	Religioso	Tentativa/Ameaça Exp.
Damião Xavante	São Félix do Araguaia/ Alto da Boa Vista	T.I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	2/3/2009	Índio	Conflito em Área Indígena
Deninho José Hendges	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	29/6/2003	Liderança	Perseguição Política
Dorvalino da Silva	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	12/7/2005	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Dorvalino Savi Veronésio	Novo Mundo	Gleba Nhandu/P.A. Orestes/Balsa Teles Pires	10/7/2009	Ag. pastoral	Tentativa/Ameaça Exp.
Dorvalino Savi Veronezi	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	22/6/2005	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Dulcelino de Pontes Silva	Chapada dos Guimarães	Usina de Manso/Furnas/Faz. do Mamão	7/5/2002	Liderança	Assentamento inadequado
Edilson Conceição dos Santos	Gaúcha do Norte	Fazenda Maringá	5/5/2004	Trab. Rural	Trabalho escravo

Edimilson Bataro Bororo	Poxoréu	T.I. Jarudori/Bóe-Bororo/Aldeia Nova	2/3/2009	Índio	Conflito em Área Indígena
Edson Beiritz	São Félix do Araguaia/ Alto da Boa Vista	T.I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	13/1/2004	Funcionário Público	Tentativa/Ameaça Exp.
Edson Rodrigues	Juína	T. I. Enawênê-Nawê/Adowinã/Rio Preto	20/8/2007	Integrante de ONG	Invasão
Elias Monteiro da Silva	Sorriso/ Nova Ubiratã	Assent. Boa Esperança I/Gleba Entre Rios	6/2/2002	Liderança	Ausência de Políticas Públicas
Eunice de Carvalho	Nova Ubiratã	P. A. Santa Terezinha	17/7/2006	Liderança	Pistolagem
Evair Donizete Mourão	Pontes e Lacerda	Ameaças no Vale do Guaporé	1/4/2002	Liderança	Perseguição Política
Ezequias Alves deAlmeida	Colniza	Fazenda ReunidasCapabraba	18/7/2009	Liderança	Despejos
Fernando Rasenheski	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	12/7/2005	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Floriano Verom Boas	Feliz Natal	Assentamento Ena	11/11/2003	Trab. Rural	Assentamento inadequado
Francisco Antunes, "Chico da Londrina"	Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	20/4/2007	Assentado	Tentativa/Ameaça Exp.
Gilberto Rodrigues Soares	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	12/7/2005	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Gilberto Silva de Oliveira	Juruena/ Juara	Fazenda Florida	1/3/2004	Trab. Rural	Trabalho escravo
Giovano Alves Martins	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	12/7/2005	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Gonçalina Almeida	Nossa Senhora do Livramento	Quilombo Mata Caval/Mutuca	23/12/2003	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Marido de Gonçalina Almeida	Nossa Senhora do Livramento	Quilombo Mata Caval/Mutuca	23/12/2003	Quilombola	Tentativa/Ameaça Exp.
Filha de Gonçalina Almeida	Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vida/Quilombo Mata Caval/Mutuca	23/12/2003	Quilombola	Tentativa/Ameaça Exp.
Imbelino Lacerda da Silva	Confresa	Faz. Lucrean/Tupaciguara	7/2/2001	Sem - terra	Tentativa/Ameaça Exp.
Irineu da Silva Malheiros	Confresa	Faz. Lucrean/Tupaciguara	4/3/2001	Presidente de STR	Tentativa/Ameaça Exp.
Irmã LeonoraBruneto	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	1/9/2006	Religiosa	Tentativa/Ameaça Exp.
Irmã LeonoraBruneto	Novo Mundo	Gleba Nhandu/P.A. Orestes/Balsa Teles Pires	10/7/2009	Religiosa	Tentativa/Ameaça Exp.
Irmã LeonoraBruneto	Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	31/3/2010	Religiosa	Tentativa/Ameaça Exp.
Irmã LeonoraBrunetto	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	28/10/2003	Religiosa	Tentativa/Ameaça Exp.
Irmã LeonoraBrunetto	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	14/4/2005	Religiosa	Tentativa/Ameaça Exp.
Irmã LeonoraBrunetto	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	5/4/2007	Religiosa	Tentativa/Ameaça Exp.
Isidoro Salomão	Pontes e Lacerda	T. I. Chiquitano da Baía Grande	1/1/2006	Religioso	Conflito em Área Indígena
Jacinto Pedro Marcon	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	12/7/2005	Político	Tentativa/Ameaça Exp.
Jacinto Pedro Marcon	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	28/10/2003	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
João da Angélica	Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	5/11/2006	Assentado	Tentativa/Ameaça Exp.
João da Angélica	Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	20/4/2007	Assentado	Tentativa/Ameaça Exp.
João de Souza, "João da Angélica"	Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	19/6/2009	Liderança	Ameaça de Despejo
João Lima	Tapurah/ Itanhangá	Assentamento Itanhangá	2/3/2009	Liderança	Política Agrícola
José Epaminodas Borges Ferreira	Pedra Preta	Faz. Fumas/Sto. Antônio do Norte	21/3/2003	Liderança	Falhas da Política de Assentamento

José Ferreira Paiva	Pontes e Lacerda	Ameaças no Vale do Guaporé	1/4/2002	Dirigente sindical	Perseguição Política
José Galvan	Gaúcha do Norte	Fazenda Maringá	5/5/2004	Trab. Rural	Trabalho escravo
José Gomes Cardoso	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	12/7/2005	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
José Lopes Sobrinho +2005	Vila Bela da Santíssima Trindade	Assassinato de José Lopes Sobrinho	1/9/2004	Presidente de STR	Pistolagem
José Luís da Silva +2001	Cuiabá	Morte de José Luís	31/8/2001	Liderança	Sem Informação
José Roberto Nazaret, "Zé Timbó"	Nova Canaã do Norte	Gleba Santa Edwirges I	20/7/2005	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
José Serafim	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	12/7/2005	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Jovino Freitas Silveira	São Félix do Araguaia	Região dos Baianos/Gleba Macuco/Sítios Sta. Maria/Sol Nascente	7/10/2009	Posseiro	Expulsão
Laudice	São Félix do Araguaia	Região dos Baianos/Gleba Macuco/Sítios Sta. Maria/Sol Nascente	7/10/2009	Posseira	Expulsão
Lauro Penzkoski	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	22/6/2005	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Leonar Cesar Folle	Nova Mutum/ Lucas do Rio Verde	Gleba Ribeirão Grande	29/7/2001	Dirigente sindical	Despejos
Liderança do Assentamento Marzagão	Rosário do Oeste	Gleba Mazargão/Sucuri	22/2/2003	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Lourdes Christ	Aripuanã/ Colniza	T. I. Rio Branco Alegria /Arara	15/12/2006	Religioso	Conflito em Área Indígena
Luís Carlos Pereira da Silva	Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	28/4/2003	Trab. Rural	Trabalho escravo
Luiz Pereira da Silva	Confresa	Fazenda de Luiz Correia	27/6/2006	Trab. Rural	Conflito Trabalhista
Luiza Ferreira	Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	20/4/2007	Assentada	Tentativa/Ameaça Exp.
Manoel Vitor	Feliz Natal	Assentamento Ena	11/11/2003	Trab. Rural	Assentamento inadequado
Marcelo Cristovão de Almeida	Confresa	Faz. Lucrean/Tupaciguara	4/3/2001	Assentado	Tentativa/Ameaça Exp.
Márcio Francisco de Oliveira	Pedra Preta	Faz. Furnas/Sto. Antônio do Norte	21/3/2003	Liderança	Falhas da Política de Assentamento
Maria Aparecida Tore Ekuneu	Poxoréu	T.I. Jarudori/Bóe-Bororo/Aldeia Nova	9/3/2007	Índia	Conflito em Área Indígena
Maria Aparecida Toro Ekureudo	Poxoréu	T.I. Jarudori/Bóe-Bororo/Aldeia Nova	2/3/2009	Liderança	Conflito em Área Indígena
Marlene Bispo da Silva	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	12/7/2005	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Maurício Inácio da Costa	São Félix do Araguaia	Região dos Baianos/Gleba Macuco/Sítios Sta. Maria/Sol Nascente	7/10/2009	Posseiro	Expulsão
Mauro Gomes Duarte +2005	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	12/10/2005	Liderança	Expulsão
MenakalesseneEnawenê	Juína	T. I. Enawenê-Nawê/Adowinã/Rio Preto	8/9/2007	Índio	Invasão
Mestre Mário Bordignon	Poxoréu	T.I. Jarudori/Bóe-Bororo/Aldeia Nova	27/12/2006	Religioso	Conflito em Área Indígena
Mestre Mário Bordignon	Poxoréu	T.I. Jarudori/Bóe-Bororo/Aldeia Nova	9/3/2007	Religioso	Conflito em Área Indígena
Michèle Sato	Cuiabá	Ameaça a Michèle Sato	5/5/2005	Ambientalista	Questão Ambiental
Miguel Wink	Feliz Natal	Assentamento Ena	11/11/2003	Trab. Rural	Assentamento inadequado
Nelson Pereira dos Santos	Vila Rica	Fazenda Ouro Verde	30/3/2010	Trab. Rural	Superexploração
Nero Romeu Costa, "Totó" + 2003	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	28/10/2003	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.

Neta de Laudice e Maurício	São Félix do Araguaia	Região dos Baianos/Gleba Macuco/Sítios Sta. Maria/Sol Nascente	7/10/2009	Criança	Expulsão
Neair José Rodrigues de Almeida	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	22/6/2005	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Neair "Bugão"	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	12/7/2005	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Neair José Rodrigues de Almeida	Novo Mundo	Gleba Nhandu/P.A. Orestes/Balsa Teles Pires	10/7/2009	Ag. pastoral	Tentativa/Ameaça Exp.
NilfoWadscheer	Nova Mutum/ Lucas do Rio Verde	Gleba Ribeirão Grande	29/7/2001	Presidente de STR	Despejos
NilfoWandscheer	Nova Mutum/ Lucas do Rio Verde	Gleba Ribeirão Grande	29/11/2002	Presidente de STR	Tentativa/Ameaça Exp.
NilfoWandscheer	Nova Mutum/ Lucas do Rio Verde	Gleba Ribeirão Grande	30/11/2003	Presidente de STR	Ausência de Políticas Públicas
NilfoWandscheer	Nova Mutum/ Lucas do Rio Verde	Gleba Ribeirão Grande	12/7/2005	Presidente de STR	Pistolagem
Paulo Adário	Juína	T. I. Enawênê-Nawê/Adowinã/Rio Preto	20/8/2007	Integrante de ONG	Invasão
Paulo Isaac	Poxoréu	T.I. Jarudori/Bóe-Bororo/Aldeia Nova	9/3/2007	Aliados	Conflito em Área Indígena
Pedro Moreira Duarte	Canabrava do Norte/ Porto Alegre do Norte	Gleba Rio Preto	19/9/2005	Posseiro	Tentativa/Ameaça Exp.
Pedro Doido	Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	20/4/2007	Assentado	Tentativa/Ameaça Exp.
Pedro Moreira Duarte	Canabrava do Norte/PAN	Gleba Rio Preto	12/5/2006	Posseiro	Despejos
Pedro Moreira Duarte	Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	18/12/2007	Assentado	Tentativa/Ameaça Exp.
Quatro líderes do Acamp. Claudinei de Barros	Sinop	Sinop Agroquímica/Acamp. Claudinei de Barros	17/1/2004	Liderança	Pistolagem
Ronaldo Galvan	Gaúcha do Norte	Fazenda Maringá	5/5/2004	Trab. Rural	Trabalho escravo
Rosimar	Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	18/12/2007	Assentado	Tentativa/Ameaça Exp.
Santa de Jesus F. Rodrigues	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	20/6/2009	Ag. pastoral	Grilagem
Sebastião Antunes Borges	Nova Mutum/ Lucas do Rio Verde	Gleba Ribeirão Grande	29/7/2001	Dirigente sindical	Despejos
Sebastião Antunes Borges	Nova Mutum/ Lucas do Rio Verde	Gleba Ribeirão Grande	29/1/2002	Dirigente sindical	Tentativa/Ameaça Exp.
Sebastião Carlos Moreira	Juína	T. I. Enawênê-Nawê/Adowinã/Rio Preto	29/10/2006	Missionário	Conflito em Área Indígena
Sebastião Patrocínio da Silveira	Confresa/Vila Rica/Santa Terezinha	Fazenda Bridão Brasileiro	10/12/2002	Sem - terra	Despejos
Simplício Francisco Bispo	Confresa	Faz. Lucrean/Tupaciguara	7/2/2001	Sem - terra	Tentativa/Ameaça Exp.
Teobaldo F. de Almeida	Novo Mundo	Gleba Nhandu/P.A. Orestes/Balsa Teles Pires	10/7/2009	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Teresa Conceição Arruda	Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vida/Quilombo Mata Cavalu/Mutuca	18/3/2003	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Urias Marques Gregório	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	22/7/2005	Liderança	Expulsão
Valdir Seze	Nova Canaã do Norte	Acampamento Irmã Dorothy	2/3/2009	Liderança	Grilagem
Valdir Wohlenberg	Ipiranga do Norte	Fazenda Novo Eldorado	30/11/2003	Trab. Rural	Sem Informação
Valmireide Zoromará + 2009	Diamantino/ Nova Marilândia/	T.I. Estação Paresi/Ponte de Pedra/Faz. São Jorge	1/10/2008	Liderança Indígena	Conflito em Área Indígena
Vilma Yoshiko Takahashi Cardoso	Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	12/7/2005	Liderança	Tentativa/Ameaça Exp.
Welder Divino da Silveira	Confresa/ Vila Rica/ Santa Terezinha	Fazenda Bridão Brasileiro	10/12/2003	Sem - terra	Despejos

Ameaçados da lista que foram assassinados

Anexo F - Quadros com listas das propriedades com do trabalho escravo em MT.

Município	Imóvel	Data	Libertos	Tipo de trabalho
Apiacás	Faz. Araguaia	10/04/2010	06	Pecuária
Apiacás	Faz. Costa Norte	12/09/2010	03	Pecuária
Apiacás	Faz. Matão	10/04/2010	06	Pecuária
Juara	Faz. Paineiras	25/04/2010	07	Pecuária
Nova Bandeirante	Faz. Flor da Mata	22/05/2010	04	Pecuária
Nova Bandeirante	Faz. Formosa	22/05/2010	02	Pecuária
Nova Bandeirante	Faz. Recreio II	15/05/2010	05	Pecuária
Nova Canaã do Norte	Faz. Beija Flor	02/08/2010	08	Pecuária
Nova Ubiratã	Faz. Paralelo 12	25/09/2010	04	Pecuária
Novo Mundo	Faz. Beira Rio	30/10/2010	04	Mineração
Novo Mundo	Faz. Do Edmar Koller Heller	30/10/2010	02	Mineração
Paranaíta	Faz. São Cristóvão	05/06/2010	06	Pecuária
Rondolândia	Faz. Peralta	05/06/2010	11	Pecuária
Tabaporã	Carvoaria Ouro Preto	15/03/2010	01	Carvoaria
Tapurah	Faz. Paraíso da Amazônia	10/11/2010	07	Soja
Vila Rica	Faz. Califórnia	15/03/2010	05	Pecuária
Vila Rica	Faz. Reunidas	30/09/2010	08	Pecuária

Fonte: CPT (2011)

Proprietário	Nome da propriedade	Localização	Município de MT	Número de trabalhadores	Ramo de atividade
AG Construtora Ltda. ME	Fazenda Toledo	-	Tapurah	16	Construção civil
Agropecuária São José	Fazenda Reunidas	BR-080, Km 150, Zona Rural	São José do Xingu	16	Pecuária
Alcoopan Álcool do Pantanal	Fazenda Olho D'Água	Estrada Coenge, km 16	Poconé	318	Cultivo de cana-de-açúcar e fabricação de álcool
Antônio Carlos Françolin	Fazenda Taiacu	Projeto Beleza Oeste	Vila Rica	8	Pecuária e cultivo de mamão
Bioauto MT Agroindustrial	Fazenda Bioauto	Filial I, Zona Rural	Diamantina	12	Cultivo de pinhão-manso
Carla Ezequiel T. T. D. L. Melo	Fazenda Duas Meninas	Gleba Cinco Estrelas, Antiga Faz.	Peixoto de Azevedo	11	Pecuária
Carlos Newton V. B. Júnior	Fazenda Brasília	Zona Rural	Alto Garças	124	Cultivo de algodão herbáceo
Fabiano Queiroz	Faz. Santa Rita de Cássia	Estrada de Nova Bandeirantes, Km 140, Zona Rural	Juara	10	Pecuária
Florisberto Leal	Faz. N. Senhora Aparecida	Rodovia MT - 130, km 150	Paranatinga	46	Produção de semente de capim braquiária
Gilmar Gomes	Fazenda Viviane	Zona Rural	Nortelândia	32	Extração mineral (pedra)
Isaías Alves Araújo	Fazenda Pontal da Serra	Zona Rural	Alta Floresta	11	Pecuária
Itamar Ribeiro da Silva	Fazenda Mata Azul	Zona Rural	Confresa	10	Criação de bovino
João Carlos Petrucci	Fazenda São Cristóvão	Rod. MT-206, 60 km de Paranaíta, Zona Rural	Paranaíta	6	
José Nilson dos Santos	Auto Guincho Jussara Ltda	Rua Fellinto Muller, Quadra 118, Lote 05, JD Paula II	Várzea Grande	2	Ferro velho
Luiz Pedro Serafim	Fazenda Flor da Mata	Estrada Procomp, km 75	Nova Bandeirantes	4	
Manoel Luiz de Lima	Fazenda Rancho Alegre	Rod. MT-343 Porto Estrela a Cáceres, Km 12	Porto Estrela	12	Pecuária e extração de látex-seringais
Masa Construção Civil Ltda.	Fazenda Toledo	Rod. MT-010, km 23	Tapurah	44	Construção civil
Nilton da Cruz	Fazenda Rio da Mata	Gleba São Pedro, Zona Rural	Paranaíta	10	Pecuária
Novo Norte Agropecuária	Faz. São José de Aragon	Zona Rural	Nova Monte Verde	4	
Samarone de Freitas	Fazenda Beira Rio	Gleba Rio Ferro	Feliz Natal	20	Pecuária e extração de madeira
Sandra Vilela de Freitas Oliveira	Faz. N. Senhora Aparecida	Estrada Boa Esperança à Santo Antônio, Km 32 - Zona Rural	Nova Ubiratã	14	Pecuária e exploração de seringais
Sebastião Neves de Almeida	Fazenda 05 Estrelas	Gleba Nhandú, Estrada do Aragão - 12 Km	Novo Mundo	126	Pecuária e aluguel de pastos a terceiros
Sílvio Zulli	Fazenda Olho D'Água	Estrada Coenge, km 16,	Poconé	340	Cultivo de cana-de-açúcar
Transcarmo Transporte de Combustíveis Ltda.	Fazenda Mata Azul	Vila Três Flechas	Confresa	7	Pecuária
Valtenir João Rigon	Fazenda São Lucas	Estrada da Amazônia, Km 43	Rondolândia	3	Pecuária

Fonte: Organização Internacional do Trabalho, Instituto Ethos e ONG Repórter Brasil (2010).